

BRUNO LATOUR

Reagregando o Social

uma introdução à teoria do Ator-Rede



Editora da Universidade do Sagrado Coração

Reagregando o Social é um desafio fundamental lançado por um dos teóricos sociais mais importantes do mundo, acerca do modo como compreendemos a sociedade e o "social".

Bruno Latour argumenta que a palavra "social", tal qual é utilizada por cientistas sociais, tornou-se tão carregada de pressupostos a ponto de se ter convertido em uma palavra imprópria. Quando o adjetivo é aplicado a um fenômeno, é usado para indicar um estado de coisas estabilizado, um feixe de laços que, em seu devido curso, pode ser utilizado para explicar um outro fenômeno. Mas Latour também se depara com a palavra usada como se descrevesse um tipo de material, de uma forma comparável a um adjetivo, tais como "lenhoso" ou "férreo". Ao invés de simplesmente indicar o que já está agregado, é utilizada de um modo que traz uma série de pressupostos sobre a natureza daquilo que é reunido. Tornou-se uma palavra que designa duas coisas distintas: um processo de associação e um tipo de material distinto de outros.

Latour mostra porque "o social" não pode ser pensado como um tipo de material ou de domínio, e questiona as tentativas de fornecer



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitora

Dora Leal Rosa

Vice-Reitor

Luiz Rogério Bastos Leal

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

Flávia Goulart Mota Garcia Rosa

CONSELHO EDITORIAL

Alberto Brum Novaes

Angelo Szaniecki Perret Serpa

Caiuby Alves da Costa

Charbel Ninõ El-Hani

Cleise Furtado Mendes

Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti

Evelina de Carvalho Sá Hoisel

José Teixeira Cavalcante Filho

Maria Vidal de Negreiros Camargo



Editora da Universidade do Sagrado Coração

CONSELHO EDITORIAL

Ir. Susana de Jesus Fadel - Presidente

Alexandre de Oliveira

Antonio Walter Ribeiro de Barros Junior

Ir. Elvira Milani

Ir. Ilda Basso

Marcos da Cunha Lopes Virmond

Ir. Maria Inês Périgo

Valéria Biondo - *Editora*

Reagregando o social

Uma introdução à Teoria do Ator-Rede

Bruno Latour

Tradução de
Gilson César Cardoso de Sousa



EDUFBA - EDUSC

Salvador - Bauru

2012

Equipe de Realização

<i>Coordenadora Editorial</i>	Prof.ª Ms. Carina Nascimento
<i>Assistente Editorial</i>	Marili Ferreira Caridade
<i>Projeto gráfico</i>	Equipe EDUSC
<i>Revisão</i>	Carlos Valero
<i>Revisão técnica</i>	Iara Maria de Almeida Souza Dário Ribeiro de Sales Júnior
<i>Normatização</i>	Angela Moraes Pinheiro
<i>Preparação de textos</i>	Rodolpho Camargo
<i>Catálogo</i>	Biblioteca Central "Cor Jesu"
<i>Capa</i>	Angela Dantas Garcia Rosa
<i>Arte Final</i>	Leonardo Lorenzo

L359b Latour, Bruno

Reagregando o social / Bruno Latour -- Salvador: Edufba, 2012;
Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.
400 p.; 23 cm

Possui referências.

ISBN 978-85-232-0864-6 (Edufba)

ISBN 978-85-7460-390-2 (Edusc)

1. Ciências Sociais. 2. Noção de social - redefinição. 3. Dimensão social. I. Título.

CDD 300

Elaborado por Biblioteca "Cor Jesu"

A EDUFBA é uma editora filiada à

ECUAC
ASOCIACION DE EDITORIALES
UNIVERSITARIAS DE AMERICA
LATINA Y EL CARIBE

ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

CBaL
Câmara Bahiana do Livro

Editora da Universidade Sagrado Coração
Rua Irmã Arminda, 10-50
CEP 17011-160 - Bauru - SP
Fone (14) 2107-7220 - Fax (14) 2107-7219
e-mail: edusc@edusc.com.br
www.edusc.com.br

Editora da UFBA
Rua Barão de Jeremoabo s/n
Campus de Ondina
CEP 40170-115 - Salvador - Bahia
Tel.: +55 71 3283-6164
Fax: +55 71 3283-6160
www.edufba.ufba.br
edufba@ufba.br

Aos alunos de doutorado que tive a sorte de acompanhar por intermédio de alguns de seus trabalhos.



No capítulo 6 de Provérbios, lemos: "Procura a formiga, preguiçoso... Olha para os seus caminhos e sê sábio".

Fiz isso... mas a formiga também não sabia a resposta!

AGRADECIMENTOS

Este livro passou por inúmeros avatares. Começou há cerca de trinta anos, quando tive a oportunidade de aprender sociologia dos primatas com Shirley Strum e seus babuínos no Quênia. Embora o projeto com Shirley permanecesse no limbo, foi a base de minhas aulas de sociologia a jovens engenheiros na Escola de Minas em Paris. Quando, em 1996, convidaram-me para dar as palestras Leclerc em Louvain-la-Neuve, resolvi que já era tempo de sintetizar o que aprendera com Michel Callon, John Law, Madeleine Akrich, Andy Barry, Annemarie Mol, Antoine Hennion e muitos outros sobre aquilo que se tornou conhecido como “Teoria Ator-Rede”. Vez por outra, percebia que os leitores ficavam perplexos não tanto com nossas posturas frente à prática científica e alguns outros tópicos, mas principalmente com o sentido inusitado que dávamos às expressões “social” e “explicações sociais”. Contudo, essa teoria social alternativa nunca fora objeto de uma apresentação sistemática. Longe de reclamar que essa modesta escola de pensamento se tornara um monstro fora do controle de seus criadores frankensteinianos, julguei mais conveniente introduzir os leitores interessados à sua arquitetura intelectual.

Só em 1999, quando Barbara Czarniawska me pediu para ministrar um curso rápido de teoria social “compatível com as necessidades dos estudos organizacionais”, é que pus mãos à obra para elaborar um rascunho

completo. Embora o presente texto não tenha aproveitado a transcrição que Barbara com tanta gentileza propiciou, devo muito a ela e a seus alunos de Gotemburgo pela organização do material – que, além disso, foi testado na London School of Economics, Department of Information Systems, no final de 1999, 2000 e 2001. Quando meu velho amigo Steeve Woolgar, sob os auspícios da Saïd Business School, solicitou que eu me encarregasse das Palestras Clarendon no outono de 2002, preparei outro rascunho, que desde então foi discutido minuciosamente por Andrew Barry, Howie Becker, Geof Bowker, François Cooren, Didier Debaise, Gerard de Vries, Emilie Gomart, Fabian Muniesa, Noortje Marres, Shirley Strum, Albená Yaneva, Benedikte Zitouni e Edgard Whitley, o que resultou nesta nova versão. Finalmente, foi submetido, numa segunda rodada de críticas, a Michael Flower, Jean-Toussaint Leca, Michael Lynch, Paolo Quattrone, Isabelle Stengers e Eduardo Vargas. Como eu gostaria que os defeitos restantes fossem culpa deles e não minha!

Meu débito maior, porém, é com os alunos de doutorado que ao longo dos anos participaram de meus “seminários de redação de teses”. Numa disciplina em que nunca me formei, mas para a qual sempre quis colaborar, eles foram meus melhores e mais pacientes mestres.

Espero que uma gênese tão demorada e idiossincrática consiga de alguma forma explicar a natureza polêmica do presente trabalho. Agora que essa teoria social alternativa foi apresentada de maneira metódica, os leitores podem decidir usá-la, distorcê-la a ponto de torná-la irreconhecível ou, com maior probabilidade, pô-la de lado – mas, já então, com conhecimento de causa! Quanto a mim, descobri finalmente, escrevendo este livro, as condições sob as quais posso me orgulhar de ser chamado sociólogo.

SUMÁRIO

11 APRESENTAÇÃO

17 INTRODUÇÃO: COMO RETOMAR A TAREFA DE DESCOBRIR ASSOCIAÇÕES

PARTE I

COMO DESDOBRAR CONTROVÉRSIAS SOBRE O MUNDO SOCIAL

- 41 *Introdução à Parte I: Como Se Alimentar de Controvérsias*
- 49 *Primeira Fonte de Incerteza: Não Há Grupos, Apenas Formação de Grupos*
- 71 *Segunda Fonte de Incerteza: A Ação É Assumida*
- 97 *Terceira Fonte de Incerteza: Os Objetos Também Agem*
- 129 *Quarta Fonte de Incerteza: Questão de Fato vs. Questão de Interesse*
- 179 *Quinta Fonte de Incerteza: Escrever Relatos de Risco*
- 205 *Da Dificuldade de Ser um ANT: Interlúdio na Forma de Diálogo*

PARTE II

COMO TORNAR AS ASSOCIAÇÕES NOVAMENTE RASTREÁVEIS

- 229 *Introdução à Parte II: Por Que É Tão Difícil Rastrear o Social*
- 239 *Como Manter o Social Plano*
- 251 *Primeiro Movimento: Localizando o Global*
- 277 *Segundo Movimento: Redistribuindo o Local*
- 315 *Terceiro Movimento: Conectores*
- 351 *Conclusão: Da Sociedade ao Coletivo – O Social Pode Ser Reagregado?*

373 REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO

Não nos cabe aqui fazer uma apresentação de Bruno Latour. Autor polêmico, ocupava a décima posição entre os autores mais citados na área de ciências humanas na lista divulgada em 2009 pela Thomson Reuters' ISI Web of Science. Isso nos leva a crer, um texto destinado a apresentar Latour é algo dispensável. Tampouco pretendemos fazer um balanço de suas obras. Consideramos mais interessante fazer alguns comentários sobre o livro do qual esse pequeno texto é uma espécie de abertura facultativa ao leitor.

Por que não começar o comentário com uma ligeira observação sobre o seu estilo da escrita? Latour escreve de modo deveras peculiar. Dito assim, essa afirmação é um tanto fraca, pois vários autores consagrados nas ciências sociais possuem uma voz própria. Para fazer sentido iniciar com essa observação é preciso acrescentar que Latour não apenas se distingue de outros cientistas, mas dos modos de escrita dos sociólogos contemporâneos em geral. Há algumas marcas dessa distinção: ele se dirige diretamente ao leitor, várias vezes o chama de "você", solicita a ele que se imagine em alguma posição – claro, todos sabemos que Malinowski já fez isso, mas correntemente na sociologia isso está longe de ser rotineiro – e apela para sua experiência; usa metáforas pouco usuais, por exemplo, se compara a uma formiga: míope, viciado em trabalho, farejador de trilhas. Por isso na tradução, optou-se por manter o acrônimo ANT – Actor-Network-Theory em inglês – ao invés de usar TAR, as iniciais da Teoria do Ator-Rede, seu

correspondente em português. TAR seria a escolha mais precisa, mas TAR não evoca nada ao leitor, não lembra nenhum animal, menos ainda a singela formiga, com a qual Latour se identifica várias vezes ao longo do texto. Ao se descrever como formiga o autor brinca e ri de si mesmo. Mas ele não é sua única vítima de suas brincadeiras, aqueles a quem Latour se opõe não são poupados, particularmente os “sociólogos do social” e os “sociólogos críticos”, ou seja, os representantes da sociologia convencional (default, no original em inglês, termo traduzido no sentido da informática – correspondente à configuração padrão, mas que em inglês conserva o duplo sentido de “falha”, perdido pela tradução).

Não é leviano fazer graça consigo e, principalmente, com os autores consagrados das ciências sociais? Afinal a crítica nas ciências não deve ser levada a sério? Há quem julgue o estilo de Latour deveras vulgar e deplora o modo como ele trata aqueles a quem critica. É possível colocar as coisas nesses termos. Mas também é razoável perguntar se é necessário, para afirmar uma posição que se contrapõe a outras hegemônicas na teoria social, escrever em tom sério e sisudo. É preciso também – para fazer ciência – adotar propositadamente uma escrita pomposa e difícil? Para fazer teoria é preciso aprofundar o fosso que nos separa – a nós da academia – de leitores não-acadêmicos? Mais ainda, a crítica consistente e a teoria – diferente das sedutoras narrativas da antropologia e da história, que procuram aproximar o leitor de experiências e acontecimentos – devem ser escritas de tal modo que a sua leitura permanece reservada apenas àqueles mais afeitos a lidar com textos densos e pesados? Bem, nós temos uma posição sobre isso, mas é preferível que o leitor confira por si mesmo e veja se não é possível fazer boa teoria com um punhado de metáforas poucos usuais e piadas espalhadas pelo texto.

Alguém mais familiarizado com Latour, entretanto, pode não ter objeções ao seu estilo, mas justamente poderia desejar interpelar Latour: por que escrever uma introdução teórica à Teoria do Ator-Rede? Não é o próprio Latour quem nos aconselha a entrar nas grandes indagações teóricas como se entra em um banho frio em pleno inverno, ou seja, devemos

entrar e sair o mais rápido possível? Seu lema não é: siga os atores e preste atenção ao modo como eles próprios respondem a essas questões? Mudou de posição? Com efeito, ele permanece sustentando no livro a recomendação de que é preciso seguir os atores e afirma que sua grade teórica se assemelha menos a um conjunto de conceitos interligados – um sistema – que explica a realidade social, do que a uma “grade” mesmo, pensada como quadrados vazios, uma espécie de plano cartesiano em que o mapa das associações que compõem o mundo social é desenhado se seguirmos as marcas feitas pelos atores. Sua teoria é, portanto, segundo ele mesmo, mais abstrata e mais empírica simultaneamente.

Mas o que é mesmo que Latour pretende com esse livro, ao fornecer uma espécie de roteiro de perguntas que devem ser respondidas por aqueles que querem retrazar as trilhas produzidas pelas associações entre atores? Aparentemente ele não pretende nada mais, nada menos que retirar da sociologia a segurança da imutabilidade de seu objeto de estudo bem como as fórmulas que se deve empregar para melhor explicá-lo. Sendo assim, o que resta aos sociólogos? Tamanha é a reformulação pela qual passará a sociologia nas páginas que se seguem, que temos certas vezes a impressão de que coube a Latour o papel do agente que, uma vez infiltrado na base inimiga, busca solapá-lo. Seria “Reagregando o Social” o nosso Cavalo de Tróia? Não acreditamos nisso.

Em se tratando de uma ciência cuja concorrência de uma multiplicidade de paradigmas a tem caracterizado desde o seu surgimento, não nos surpreende que novas abordagens metodológicas surjam com certa frequência. O que, então, fez com que Latour, nos últimos anos, tenha se tornado este autor tão festejado, debatido e comentado? Capaz de arrebatrar tanto seguidores quanto detratores, esses últimos talvez até em maior proporção. Certamente, nas páginas a seguir não encontraremos “apenas” uma nova forma de abordar o social. E, por isso mesmo, a questão que acredito que devemos ter em mente ao mergulharmos nesta leitura é: o que é, de fato, o social? Qualquer nova perspectiva metodológica que esta obra nos ofereça não é senão um corolário desta questão mais fundamental.

Porquanto a reformulação a que se pretende submeter a sociologia se deva em grande medida aos estudos em ciência e a etnografia em laboratório, Latour, ao contrário dos cientistas naturais (e alguns sociais), não é afeito a fórmulas ou, como ironizava Gabriel Tarde, aos “abra-te Sésamo” sociológicos, isto é, as explicações prontas à mão, ou aos cérebros mais preguiçosos (ou seja, as configurações default da sociologia). E embora não se intente descartar de uma vez por todas a sociologia tradicional, esta terá que se contentar com o estabilizado, com aquilo que já está dado. À sociologia da associação compete o novo, aquilo que não possui qualquer substância *a priori* e cuja existência precisa ser constantemente reafirmada para que possa continuar a existir.

Certas questões aparentemente insolúveis, tais como a natureza da ação e o embate entre micro e macrosociologia, que há muito alimentam os debates sociológicos, encontram aqui soluções satisfatórias e assaz instigantes. Mas ele não faz um inventário de respostas e sim uma lista de incertezas às quais devemos atentar se pretendemos fazer ciência social no estilo ANT: incerteza quanto à natureza dos grupos, da ação, das coisas, dos fatos e sobre o modo de conhecer e escrever sobre o social.

Ao optar por falar sobre incertezas Latour não revela apenas sua intenção de nos tragar para fora de nossa zona de conforto intelectual, pretende também desestabilizar o cientista social e retirá-lo da posição privilegiada que lhe permite dizer que os atores não sabem o que fazem, mas eles, cientistas, sim, sabem. Sendo assim a ciência social é inútil por que os atores já sabem tudo? Latour não tem como intenção simplesmente inverter a balança. Seu argumento é que ambos, atores e cientistas, estão intrigados por questões relativas a identidade, participação, coletivo etc. A ação é um enigma para ambos, isto porque ela é bem mais distribuída, variada, múltipla, deslocada do que parece se tomamos os conceitos da sociologia convencional como ponto de partida. E seguir os atores nesse caso é segui-los em seu entrelaçamento com as coisas, pois, sim as coisas também agem, elas podem autorizar, permitir, proporcionar, encorajar, sugerir, influenciar, bloquear, dificultar etc.

Tornar a sociologia menos antropocêntrica é, talvez, a maior contribuição de Latour às ciências sociais. Trazer os não-humanos ao centro do debate sociológico, postular que os mesmos são dotados de agência e que, conseqüentemente, são atores de plenos direitos nos permite, sem dúvida, entender ainda mais o humano.

Iara Maria de Almeida Souza

Dário Ribeiro de Sales Júnior

COMO RETOMAR A TAREFA DE DESCOBRIR ASSOCIAÇÕES¹

O argumento deste livro pode ser definido de maneira simples: quando os cientistas sociais acrescentam o adjetivo “social” a um fenômeno qualquer, aludem a um estado de coisas estável, a um conjunto de associações que, mais tarde, podem ser mobilizadas para explicar outro fenômeno. Não há nada de errado com esse emprego da palavra se ela designa aquilo que *já* está agregado, sem acarretar nenhuma declaração supérflua sobre a *natureza* do que se agregou. Surgem problemas, no entanto, caso “social” passe a significar um tipo de material, como se o adjetivo fosse comparável, *grosso modo*, a outros termos como “de madeira”, “de aço”, “biológico”, “econômico”, “mental”, “organizacional” ou “linguístico”. Então, o significado da palavra se perde, pois ela agora designa duas coisas inteiramente diversas: primeira, um movimento durante um processo de agregação; segunda, um tipo específico de ingrediente que se supõe diferir de outros materiais.

O que tenciono fazer no presente livro é mostrar por que o social não pode ser construído como uma espécie de material ou domínio e as-

1 Nas notas é usado um formato de referências abreviado, a bibliografia completa está no final. Este livro, um tanto austero, pode ser lido em paralelo ao muito mais leve Bruno Latour e Emilie Hermant (1998), *Paris Ville Invisible*, que tenta cobrir muitos dos mesmos temas através de uma sucessão de ensaios fotográficos. Está disponível online em inglês (*Paris the Invisible City*) em <http://bruno.latour.name>.

sumir a tarefa de fornecer uma “explicação social” de algum outro estado de coisas. Embora semelhante projeto tenha sido produtivo e talvez necessário no passado, deixou inteiramente de sê-lo graças, em parte, ao êxito das ciências sociais. Na fase atual de seu desenvolvimento, já não é possível precisar os ingredientes que entram na composição do domínio social. Tenciono, pois, redefinir a noção de social remontando a seu significado primitivo e capacitando-o a rastrear conexões novamente. Então, poderemos retomar o objetivo tradicional das ciências sociais, mas com instrumentos mais bem ajustados à tarefa. Depois de trabalhar bastante com os “agregados” da natureza, creio ser necessário examinar mais profundamente o conteúdo exato daquilo que se “agrega” sob a égide de uma sociedade. Esta me parece a única maneira de permanecer fiel aos veneráveis deveres da sociologia, a “ciência da vida em comum”.²

Tal projeto acarreta, porém, uma redefinição daquilo que geralmente se entende por essa disciplina. Traduzida tanto do latim quanto do grego, a palavra “socio-logia” significa “ciência do social”. Ela seria excelente se não fossem dois empecilhos: o termo “social” e o termo “ciência”. As virtudes que hoje nos dispomos a atribuir aos empreendimentos técnicos e científicos têm pouca relação com as intenções dos fundadores das ciências sociais quando inventaram suas disciplinas. Na época em que a modernização corria à solta, a ciência era uma necessidade absoluta, a ser prolongada indefinidamente, sem nenhuma preocupação impedindo seu progresso. Eles não imaginavam que sua amplitude poderia torná-la praticamente uma extensão do resto das relações sociais. O que entendiam

2 Essa expressão vem explicada em Laurent Thévenot (2004), “Ciência da vida em comum no mundo”. Essa ordem lógica – os agregados de sociedade após os agregados de natureza – opõe-se inteiramente à minha maneira de encarar o assunto. Os livros gêmeos – Bruno Latour (1999), *Pandora’s Hope: Essays on the Reality of Science Studies*, e Bruno Latour (2004), *Politics of Nature: How to Bring the Sciences into Democracy* – foram escritos muito depois de meus colegas e eu termos desenvolvido uma teoria social alternativa para solucionar os novos enigmas encontrados em nosso trabalho de campo nas áreas da ciência e da tecnologia.

por “sociedade” sofreu uma mudança não menos radical, o que se deve em grande parte à própria multiplicação dos produtos da ciência e da tecnologia. Já não se sabe ao certo se existem relações específicas o bastante para serem chamadas de “sociais” e agrupadas num domínio especial capaz de funcionar como uma “sociedade”. O social parece diluído por toda parte e por nenhuma em particular. Assim, nem ciência nem sociedade permaneceram estáveis o suficiente para cumprir a promessa de uma forte “socio-logia”.

A despeito dessa dupla metamorfose, poucos cientistas sociais chegaram à conclusão extrema de que tanto o objeto quanto a metodologia das ciências sociais devam, em consequência, ser modificados. Após inúmeras decepções, eles ainda esperam alcançar algum dia a terra prometida de uma ciência verdadeira que explique um mundo social real. Nenhum estudioso tem tanta consciência dessa dolorosa hesitação quanto os que, como eu, passaram anos e anos às voltas com este paradoxo: “sociologia da ciência”. Justamente em virtude das muitas contradições suscitadas por esse subcampo fértil, mas um tanto perverso, além das numerosas mudanças na acepção de “ciência”, penso estar na hora de modificar o que se entende por “social”. Quero, pois, encontrar uma definição alternativa para “sociologia” sem descartar esse rótulo útil, e continuando fiel, assim espero, a seu apelo tradicional.

Que vem a ser uma sociedade? Que significa a palavra “social”? Por que se diz que determinadas atividades apresentam uma “dimensão social”? Como alguém pode demonstrar a presença de “fatores sociais” operando? Quando o estudo da sociedade ou de outro agregado social se revela profícuo? De que modo o rumo de uma sociedade pode ser alterado? Para responder a estas perguntas, duas abordagens muito diferentes foram adotadas. Só uma delas se tornou senso comum – a outra é objeto do presente livro.

A primeira solução foi postular a existência de um tipo específico de fenômeno chamado por vários nomes: “sociedade”, “ordem social”, “prática social”, “dimensão social” ou “estrutura social”. No último século, du-

rante o qual foram elaboradas teorias sociais, era importante distinguir esse domínio da realidade de outras esferas como economia, geografia, biologia, psicologia, direito, ciência e política. Um dado traço era considerado “social” ou “inerente à sociedade” quando apresentava, por definição, propriedades específicas, algumas negativas – não devia ser “puramente” biológico, linguístico, econômico, natural; e outras positivas – devia compor, reforçar, exprimir, preservar, reproduzir ou subverter a ordem social. Uma vez definido esse domínio, ainda que de maneira vaga, podia-se usá-lo para lançar alguma luz sobre fenômenos especificamente sociais – o social esclarecendo o social – e fornecer uma explicação qualquer para aquilo que escapava aos outros domínios: um apelo a “fatores sociais” elucidaria os “aspectos sociais” de fenômenos não sociais.

Por exemplo, reconhece-se a força intrínseca do direito, mas alguns aspectos dele seriam mais bem compreendidos se uma “dimensão social” lhe fosse acrescentada; embora os fatores econômicos se desenvolvam segundo sua própria lógica, existem também elementos sociais capazes de explicar o comportamento um tanto errático dos fazedores de cálculos; a psicologia, sem dúvida, segue impulsos internos; no entanto, alguns de seus aspectos mais intrigantes se devem à “influência social”; a busca científica, com todo o seu ímpeto, apresenta algumas características necessariamente “sujeitas” às “limitações sociais” de cientistas “presos ao contexto social da época”; embora a arte seja amplamente “autônoma”, sofre também a “influência” de “considerações” sociais e políticas, que podem explicar alguns traços de suas obras-primas mais famosas; e embora a ciência da administração tenha lá suas regras, convém-lhe às vezes levar em conta “circunstâncias sociais, culturais e políticas” à altura de explicar por que certos princípios organizacionais sólidos nunca são postos em prática.

Muitos outros exemplos podem ser facilmente encontrados, pois esta versão da teoria social tornou-se a posição padrão de nosso *software* mental que leva em conta o seguinte: existe um “contexto” social em que ocorrem atividades não sociais; ele é uma esfera específica da realidade; pode ser usado como um tipo especial de causalidade para explicar os aspectos residuais

que escapam a outros domínios (psicologia, direito, economia etc.); é estudado por especialistas a que se dá o nome de sociólogos ou “socio-(x)” – sendo “x” a incógnita para qualquer disciplina. Como os agentes comuns estão sempre “dentro” de um mundo social que os abrange, podem na melhor das hipóteses “dar informações” sobre esse mundo e, na pior, ignorar sua existência, cujo efeito total só é percebido pelos olhos mais disciplinados dos cientistas sociais. Não importa quão difícil seja levar a cabo tais estudos, eles conseguem até certo ponto imitar o sucesso das ciências naturais quando se mostram tão objetivos quanto as outras disciplinas graças ao emprego de ferramentas quantitativas. Caso isso não seja possível, cumpre recorrer a métodos alternativos que levem em consideração os aspectos “humanos”, “intencionais” ou “hermenêuticos” daqueles domínios, sem virar as costas ao *ethos* da ciência. E, quando os cientistas sociais são instados a dar seu parecer sobre engenharia social ou a acompanhar uma mudança social, alguma consequência política deve seguir-se a esses estudos, mas só depois que um conhecimento suficiente tenha sido acumulado.

Essa posição padrão tornou-se senso comum não apenas para os cientistas sociais, mas também para quem atua em jornais, educação superior, partidos políticos, conversas de bar, histórias de amor, revistas de moda etc.³ As ciências sociais disseminaram sua definição de sociedade com a mesma eficiência com a qual as empresas de utilidade pública prestam seus serviços de eletricidade e telefone. Comentar a inevitável “dimensão social” daquilo que nós e os outros fazemos “em sociedade” tornou-se tão corriqueiro quanto usar um celular, pedir uma cerveja ou discorrer sobre o complexo de Édipo – pelo menos no mundo desenvolvido.

A outra abordagem não admite o pressuposto básico da primeira. Afirma que não há nada de específico na ordem social; que não existe nenhuma dimensão social, nenhum “contexto social”, nenhuma esfera distinta da realidade a que se possa atribuir o rótulo “social” ou “sociedade”;

3 A difusão da palavra “ator”, que mantereí vaga por enquanto – ver p. 75 – constitui um dos muitos indícios dessa influência.

que nenhuma “força social” está aí para “explicar” os traços residuais que outros domínios não explicam; que os membros sabem muito bem o que estão fazendo, mesmo quando não falam a respeito para satisfação dos curiosos; que os atores nunca estão inseridos num contexto social e são, por isso mesmo, muito mais que meros “informantes”; que, portanto, não há sentido em acrescentar “fatores sociais” a outras especialidades científicas; que a relevância política obtida por meio de uma “ciência da sociedade” não é necessariamente desejável; e que a “sociedade”, longe de representar o contexto “no qual” tudo se enquadra, deveria antes ser vista como um dos muitos elementos de ligação que circulam por estreitos canais. Se provocada, essa segunda escola de pensamento alardearia como seu *slogan* as famosas palavras que a sra. Thatcher proferiu certa feita (mas por razões diferentes): “Sociedade é coisa que não existe”.

Se são tão diferentes, como as duas podem declarar serem ciência do social e reivindicar, uma e outra, o título de “sociologia”? Aqui, elas seriam incompatíveis, pois a segunda posição toma como enigma a solucionar o que a primeira considera sua solução, ou seja, a existência de vínculos sociais distintos que traem a presença oculta de certas forças sociais específicas. Na visão alternativa, “social” não é uma cola que pode fixar tudo, inclusive o que as outras não fixam; é *aquilo* que *outros* tipos de conectores amalgamam. Enquanto os sociólogos (ou socioeconomistas, sociolinguistas, psicólogos sociais etc.) encaram os agregados sociais como o elemento capaz de lançar luz sobre os aspectos residuais da economia, linguística, psicologia, administração e assim por diante, os outros estudiosos, ao contrário, consideram os agregados sociais como algo a ser explicado por *associações* específicas fornecidas pela economia, linguística, psicologia, direito, administração etc.⁴

4 Empregarei a expressão “sociedade ou outros agregados sociais” para cobrir o leque de soluções dadas àquilo que chamo mais adiante “primeira fonte de incerteza”, referente à natureza dos grupos sociais. Não estou enfatizando aqui as definições “holísticas” porque, como veremos, definições “individualistas” ou “biológicas” são igualmente válidas. Ver p. 49.

A semelhança entre as duas abordagens parece mais profunda, no entanto, quando se tem em mente a etimologia da palavra “social”. Ainda que a maioria dos cientistas sociais prefira chamar “social” a uma coisa homogênea, é perfeitamente lícito designar com o mesmo vocábulo uma série de *associações* entre elementos heterogêneos. Dado que, nos dois casos, a palavra tem a mesma origem – a raiz latina *socius* –, podemos permanecer fiéis às intuições originais das ciências sociais redefinindo a sociologia não como a “ciência do social”, mas como a *busca de associações*. Sob este ângulo, o adjetivo “social” não designa uma coisa entre outras, como um carneiro negro entre carneiros brancos, e sim um *tipo de conexão* entre coisas que não são, em si mesmas, sociais.

À primeira vista, essa definição soa absurda, pois pode forçar a sociologia a significar qualquer tipo de agregado, de ligações químicas a vínculos jurídicos, de forças atômicas a corporações, de organismos fisiológicos a partidos políticos. Mas é exatamente esse o ponto que o ramo alternativo da teoria social pretende estabelecer: todos os elementos heterogêneos *precisam* ser reunidos de novo em uma dada circunstância. Longe de ser uma hipótese atordoante, essa é na verdade a experiência mais comum que podemos ter face ao aspecto enigmático do social. Uma nova vacina está sendo preparada, uma nova descrição de tarefa está sendo oferecida, um novo movimento político está sendo criado, um novo sistema planetário está sendo descoberto, uma nova lei está sendo votada, uma nova catástrofe está ocorrendo. A cada instância, precisamos reformular nossas concepções daquilo que estava associado, pois a definição anterior se tornou praticamente irrelevante. Já não sabemos muito bem o que o termo “nós” significa; é como se estivéssemos atados por “laços” que não lembram em nada os vínculos sociais.

O SIGNIFICADO DE “SOCIAL” CADA VEZ MAIS RESTRITO

Existe uma clara tendência etimológica nas múltiplas variações semânticas do termo “social” (Strum e Latour, 1987), que vão do mais genérico ao mais restrito. A etimologia da palavra “social” em si é bastante instrutiva. A raiz é *seq-*, *sequi*, e a primeira acepção é “seguir”. O latim *socius* denota um companheiro, um associado. Nas diferentes línguas, a genealogia histórica da palavra “social” designa primeiro “seguir alguém” e depois “alistar” e “aliar-se a”, para finalmente exprimir “alguma coisa em comum”. Outra significação é “ter parte num empreendimento comercial”. “Social” como em “contrato social” é uma invenção de Rousseau. “Social” como em “problemas sociais” ou “questão social” é uma inovação do século 19. O vocábulo paralelo “sociável” alude à capacidade que tem o indivíduo de viver polidamente em sociedade. Como bem se pode ver pela evolução da palavra, o significado de “social” vai se restringindo com o passar do tempo. Começando por uma definição *coextensiva* a todas as associações, temos hoje, no linguajar comum, um uso limitado ao que restou *depois* que a política, biologia, economia, direito, psicologia, administração, tecnologia etc. tomaram posse de suas respectivas partes das associações.

Devido à constante restrição do significado (contrato social, questão social, assistentes sociais), nossa tendência é limitar o social aos humanos e às sociedades modernas, esquecendo que a esfera do social é bem mais ampla que isso. De Candolle foi a primeira pessoa a falar em cientometria – o uso da estatística para medir a atividade da ciência. Foi também, como seu pai, um sociólogo das *plantas* (Candolle 1873/1987): para ele, corais, babuínos, árvores, abelhas, formigas e baleias também eram “sociais”. Essa acepção ampliada da palavra “social” teve boa acolhida por parte da sociobiologia (Wilson, 1975). Infelizmente, esse empreendimento só veio confirmar os piores receios dos cientistas sociais quanto à extensão do sentido do vocábulo. É perfeitamente possível, contudo, aceitar a extensão sem crer

muito na definição limitada de função, dada a organismos em vários cenários sociobiológicos.

Assim, o projeto inteiro daquilo que pretendemos fazer juntos se torna duvidoso. O senso de integração entrou em colapso. Mas para registrar a percepção da crise e acompanhar as novas conexões, outra noção de social tem de ser descoberta: *bem mais ampla* do que a usualmente chamada por esse nome e, ao mesmo tempo, *estritamente limitada* à busca de novas associações e ao esboço de seus agregados. Este é o motivo pelo qual definirei o social, não como um domínio especial, uma esfera exclusiva ou um objeto particular, mas apenas como um movimento peculiar de reassociação e reagregação.

Segundo essa visão, o direito, por exemplo, não deve ser visto como algo explicável pela “estrutura social” além de sua lógica interna; ao contrário, sua lógica interna é que pode explicar alguns traços daquilo que faz uma associação durar mais e estender-se por um espaço maior. Sem os precedentes legais para estabelecer conexões entre um caso e a norma geral, como inserir uma matéria “no contexto mais amplo”?⁵ A ciência não precisa dar lugar ao “quadro social”, moldado por “forças sociais” tanto quanto por sua própria objetividade, pois os objetos dela deslocam, eles próprios, qualquer contexto graças aos elementos estranhos que os laboratórios de pesquisa associam de maneira imprevisível. Quem está de quarentena por causa do vírus da SARS teve de aprender, a duras penas, que não pode mais, como antes, “associar-se” a parentes e amigos por causa da mutação desse bichinho cuja existência a vasta instituição da epidemiologia e da virologia revelou ao mundo.⁶ A religião não preci-

5 Patricia Ewick e Susan S. Silbey (1998), *The Common Place of Law*, e a contribuição de Silbey a Bruno Latour e Peter Weibel (2005), *Making Things Public: Atmospheres of Democracy*.

6 Embora o estudo da prática científica tenha sido a principal motivação para essa definição alternativa do social, só o retomaremos mais tarde, quando a quarta incerteza

sa ser “justificada” pelas forças sociais, uma vez que, por sua própria definição – na verdade, por seu próprio nome –, liga entidades que não fazem parte da ordem social. Desde os tempos de Antígona, todos sabem o que significa ser motivado por ordens divinas inacessíveis a políticos como Creonte. Organizações não precisam ser inseridas em “contextos sociais mais amplos” porque elas mesmas dão um significado muito prático ao que significa estar dentro de uma rede “maior” de negócios. Afinal, que passageiro encontraria o portão do aeroporto aonde se dirigir sem examinar ansiosamente, e repetidamente, o número impresso no cartão de embarque e circulado em vermelho pela recepcionista? Seria ocioso revelar, por trás da tagarelice superficial dos políticos, as “sombrias forças ocultas da sociedade” em ação, uma vez que sem essa tagarelice boa parte do que entendemos como traços típicos de um grupo se perderia. Sem as arengas infundáveis dos partidos em luta no Iraque, quem na Bagdá “ocupada” ou “libertada” reconheceria amigos e inimigos?

O mesmo se aplica a todos os outros domínios.⁷ Se, na primeira abordagem, toda atividade – direito, ciência, tecnologia, religião, organização, política, administração etc. – podia relacionar-se e ser explicada pelos mesmos agregados sociais *por trás* dela, na segunda versão de sociologia não há *nada* subjacente a essas atividades, embora elas possam ser agrupadas de modo a produzir uma sociedade – ou *não*. Eis a diferença crucial entre as duas versões. Ser social já não é uma propriedade segura e simples, é um movimento que às vezes não consegue traçar uma nova conexão e redesenhar um conjunto *bem formado*. Como veremos ao longo deste livro, após prestar bons serviços no passado, a chamada “explicação social” tornou-se uma maneira contraproducente de *interromper* o movimento de associação, em vez de retomá-lo.

Nos termos da segunda abordagem, os defensores da primeira sim-

for explicada. Ver p. 129.

7 Somente na Parte II, p. 340, aprenderemos a reformular essa oposição de uma maneira mais sutil que a inversão de causa e efeito.

plesmente confundiram aquilo que deviam explicar com a explicação. Começaram pela sociedade ou outro agregado social qualquer, quando deviam acabar por eles. Supuseram que o social é constituído essencialmente de vínculos sociais – e, na verdade, as associações são feitas de vínculos não sociais por natureza. Imaginaram a sociologia limitada a um domínio específico, ao passo que os sociólogos devem ir atrás de quaisquer novas associações heterogêneas. Para eles, o social está sempre à sua disposição, mas o social não é nunca uma coisa visível ou postulável. Só se deixa entrever pelos *traços* que vai disseminando (experimentalmente) quando uma *nova* associação se constitui com elementos de modo algum “sociais” por natureza. Insistem em que já somos movidos pela força de uma sociedade – e nosso futuro político reside, ao contrário, na tarefa de decidir o que de fato nos une. Em suma, a segunda escola se propõe *retomar* a tarefa de conexão e coleção abruptamente interrompida pela primeira. Para ajudar os pesquisadores interessados em *reagregar* o social é que este livro foi escrito.

Ao longo da obra, aprenderemos a distinguir a sociologia padrão do social de uma subfamília mais radical que chamarei de *sociologia crítica*.⁸ Este último ramo será definido pelos três traços seguintes: ele não só se *limita* ao social como *substitui* um objeto de estudo por outro, feito de relações sociais; alega que essa substituição é inviável para os atores sociais que *precisam* iludir-se supondo a existência, aí, de algo “mais” que o social; e julga que as objeções dos atores às suas explicações sociais fornecem a melhor prova de que estas são corretas.

A fim de esclarecer, chamarei a primeira abordagem de “sociologia do social” e a segunda de “sociologia de associações” (gostaria de empregar “associologia”). Não ignoro que isso é muito injusto para com os inúmeros

8 Para a distinção entre sociologia crítica e sociologia da crítica, ver Luc Boltanski e Laurent Thévenot (no prelo), *On Justification*; Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1999), *The sociology of critical capacity*; e, principalmente, Luc Boltanski (1990), *L'Amour et la Justice comme Compétences*. Acho necessário estabelecer uma continuidade com a sociologia do social, mas terei de ser mais agressivo em relação à sociologia crítica e sua “ilusão de uma ilusão”.

matizes das ciências sociais que agrupei, mas parece aceitável numa introdução cujo alvo é ser bastante precisa ao tratar de argumentos que tenciona descrever enquanto demarca o terreno conhecido. Perdoem-me a rudeza, mas acontece que existem várias introduções excelentes para a sociologia do social e nenhuma, de meu conhecimento, para este pequeno subcampo da teoria social⁹ que recebeu o nome de... que nome, afinal de contas? Ai de mim, o nome histórico é “teoria do ator-rede”, tão deselegante, tão confuso, tão sem sentido que merece ser conservado. Se, por exemplo, o autor de um guia de viagem é livre para fazer novos comentários sobre o país que resolveu apresentar, certamente não o é para lhe mudar o nome mais comum, porquanto a sinalização mais fácil é a melhor – afinal, a origem da palavra “América” é ainda mais estapafúrdia. Eu estava disposto a trocar esse rótulo por outros mais elaborados como “sociologia de translação”, “ontologia actante-rizoma”, “sociologia de inovação” etc.; mas uma pessoa me observou que o acrônimo ANT (*Actor-Network Theory*) era perfeitamente adequado para um viajante cego, míope, viciado em trabalho, farejador e gregário. Uma formiga (*ant*) escrevendo para outras formigas, eis o que condiz muito bem com meu projeto!¹⁰ Idealmente, a palavra *sociologia* funcionaria melhor, mas não pode ser empregada antes que seus dois componentes – o que é social e o que é ciência – sejam de algum modo remontados. No decorrer do livro, pretendo usá-la com frequência, embora reservando a expressão “sociologia do social” para designar o repertório ao qual outros cientistas sociais, em minha opinião, se limitam com excessiva condescendência.

9 Um guia recente é John Law (2004), *After Method: Mess in Social Science Research*, Andrew Barry (2001), *Political Machines. Governing a Technological Society* e Anne-Marie Mol (2003), *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice (Science and Cultural Theory)*, também são uma boa introdução, juntamente com Bruno Latour (1996), *Aramis or the Love of Technology*.

10 Devo me desculpar por assumir aqui uma posição inteiramente oposta à consignada em Bruno Latour (1999c), “On recalling ANT”. Se, na época, eu criticava todos os elementos de sua horrenda expressão, inclusive o hífen, agora vou defendê-los – o hífen *inclusive!*

COMO ABRIR CAMINHO PELA LITERATURA DA TEORIA ATOR-REDE

Boa parte da bibliografia relevante pode ser encontrada no ótimo *website* “The Actor Network Resource”, mantido por John Law.¹¹ A origem dessa abordagem foi a necessidade de uma nova teoria social ajustada aos estudos de ciência e tecnologia (Callon e Latour, 1981). Mas começou, na verdade, com três documentos (Latour, 1988b; Callon, 1986; Law, 1986b). Foi nessa altura que os não humanos – micróbios, ostras, pedras e carneiros – se apresentaram à teoria social de uma maneira nova. Conforme explicarei na página 87, foi ao revisar a quarta incerteza que, pela primeira vez, os objetos da ciência e da tecnologia se tornaram para mim, digamos, compatíveis socialmente. Os fundamentos filosóficos desse argumento apareceram na segunda parte de Latour, 1988a, embora numa forma difícil de captar.

Desde então a ideia avançou em várias direções, sendo resenhada e criticada por inúmeros periódicos, conforme se vê no *website* de Law. Embora não haja nenhum teste de tornassol eficiente para avaliar a adesão à ANT, alguns *ad hoc* e provisórios podem ser imaginados. Nem é preciso dizer, essa interpretação da ANT representa apenas minha visão pessoal. O presente livro não tem por objetivo uma apresentação mais coletiva, e sim uma mais sistemática. Eis alguns dos testes que julguei aplicáveis ao caso.

Um é o exato papel atribuído aos não humanos. Eles precisam ser *atores* (ver definição na página 64) e não meras projeções simbólicas. Entretanto, essa atividade não deve ser do tipo associado até hoje a coisas concretas ou objetos naturais. Assim, se determinado texto emprega um tipo simbólico ou naturalista de causalidade, não há motivo para incluí-lo no *corpus* da ANT, ainda que ele reivindique isso. Por outro lado, qualquer estudo que atribua a não humanos um tipo de ação mais aberto que a tra-

11 Ver <http://www.lancs.ac.uk/FSS/sociology/css/antres/antres.htm>.

dicional causalidade natural – e mais eficiente que a simbólica – pode pertencer ao nosso *corpus*, mesmo se outros autores não quiserem de modo algum ser associados a essa postura. Por exemplo, um livro de biologia (Kupiec e Sonigo, 2000) pode pertencer à ANT em virtude do novo papel ativo consignado ao gene.

Outro teste é determinar o rumo da explicação. Será que, no final das contas, a lista daquilo que se considera social não passa do mesmo repertório limitado usado para explicar (satisfatoriamente) a maioria dos elementos? Se o social permanece estável e consegue justificar um estado de coisas, não é ANT. Por exemplo, não importa quão esclarecedora tenha sido para todos nós, a *Social Shaping of Technology* (Bijker, 1995) não faria parte de nosso *corpus* porque o social é mantido estável o tempo todo e explica a forma da mudança tecnológica. Porém, McNeill (1976), embora não seja sob nenhum ponto de vista um autor ANT, estaria qualificado para inclusão, pois o que deve ser associado se modifica quando se inserem ratos, vírus e micróbios na definição do que será “coletado” numa área. Desse modo, o livro de Cronon (1991) é certamente uma obra-prima da ANT porque nenhuma força social oculta se faz necessária para explicar a composição progressiva da própria metrópole. O mesmo se aplicaria ao trabalho no campo da cognição partilhada (Hutchins, 1995). Isso é também o que tornou boa parte da história da ciência e da tecnologia importante para nosso programa, explicando ao mesmo tempo por que a sociologia da arte tem sido um companheiro fiel, sobretudo graças à influência de Hennion (1993).

O terceiro teste, mais difícil, seria descobrir se um estudo almeja reagregar o social ou continua insistindo na dispersão e na desconstrução. A ANT tem sido confundida com a ênfase pós-moderna na crítica das “grandes narrativas” e no ponto de vista “eurocêntrico” ou “hegemônico”. Essa é, todavia, uma das visões mais equivocadas. Dispersão, destruição e desconstrução não são objetivos a atingir e sim obstáculos a superar. Bem mais importante é descobrir novas instituições, procedimentos e conceitos capazes de coletar e reagrupar o social (Callon et al., 2001; Latour, 2004b).

Com efeito, em muitas situações, recorrer à sociologia do social é não apenas sensato, mas também indispensável, pois ela oferece uma forma prática e oportuna de designar todos os elementos já *aceitos* na esfera coletiva. Seria tolo e pedante evitar o uso de noções como “IBM”, “França”, “cultura maori”, “mobilidade ascendente”, “totalitarismo”, “classe média baixa”, “contexto político”, “capital social”, “enxugamento”, “construção social”, “agente individual”, “motivações inconscientes”, “pressão do grupo” etc. Mas, em situações nas quais as inovações proliferam, em que as fronteiras de grupo são incertas, em que o leque de entidades a considerar flutua, a sociologia do social não consegue mais encontrar novas associações de atores. Nessa altura, a última coisa a fazer seria limitar de antemão a forma, o tamanho, a heterogeneidade e a combinação de associações. O recurso oportuno do social tem de ser substituído pelo método mais complexo e penoso de suas associações. Os deveres do cientista social mudam concomitantemente: já não basta restringir os atores ao papel de informantes de casos de tipos bem conhecidos. É preciso devolver-lhes a capacidade de elaborar suas próprias teorias sobre a constituição do social. A tarefa não consiste mais em impor a ordem, em limitar o número de entidades aceitáveis, em revelar aos atores o que eles são ou em acrescentar alguma lucidez à sua prática cega. Para empregar um *slogan* da ANT, cumpre “seguir os próprios atores”, ou seja, tentar entender suas inovações frequentemente bizarras, a fim de descobrir o que a existência coletiva se tornou em suas mãos, que métodos elaboraram para sua adequação, quais definições esclareceriam melhor as novas associações que eles se viram forçados a estabelecer. A sociologia do social funciona bem quando se trata daquilo que já foi *agregado*, mas nem tanto quando o problema é reunir novamente os participantes naquilo que não é – *ainda* – um tipo de esfera social.

Uma forma mais extrema de relacionar as duas escolas é tomar de empréstimo, um tanto arditosamente, um paralelo da história da física e dizer que a sociologia do social permanece “pré-relativista” enquanto a nossa é “relativista” por inteiro. Na maioria dos casos comuns, como as situações que mudam muito lentamente, o esquema pré-relativista se mos-

tra favorável e todo quadro de referência fixo pode registrar a ação sem deformá-la demais. Mas quando a coisa vai muito depressa, as inovações proliferam e as entidades se multiplicam, temos um quadro absolutista gerando dados que se complicam irremediavelmente. É então que a solução relativista se impõe para poder se deslocar entre quadros de referência e readquirir certo grau de comensurabilidade entre traços oriundos de esquemas que se movem em diferentes velocidades e acelerações. Como a teoria da relatividade é um exemplo bem conhecido de mudança contundente em nosso aparelho mental, suscitada por questões básicas, pode ser usada como ótimo paralelo para as maneiras graças às quais a sociologia de associações reverte e generaliza a sociologia do social.

No que se segue, não estou interessado em desmentir – provar que as outras teorias sociais estão erradas – e sim em fazer propostas. Até onde iremos suspendendo a hipótese de senso comum segundo a qual a existência de uma esfera social oferece um quadro legítimo de referência para as ciências sociais?¹² Se os físicos, no início do século passado, conseguiram livrar-se da solução de senso comum de um éter absolutamente rígido e indefinidamente plástico, poderão os sociólogos descobrir novas possibilidades de deslocamento reconhecendo na noção de substância social uma “hipótese supérflua”? Essa postura é tão marginal e sua chance de sucesso é tão diminuta que não vejo razão para exaltar as alternativas perfeitamente razoáveis que poderiam, a dada altura, fazê-la em pedaços. Assim, serei teimoso e muitas vezes parcial a fim de demonstrar claramente o contraste entre os dois pontos de vista. Para compensar essa injustiça, tentarei ser o mais coerente possível ao extrair as conclusões mais extremas da posição que resolvi testar. O teste consistirá em determinar quantas questões no-

12 Se minha maneira de encarar a sociologia do social parecer um tanto dura, e se eu tratar com muita petulância a sociologia crítica, saibam os leitores que essa atitude é provisória. Aprenderemos no devido tempo como aproveitar as boas coisas de suas intuições originais. Se a noção-chave de padrões (Parte II, página 318) nos permite fazer justiça à sociologia do social, a sociologia crítica terá de esperar, receio muito, a Conclusão, quando será discutido o problema da relevância política.

vas poderão vir à luz se eu me mantiver firmemente, e mesmo cegamente, fiel a todas as obrigações que esse recomeço nos força a assumir. E o teste definitivo será averiguar, no final do livro, se a sociologia de associações conseguiu fazer as vezes de sociologia do social perfilhando tipos diferentes de conexões novas e mais atuantes, herdando assim o que as ambições da ciência do social legitimavam. Como sempre, caberá ao leitor decidir se a aventura foi bem sucedida ou não.

Aqueles que gostam de fazer remontar uma disciplina a um ancestral venerável precisam levar em conta que essa distinção entre duas maneiras diversas de entender os deveres da ciência social não é absolutamente nova. Já estava a postos durante o nascimento da disciplina (pelo menos na França), quando ocorreu a disputa entre o velho Gabriel Tarde e Émile Durkheim, o vencedor.¹³ Tarde sempre se queixou de que Durkheim abandonasse a tarefa de explicar a sociedade ao confundir causa e efeito, substituindo a compreensão do vínculo social por um projeto político voltado para a engenharia social. Contra seu jovem adversário, ele sustentou veementemente que o social não era um domínio especial da realidade, e sim um princípio de conexões; que não havia motivo para separar o “social” de outras associações como os organismos biológicos ou mesmo os átomos; que nenhuma ruptura com a filosofia, sobretudo a metafísica, era necessária para uma disciplina se tornar ciência social; que a sociologia não passava de uma espécie de interpsicologia;¹⁴ que o estudo da inovação, especialmente ciência e tecnologia, constituía a área de expansão da teoria social; e que a economia precisava ser refeita de ponta a ponta, em vez de ser usada como metáfora vaga para descrever o cálculo dos juros. Acima

13 A única introdução substancial a Tarde, em inglês, é Gabriel Tarde e Terry C. Clark (1969), *On Communication and Social Influence*. Para uma visão mais recente, ver Bruno Latour (2002), *Gabriel Tarde and the end of the social*. Uma antiga tradução está disponível online, Gabriel Tarde (1899/2000), *Social Laws: An Outline of Sociology*.

14 Em oposição à *intra*-psicologia, sobre a qual ele praticamente nada disse, ver Gabriel Tarde (1895/1999), *Monadologie et Sociologie*.

de tudo, ele considerava o social como um fluido circulante que devia ser seguido pelos novos métodos, e não um tipo específico de organismo. Não convém aceitarmos todas as idiosincrasias de Tarde – e são muitas –, mas, na galeria de retratos dos predecessores eminentes, ele é um dos poucos que, com Harold Garfinkel, acreditava na possibilidade de a sociologia tornar-se uma ciência apta a explicar como a sociedade é mantida, em lugar de usar a sociedade para justificar outra coisa ou ajudar a resolver os problemas políticos da época. O fato de Tarde ter sido completamente batido pelos sociólogos do social, a ponto de mergulhar numa existência fantasmagórica durante um século, não prova que ele estivesse errado. Ao contrário, apenas torna o presente livro ainda mais necessário. Creio bem que, se a sociologia houvesse herdado mais coisas de Tarde (para não mencionar Comte, Spencer, Durkheim e Weber), seria hoje uma disciplina ainda mais importante. Ainda tem, sem dúvida, recursos para isso, como veremos no final do livro. As duas tradições podem ser facilmente reconciliadas, pois a segunda apenas retoma a tarefa que a primeira julgava ter concluído de uma vez por todas. Os fatores reunidos no passado sob o rótulo de um “domínio social” são simplesmente alguns dos elementos a agregar, no futuro, em algo que não chamarei de sociedade, mas de *coletivo*.

GABRIEL TARDE, UM PRECURSOR ALTERNATIVO PARA UMA TEORIA SOCIAL ALTERNATIVA

Gabriel Tarde (1843-1904), juiz e criminalista autodidata, foi o precursor de Bergson no Collège de France.

Um poucas citações darão ideia do forte contraste entre as duas linhas de pensamento. Eis como Tarde (1999, p. 58) define a sociedade:

“Mas isso significa que tudo é sociedade, que todas as coisas são sociedades. E, fato notável, a ciência, pelo encadeamento lógico de seus primeiros movimentos, tende estranhamente a generalizar a noção de sociedade.

Fala em sociedades celulares – por que não em sociedades atômicas? Nem sequer mencionemos sociedades de estrelas, sistemas solares. Todas as ciências parecem fadadas a se tornar ramos da sociologia.

Mais curiosamente ainda, Tarde foi diretor de uma agência de estatística durante muitos anos, sempre acreditando em monografias e dados quantitativos; ainda assim, discordava de Durkheim sobre o tipo de *quantum* que a sociologia devia contemplar.

Generalizando as mônadas de Leibniz, mas sem a presença de um Deus, os projetos de Tarde (1899, 2000, p. 75) invertem o liame entre micro e macro:

Numa multiplicidade de formas, posto que em escala menor, um mesmo erro vem sempre à baila – a saber, o de acreditar que, para assistir ao nascimento da regularidade, da ordem e da lógica nos fenômenos sociais, precisamos desdenhar os detalhes, que são por natureza irregulares, e subir o bastante a fim de obter uma visão panorâmica do efeito geral; que a fonte e o fundamento de toda coordenação social são um fato genérico a partir do qual ela se desdobra em fatos particulares, embora perdendo força; em suma, que o homem age, mas guiado pela lei da evolução. Num certo sentido, penso exatamente o contrário.

Isso explica a oposição radical de Tarde (1899, 2000, p. 35) a Durkheim, uma geração mais novo que ele:

Tal conceito é, na verdade, quase o extremo oposto da noção unilinear dos evolucionistas e do Sr. Durkheim. Em vez de explicar tudo pela suposta supremacia da lei da evolução, que obriga os fenômenos coletivos a reproduzir-se e repetir-se indefinidamente numa certa ordem, sem justificar os fatos menores pelos maiores e a parte pelo todo, eu dou conta das semelhanças coletivas do todo reunindo atos elementares minúsculos: os maiores pelos menores e o todo pela parte. Essa maneira de ver os fenômenos está destinada a provocar na sociologia uma transformação semelhante à ocorrida na matemática pela introdução do cálculo infinitesimal.

Eis o motivo pelo qual Tarde (1899, 2000, p. 84-85) pode ser considerado um precursor da ANT: seu melhor exemplo de conexão social é sempre a história e a sociologia da ciência. Vejamos:

No que tange à estrutura da ciência, talvez o mais imponente dos edifícios humanos, não há talvez o que discutir. Ele foi erguido à plena luz da história e podemos acompanhar sua evolução praticamente do início até os dias de hoje... Tudo aqui se origina do individual, não só os materiais, mas também o desenho do todo e até os traços menores. Tudo, inclusive o que está agora difundido pelas mentes cultas e é ensinado nas escolas primárias, começou como segredo de uma mente única, a partir da qual uma pequena chama, débil e bruxuleante, passou a emitir seus raios, a princípio com alcance muito limitado e sem deixar de encontrar obstáculos, para depois, tornando-se mais e mais brilhante, indo cada vez mais longe, fulgir enfim numa iluminação feérica. Hoje, parece evidente que a ciência foi construída dessa maneira; e não é menos verdade que a elaboração de todo dogma, código jurídico, governo ou regime econômico seguiu os mesmos passos. Caso ainda reste alguma dúvida com respeito à linguagem e à ética, porquanto a obscuridade de suas origens e a lentidão de suas transformações impedem que as acompanhem na maior parte de seu percurso, não é bastante provável que elas tenham evoluído da mesma forma?

As entidades com que Tarde (1895, 1999, p. 96) trabalha não são pessoas, mas inovações, *quanta* de mudanças dotadas de vida própria:

Por isso, toda produção social com certas características marcantes – produto industrial, verso, fórmula, doutrina política surgida em algum canto de um cérebro, sonhos como o de conquista do mundo de Alexandre – procura se multiplicar em milhares e milhões de cópias onde quer que existam seres humanos e só parará quando detida por uma produção rival tão ambiciosa quanto ela.

Fator de grande importância para a ANT é que Tarde (1895, 1999, p. 73) não induz a ciência social a romper com a filosofia ou mesmo com a metafísica:

Existir é diferir; a diferença, em certo sentido, é o lado substancial das coisas, aquilo que elas mais têm em comum e que as torna mais típicas. Precisamos começar dessa diferença e nos abster de tentar explicá-la, jamais começando da identidade, como erroneamente fazem muitas pessoas. Com efeito, a identidade é um mínimo e, como tal, um tipo de diferença, aliás muito raro, do mesmo modo que o repouso é um tipo de movimento, e o círculo um tipo de elipse. Começar de alguma identidade primordial implica, na origem, uma singularidade altamente improvável, ou antes, o obscuro mistério de um ser simples se dividindo sem motivo.

Este livro sobre a maneira de usar a ANT para reunir conexões sociais foi organizado em três partes correspondentes aos três deveres que a sociologia do social assumiu, por motivos não mais justificáveis:

Como *dispor* as muitas controvérsias sobre associações sem restringir, de antemão, o social a um domínio específico?

Como tornar plenamente rastreáveis os instrumentos que permitem aos atores *estabilizar* essas controvérsias?

Por meio de quais *procedimentos* é possível reagregar o social não numa sociedade, mas num coletivo?

Na primeira parte, mostrarei por que não devemos, de início, limitar o tipo de seres existentes no mundo social. As ciências sociais ficaram excessivamente tímidas quanto a revelar a vasta complexidade das associações com que se depararam.¹⁵ Argumentarei que é possível alimentar, por assim dizer, as controvérsias e aprender como nos tornarmos bons relativistas – sem dúvida, uma preparação necessária antes de explorar novos territórios. Na segunda parte, mostrarei como rastrear conexões sociais acompanhando o trabalho feito para estabilizar as controvérsias suscitadas na primeira. Tomando uma metáfora da cartografia, eu diria que a ANT procurou tornar o mundo social o mais *achatado* possível para garantir a total visibilidade de qualquer vínculo novo. Por fim, concluirei revelando por que a tarefa de reagregar o coletivo se justifica plenamente, mas só depois de abandonarmos o recurso da sociedade e da “explicação social”. Se é certo que as visões de sociedade sugeridas pelos sociólogos do social eram, sobretudo, uma maneira de garantir a paz civil durante o primado do modernismo,¹⁶ que tipo de vida coletiva e que espécie de conhecimen-

15 Deixei de lado, neste livro, a questão da sociologia quantitativa, não por acreditar mais em dados qualitativos, mas porque a própria definição de qual *quantum* adotar está em jogo nas diferentes definições do vetor social que pretendo seguir aqui.

16 A primeira instância das expressões “sociologia” e “ciências sociais” encontra-se no famoso panfleto *Qu'est-ce que le Tiers-État?*, de Emmanuel Joseph Sieyès (1748-1836), onde este autor designa a fusão de todas as “ciências de gabinete” na arte de governar. Ver Frédéric Audren (no prelo), *Les juristes et les sociologues*.

to deverão reunir os sociólogos de associações quando o modernismo for posto em dúvida e a tarefa de descobrir modos de coabitação se tornar mais importante que nunca?

De certo modo, este livro lembra um guia de viagem por um terreno ao mesmo tempo inteiramente banal – o mundo social a que estamos acostumados – e completamente exótico: precisamos aprender como ir mais devagar a cada passo. Se estudiosos conspícuos não acharem dignificante comparar os prolegômenos de uma ciência a um guia de viagem, tenham a bondade de recordar que “aonde ir” e “o que vale a pena ver ali” nada mais são que um modo de dizer com simplicidade, em nossa língua, o que pomposamente se entendia em grego pela palavra “método” ou, pior ainda, “metodologia”. A vantagem do guia de viagem sobre um “discurso do método” é que ele não pode ser confundido com o território ao qual está meramente sobreposto. Um guia de viagem pode ser lido ou esquecido, relegado a uma mochila, besuntado de manteiga e café, rabiscado, privado de algumas páginas que vão acender o fogo da churrasqueira. Em suma, dá sugestões em vez de se impor ao leitor. Isso posto, o livro não é um álbum cheio de belas paisagens oferecidas ao visitante preguiçoso demais para sair a passeio. É endereçado a praticantes como um manual que os ajudará a encontrar o caminho *depois* que se perderam nas vizinhanças. Para outros, temo eu, o livro permanecerá inteiramente opaco, pois os vínculos sociais a traçar nunca poderão ser confundidos com os que eles foram instruídos a seguir.

COMO DESDOBRAR CONTROVÉRSIAS SOBRE O MUNDO SOCIAL

COMO SE ALIMENTAR DE CONTROVÉRSIAS

À semelhança de todas as ciências, a sociologia começa pela perplexidade. A comoção pode ser registrada de várias maneiras, mas é sempre a presença paradoxal de algo ao mesmo tempo invisível e tangível, aceito mas surpreendente, mundano, mas de uma sutileza desconcertante que desencadeia a tentativa apaixonada de domar a fera do social. “Vivemos em grupos que parecem firmemente estabelecidos; mas, então, como se transformam com tamanha rapidez?” “Somos levados a fazer coisas por intermédio de outras agências sobre as quais não exercemos nenhum controle e que parecem absolutamente óbvias, costumeiras.” “Pesa sobre nós, invisível, algo mais sólido que o aço, e no entanto incrivelmente instável.” “Há forças estranhamente similares às estudadas pelos cientistas naturais, mas, ao mesmo tempo, distintas.” “Essa intrigante mistura de resistência obstinada e complexidade perversa parece inteiramente aberta a indagações, contudo, desafia a toda investigação.” Seria difícil encontrar um cientista social que não se sinta atordoado com uma ou outra dessas afirmações perturbadoras. Tais enigmas não constituirão a fonte de nossa *libido sciendi*? O que nos leva a devotar tanta energia à sua decifração?

Há, porém, uma distância cada vez maior entre o que provoca esses choques sucessivos e as soluções encontradas para explicá-los. Argumentarei, na Parte I, que embora a compreensão da sociologia seja correta, as

soluções sugeridas por uma definição restrita do social adulteraram, de várias maneiras, tudo quanto era produtivo e científico nelas. Por isso tenciono reexaminar e dissecar cada uma dessas questões para renovar nossa definição do que é uma associação.

Fiel aos princípios relativistas, ao invés de dividir o domínio do social, como muitos manuais de sociologia, em uma lista de atores, métodos e domínios já considerados membros da esfera social, organizei a primeira parte da obra por tipos de controvérsias em torno do que compõe esse universo. Acho possível trabalhar com as principais intuições das ciências sociais examinando cinco grandes incertezas:¹⁷

- a natureza dos grupos: há várias formas contraditórias de se atribuir identidade aos atores;
- a natureza das ações: em cada curso de ação, toda uma variedade de agentes parece imiscuir-se e deslocar os objetivos originais;
- a natureza dos objetos: o tipo de agências que participam das interações permanece, ao que tudo indica, aberto;
- a natureza dos fatos: os vínculos das ciências naturais com o restante da sociedade parecem ser constantemente fonte de controvérsias;
- finalmente, o tipo de estudos realizados sob o rótulo de ciência do social, pois nunca fica claro em que sentido exato se pode dizer que as ciências sociais são empíricas.

O que tornou a ANT tão implausível foi que, primeiro, as cinco incertezas devem ser empilhadas umas sobre as outras e cada uma delas torna a anterior ainda mais intrigante até que algum sentido comum seja alcançado – mas só no final. A maioria dos usuários da ANT até agora não teve muita paciência para esperar e eu não posso culpá-los por isso.¹⁸

17 Preferi “incertezas” – numa alusão velada ao “princípio de incerteza” – porque não é possível decidir se esta está no observador ou no fenômeno observado. Conforme veremos, o analista nunca sabe o que os atores ignoram, e os atores sabem o que o observador ignora. Por isso, o social precisa ser reagregado.

18 Para os leitores interessados em estudos sobre ciência, faria mais sentido ler primeiro o Capítulo 4 – p. 129 – e devorar depois as outras fontes de incerteza uma por uma.

O leitor descobrirá aqui uma série de instruções complicadas para tornar o deslocamento mais árduo e penoso. E o motivo é que pretendo romper com o hábito de ligar as noções de “sociedade”, “fator social” e “explicação social” a uma súbita *aceleração* na descrição. Quando os sociólogos do social pronunciam as palavras “sociedade”, “poder”, “estrutura” e “contexto”, dão em geral um salto adiante para conectar um vasto conjunto de vida e história, mobilizar forças gigantescas, detectar padrões dramáticos a partir de interações confusas, ver por toda parte, nos casos à mão, ainda mais exemplos de tipos bem conhecidos e revelar, nos bastidores, algumas forças ocultas que manipulam os cordéis. Não que estejam errados: com efeito, antigas relações sociais foram apresentadas de modo a parecer que fornecem uma explicação pronta para muitos assuntos intrigantes. Mas já é tempo de olhar com mais cuidado o tipo de agregados até agora reunidos e os modos como eles se conectam uns com outros.

Quando desejamos descobrir os novos e inesperados atores que surgiram há pouco e ainda não são membros *bona fide* da “sociedade”, temos de viajar por outras plagas, munidos de um instrumental bem diferente. Conforme veremos, há tanta diferença nos dois empregos da palavra “social” quanto entre aprender a dirigir por uma rodovia já existente e explorar pela primeira vez o território acidentado em que uma estrada foi planejada contra o desejo de muitas comunidades locais.¹⁹ Não resta dú-

Os já familiarizados com a ANT acharão mais fácil começar pelo interlúdio, p. 205.

19 Uma leitora, perguntando de que modo nossa teoria do social pode se reconciliar com a sociologia “ortodoxa”, apresentou à guisa de objeção o modo como os doentes de AIDS se mobilizam em grupo. Considerando os “movimentos sociais” tradicionais, pareceu-lhe que as organizações de pacientes se enquadravam nas definições “convencionais” do social, isto porque ela esqueceu completamente quão profundamente inovador foi, para os pacientes, fazer política com retrovírus. Para nós, por outro lado, o ativismo da AIDS e, de um modo mais geral, das organizações de pacientes, constitui exatamente o tipo de inovação que exige definições novas do social. Ver Steven Epstein (1996), *Impure Science. Aids, Activism and the Politics of Knowledge*; Michel Callon e Vololona Rabeharisoa (1999), *Le Pouvoir des Malades*; e

vida de que a ANT prefere viajar sem pressa, por pequenos atalhos, a pé e pagando do próprio bolso o custo do deslocamento.

O motivo dessa mudança de ritmo é que, em lugar de assumir uma postura sensata e impor de antemão um pouco de ordem, a ANT se considera mais capaz de vislumbrar ordem *depois* de deixar os atores desdobrarem o leque inteiro de controvérsias nas quais se meteram. É como se disséssemos aos atores: “Não vamos tentar disciplinar vocês, enquadrá-los em nossas categorias; deixaremos que se atenham a seus próprios mundos e só então pediremos sua explicação sobre o modo como os estabeleceram”. A tarefa de definir e ordenar o social deve ser deixada aos próprios atores, não ao analista. É por isso que para recuperar certo senso de ordem, a melhor solução é rastrear conexões *entre* as próprias controvérsias e não tentar decidir como resolvê-las.²⁰ A busca de ordem, rigor e padrão não é de modo algum abandonada, apenas reposicionada um passo à frente sob a forma de abstração, para que os atores possam desdobrar seus próprios e diversos cosmos, pouco importa quão irracionais pareçam.²¹

É esse nível mais alto de abstração na teoria social que torna di-

Nicolas Dodier (2003), *Leçons Politiques de l'Épidémie de Sida*. Esses livros mostram quão rapidamente as pessoas esquecem as novas associações e as incluem em sua definição “convencional” de sociedade.

20 Um exemplo fascinante da riqueza dessa abordagem está no livro de Boltanski e Thévenot, *On Justification*. Nessa obra de fôlego, os autores mostram ser possível encontrar uma ordem bem mais sólida quando se aceita que cidadãos franceses comuns, envolvidos em polêmicas nas quais precisam justificar suas posições, podem recorrer não a um, mas a seis princípios completos de justificação (as *Cités* ou Ordens de Valor: Mercado, Industrial, Cívico, Doméstico, Inspirado, Opinião), aos quais acrescentaram depois uma possível justificação Verde. Ver Claudette Lafaye e Laurent Thévenot (1993), *Une justification écologique? Conflits dans l'aménagement de la nature*. Embora esses princípios fossem incompatíveis, os sociólogos, dando um passo rumo à abstração, puderam ainda assim torná-los comparáveis. É esse magnífico exemplo do poder da relatividade que procuro imitar aqui.

21 Somente na Parte II trataremos do problema da estabilização de controvérsias. Por razões que só mais tarde ficarão claras, os sociólogos do social não conseguiram manter os dois movimentos separados.

fícil apreender a ANT num primeiro momento. Contudo, semelhante mudança lembra o que um cartógrafo faz quando procura registrar a forma de uma costa estrangeira num pedaço de papel. Poderia se esforçar para dar aos diversos relatórios enviados pelos exploradores um formato geométrico – as baías devem ser círculos, os cabos devem ser triângulos e os continentes devem ser quadrados. Mas, após constatar a tremenda mixórdia criada por esses registros, nenhum dos quais se adapta perfeitamente a formas predeterminadas, ele acatará com gosto qualquer proposição que substitua a busca de rigor geométrico por uma grade cartesiana totalmente abstrata. Depois, usará esse esquema vazio para, com a maior paciência, esboçar a própria costa, desenhando-a na forma tortuosa que a história geológica lhe imprimiu. Embora possa parecer tolo registrar todos os pontos relatados simplesmente por latitude e longitude, mais tolo ainda seria insistir em que sejam conservados apenas os dados enquadráveis num formato geométrico predeterminado. De igual modo, a ANT sustenta ser possível rastrear relações mais sólidas e descobrir padrões mais reveladores quando se encontra um meio de registrar os vínculos entre quadros de referência instáveis e mutáveis, em vez de tentar estabilizar um deles. A sociedade não é mais “aproximadamente” feita de “indivíduos”, “culturas” ou “Estados-nações” do que a África é “aproximadamente” um círculo, a França um hexágono e a Cornualha um triângulo. Não há nada de espantoso nisso, pois toda disciplina científica é um lento treinamento para se perceber o tipo certo de relativismo a ser aplicado aos dados disponíveis. Por que somente a sociologia estaria proibida de inventar seu próprio caminho e obrigada a ater-se ao óbvio? Agora que os geólogos aceitaram a noção de plataformas continentais rígidas e frias flutuando livremente sobre o leito quente e pastoso, que se projeta das profundas fendas oceânicas, os geólogos não se encontram, por assim dizer, em “terreno mais firme”? Similarmente, a ANT alega que encontraremos uma maneira bem mais científica de construir o mundo social, caso nos abstenhamos de interromper o fluxo de controvérsias. Também nós devemos achar nosso terreno firme: sobre

areias movediças. Ao contrário do que se costuma dizer, o relativismo é um modo de flutuar nos dados, não de mergulhar neles.

Entretanto, metáforas tomadas de empréstimo à cartografia ou à física deixam de funcionar muito rapidamente quando o leque de incertezas a ser assumido pelos sociólogos de associação começa a se desdobrar. Em algumas situações extremas, os atores parecem ter uma capacidade impressionante de discordar de tudo o que os sociólogos supostamente tomam como dado a fim de iniciar seu trabalho. Abandonar o quadro de referência fixo oferecido pelo éter, como fizeram os físicos, parece em retrospecto um caso muito simples, comparado àquilo que teremos que renunciar se quisermos deixar os atores livres para desdobrar a plena incomensurabilidade de suas próprias ações com as quais os mundos são feitos.²² Estejamos preparados para esquecer função, estrutura, psique, tempo e espaço, além de quaisquer outras categorias filosóficas e antropológicas, não importa quão profundamente pareçam estar enraizadas no senso comum.

Voltando ao exemplo do cartógrafo, é como se ele tivesse de lidar não apenas com múltiplos relatos de exploradores, mas também com múltiplas grades de projeção em que cada ponto exigisse suas próprias coordenadas *ad hoc*. Frente a tamanha balbúrdia, é possível se decidir por restringir o leque de controvérsias ou levar em conta todas elas. A primeira solução pré-relativista funciona bem, mas pode limitar a sociologia a situações rotineiras, frias, pacíficas. A segunda solução relativista enfrenta situações conturbadas, quentes e radicais, mas então temos de permitir que as controvérsias se desdobrem inteiramente. Tentar harmonizar as duas posições seria absurdo porque as controvérsias não são um mero aborrecimento a evitar, e sim aquilo que permite ao social estabelecer-se e às várias ciências sociais contribuírem para sua construção. Muitas das dificuldades no de-

22 "Fazedoras de mundos" seria uma boa expressão (ver Nelson Goodman [1988], *Ways of World Making*), não fosse pela concepção de "fazer", nela implícita, e a definição de "um mundo". Essa expressão é, pois, provisória até podermos redefinir o construtivismo – p. 130 – e, bem depois, o que significa compor "um mundo comum" – p. 351.

envolvimento dessas disciplinas provieram da recusa a teorizar suficientemente e da equivocada tentativa de apegar-se ao senso comum mesclada a um anseio inoportuno por relevância política. Tal é a posição extrema que procurarei sustentar a todo custo. O problema é que, em suas viagens, os leitores terão de sobreviver com uma estranha dieta: irão se alimentar de controvérsias sobre a constituição do social.

A viagem com a ANT, lamento dizer, será penosamente lenta. Os movimentos serão a todo instante interrompidos, embaraçados, suspensos e desviados pelos cinco tipos de incerteza. No mundo que a ANT tenta percorrer, nenhum deslocamento parece possível sem traslados caros e cansativos. Os sociólogos do social parecem pairar como anjos, transportando poder e conexões quase imaterialmente, enquanto o estudioso da ANT tem de arrastar-se como uma formiga, carregando seu pesado equipamento para estabelecer até o mais insignificante dos vínculos. No final do livro, procuraremos resumir o que distingue um bom de um mau trabalho com a ANT – um teste crucial de qualidade – fazendo três perguntas: todas as dificuldades da viagem foram identificadas? O custo total da jornada de uma conexão a outra foi devidamente pago? O viajante não trapaceou pegando carona, às ocultas, com uma "ordem social" já existente? Enquanto isso, meu conselho é levar a menor mala possível, não esquecer de comprar a passagem e estar preparado para os atrasos.

PRIMEIRA FONTE DE INCERTEZA: NÃO HÁ GRUPOS, APENAS FORMAÇÃO DE GRUPOS

Por onde começarmos? Como sempre, o melhor é começar em meio às coisas, *in medias res*. Que tal a leitura de um jornal? Sem dúvida, temos aí um ponto de partida tão bom quanto qualquer outro. Quando o abrimos, é como uma chuva, uma inundação, uma epidemia, uma peste. A cada duas linhas, um o redator deixa um traço de que um grupo está sendo feito ou desfeito. Lá está o executivo-chefe de uma grande empresa lamentando que, após cinco anos de fusão, os diversos ramos da firma ainda não estejam plenamente integrados. Pergunta-se como “promover uma cultura empresarial comum”. Algumas linhas abaixo, um antropólogo explica que não existe nenhuma diferença “étnica” entre hutus e tutsis em Ruanda, mas, de fato, uma “diferença de classe” instrumentalizada pelos colonizadores e depois “naturalizada” como diferença “cultural”. Na seção de cartas, um escocês lembra aos leitores a “Gloriosa Aliança” entre a França e Maria, rainha da Escócia, motivo pelo qual este país não partilha a violenta eurofobia dos ingleses. Um correspondente da França tenta explicar por que as garotas argelinas de segunda geração vão à escola com o véu islâmico e são vistas por seus professores como “fanáticas” que “se excluem” da República Francesa. Na seção Europa, aprendemos que funcionários da UE estão cada vez mais pensando “como europeus” e já não se mostram tão “leais às suas nacionalidades”. Na seção Música,

uma disputa feroz divide conjuntos barrocos segundo o estilo adotado por cada um, uns acusando os outros de “modernistas”, “inimigos da tradição” e “acadêmicos”. Na seção Computadores, o redator zomba do apego dos usuários de Macintosh às suas máquinas ridiculamente marginais e aventa uma “interpretação cultural” para aquilo que chama de uma forma de “tecnofanatismo”. Mais adiante, um colunista prediz que o Iraque, embora suas fronteiras sejam muito recentes, sobreviverá como nação e não se fragmentará de acordo com as velhas linhas divisórias de religião e “zonas de influência” históricas. Outra coluna ironiza a acusação de que os críticos da guerra no Iraque são “antiamericanos”. E por aí vai.

Relacionar-se com um ou outro grupo é um processo sem fim constituído por laços incertos, frágeis, controvertidos e mutáveis. Não é curioso? Se apenas seguíssemos as pistas dos jornais, o principal postulado da sociologia seria que, a qualquer momento, os atores podem ser *enquadrados* num grupo – às vezes, em mais de um. No entanto, quando lemos os teóricos sociais, parece que a questão mais importante e mais urgente consiste em descobrir com qual grupo é *preferível* iniciar uma pesquisa social. Devemos considerar os agregados sociais como realidades constituídas por “indivíduos”, “organizações”, “classes”, “papéis”, “trajetórias de vida”, “campos discursivos”, “genes egoístas”, “formas de vida”, “redes sociais”? Esses teóricos nunca se cansam de designar certas entidades como reais, sólidas, comprovadas ou estabelecidas, enquanto criticam outras como artificiais, imaginárias, transitórias, fantasiosas, abstratas, impessoais ou destituídas de sentido. Devemos enfatizar o nível micro das interações ou consideraremos mais importante o nível macro? Não seria melhor ver nos mercados, empresas ou redes os ingredientes essenciais de nossa vida coletiva?

Ainda que a nossa experiência mais comum do mundo social é de sermos, simultaneamente, alvo de diversos apelos possíveis e contraditórios de reagrupamento, parece que a decisão mais importante a tomar, antes de nos tornarmos cientistas sociais, é reconhecer quais ingredientes já existem na sociedade. Embora seja óbvio que somos *recrutados* para participar de

um grupo por uma série de intervenções que dão visibilidade àqueles que argumentam em favor da relevância de um agrupamento e da irrelevância de outros, tudo acontece como se os cientistas sociais tivessem de postular a existência, “lá fora”, de um tipo real e de outros conjuntos falsos, obsoletos, insignificantes ou artificiais. Bem sabemos que a primeira característica do mundo social é o constante empenho de algumas pessoas em desenhar fronteiras que as separem de outras; mas os sociólogos do social consideram que a principal característica desse mundo consiste em reconhecer, independentemente de quem as traça e com quais ferramentas, a existência inquestionável das fronteiras. Fato ainda mais estranho, enquanto cientistas sociais, economistas, historiadores, psicólogos e cientistas políticos se ocupam de suas colunas de jornal, demonstrações, aulas, relatórios, pesquisas, comissões e estatísticas para melhor definir e redefinir grupos, para as teorias sociais ainda é como se a existência de atores relevantes não dependesse em nada dessa quantidade enorme de trabalho executado pelos profissionais, ou, pior ainda, é como se esse inevitável circuito reflexivo impedisse a sociologia de se tornar uma ciência. Mas quem saberia invocar o “inconsciente” sem Freud? Quem denunciaria a “alienação” sem Marx? Quem se consideraria de “classe média alta” sem a estatística social? Quem se sentiria “europeu” sem os editoriais da imprensa liberal?

Resumindo: enquanto para os sociólogos, o primeiro problema parece ser determinar um grupo privilegiado, nossa experiência mais comum, se lhe formos fiéis, ensina-nos que existem inúmeras formações de grupo e alistamentos em grupo contraditórios – atividade para a qual os cientistas sociais, inquestionavelmente, contribuem de maneira decisiva. Portanto, a escolha é clara: ou seguimos os teóricos sociais e iniciamos a jornada determinando de início que tipo de grupo e nível de análise iremos enfatizar, ou adotamos os procedimentos dos atores e saímos pelo mundo rastreando as pistas deixadas pelas atividades deles na formação e desmantelamento de grupos.

A primeira fonte de incerteza com a qual devemos aprender é que não há grupo relevante ao qual possa ser atribuído o poder de compor

agregados sociais, e não há componente estabelecido a ser utilizado como ponto de partida incontroverso.²³ Muita pesquisa sociológica começou determinando um ou mais tipos de agrupamentos, se desculpando profusamente antes por essa limitação um tanto arbitrária – imposta, como muitas vezes se argumenta, pela “necessidade de restringir o alcance da investigação” ou pelo “direito que tem o cientista de definir seu objeto”. Mas esse não é de forma alguma o tipo de determinação, o tipo de obrigação, o tipo de defesa com que os sociólogos de associações desejam começar. O dever deles não é estabilizar – inicialmente, quer seja por uma questão de clareza, conveniência ou racionalidade – a lista de agrupamentos que compõem o social. Bem ao contrário: seu ponto de partida tem de ser justamente as controvérsias acerca do agrupamento a que alguém pertence, incluindo, é claro, as dos cientistas sociais em torno da composição do mundo social.

Se alguém me dissesse que palavras como “grupo”, “agrupamento” e “ator” não têm sentido, eu responderia: “Não têm mesmo”. O vocábulo “grupo” é tão vazio que não explicita nem o tamanho nem o conteúdo. Poderia ser aplicado a um planeta ou a um indivíduo; à Microsoft e à minha família; a plantas e a babuínos. Foi por isso que o escolhi.

Esse é um ponto importante do vocabulário da ANT com o qual devo familiarizar o leitor desde já, para que ele não confunda a linguagem do presente livro pelo território que iremos percorrer. Prefiro um vocabulário mais geral, mais banal e mesmo mais vulgar, pois assim não há risco de confundi-lo com o idioma tão prolífico dos próprios atores. Os sociólogos do social quase sempre fazem exatamente o contrário. Estão sempre prontos a produzir termos precisos, bem escolhidos e sofisticados para ex-

23 Os etnométodos de Garfinkel escolheriam os mesmos pontos de partida, começando com relatos rotineiros, em vez de controvérsias, ou apelando para a ideia sagaz de “quebra”, que transforma até encontros pacíficos em controvérsias. Ver Harold Garfinkel (1967), *Studies in Ethnomethodology*. Em ambos os casos, a questão é a mesma: não cabe ao sociólogo decidir antes – e em lugar – do membro aquilo de que o mundo é feito – ideia corrente entre químicos, físicos e naturalistas, mas ainda vista como provocação nas ciências sociais.

primir aquilo que eles dizem que os atores dizem. Mas então correm o risco de confundir as duas metalinguagens – pois também os atores possuem sua própria metalinguagem elaborada e plenamente reflexiva. Se praticam a sociologia crítica, há o perigo ainda maior de calarem por completo os atores. A ANT prefere usar o que chamaríamos de *infralinguagem*, algo que não possui outro sentido além de permitir o deslocamento de um quadro de referência a outro. Em minha experiência, essa é a melhor maneira de fazer com que o vocabulário dos atores seja ouvido em alto e bom som – e em nada me aborrece o fato do jargão dos cientistas sociais estar sendo, ele sim, desprezado. Se eu tivesse fazer uma lista das características que deve ter uma boa descrição ANT – e isso representaria um bom indicador de qualidade –, perguntaria: os conceitos dos atores figurariam como *mais fortes* que o do analista? Ou o próprio analista monopolizaria o discurso? No que toca aos relatos escritos, eles exigem um julgamento preciso, mas difícil: o texto que comenta diversas citações e documentos é mais, menos ou tão interessante quanto as expressões e atitudes dos atores? Se é fácil para você passar por estas provas, então a ANT não lhe diz respeito.

UMA LISTA DE TRAÇOS DEIXADOS PELA FORMAÇÃO DE GRUPOS

Não há motivo para se chegar à conclusão de que devemos desesperar da ciência social por causa das muitas disputas entre os teóricos sociais e entre os próprios atores sobre o que seria o componente básico da sociedade. A ANT não afirma que um dia saberemos se a sociedade é “realmente” feita de pequenos agentes individuais calculistas ou de portentosos macroatores; nem afirma que, como vale tudo, a pessoa pode escolher seu candidato favorito ao acaso. Ao contrário, chega à conclusão relativista, isto é, científica, de que essas controvérsias proporcionam ao analista os recursos necessários para rastrear as conexões sociais. A ANT sustenta apenas que, uma vez acostumados a esses muitos quadros de referência

mutáveis, chegaremos a uma boa compreensão de como o social é gerado, porquanto a conexão relativista entre quadros de referência permite um julgamento mais objetivo que as posições absolutas (ou seja, arbitrários) sugeridas pelo senso comum. Eis o motivo pelo qual é tão importante não começar por pronunciamentos do tipo: “Os agregados sociais são constituídos principalmente de (x)”. Não faz diferença se (x) representa “agente individual”, “organizações”, “raças”, “pequenos bandos”, “Estados”, “pessoas”, “membros”, “força de vontade”, “libido”, “biografias”, “campos” ou seja lá o que for. A ANT, pura e simplesmente, não considera sua função estabilizar o social em nome das pessoas que estuda: este é o dever dos “próprios atores”, um clichê satanizado que logo examinaremos.

Embora, à primeira vista, possa parecer mais fácil para os sociólogos estabelecer um grupo, em vez de mapear as controvérsias em torno da formação de grupos, ocorre exatamente o contrário e por boas razões empíricas. As formações de grupos deixam muito mais traços em sua esteira do que as conexões já estabelecidas, as quais, por definição, devem permanecer mudas e invisíveis. Se um dado conjunto aí está pura e simplesmente, então é invisível e nada se pode dizer a seu respeito. O conjunto não deixa rastros e, portanto, não gera nenhuma informação; se é visível, está se fazendo e gerará dados novos e interessantes. A solução é substituir a lista de agrupamentos compostos de agregados sociais – tarefa impossível – pela de elementos sempre presentes em *controvérsias* a respeito de grupos – tarefa bem mais simples. Essa segunda lista é sem dúvida mais abstrata, pois envolve o trabalho necessário para delinear qualquer agrupamento; ao mesmo tempo, porém, gera muito mais dados, porque toda vez que um novo agrupamento é mencionado, o mecanismo de fabricação responsável por mantê-lo vivo se torna visível e, portanto, passível de ser rastreado. Se, após cento e cinquenta anos, os sociólogos ainda não sabem com clareza o que vem a ser um agregado social “correto”,²⁴ é muito mais simples aceitar

24 Um dos motivos dessa perpétua incerteza sobre o ponto de partida – indivíduo, estruturas, campos, trajetórias etc. – deve-se à crença de que a sociedade é classificada

que em qualquer controvérsia a respeito da formação de grupos – inclusive, é claro, as disputas acadêmicas – alguns itens sempre estarão presentes: se faz com que os grupos falem; antigrupos são mapeados; novos recursos são procurados para consolidar-lhes as fronteiras; e profissionais com sua parafernália altamente especializada são mobilizados.

Primeiro, para delinear um grupo, quer seja necessário criá-lo do nada ou simplesmente restaurá-lo, cumpre dispor de “porta-vozes” que “falem pela” existência do grupo – e eles às vezes são bastante tagarelas, como fica claro pelo exemplo dos jornais. Mas não importa o exemplo que se tome, sejam feministas que possuem cães na Califórnia, cossovares na ex-Sérvia, “*chevaliers du tastevin*” em minha Borgonha natal, achuares na Amazônia, contadores, antiglobalistas, sociólogos da ciência, egos, trotskystas, operários, forças de mercado, conspirações etc., todos necessitam de pessoas definindo quem são, o que deveriam ser e o que foram. Estão sempre em ação, justificando a existência do grupo, invocando regras e precedentes – e, como veremos, opondo uma definição às demais. Os grupos não são coisas silenciosas, mas o produto provisório de um rumor constante feito por milhões de vozes contraditórias sobre o que vem a ser um grupo e quem pertence a ele. Pense-se na massa de falas e escritos acumulada para delinear este conjunto extraordinário: o *Homo oeconomicus*.²⁵ Não existe grupo sem oficial de recrutamento. Não há rebanho de ovelhas sem seu pastor – com seu cão, cajado, pasta com todos os certificados de vacinação, papelada para obter subsídios da UE. Se você ainda acredita que

conforme o tamanho, de Pequeno a XXL. A origem de semelhante equívoco e os modos de evitá-lo só serão tratados na segunda parte do livro – ver p. 253.

25 Gabriel Tarde (1902), *Psychologie Économique*. A principal obra ainda é Karl Polanyi (1944), *The Great Transformation*, mas veja também Albert O. Hirshmann, *The Passions and the Interests*, e Michel Callon (1998b), *The Laws of the Markets*, bem como as áreas de antropologia e economia. Para estudos empíricos recentes sobre a perspectiva da ANT, ver Fabian Muniesa (2004), *Des marchés comme algorithmes: sociologie de la cotation électronique à la Bourse de Paris*, e Vincent Lépinay (2003), *Les formules du marché. Ethno-Économie d'une innovation financière: les produits à capital garanti*.

grupos como o “indivíduo” existem “por si mesmos”, procure lembrar-se de quanto trabalho foi necessário para que você pudesse “tomar as rédeas de sua própria vida”. Quantas incontáveis recriminações de pais, professores, patrões, cônjuges e colegas, até aprendermos que melhor seria, talvez, ter nosso próprio grupo (o ego)? Mas quão depressa esquecemos essa lição!²⁶ Embora os grupos pareçam já plenamente equipados, a ANT não encontra nenhum sem um longo séquito de formadores de grupos, porta-vozes de grupos e defensores de grupos.

Segundo, sempre que algum trabalho é necessário para traçar ou retraçar as fronteiras de um grupo, outros agrupamentos são classificados de vazios, arcaicos, perigosos, obsoletos etc. É pela comparação com outros vínculos concorrentes que se enfatiza um vínculo. Assim, para cada grupo a ser definido, aparece logo uma lista de *antigrupos*. Isso é muito vantajoso para quem observa, pois significa que os atores estão sempre mapeando o “contexto social” em que estão inseridos e oferecendo ao analista um arcabouço teórico completo do tipo de sociologia com que pretendem ser estudados.²⁷ Por isso é tão importante *não* definir de antemão que tipo de agregados sociais poderia fornecer o contexto para todos esses mapas. O delineamento de grupos é não apenas uma das ocupações dos cientistas sociais, mas também a tarefa constante dos próprios atores. Estes fazem sociologia para os sociólogos, e os sociólogos aprendem deles o que compõe seu conjunto de associações.

Embora possa parecer óbvio, semelhante resultado na verdade se opõe à sabedoria básica dos sociólogos críticos. Para eles, os atores não captam o quadro inteiro e permanecem como meros “informantes”. É por

26 Um grande feito da interpsicologia de Tarde foi relacionar o grau de influência com o aumento da individualização; ver Gabriel Tarde (1901[1989]), *L'Opinion et la Foule*, e Tarde, *On Communication and Social Influence*.

27 Ninguém desenvolveu tanto o tema quanto Garfinkel. Ver o famoso caso de incerteza de filiação de gênero de Agnes e sua crítica em Norman K. Denzin (1990), *Harold and Agnes: a feminist narrative undoing*.

isso que é preciso lhes *ensinar* qual é o contexto “no qual” estão situados e “do qual” só percebem uma pequena parte, enquanto o cientista social, pairando no alto, vê “a coisa toda”. A justificativa costumeira para essa visão abrangente é: os cientistas fazem “reflexivamente” o que os informantes fazem “sem saber”. Mas até isso é discutível. A pouca lucidez que os cientistas sociais reúnem é tomada da formação reflexiva de grupos, que eles, nessa altura de sua pesquisa, usam como parasitas. Em geral, o que passa por reflexividade na maior parte das ciências sociais é a absoluta irrelevância das questões suscitadas pelo analista a respeito de algumas preocupações sérias dos atores.²⁸ Regra geral, convém estabelecer como postura padrão que o pesquisador está, em termos de reflexividade, sempre um passo *atrás* daqueles que estuda.

Terceiro, quando grupos são formados ou redistribuídos, seu porta-voz procura desesperadamente maneiras de *de-fini*-los. Fronteiras são demarcadas, delineadas, fixadas e conservadas. Cada grupo, grande ou pequeno, requer um *limes* [sulco] igual ao que, na mitologia, Rômulo cavou à volta da Roma nascente. Isso é muito conveniente para o analista, pois toda formação de grupo será acompanhada da busca de um amplo leque de características mobilizadas para consolidar as fronteiras desse grupo contra as pressões adversas dos grupos antagonísticos que ameaçam dissolvê-lo. Há inúmeras maneiras de tornar a definição de grupo uma coisa finita e segura, tão segura e finita, ao fim e ao cabo, que parece o objeto de uma definição não problemática. Pode-se apelar para a tradição ou a lei. Podem-se inventar híbridos esquisitos, como “essencialismo estratégico”, ou atribuir as fronteiras à “natureza”. Pode-se até mesmo transformá-las em “composição genética”, associá-las a “sangue e terra”, identificá-las com “tradição folclórica”, confundi-las com costumes ou hábitos. Ou então associá-las a

28 “Reflexividade” é um termo enganoso que tem um significado interessante quando aplicado a atores e objetos, mas deletério quando tomado como virtude epistemológica para proteger o sociólogo de uma quebra de objetividade. Ver Antoine Hennion (2004), *Pragmatics of taste*.

liberdade, emancipação, artifício, moda ou história. No fim, parecerão tão inquestionáveis que serão tomadas como coisa certa e não mais produzirão nem traços, nem fagulhas, nem informações. O conjunto está agora inteiramente *fora* do mundo social – no sentido da ANT –, embora se tenha tornado, na acepção corriqueira, membro *bona fide* do social.

Quarto, entre os muitos porta-vozes que possibilitam a definição durável de grupos, devemos incluir os cientistas sociais, as ciências sociais, a estatística social e o jornalismo social. Essa é uma das diferenças essenciais entre as duas escolas de pensamento. Para os sociólogos do social, a sociologia deve insistir em tornar-se uma ciência no sentido tradicional e desinteressado de um olhar dirigido ao mundo exterior, o que possibilitará uma descrição até certo ponto independente dos grupos materializados pelos atores. Para os sociólogos de associações, qualquer estudo de qualquer grupo por qualquer cientista integra aquilo que faz o grupo existir, durar, decair ou desaparecer. No mundo desenvolvido, não existe sequer um grupo sem pelo menos um instrumento da ciência social a ele ligado. Não se trata de nenhuma “limitação inerente” à disciplina, devida ao fato de os sociólogos serem também “membros sociais” e terem dificuldade em “romper” os laços com suas próprias “categorias sociais”. Isso ocorre apenas porque estão lado a lado com aqueles que estudam, fazendo exatamente o mesmo trabalho e participando da mesma função de traçar vínculos sociais, embora com ferramentas diferentes e com diferentes vocações profissionais. Se, na primeira escola, atores e estudiosos estão em barcos separados, na segunda permanecem num só o tempo todo e desempenham o mesmo papel, ou seja, formação de grupos. Para agrupar o social, a colaboração de todos é necessária. Apenas no fim do livro revelaremos as consequências dessa igualdade fundamental.

Não importa quão tosca e experimental minha lista pareça, já é possível aprender como traçar com ela inúmeras conexões sociais, deixando de insistir teimosamente na tarefa impossível de estabelecer de uma vez por todas qual é a unidade certa de análise que a sociologia deve enfatizar. Contudo, esta é uma vantagem apenas parcial da ANT. Por um lado, fica-

mos livres de uma tarefa inviável, que teria reduzido nossa velocidade; por outro, precisamos agora levar em conta muito mais cartografias contraditórias do social do que gostaríamos – e isso vai nos retardar ainda mais.

SEM TRABALHO, SEM GRUPO

A escolha, como acabamos de ver, não é entre a certeza e a confusão, entre a arbitrariedade de uma decisão *a priori* e o lamaçal de diferenças sem fim. O que perdemos – uma lista fixa de grupos – recuperamos, pois os agrupamentos precisam ser feitos ou refeitos constantemente e, durante essa criação ou recriação, os construtores deixam para trás inúmeros traços que podem ser usados como dados pelo informante. Uma das maneiras de realçar essa diferença é dizer que agregados sociais não são objeto de uma definição *ostensiva* – como copos, gatos e cadeiras, que podem ser apontados com o indicador –, mas apenas de uma definição *performativa*. São feitos pelos vários modos que lhes dão existência. Essa definição, contudo, acarreta várias dificuldades delicadas, de ordem linguística e metafísica. Não quero sugerir que os grupos são criados por um *fiat* ou, pior ainda, a partir de atos de fala por meras convenções.²⁹ Vou apenas sublinhar a diferença entre grupos dotados de certa inércia e agrupamentos que precisam ser mantidos o tempo todo por algum esforço de formação de grupos. Os sociólogos do social gostam de apelar para a “inércia social”, como se existisse em algum lugar um estoque de conexões cujo capital pudesse ser

29 Não no sentido dado à ciência social em John Searle (1995), *The Construction of Social Reality*, mas antes no proposto em Ian Hacking (1992), *The self-vindication of the laboratory sciences* para explicar o êxito da ciência natural. A fim de poupar o naturalismo, Searle definiu o mundo social por sua autoconstituição, alargando assim o abismo entre questões de fato e a lei social. Mas uma rápida pesquisa elimina a distinção, pois seria totalmente impossível preservar algo como o dinheiro – seu exemplo favorito – sem materiais, e nenhuma questão de fato pode ser definido sem categorias, formalismo, convenção e tradução, a começar por medidas. Ver p. 160.

erodido somente depois de muito tempo. Para a ANT, se você parar de fazer e refazer grupos, parará de ter grupos. Nenhum reservatório de forças fluindo de “forças sociais” irá ajudá-lo. Para os sociólogos do social, a ordem é a regra; a decadência, a mudança ou a criação são as exceções. Para os sociólogos de associações, a regra é a *performance* e aquilo que tem de ser explicado, a exceção perturbadora, é qualquer tipo de estabilidade a longo prazo e em larga escala. É como se, nas duas escolas, frente e fundo se invertessem.

As consequências dessa inversão são enormes. Se inércia, durabilidade, alcance, solidez, compromisso, lealdade, adesão etc. precisam ser explicados, isso não pode ser feito sem se procurarem veículos, ferramentas, instrumentos e materiais aptos a proporcionar estabilidade (ver a terceira e a quarta incertezas). Se, para os sociólogos do social, a grande virtude do apelo à sociedade é que assim conseguem oferecer essa estabilidade duradoura numa bandeja, e de graça, nossa escola considera a estabilidade exatamente aquilo que tem de ser explicado por *meios* dispendiosos e cansativos. Além de tudo, por definição, esses instrumentos não podem ser apenas “sociais”, pois precisam fazer com que o agrupamento vá *mais longe* e subsista *por mais tempo*. O problema com qualquer definição ostensiva do social é que nenhum esforço extra parece necessário para preservar a existência dos grupos, enquanto a influência do analista não conta para nada – ou é um mero fator de perturbação que deve ser minimizado a todo custo. Já a grande vantagem de uma definição performativa caminha no sentido contrário: enfatiza tanto os meios imprescindíveis para manter indefinidamente os grupos, quanto as contribuições cruciais que são dadas pelos próprios recursos do analista. A sociologia de associações tem de pagar o preço, em notas miúdas, daquilo que a sociologia do social parece manter em estoque, numa quantidade inesgotável.

Ao apontar os meios práticos necessários para delinear grupos e preservar sua existência, deparamo-nos com um conflito de atribuições que assinala claramente um ponto de partida – não de chegada! – entre as rodovias dos sociólogos do social e as delicadas trilhas das regiões que que-

remos mapear. Tudo depende do que se entenda por “meios”. Os primeiros pesquisadores exclamam: “Sem dúvida, precisamos começar de alguma parte; por que, então, não fazê-lo definindo a sociedade como algo composto de (x)?” Os outros bradam com a mesma veemência: “Que os atores façam o trabalho por nós! Não definamos para eles o que compõe o social!” O motivo dessa diferença nas atribuições é que, aos olhos do grupo anterior, a escolha do ponto de partida não é nada importante, pois o mundo social já existe. Para ele, se enfatizarmos “classes” em vez de “indivíduos”, “nações” em vez de “classes”, “trajetórias de vida” em vez de “papéis sociais” ou “redes sociais” em vez de “organizações”, todos os caminhos se encontrarão no fim, já que de certa forma são meios puramente arbitrários de delinear o mesmo animal gigantesco – tal qual ocorreu com o elefante proverbial, agarrado sucessivamente pela perna, pela orelha, pelo tronco e pela presa. No entanto, tudo se passa de maneira diferente com a ANT porque, para começar, nem a sociedade nem o social existem. Precisam ser retrçados por meio de mudanças sutis na conexão de recursos não sociais. Assim, qualquer escolha de ponto de partida nos levará a desenhar um animal inteiramente diverso, sem comparação com nenhum outro. Para a primeira escola, a sociedade está sempre aí, colocando todo o seu peso no veículo que a puder carregar; na segunda abordagem, os laços sociais têm de ser traçados pela *circulação* de diferentes veículos não intercambiáveis.

Por exemplo, se um informante afirma viver “num mundo ordenado por Deus”, essa afirmação não difere da de outro informante que se diz “dominado pelas forças de mercado”, pois ambos os termos – “Deus” e “mercado” – são meras “expressões” do *mesmo* mundo social. Contudo, para o sociólogo da ANT, fazem uma diferença enorme, insuperável e incomensurável. Uma associação com Deus *não* é substituível por nenhuma outra, é absolutamente específica e não se reconcilia com as compostas por forças de mercado, as quais, por sua vez, designam um padrão completamente diferente dos padrões tecidos por vínculos jurídicos. Os sociólogos do social sempre têm à disposição um terceiro termo estável e absoluto

para o qual podem ser vertidos todos os vocabulários dos informantes, um vocabulário padrão que funciona como uma espécie de câmara de compensação das mudanças instantâneas entre bens dotados da mesma qualidade homogênea – ou seja, são todos sociais. Os sociólogos da ANT, de seu lado, não dispõem dessa moeda corrente. O mundo social não substitui nada, não expressa nada de maneira mais clara e não pode ser substituído por nada, sob qualquer forma ou disfarce. Ele não é a medida comum de todas as coisas, como um cartão de crédito aceito em todos os lugares. Não passa de um movimento que só pode ser captado, e ainda assim de maneira indireta, quando ocorre uma ligeira mudança numa associação mais antiga, da qual nasce outra nova e um pouco diferente. Longe de se mostrar estável e sólida, esta é apenas uma fagulha ocasional gerada pela modificação, pelo choque, pelo leve deslocamento de outros fenômenos não sociais. Significará isso que devemos levar a sério as diferenças palpáveis e, às vezes, estranhamente pequenas entre as muitas maneiras pelas quais as pessoas “realizam o social”? Temo que sim.

MEDIADORES VERSUS INTERMEDIÁRIOS

Poderíamos atenuar as diferenças entre as duas escolas dizendo que, “naturalmente”, no entender de todos os cientistas sociais, os grupos precisam ser feitos e refeitos por outros meios, não sociais, e que não existe agrupamento capaz de preservar sua existência sem algum tipo de manutenção. Sem dúvida, todos concordarão que, por exemplo, as festas populares são necessárias para “renovar os laços sociais”; que a propaganda é indispensável para “aquecer” as paixões das “identidades nacionais”; que as tradições são “inventadas”; que, para uma companhia, convém distribuir um jornal a fim de “criar lealdades”; que, sem etiquetas de preço e códigos de barra, seria muito difícil “calcular” preços; que algumas palmadinhas não fazem mal nenhum à criança pequena, pois

assim ela se tornará “responsável”; e que, à falta de um totem, seria difícil para uma tribo “reconhecer-se” membro do mesmo clã. Esses tipos de expressão saltam sem dificuldade de nossos teclados. Entretanto, seu efeito preciso depende de como entendemos os diversos modos de falar alusivos à “formação” de grupos. Para os sociólogos do social, tais termos designam os muitos avatares que a *mesma* ordem social pode assumir e as variadas ferramentas com que ela “representa” a si própria ou por intermédio das quais é “reproduzida”.³⁰ Em sua visão, “forças sociais” estão sempre presentes nos bastidores, de sorte que os meios para concretizar essa presença importam muito – mas nem tanto.

Para os sociólogos de associações, fazem toda a diferença do mundo porque não existe uma sociedade por onde começar, nenhuma reserva de vínculos, nenhum tranquilizador vidro de cola para manter unidos todos esses grupos. Se você não promover a festa hoje ou não imprimir o jornal agora, simplesmente perderá o agrupamento, que não é um edifício à espera de restauração, mas um movimento que precisa continuar. Se uma dançarina para de dançar, adeus à dança. A força de inércia não levará o espetáculo adiante. Por isso precisei introduzir a distinção entre o ostensivo e o performativo: o objeto de uma definição ostensiva permanece aí, não importa o que aconteça ao dedo indicador de quem assiste. Mas o objeto de uma definição performativa desaparece quando não é mais representado – ou, caso permaneça, isso significa que *outros* atores entraram em cena. E essa cena, por definição, não pode ser o “mundo social”, pois ele próprio fatalmente precisa de renovação.

30 A palavra “reprodução”, tão usada em expressões como “reprodução social”, assume dois sentidos inteiramente diversos, dependendo da relação entre produto e “reprodutor”. Na maioria das vezes, o produto é totalmente previsto pelo progenitor. Assim, nada é acrescentado pela “re-produção”, vista apenas como uma cadeia de intermediários imprescindíveis, mas quase inteiramente passivos.

DURKHEIM NUM MOMENTO DE TARDE

Como mostram as seguintes citações da famosa passagem de Durkheim sobre o papel dos totens na constituição de grupos, é bem sutil a diferença entre o mediador e o intermediário. O totem expressa o grupo, facilita sua coesão ou é ele o que permite ao grupo existir como tal?

Eis como Durkheim (1915/1947, p. 230-31, 233) responde à pergunta:

Que um emblema seja útil como centro aglutinante para qualquer tipo de grupo, nem é preciso dizer. Expressando a unidade social em forma material, torna-a mais óbvia para todos e, por esse motivo, o uso de símbolos emblemáticos deve ter se espalhado rapidamente, uma vez concebido. Há mais, porém: tal ideia sem dúvida deveria brotar espontaneamente das condições da vida comum. Com efeito, o emblema não é apenas um processo conveniente para esclarecer o sentimento da sociedade em relação a si própria, mas serve também para criar esse sentimento: é um de seus elementos constitutivos.

Além disso, sem símbolos, os sentimentos sociais só teriam uma existência precária... Todavia, se os movimentos graças aos quais esses sentimentos se exprimem são conectados a algo que perdura, os próprios sentimentos se tornam mais duradouros. Essas outras coisas estão constantemente trazendo-os à lembrança, suscitando-os; é como se aquilo que os excitou no princípio continuasse a agir. Assim, os sistemas de emblemas, necessários para que a sociedade se conscientize de si mesma, revelam-se igualmente necessários para garantir a perpetuidade da consciência.

Portanto, devemos nos guardar de ver nos símbolos meros artifícios, espécie de rótulos colados a representações já feitas para que fiquem mais manipuláveis: eles são parte integrante delas...

A unidade do grupo torna-se, pois, visível apenas no emblema coletivo que reproduz o objeto designado por esse nome. O clã é, em essência, uma reunião de indivíduos que trazem o mesmo nome e se congregam ao redor do mesmo signo. Elimine-se o nome e o signo que o materializa – e o clã já não é mais representável.

Para empregar dois dos poucos termos técnicos a que recorrerei nesta obra introdutória, faz grande diferença se os meios de produzir o social são encarados como *intermediários* ou *mediadores*. No início, a bifurcação parece insignificante, mas por fim nos conduzirá a territórios diferentes. Sem dúvida, tal matiz só se tornará plenamente visível no final do livro –

caso o leitor tenha a paciência de chegar até lá! Mas convém nos familiarizarmos com ele o mais cedo possível, pois será nossa senha o tempo todo.

Um *intermediário*, em meu léxico, é aquilo que transporta significado ou força sem transformá-los: definir o que entra já define o que sai. Para todos os propósitos práticos, um intermediário pode ser considerado não apenas como uma caixa-preta, mas uma caixa-preta que funciona como uma unidade, embora internamente seja feita de várias partes. Os *mediadores*, por seu turno, não podem ser contados como apenas um, eles podem valer por um, por nenhuma, por várias ou uma infinidade. O que entra neles nunca define exatamente o que sai; sua especificidade precisa ser levada em conta todas as vezes.³¹ Os mediadores transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente veiculam. Não importa quão *complicado* seja um intermediário, ele deve, para todas as propósitos práticos, ser considerado como uma unidade – ou nada, pois é fácil esquecê-lo. Um mediador, apesar de sua aparência simples, pode se revelar *complexo* e arrastar-nos em muitas direções que modificarão os relatos contraditórios atribuídos a seu papel. Um computador em perfeito funcionamento é ótimo exemplo de um intermediário complicado, enquanto uma conversa banal pode se transformar numa cadeia terrivelmente complexa de mediadores onde paixões, opiniões e atitudes se bifurcam a cada instante. No entanto, quando quebra, o computador se torna um mediador pavorosamente complexo, ao passo que uma sofisticada discussão em uma mesa redonda em um encontro acadêmico às vezes se transforma num intermediário to-

31 Que as relações entre causas e efeitos devam de ser alteradas, já se sabe. Antes que o lírio aprenda a absorver a energia solar por meio da fotossíntese, o sol não é a “causa” do lírio; antes que Veneza aprendesse a boiar nas águas, a laguna não era um dos motivos de seu desenvolvimento. Causas e efeitos são apenas uma maneira retrospectiva de interpretar *eventos*. Isso se aplica a eventos tanto “naturais” quanto “sociais”. Sobre essa filosofia da causalidade, ver Isabelle Stengers (2002), *Penser avec Whitehead*.

talmente previsível e monótono, repetindo uma decisão tomada em outra parte.³² Como iremos descobrindo aos poucos, é essa constante incerteza quanto à natureza íntima das entidades – elas se comportam como intermediários ou mediadores? – a fonte de todas as outras incertezas que decidimos acompanhar.

Uma vez definido isso, vemos que não basta para os sociólogos reconhecer que um grupo não é “feito”, “reproduzido” ou “construído” de várias maneiras e expresso por muitos instrumentos. Na verdade, diante do que a maioria dos sociólogos chama de “construção”, não sabemos bem se conseguiram levantar uma simples choupana – que dizer, então, de uma sociedade (ver mais, a esse respeito, na página 88)? A verdadeira diferença entre as duas escolas de pensamento se torna visível quando os “meios” ou “ferramentas” usados na “construção” são encarados como mediadores e não como meros intermediários. Se isso lembra o ato de desemaranhar uma grenha, que seja; mas ocorre porque a pequena diferença no rumo tomado pelas duas sociologias não é maior que a espessura de um fio de cabelo. Afinal, se os físicos puderam desembaraçar-se do éter, foi depois de desemaranhar muita cabeleira.

O matiz pode parecer irrelevante, mas seus efeitos são drásticos. Se, por exemplo, uma diferença social é “expressa em” ou “projetada sobre” um detalhe de moda, mas esse detalhe – digamos, um brilho de seda e não de *nylon* – for visto como um intermediário que transmite fielmente algum significado social – “seda representa sofisticação”, “*nylon* representa cafonice” –, então terá sido inútil o apelo ao detalhe do tecido. Foi mobilizado apenas para fins de ilustração. Mesmo sem a diferença química entre seda e *nylon*, a discrepância entre sofisticados e cafonas existiria de qualquer forma; foi simplesmente “representada” ou “refletida” por uma peça de roupa que permaneceu de todo indiferente à própria composição. Se, ao contrário, as diferenças químicas e

32 Para o emprego dessa distinção entre complexidade e complicação, ver Shirley Strum e Bruno Latour (1987), *The meanings of social: from baboons to humans*.

de manufatura forem tratadas como outros tantos mediadores, então pode suceder que, *sem* os inúmeros matizes materiais indefinidos entre a maciez, o toque, a cor, o brilho da seda e do *nylon*, essa diferença social não exista absolutamente.³³ A distinção infinitesimal entre mediadores e intermediários é que produzirá, no fim, todas as diferenças de que precisamos entre os dois tipos de sociologia. Resumamos o contraste de uma maneira rudimentar: os sociólogos do social acreditam em *um* tipo de agregados sociais, *poucos* mediadores e *muitos* intermediários; para a ANT, *não* há um tipo preferível de agregados sociais, existem *incontáveis* mediadores e, quando estes são transformados em fiéis intermediários, não temos aí a regra, mas uma exceção *rara* que deve ser explicada por algum trabalho extra – usualmente a mobilização de ainda mais mediadores!³⁴ Nunca dois pontos de vista sobre um mesmo objeto foram tão discrepantes!

É surpreendente ver uma intuição tão básica não ser compartilhada pela sociologia convencional, embora eu tenha dito antes que a ANT nada mais é que a reformulação das esperanças mais caras da ciência social.³⁵ Um dos possíveis motivos para não se ter reconhecido a paridade intrínseca entre atores e cientistas sociais, todos engajados em controvérsias a respeito de grupos, é que a sociologia esteve envolvida desde o início em uma *engenharia social*. Já no começo houve uma espécie de confusão de atribuições. Decidindo que seu trabalho era definir aquilo de que é feito o mundo social, os sociólogos, em meados do século 19, assumiram as atri-

33 Para a história socioquímica do *nylon*, ver Susannah Handley (2000), *Nylon: The Story of a Fashion Revolution: A Celebration of Design from Art Silk to Nylon and Thinking Fibres*. Ver a biografia de Coco Chanel por Axel Madsen (1991), *Chanel: A Woman of Her Own*.

34 Essa estabilização de controvérsias por meio das noções-chave de formas e padrões será tratada na Parte II.

35 Para o lugar das ciências sociais entre as ciências de governo, ver Paolo Napoli (2003), *Naissance de la Police Moderne: Pouvoirs, Normes, Société*, e Audren, *Les juristes et les sociologues*.

buições dos políticos. Se a política é definida, conforme veremos adiante, como a composição progressiva da vida coletiva, alguns sociólogos, fartos do período revolucionário, encontraram uma maneira de abreviar o lento e doloroso processo de composição, resolvendo determinar por conta própria quais eram as unidades relevantes da sociedade. A maneira mais simples de fazer isso foi livrar-se dos parâmetros mais extravagantes e imprevisíveis pelos quais os próprios atores definiam seu “contexto social”. Teóricos sociais começaram a brincar de legisladores, encorajados pelo Estado, comprometido com a cruel tarefa da modernização.³⁶ Além disso, tal gesto passava por indício de criatividade científica, pois os cientistas, desde Kant, tinham de “construir seu próprio objeto”. Atores humanos se viram reduzidos a meros informantes que apenas respondiam às perguntas do sociólogo entronizado como juiz, produzindo assim, supostamente, uma disciplina tão científica quanto a química ou a física.³⁷ Sem essa pesada obrigação de bancar o legislador, o sociólogo não teria limitado a primeira fonte óbvia de incerteza, rompendo todos os laços com o labor explícito e reflexivo dos métodos dos próprios atores. Os antropólogos, ocupando-se de pré-modernos e não tão pressionados a imitar as ciências naturais, foram mais felizes e permitiram que seus atores criassem um mundo bem mais rico. De várias maneiras, a ANT é simplesmente uma tentativa de dar tanto espaço aos membros da sociedade contemporânea para definirem a si próprios quanto o oferecido pelos etnógrafos. Se, como sustento,

36 Uso aqui o argumento bem mais claro de Zygmunt Bauman (1992) em *Intimations of Postmodernity*, que distingue entre “legisladores” e “intérpretes”. Tarde é interessante exatamente porque evitou, como fez Garfinkel anos depois, o papel de legislador.

37 A epistemologia das ciências sociais ocupou-se obsessivamente do tema do direito que tem o observador de definir o tipo de entidades com as quais devemos lidar. Esse tema, em si, é uma estranha filosofia da ciência tomada, ao menos no caso francês, da interpretação da física por Gaston Bachelard. Ver Pierre Bourdieu, Jean-Claude Chamboredon e Jean-Claude Passeron (1991), *Craft of Sociology: Epistemological Preliminaries*, construído quase inteiramente a partir da filosofia da ciência de Bachelard. Fica claro que qualquer mudança na concepção de ciência alterará também as pretensões e tarefas da ciência *social*.

“jamais fomos modernos”, a sociologia pode finalmente tornar-se tão profícua quanto a antropologia.³⁸

Acredito que, com o equipamento extremamente leve definido acima, estejamos agora preparados para tirar proveito da primeira fonte de incerteza. Os leitores podem começar a mapear as muitas maneiras contraditórias pelas quais os agregados sociais são constantemente evocados, suprimidos, distribuídos e reinstalados. Por razões científicas, políticas e mesmo morais, não convém que os pesquisadores definam antes dos atores, e *no lugar* deles, o elemento básico de que o mundo social é feito. Essa é uma lição negativa, não há dúvida, mas também uma maneira vigorosa de reverter a pretensão política que prejudica tantos sociólogos críticos. Talvez seja tempo de resgatar a famosa frase de Marx: “Os cientistas sociais transformaram o mundo de várias maneiras. Mas o que se deve fazer é *interpretá-lo*”. No entanto, a fim de interpretar o mundo, temos de esquecer a estranha ideia de que todas as línguas podem ser vertidas para o idioma já solidamente estabelecido do social. Esse adestramento preparatório é importante porque, como veremos no próximo capítulo, os agregados sociais não devem ser feitos de laços *humanos*.

38 Embora eu tenha escrito sobre o modernismo – como defini-lo, como estudá-lo, como superá-lo – em Bruno Latour (1993), *We Have Never Been Modern*, deixo aqui essa questão de lado para me concentrar na teoria social que uma alternativa ao modernismo exige – sendo que a outra exigência é uma mudança paralela na concepção de natureza, conforme mostrei em Latour, *Politics of Nature*.

SEGUNDA FONTE DE INCERTEZA: A AÇÃO É ASSUMIDA

Na maioria das situações, usamos “social” para significar aquilo que já está reagregado e age como um todo, sem insistir muito na exata natureza do que foi reunido, amarrado e empacotado conjuntamente. Quando dizemos que algo é “social” ou tem “dimensão social”, mobilizamos um acervo de características que, por assim dizer, marcham juntas independentemente de o acervo ser composto de tipos de entidades muito diversas. Esse uso simples do termo funciona enquanto não confundimos as frases “O social é um agregado?” e “O social designa um objeto particular”. Pela primeira, exprimimos apenas que estamos às voltas com um caso rotineiro cujos *vínculos* constituem o aspecto principal; pela segunda, designamos uma espécie de substância cuja característica mais notória são suas *diferenças* em relação a outros tipos de objeto. Deixamos implícito que alguns conjuntos são feitos de material social e *não* de blocos físicos, biológicos ou econômicos, bem ao modo como as casas dos Três Porquinhos são feitas de palha, madeira e pedra. Para evitar a confusão entre os dois significados de social, precisamos recorrer a uma segunda fonte de incerteza, esta relativa à natureza heterogênea dos ingredientes que formam os laços sociais.

Quando agimos, quem mais age? Quantos agentes se apresentam? Por que nunca faço o que quero? Somos dirigidos por forças estranhas?

Temos aí a mais antiga e legítima preocupação dessas ciências, que nos fascina desde quando multidões, catervas, meios estatísticos, mãos invisíveis e impulsos inconscientes começaram a substituir paixões e raciocínios, para não mencionar os anjos e demônios que até então disputavam nossas pobres almas. No capítulo anterior, aprendemos a vislumbrar conexões sociais graças aos traços inesperados que as controvérsias em torno da formação de grupos nos deixaram. Cientistas sociais e atores caminhavam juntos e levantaram, em essência, o mesmo tipo de questão: sabemos acaso de que o mundo social é feito? Agora precisamos aprender a explorar uma segunda fonte de incerteza, ainda mais importante e que está no âmago de todas as ciências sociais: a que vê a ação como algo não transparente. A ação não ocorre sob o pleno controle da consciência; a ação deve ser encarada, antes, como um nó, uma ligadura, um conglomerado de muitos e surpreendentes conjuntos de funções que só podem ser desemaranhados aos poucos. É essa venerável fonte de incerteza que desejamos restaurar com a bizarra expressão ator-rede.

O fato de nunca estarmos sós ao agir exige apenas alguns exemplos. Digamos que você se adiantou tanto a seus pais por ter obtido um diploma universitário que agora se envergonha da parvoíce deles. Lendo os sociólogos críticos, descobre que essa é uma experiência comum de toda uma geração de jovens oriundos de famílias de “classe baixa”, sem “capital cultural”, que “ascenderam socialmente”. Então, começa a se perguntar *quem* o afastou de seus entes queridos, quem modelou sua voz, suas maneiras, seu rosto a tal ponto que você já não se parece com eles. Talvez um animal estranho, que não pertence a ninguém em particular e não está sob a responsabilidade de pessoa alguma. Uma força, talvez um *habitus*. Depois, você imagina estar apaixonado por sua futura esposa. Analisa um estudo estatístico sobre os padrões de casamento em que a idade dela, seu peso, renda e escolaridade, bem como a distância entre as residências de ambos, se enquadram, por pequena margem de diferença, na média das pessoas por quem milhares de outros jovens estão apai-

xonados praticamente na mesma época. Então, quem está apaixonado? *Outros*, sem dúvida, uma força estranha que não se parece com você, que não tem olhos, nem boca, nem orelhas e, no entanto, age mesmo assim. Mas como, exatamente?

Aldeias parecem pontilhar a paisagem ao acaso até um arqueólogo escavar a antiga rede de estradas e perceber que todos os estabelecimentos se alinham perfeitamente ao lado de velhas trilhas, separados pelo tempo médio de marcha diária das legiões romanas. Quem pôs ali aqueles estabelecimentos? Que força foi exercida? César continua agindo ao longo da paisagem atual? Existe algum agente *estranho* munido do duradouro poder subterrâneo de permitir aos aldeões “escolherem livremente” o lugar que lhes foi designado? De novo, ficamos perplexos; e mais perplexos ficaríamos ao perceber, visitando de manhã a bolsa de valores, que dez milhões de outros acionistas acabaram de vender as mesmas ações, como se nossa mente coletiva houvesse sido tocada com firmeza pela mão invisível de um gigante invisível. Na festinha da escola, perguntamo-nos por que todos os pais se parecem: as mesmas roupas, as mesmas joias, a mesma maneira de articular as palavras, as mesmas ambições alimentadas para seus filhos. O que nos transforma na mesma coisa ao mesmo tempo? Na longa e acidentada história de suas disciplinas, os cientistas sociais, sociólogos, historiadores, geógrafos, linguistas, psicólogos e economistas tiveram de multiplicar – como seus colegas das ciências naturais – funções para fazer frente à complexidade, diversidade e heterogeneidade da ação exigida. Cada qual precisou encontrar uma maneira de coibir os muitos *estranhos* sempre se intrometendo como convidados indesejáveis em tudo aquilo que fazemos.

Que esses exemplos foram colhidos do desenvolvimento das ciências sociais, nem é preciso dizer. E a ANT deseja mais que tudo herdar essa tradição, esse projeto. A ação é *assumida* ou, como um colega sueco traduziu essa perigosa expressão hegeliana, *assumida por outros*! Os outros a açambarcam e a dividem com as massas. É levada a cabo de maneira mis-

teriosa e, ao mesmo tempo, partilhada. Não estamos sós no mundo. “Nós”, como “eu”, lembra um ninho de vespas; como escreveu o poeta Rimbaud, *Je est un autre*.³⁹

Mas há um abismo imenso, intransponível entre essa intuição – a ação é assumida – e a conclusão usual de que uma força social passou a agir. A ANT quer herdar a primeira e inibir a segunda; quer mostrar que, entre a premissa e a consequência, existe um abismo hiante, um absoluto *non sequitur*. Para que as ciências sociais recuperem a energia inicial, cumpre *não* fundir todas as funções que assumem a ação numa função única de caráter *social* – “sociedade”, “cultura”, “estrutura”, “campos”, “indivíduos” ou qualquer outro nome que se lhe dê. A ação deve permanecer como surpresa, mediação, acontecimento. É por esse motivo que devemos começar, também aqui, não da “determinação da ação pela sociedade”, das “habilidades de cálculo dos indivíduos” ou do “poder do inconsciente”, como em geral faríamos, mas da *subdeterminação da ação*, das incertezas e controvérsias em torno de quem e o quê está agindo quando “nós” entramos em ação – e não há, é claro, nenhuma maneira de decidir se essa fonte de incerteza reside no analista ou no ator. Se aceitarmos prontamente a intuição básica das ciências sociais – caso contrário não haveria justificativa para nos considerarmos cientistas “sociais” –, deveremos nos mover bem devagar a fim de expelir o veneno secretado quando essa intuição se transforma em “algo social” que *executa* a ação. Contrariamente ao que muitas “explicações sociais” parecem implicar, os dois argumentos não se seguem um ao outro e, não bastasse isso, se acham em total contradição

39 Entre a concepção de um plano terrível
E o primeiro movimento, o espaço intermediário
É como um fantasma ou um sonho mau.
O espírito e os instrumentos mortíferos
Reúnem-se em conselho, e o estado do homem,
Qual um pequeno reino, assume então
A natureza de uma insurreição.
- Fala de Bruto em Shakespeare, *Júlio César*, II, i, 63-69

entre si. Como o que nos leva a agir *não* é feito de material social, pode ser *reagrupado* de várias maneiras.⁴⁰

O ATOR É AQUILO QUE MUITOS OUTROS LEVAM A AGIR

O “ator”, na expressão hifenizada “ator-rede”, não é a fonte de um ato e sim o alvo móvel de um amplo conjunto de entidades que enxameiam em sua direção. Para apreender sua multiplicidade, a solução mais simples é reativar as metáforas implícitas no vocábulo *ator*, que tenho usado como substituto por mera conveniência.

Não é por acaso que essa expressão, como “personagem”, foi tirada do palco. Longe de indicar uma fonte pura e singela de ação, ambas remetem a enigmas tão antigos quanto a própria instituição do teatro – como Jean-Paul Sartre mostrou em seu célebre retrato do *garçon de café*, que já não sabe a diferença entre seu “eu autêntico” e seu “papel social”.⁴¹ Empregar a palavra “ator” significa que jamais fica claro quem ou o quê está atuando quando as pessoas atuam, pois o ator, no palco, nunca está sozinho ao atuar. Interpretar coloca-nos imediatamente num tremendo *imbroglio*, onde o problema de quem está desempenhando a ação é insolúvel. Tão logo se inicia a peça, como Erwin Goffman demonstrou tantas vezes, nada mais se sabe ao certo: é real? É falso?⁴² A reação do público conta para alguma coisa? E quanto à iluminação? Nos bastidores, o que o elenco está fazendo? A mensagem do autor foi transmitida fielmente ou completamen-

40 Esse é o oposto exato da limitação proposta muito sensatamente por Weber (1947, p. 88): “A ação é social na medida em que, considerando-se o significado subjetivo que lhe atribui o agente (ou agentes), leva em conta o comportamento de outros e por eles se orienta em seu curso”.

41 O famoso episódio está em Jean-Paul Sartre (1993), *Being and Nothingness*.

42 Muitos exemplos ficaram famosos em Erving Goffman (1959), *The Presentation of Self in Everyday Life*.

te deturpada? A personagem principal se deixou levar por alguém? Nesse caso, por quem? Que fazem os coadjuvantes? Onde está o ponto? Se quisermos desdobrar a metáfora, a própria palavra ator desvia nossa atenção para um total deslocamento da ação, advertindo-nos de que esse não é um caso coerente, controlado, bem acabado e bem delineado. Por definição, a ação é *deslocada*.⁴³ A ação é tomada de empréstimo, distribuída, sugerida, influenciada, dominada, traída, traduzida. Se se diz que um ator é um *ator-rede*, é em primeiro lugar para esclarecer que ele representa a principal fonte de incerteza quanto à origem da ação – a vez da palavra “rede” chegará no devido tempo. Como Cristo na cruz, é sempre do ator que devemos dizer: “Pai, perdoai-os, eles não sabem o que fazem”.

Não é porque hesitemos quanto à fonte da ação que precisamos nos apressar em esclarecer de onde ela provém, recorrendo, por exemplo, às “forças globais da sociedade”, aos “cálculos transparentes do eu”, às “paixões íntimas do coração”, à “intencionalidade da pessoa”, aos “escrúpulos corrosivos da consciência moral”, aos “papéis a nós atribuídos pelas expectativas sociais” ou à “má-fé”. A incerteza deve permanecer como tal o tempo todo, pois não vamos afirmar pressurosamente que os atores talvez não saibam o que fazem enquanto nós, os cientistas sociais, conhecemos a existência de uma força social capaz de “obrigá-los” a fazer coisas sem querer. Conceber um impulso social oculto, um inconsciente, seria um meio seguro de reintroduzir esse éter do social que tanto desejamos descartar. E isso não porque os atores saibam o que estão fazendo e os cientistas o ignorem, mas porque uns e outros precisam permanecer intrigados com a identidade dos participantes em qualquer curso de ação, caso pretendam reagregá-los.

É justamente em virtude de o social ainda não estar pronto que os sociólogos de associações deveriam guardar como seu mais precioso tesouro todos os traços das hesitações que os próprios atores sentem em relação

43 “Não local”, conforme proposto em François Cooren (2001), *The Organizing Property of Communication*.

aos “impulsos” responsáveis por seus atos. Eis a única maneira de tornar outra vez produtiva a intuição fundamental das ciências sociais – antes que ela se esterilize em argumentos sobre uma ação *com* elementos sociais. Por isso devemos, paradoxalmente, tomar como base todas as incertezas, hesitações, deslocamentos e perplexidades. Assim como estão sempre envolvidos por outros na tarefa de formar e dissolver grupos (primeira incerteza), os atores se empenham em fornecer relatos controvertidos de seus atos e dos atos alheios. Aqui, de novo, tão logo decidimos tomar essa direção, os traços vão se multiplicando e nenhum estudo ficará interrompido por falta de informações sobre tais controvérsias. Qualquer entrevista, narrativa ou comentário, por trivial que pareça, enriquecerá o analista com um conjunto assombroso de entidades para explicar o curso de uma ação. Os cientistas sociais cairão no sono muito antes de os atores os afogarem num dilúvio de dados.

O equívoco que não devemos cometer é dar ouvidos a essas produções complicadas e *ignorar* os termos bem mais extraordinários, barrocos e idiossincráticos oferecidos pelos atores, seguindo *apenas* aqueles que são moeda corrente nos bastidores do social. Infelizmente, o equívoco é cometido com tanta frequência que passa por bom método científico e produz a maioria dos artefatos das explicações sociais. Quando um criminoso diz: “Não tenho culpa, meus pais eram cruéis”, replicaríamos “a sociedade fez dele um assassino” ou “está tentando fugir à própria responsabilidade diluindo-a no anonimato da sociedade” – como a sra. Thatcher certamente afirmaria. Mas o criminoso não disse nada disso: disse apenas “meus pais eram cruéis”. Má criação, se levarmos a coisa a sério, não se traduz automaticamente em algo mais e decerto não em sociedade – o homem não aludiu sequer a uma “mãe castradora”. É preciso combater a ideia de que existe por aí um dicionário do qual todas as palavras dos atores possam ser traduzidas nos poucos verbetes do léxico social.⁴⁴ Teremos a coragem

44 Um vigoroso exemplo dessa nuance foi dado pelos viciados em drogas quando passaram de “pacientes” ou “delinquentes” para “usuários”. Ver, a esse respeito, Emilie

de *não* substituir uma expressão desconhecida por uma corriqueira? Nisso consiste a diferença mais moralmente, politicamente e cientificamente relevante entre as duas sociologias.

Tudo se torna mais difícil quando um peregrino declara: “Vim a este mosteiro atendendo ao apelo da Virgem Maria”. Por quanto tempo conteremos o riso, substituindo imediatamente a intercessão da Virgem pela desilusão “óbvia” de um ator que “encontra pretexto” num ícone religioso para “ocultar” sua decisão pessoal? Os sociólogos críticos respondem: “É falta de polidez escarnecer de um informante”. Já o sociólogo de associações pode dizer: “Não se deve perder a chance oferecida pelo peregrino de avaliar a diversidade de motivos que atuam ao mesmo tempo neste mundo”. Se fosse possível constatar hoje que a “Virgem” pode mesmo induzir peregrinos a embarcar num trem contrariando todos os escrúpulos que os seguram em casa, teríamos aí, sem dúvida, um milagre.⁴⁵ Quando uma famosa soprano explica: “Minha voz me diz quando parar e quando começar”, o sociólogo não demoraria muito para concluir que a cantora está apresentando um “exemplo típico” de “falsa consciência”, porquanto os artistas estão sempre prontos a confundir sua vontade com o fetiche que os induz a fazer coisas?⁴⁶ Não fica claro se a cantora deve ser ignorada ou “esclarecida” pela corajosa explicação de suas mentiras. Fora com as Musas e outros alienígenas desconhecidos! No entanto, a soprano só disse que partilhava sua vida com a voz, a qual a *induzia* a fazer certas coisas. Aca-teremos ou não essa maneira bizarra de falar? Ela é muito precisa, muito reveladora, muito convincente e, também, muito emotiva. O ser movido,

Gomart (1999), *Surprised by Methadone. Thèse de Doctorat*, Emilie Gomart (2002), *Methadone: Six Effects in Search of a Substance*, bem como o argumento em Isabelle Stengers (1991), *Drogues, le Défi Hollandais*.

45 Sigo aqui a maravilhosa lição sobre métodos de Elizabeth Claverie (2003), *Les Guerres de la Vierge: une Anthropologie des Apparitions*. Ver também Patrícia de Aquino (1998), *La mort défaite. Rites funéraires du candomblé*.

46 Julia Varady, no filme de Bruno Monsaingeon, *Le Chant Possédé*, direção de Bruno Monsaingeon (Idéale Audience, 1998).

ou antes, o *ser posto em movimento* pelo informante não é exatamente o que deveríamos dar a entender com uma investigação?

A dolorosa lição que temos de aprender é justamente o oposto da que vem sendo ensinada no mundo inteiro com o nome de “explicação social” – ou seja, não devemos substituir uma expressão precisa, embora surpreendente, do repertório bem conhecido do social por aquilo que se supõe estar oculto nela. Não devemos presumir que os atores possuam uma linguagem enquanto os analistas dispõem de uma *metalinguagem* na qual a primeira está “inserida”. Conforme já dissemos, concede-se aos analistas unicamente uma *infralinguagem* cujo papel consiste apenas em ajudá-los a ficar atentos à metalinguagem plenamente desenvolvida dos atores, um relato racional daquilo que estão falando. Na maioria dos casos, as explicações sociais não passam de um acréscimo supérfluo que, em vez de revelar as forças por trás da mensagem, dissimula o que foi dito, como Garfinkel nunca se cansou de mostrar.⁴⁷ É inútil pretender que os cientistas naturais também acrescentam entidades ocultas a fim de emprestar sentido aos fenômenos. Quando os cientistas naturais invocam entidades invisíveis, fazem-no para explicar os detalhes complicados do assunto em apreço, não para fugir de informações embaraçosas e buscar outras mais maleáveis!

Sem dúvida, existem razões perfeitamente honestas para essa confusão, que já esbocei de passagem: a agenda política de muitos teóricos sociais fazia as vezes de sua *libido sciendi*. Eles achavam que seu verdadeiro dever não era exatamente inventariar ações no mundo, mas antes reprimir as muitas forças que, a seu ver, povoavam o mundo e mantinham as pessoas em estado de alienação – com “virgens” e “fetiches” contando-se entre os principais agressores. A tarefa de emancipação a que se devotaram exige que diminuam o número das entidades aceitáveis. Assim, resolvem

47 Um etnométodo é a descoberta de que membros possuem um vocabulário completo e uma completa teoria social para entender seu comportamento. Ver p. 90.

mudar de ofício, esquecendo-se de que sua obrigação não é decidir como os atores devem ser levados à ação, mas detectar os diferentes mundos que os atores elaboram uns para os outros. Nesse ponto, começam a resolver por si mesmos qual é a lista aceitável de entidades que formam o mundo social. Todavia, parece óbvio que uma política destinada a eliminar artificialmente do mundo a maioria das entidades levadas em conta não pode conduzir à emancipação.

O que é ainda mais perigoso na aceitação inconsiderada de variáveis ocultas é passar da sociologia do social para a sociologia crítica.⁴⁸ Essa é a única disciplina que se toma por científica não apenas quando ignora certos dados e os *substitui* por outros, aceitos sem controvérsia e extraídos de forças sociais já arregimentadas, mas também quando aceita as reações indignadas daqueles que são “explicados” como *provas* da verdade intolerável das interpretações dos críticos. Nessa altura, a sociologia deixa de ser empírica e se torna “vampírica”. Foi trágico para as ciências sociais que essa lição não tenha sido aprendida e que os sociólogos críticos ainda considerem seu tesouro aquilo de que deveriam se envergonhar, ou seja, confundir o que obscurece dados com o que é por eles revelado. Consideraríamos “científica” uma disciplina que põe de lado a informação precisa oferecida pelo trabalho de campo, substituindo-a por instâncias de *outras* coisas *invisíveis* e por aquilo que as pessoas *não* disseram, mas até negaram verbalmente? Em verdade, os sociólogos de associações é que estão se curvando ao bom senso. Para eles, as controvérsias em torno da ação devem ser exploradas a fundo, por mais difíceis que sejam, pois assim não se simplifica de antemão a tarefa de reunir o coletivo.

48 Passa a existir quando os limites aceitáveis da teoria social são exagerados a ponto de a existência da sociedade ser considerada mais sólida que a existência de tudo o mais, inclusive a lei, a religião, a economia, a ciência e a tecnologia. Desse modo, inverte-se a ordem da explicação e os atores são transformados em outras tantas vítimas de ilusões. Nesse ponto, a sociologia crítica já não se distingue da teoria da conspiração, tornando-se um híbrido das duas formas mais extremadas de ceticismo e credulidade.

Isso não significa que devemos nos abster, para sempre, de aludir a variáveis ocultas ou que tenhamos de acreditar em atores vivenciando a lucidez primordial de um *ego cogito* em pleno comando de seus próprios atos. Bem ao contrário, como acabamos de ver, a ideia mais poderosa das ciências sociais é que outros impulsos sobre os quais não temos controle nenhum nos levam a fazer coisas. No próximo capítulo, teremos várias ocasiões de observar como os atos são distribuídos entre os agentes, dos quais bem poucos se parecem com homens.⁴⁹ O motivo pelo qual insistimos em ser cautelosos com qualquer explicação social é que as variáveis ocultas foram empacotadas de tal maneira que não sobrou uma abertura para vermos o que está lá dentro. A “sociologia instantânea” é tão inviável quanto a “psicanálise instantânea”. Seus relatos se tornaram tão impossíveis de provar e consertar quanto as engenhocas eletrônicas. Foi devido ao êxito das explicações sociais tê-las tornado muito baratas que agora precisamos aumentar os custos do controle de qualidade sobre o que se considera uma força oculta.⁵⁰

UM ESTUDO DA METAFÍSICA PRÁTICA

Se chamarmos de *metafísica* a disciplina inspirada pela tradição filosófica que procura definir a estrutura básica do mundo, então a *metafísica empírica* é o ponto de chegada das controvérsias sobre as ações, pois elas povoam incansavelmente o mundo com novos impulsos e, também

49 No final da Parte II, encontraremos a figura do “plasma”, a mais estranha em se tratando de ação.

50 Significa também que pode haver muitas outras maneiras de uma ação ficar oculta, além de simplesmente desdobrar-se a partir de trás e de fora. Os etnometodologistas divulgaram a fórmula “visto, mas não percebido”. Logo nos depararemos com outra: *induzir a agir*.

incansavelmente, contestam a existência de outros.⁵¹ Assim, a questão é: como explorar a metafísica dos próprios atores? Os sociólogos do social respondem abstendo-se totalmente da metafísica e cortando relações com a filosofia, essa disciplina fantasiosa e não empírica que representa a primeira infância das agora maduras ciências sociais. Eles limitaram também o volume de ações “realmente influentes” no mundo para libertar os atores da ilusão, preparar o terreno para a engenharia social em grande escala e aplainar o caminho para a modernidade.⁵²

Não admira que semelhante programa tenha falhado. Como os antropólogos mostraram repetidamente, os atores se envolvem sem parar nas construções metafísicas mais abstrusas, redefinindo todos os elementos do mundo. Só um pesquisador treinado na ginástica calistênica conceitual ensejada pela tradição filosófica seria rápido, forte, ousado e flexível o bastante para registrar laboriosamente o que eles têm a dizer. A ação é um dos problemas mais difíceis da filosofia. Como os pesquisadores ouviriam uma dona de casa, um escriturário, um peregrino, um criminoso, uma soprano e um executivo conseguindo, ainda assim, entender o que expressam sem um Hegel, um Aristóteles, um Nietzsche, um Dewey ou um Whitehead para ajudá-los? Esses escritores não trabalharam bastante para explicar o que vem a ser uma ação? Não quer dizer que os filósofos sabem mais, desceram mais fundo ou são mais percucientes que os cientistas sociais; e não

51 Muitos cientistas sociais resistirão tenazmente à ideia de que precisam aceitar a metafísica para definir o social. Essa atitude, porém, significa apenas a adesão a uma metafísica geralmente muito frágil, que de modo algum faz justiça à multiplicidade de questões fundamentais suscitadas por atores comuns. Ninguém criticou mais essa atitude que Tarde, especialmente em *Monadologie et Sociologie*.

52 Um bom exemplo dessa confusão nos é oferecido pela “história social” de filósofos em Randall Collins (1998), *The Sociology of Philosophies: A Global Theory of Intellectual Change*. Em momento algum ele se dá conta de que os filósofos cujas ideias “explica” têm dezenas de outros argumentos sobre o que é sociedade, o que é influência, o que é grupo. Aplicar a mesma metalinguagem empobrecida a todos os filósofos ao longo da história não prova que alguém ofereça uma explicação social de suas filosofias.

quer dizer também que proporcionarão à sociologia seus “alicerces” ou se envolverão com a “metateoria”. Quer dizer apenas que isolar as ciências sociais dos reservatórios das inovações filosóficas é a receita para garantir que ninguém jamais se dará conta das inovações metafísicas propostas por atores comuns – as quais, não raro, vão além das apresentadas pelos filósofos profissionais. A situação piorará caso os cientistas sociais não apenas se absterem da metafísica, mas também encararem como seu dever apegar-se à mais limitada das listas de ações, traduzindo sem cessar a produção indefinida de atores em seu registro acanhado. Os atores cultivam muitas filosofias, mas os sociólogos acham que eles deveriam ater-se somente a umas poucas. Os atores enchem o mundo de ações, enquanto os sociólogos do social lhes ensinam de que tijolos seu mundo é “realmente” edificado. Em nada me tranquiliza saber que às vezes fazem isso por razões louváveis, para ser “politicamente corretos” e “críticos” a bem dos atores que desejam “libertar das cadeias dos poderes arcaicos”. Fosse isso excelente política – e não o é, conforme veremos –, ainda assim seria má ciência.

Há, é claro, um motivo mais respeitável e prático para limitar de antemão a lista de ações que levam os atores a fazer coisas. Afora a mania dos teóricos sociais pela emancipação política, temos a extrema dificuldade de acompanhar sua proliferação. E, como se sabe, não é tarefa fácil pedir aos pesquisadores que aceitem a metafísica empírica e se ponham na pista dos próprios atores. No entanto, se as ações são muitas, as *controvérsias* em torno da ação têm uma maneira toda sua de se organizar. A solução é a mesma que se aplicou à fonte anterior de incerteza: embora haja uma lista indefinida de grupos, podemos pressupor uma outra, menor, de recursos que permitam ao sociólogo passar de uma formação de grupo à seguinte. De igual maneira, julgo possível propor um conjunto limitado de recursos para acompanhar o modo como os atores abonam ou desabonam uma ação nos relatos sobre aquilo que os leva a agir.

Talvez eu continue parecendo paradoxal, mas parecerei menos à medida que o livro se desenvolver; contudo, alimentar controvérsias é um meio bem mais seguro que a tarefa implausível de estabelecer *a priori*,

e no lugar dos atores, quais grupos e quais ações terão permissão doravante de preencher o mundo social. De novo, a passagem de um quadro de referência a outro facilita maior liberdade de movimento do que qualquer ponto de vista absoluto ou arbitrário. E, retomando a metáfora do guia de viagem, a liberdade de movimento se torna crucial – mesmo que force o viajante a ir mais devagar ainda!

UMA LISTA PARA MAPEAR CONTROVÉRSIAS SOBRE A AÇÃO

Embora nunca saibamos com certeza quem ou o quê nos leva a agir, podemos elaborar uma lista de características sempre presentes nos argumentos contraditórios a respeito do que aconteceu: as ações são parte de um relato; possuem uma figura qualquer; opõem-se a outras ações rivais; e, por fim, são acompanhadas por uma teoria explícita da ação.

Em primeiro lugar, as ações aparecem sempre num relato como *responsáveis* por um feito, ou seja, como algo que afeta um estado de coisas, transformando As em Bs pela prova dos Cs.⁵³ Sem relatos, sem tentativas, sem diferenças, sem transformação num estado de coisas, nenhum argumento significativo pode ser aventado em relação a determinada ação, nenhum quadro de referência pode ser percebido. Uma ação invisível, que não faça diferença, não gere transformação, não deixe traços e não entre num relato *não* é uma ação. Ponto final. Ou faz alguma coisa ou não faz nada. Se você mencionar uma ação, terá de apresentar um relato sobre ela e, para tanto, precisará tornar mais ou menos explícito quais provas deixaram tais e tais traços observáveis. Isso não significa, é claro, que deverá falar a seu respeito, pois a fala é só mais um dos muitos com-

53 O relato é também um aspecto crucial da etnometodologia; tornar-se-á um relato textual no Capítulo 5.

portamentos capazes de engendrar um relato – e não o mais frequente.⁵⁴ Isso parece suficientemente óbvio, mas convém apontá-lo àqueles que se intoxicaram com um excesso de forças sociais invisíveis e inexplicáveis. Na ANT, não se pode dizer: “Ninguém mencionou tal fato. Não tenho provas, mas sei que há um ator invisível trabalhando nos bastidores”. O que temos aí é teoria da conspiração, não teoria social. A presença do social tem de ser repetidamente demonstrada e não simplesmente postulada. Se não dispuser de um veículo para viajar, não se moverá um centímetro, não deixará um único traço, não será registrada em nenhum tipo de documento. Até para descobrir Polônio atrás da tapeçaria que se tornou sua mortalha, Hamlet, o Príncipe da Dinamarca, precisou ouvir o guincho de um rato.

Em segundo lugar, se a ação é uma coisa, sua *figuração* é outra. “Figuração” é um desses termos técnicos que sou forçado a introduzir para sustar as reações patelares da “explicação social”, pois é essencial entender que existem muito mais figuras que as exclusivamente antropomórficas. Esse é um dos vários casos em que a sociologia tem de concordar em ser mais abstrata. Atribuir a uma ação o anonimato dá-lhe tanta figura quanto dotá-la de um nome, um nariz, uma voz ou um rosto. Torna-a *ideomórfica*, não *antropomórfica*. Agregados estatísticos obtidos de um questionário e rotulados – como tipos A e B na busca das causas das moléstias cardíacas – são tão concretos quanto “meu vizinho rubicundo que morreu sábado passado de um enfarte, enquanto plantava seus nabos, por ter comido muita gordura”. Dizer “a cultura proíbe ter filhos fora do casamento” exige, em termos de figuração, o mesmo trabalho que confidenciar “minha futura sogra quer que eu despose sua filha”. Sem dúvida, a primeira figuração (um anônimo) difere da segunda (minha sogra), mas ambas fornecem uma imagem, uma forma, uma roupagem, um corpo à ação que me proíbe ou

54 A noção de prova de força é tratada com mais amplitude em Bruno Latour (1988), *Irreductions*. Prova – *épreuve* – tornou-se também a noção-chave da sociologia moral desenvolvida por Luc Boltanski. Ver Boltanski e Thévenot, *On Justification*.

me exige fazer alguma coisa. No que toca ao problema da figuração, não há motivo para dizer que a primeira é uma “abstração estatística” e a outra um “ator concreto”. As ações individuais também precisam de figurações abstratas. Quando as pessoas se queixam da “hipostatização” da sociedade, não devem esquecer-se de que minha sogra também é uma “hipóstase” – como o são igualmente, é claro, indivíduos e agentes calculistas, bem como a famigerada “Mão Invisível”. É exatamente isso o que significam as palavras “ator” e “pessoa”: ninguém sabe quantas pessoas agem simultaneamente num indivíduo; em contrapartida, ninguém pode afirmar quanta individualidade existe num conjunto de dados estatísticos. A figuração lhes atribui uma forma, mas não necessariamente à maneira de um retrato adulator, da lavra de um artista *figurativo*. Para fazer seu trabalho, os sociólogos precisam de tanta variedade na “pintura” de seus atores quantos são os debates sobre figuração na arte moderna e contemporânea.

Para romper com a influência daquilo que se poderia chamar de “sociologia figurativa”, a ANT emprega o termo técnico *actante*, originário do estudo da literatura. Eis quatro maneiras de figurar o mesmo actante: “O imperialismo defende o unilateralismo”; “Os Estados Unidos querem sair da ONU”; “Bush Filho quer sair da ONU”; “Vários oficiais do Exército e uma vintena de líderes neocolonialistas querem sair da ONU”. Que a primeira seja um traço estrutural, que a segunda seja uma corporação, que a terceira seja um indivíduo e que a quarta seja um agregado solto de pessoas faz sem dúvida grande diferença para o relato, mas todas fornecem diferentes figurações para as mesmas ações. Nenhuma das quatro é mais ou menos “realista”, “concreta”, “abstrata” ou “artificial” que as outras. Elas simplesmente levam ao fortalecimento de diferentes grupos e, assim, ajudam a resolver a primeira incerteza quanto à formação de grupos. A grande dificuldade da ANT não é ser intimidada pelo tipo de figuração: *ideo-*, *tecno-* ou *biomorfismos* são “morfismos” tanto quanto a encarnação de um actante num único indivíduo.

Por lidarem com ficção, os teóricos literários se sentiram mais livres em suas pesquisas sobre figuração do que qualquer cientista social,

especialmente no uso da semiótica ou das várias ciências narrativas. Isso se dá, como na fábula, porque o mesmo actante pode ser levado a agir por intermédio de uma varinha mágica, um anão, um pensamento na cabeça da fada ou um cavaleiro que mata doze dragões.⁵⁵ Romances, peças e filmes, da tragédia clássica à história em quadrinhos, oferecem um vasto campo para ensaiarmos relatos daquilo que nos leva a agir.⁵⁶ Por esse motivo, uma vez entendida a diferença entre actante e ação, várias sentenças como “movido por interesse próprio”, “fruto da imitação social”, “vítima da estrutura da sociedade”, “esmagado pela rotina”, “chamado por Deus”, “vencido pelo destino”, “feito por sua própria força de vontade”, “preso pelas normas” e “explicado pelo capitalismo” se tornam plenamente *compatíveis*. São apenas formas diferentes de induzir os atores a *fazer* coisas, cuja diversidade se patenteia sem necessidade de separar por antecipação as ações “verdadeiras” das “falsas” e sem necessidade de presumir que sejam todas traduzíveis para o idioma repetitivo do social.

Por isso a ANT tomou de empréstimo às teorias da narrativa, não todos os seus raciocínios e seu jargão, é claro, mas sua liberdade de movimento. É pelo mesmo motivo que nos recusamos a romper com a filosofia. Não que a sociologia seja ficção ou que os teóricos literários saibam mais que os sociólogos; sucede apenas que a diversidade dos mundos da ficção inventados no papel permite aos pesquisadores adquirir tanta fle-

55 Seria bastante correto descrever a ANT como metade Garfinkel e metade Greimas: ela simplesmente combinou dois dos mais interessantes movimentos intelectuais de ambos os lados do Atlântico, encontrando meios de captar a reflexividade interna dos relatos e textos de um e outro autor. O trabalho clássico em semiótica está bem resumido em Algirdas Julien Greimas e Joseph Courtès (1982), *Semiotics and Language: An Analytical Dictionary*. Para uma apresentação recente, ver Jacques Fontanille (1998), *Sémiotique du Discours*.

56 Para alguns ótimos exemplos da liberdade metafísica dos semióticos, ver Louis Marin (1989), *Opacité de la Peinture: Essais sur la Représentation*; Louis Marin (1992), *Des Pouvoirs de l'Image: Gloses*; e Louis Marin (2001), *On Representation*. Embora inimigo dos semióticos, Thomas Pavel (2003), *La Pensée du Roman*, exhibe a incomparável liberdade de movimento dos teóricos literários.

xibilidade e alcance quanto aqueles que têm de estudar no mundo real.⁵⁷ Somente graças a uma estreita familiaridade com a literatura é que os sociólogos da ANT podem tornar-se menos empedernidos, menos rígidos, menos tesos em sua definição do tipo de ações que povoam o mundo. Sua linguagem consegue assim ser tão inventiva quanto a dos atores que eles tentam seguir – porque os atores também leem muitos romances e assistem a muita televisão! Só quando comparam sem descanso repertórios complexos de ação é que os sociólogos conseguem registrar dados – tarefa que sempre parece muito dura para os sociólogos do social, empenhados em filtrar tudo quando não pareça desde logo um “ator social” segundo a regra. *Registrar* e não filtrar, *descrever* e não disciplinar: essas são as Leis e os Profetas.

RICHARD POWERS DISCORRE SOBRE O QUE É UMA FIRMA

Em seu romance *Gain*, Richard Powers (1998, p. 349-350) descreve o executivo de uma grande empresa enquanto se prepara para dar uma palestra edificante à sua equipe:

Obter lucro. Obter lucro duradouro. Obter lucro a longo prazo. Ganhar a vida. Fazer coisas. Fazer coisas da maneira mais econômica possível. Fazer o maior número possível de coisas. Fazer coisas que durem muito. Fazer coisas que durem o maior tempo possível. Fazer coisas de que as pessoas precisam. Fazer coisas que as pessoas desejam. Fazer as pessoas desejarem coisas. Dar empregos que realizem as pessoas. Dar empregos confiáveis. Dar às pessoas alguma coisa que possam fazer. Fazer alguma coisa. Proporcionar a maior quantidade de alimento ao maior número de pessoas. Promover o bem-estar geral. Colaborar na defesa comum. Aumentar o valor das ações. Pagar dividendos regularmente. Maximizar o valor líquido da empresa. Ampliar a quota de todos os acionistas. Crescer. Progredir. Expandir. Aprimorar o *knowhow*.

57 Ver Thomas Pavel (1986), *Fictional Worlds*.

Aumentar ganhos e diminuir gastos. Obter trabalho mais barato. Concorrer com eficiência. Comprar por pouco e vender por muito. Desenvolver a habilidade que os homens descobriram. Produzir a próxima série de inovações tecnológicas. Racionalizar a natureza. Melhorar a paisagem. Aproveitar o espaço e deter o tempo. Determinar o que a raça humana deve fazer. Açambarcar as aposentadorias do país. Juntar o capital necessário para fazer aquilo que queremos. Descobrir o que queremos fazer. Evacuar o local antes que o sol se ponha. Facilitar um pouco mais a vida. Enriquecer um pouco mais as pessoas. Tornar as pessoas um pouco mais felizes. Construir um amanhã melhor. Reparar erros. Facilitar o fluxo de capital. Preservar a empresa. Fazer negócios. Permanecer nos negócios. Entender o objetivo dos negócios.

Em terceiro lugar, os atores costumam criticar outras ações acusando-as de falsas, arcaicas, absurdas, irracionais, artificiais ou ilusórias. Assim como o desempenho de grupo mapeia a bem do pesquisador os antigrupos que constituem seu mundo social, relatos de ação acrescentam constantemente novas entidades e *eliminam* outras como ilegítimas. Assim, cada ator mapeará em proveito do analista a metafísica empírica com que ambos se defrontam. Examinemos agora as seguintes declarações: “Não aceito ser levado pela opinião geral, que de qualquer forma não passa de propaganda”; “Você pensa como todos os da sua geração”; “Estrutura social é um termo vazio, pois só existe a ação individual”; “Deus não fala com você, os imãs falam em Seu lugar”; “As forças de mercado são bem mais sábias que os burocratas”; “Seu inconsciente se traiu com esse lapso de língua”; “Prefiro o salmão selvagem à humanidade”.⁵⁸ É como se cada uma dessas sentenças acrescentasse ou subtraísse algo à lista de ações que desempenham um papel legítimo no mundo.

A única coisa que pode deter a pesquisa é a decisão, tomada pelos analistas, de escolher entre esses movimentos aqueles que consideram mais razoáveis. Não quer dizer que os cientistas sociais sejam impotentes, que dependam sempre de seus informantes. No entanto, caso quei-

58 Citado em Christelle Gramaglia (2005), *La mise en cause environnementale comme principe d'association. Casuistique des affaires de pollution des eaux*.

ram propor uma metafísica alternativa, precisarão primeiro participar das atividades de construção do mundo executadas por aqueles que estudam. Não basta dizer que eles – os analistas – sabem antecipadamente quem são de fato os atores e o que os leva a agir. Também não adiantará disfarçar essa espécie de cegueira voluntária como exigência de reflexão. Muitas vezes os cientistas sociais – sobretudo os sociólogos críticos – agem como se fossem pesquisadores “criteriosos”, “racionais” e “isentos” em presença de um ator “ingênuo”, “sem critério” e “irracional”. Porém, o que acontece na maioria das vezes é traduzirem as várias expressões de seus informantes para seu próprio vocabulário de forças sociais. O analista simplesmente repete a descrição do mundo social tal qual é; os atores simplesmente ignoram o fato de terem sido mencionados no relato do analista.⁵⁹

Em quarto lugar, os atores podem também ter suas próprias *teorias da ação* para explicar como se produzem os efeitos das ações.⁶⁰ Bons racionadores e habilidosos metafísicos, os atores – segundo a nova postura provisória da ANT – possuem sua própria metateoria sobre como a ação se desenvolve e na maioria das vezes deixam perplexos os metafísicos tradicionais. Discutem não apenas qual ação está predominando, como de que maneira ela faz sentir sua influência. De novo, a grande distinção será decidir se a ação – uma vez dotada de existência, figuração e oponentes – deve ser encarada como um intermediário ou como um mediador. Em am-

59 E, conforme veremos ao tratar da quinta incerteza, uma vez que a presença ou a opinião dos atores não fizeram diferença no relato [*account*] do analista, eles não são *atores* reais e, literalmente, não foram “levados em conta [*taken into account*]”. Assim, a sociedade, no sentido da ANT, não foi reaglutinada e não há como essa sociologia do social ter qualquer relevância política.

60 Até agora, os cientistas sociais julgaram ser seu dever descobrir qual dessas teorias da ação é a correta e interferir diretamente nas controvérsias, em vez de levantá-las. Eis a originalidade do empreendimento de Thévenot: mapear os vários regimes de ação vigentes ao mesmo tempo entre os membros comuns. Ver Laurent Thévenot (2002), *Which road to follow? The moral complexity of an 'equipped' humanity*.

bos os casos, a conclusão do relato do ator parecerá muitíssimo diferente.⁶¹

É crucial, doravante, compreender que essa diferença afeta todas as ações, *não importa qual seja sua figuração*. Os chamados “frios e anônimos campos de força” entram no relato como mediadores; a pessoa nomeada, individual, “quente”, “dotada de vida” e consciente não passa de um intermediário. A escolha de uma figura, em suma, não prevê qual teoria da ação será invocada. O que conta não é o tipo de figura, mas o leque de mediadores que se pode abrir. Isso é o que confundiu muito os debates entre as várias escolas das ciências sociais: quiseram saber *qual* ação seria escolhida e não *como* cada ação se desenvolveria. Pode suceder que uma frase como “o estado das forças produtivas determina o estado das representações sociais” se torne *mais ativa*, isto é, gere mais mediadores do que a sentença aparentemente local, concreta, “vívida” e “existencial”: “A ação humana individual obedece sempre a uma intenção”. A intencionalidade, usada para veicular significado como um intermediário, fará *menos* que o mais abstrato e global “estado das forças produtivas”, desde que essa ação seja encarada como um mediador.⁶² Portanto, figuração e teoria da ação são dois itens diferentes na lista, que não devem ser confundidos um com o outro. Caso o sejam, o pesquisador se sentirá tentado a privilegiar algumas figurações como “mais concretas” e a descartar outras como “mais abstratas”, recaindo assim no papel legislativo e policiaresco dos sociólogos do social e abandonando o terreno firme do relativismo.⁶³

61 Como na primeira incerteza, teóricos sociais, filósofos, psicólogos e psicólogos sociais *acrescentarão* aqui, às controvérsias, suas próprias versões. Um bom exemplo são as disputas em torno da existência de um indivíduo apto a calcular.

62 Por exemplo, o lema tipicamente pós-moderno “Insisto em especificidade, localidade, peculiaridade” é tão pomposo quanto vazio, ao passo que “Grande Narrativa” pode, no final das contas, despertar mais vezes atuantes. De novo, a diferença não está nas figuras escolhidas, mas na proporção relativa de mediadores que porventura existam.

63 Para detectar essas discrepâncias, precisamos de uma referência de qualidade textual que nos permita medir, por assim dizer, a densidade relativa de mediadores em relação a intermediários – algo como tomar a temperatura do relato textual. Conforme veremos ao tratar da quinta fonte de incerteza, isto será a senha da objetividade.

COMO INDUZIR ALGUÉM A FAZER ALGUMA COISA

Se decidirmos aceitar essa segunda fonte de incerteza, a sociologia se tornará a disciplina que acata o deslocamento inerente a *induzir alguém a fazer alguma coisa*. Em muitas teorias da ação, não existe esse deslocamento porque o segundo termo é previsto pelo primeiro: “Dê-me a causa e terei o efeito”. Mas tal não é o caso quando os dois termos são tomados como mediadores. Em se tratando dos intermediários não há mistério algum, pois o que entra prediz perfeitamente o que sai: não estará no efeito nada que já não tenha estado na causa. Entretanto, sempre há um problema com essa maneira aparentemente científica de falar. Se, de fato, o insumo predissesse o produto, então melhor seria desconsiderar os efeitos e insistir nas causas, onde já teriam acontecido todas as coisas interessantes – ao menos potencialmente. Para os mediadores, a situação é outra: as causas não pressupõem os efeitos porque propiciam apenas ocasiões, circunstâncias e precedentes. Em resultado, muitas coisas *estranhas* podem surgir de permeio.⁶⁴

Essa distinção afeta todas as ações, tanto as de figuração “abstrata” – como “estado das forças produtivas” – quanto as de figuração “concreta” – como “minha amiga Júlia”. Na medida em que elas sejam tratadas como causas simplesmente transportadas por intermediários, nada lhes será

64 Isso é verdadeiro também para experimentos divulgados em estudos científicos, a começar por Harry Collins (1985), *Changing Order. Replication and Induction in Scientific Practice*, e seu livro mais recente (2004), *Gravity's Shadow: The Search for Gravitational Waves*, mas também etnometodológicos (ver Michael Lynch [1985], *Art and Artifact in Laboratory Science: A Study of Shop Work and Shop Talk in a Research Laboratory*, e Garfinkel em Harold Garfinkel, Michael Lynch e Eric Livingston [1981], *The Work of Discovering Science Construed with Materials from the Optically Discovered Pulsar*). Na verdade, foi a prematura constatação da verdadeira complexidade das conexões causais nos conjuntos mais formatados de ciências naturais que tornou absolutamente controvertida a descrição da ação em ciências sociais. Essa mudança nos deveres das ciências sociais em virtude do estudo das naturais foi detectada em Isabelle Stengers (2000), *The Invention of Modern Science*.

acrescentado pelos veículos escolhidos para produzir seus efeitos. Causas, nessa teologia estranha e muito arcaica, criam coisas, ao que se supõe, *ex nihilo*. Mas quando os veículos são tratados como mediadores que engendram outros mediadores, então inúmeras situações novas e imprevistas ocorrem (induzem coisas a fazer *outras coisas* que não eram esperadas). De novo, é como proceder a distinções miúdas, enquanto as diferenças no tipo de cartografia são imensas. A primeira solução desenha mapas do mundo compostos de poucas ações, seguidas por consequências que são meros efeitos, expressões ou reflexos de algo mais. A segunda solução, preferida pela ANT, pinta um mundo feito de *concatenações de mediadores*, nas quais pode-se dizer que cada ponto age plenamente.⁶⁵ Assim, a questão-chave da ciência social é determinar se tenta deduzir de poucas causas o maior número possível de efeitos ali presentes *in potentia*, ou se tenta substituir o maior número possível de causas por uma série de atores – como o significado técnico que a palavra “rede” assumirá mais tarde.

Este ponto é pavorosamente difícil, mas por enquanto pode ser simplificado graças ao uso de uma vinheta. Os sociólogos são às vezes acusados de tratar os atores como títeres manipulados por forças sociais. Mas ao que parece os titereiros, como os sopranos, alimentam ideias bem diferentes sobre *aquilo* que induz seus bonecos a *fazer* coisas. Embora as marionetes constituam, na aparência, o exemplo mais cabal de causalidade direta – apenas obedecem aos cordões –, os titereiros raramente se comportam como se as controlassem completamente. Dizem frases engraçadas como “os bonecos nos sugerem coisas que nunca pensamos ser possíveis”.⁶⁶ Quando uma força manipula outra, isso não significa que seja uma causa a gerar efeitos; pode ser também a ocasião para outras coisas começarem a agir. A *mão*, oculta na etimologia latina da palavra “manipular”, é tanto

65 No linguajar de Deleuze, a primeira “realiza potenciais” e a segunda “atualiza virtualidades”. Para um exame dessa oposição de conceitos, ver François Zourabichvili (2003), *Le Vocabulaire de Deleuze*.

66 Ver Victoria Nelson (2002), *The Secret Life of Puppets*.

um indício de controle *quanto de falta dele*. Então, quem puxa os cordéis? Os títeres, além dos seus. Não que eles controlem quem os manipula – isso inverteria a ordem da causalidade – e, sem dúvida, nenhuma dialética faria a mágica. Nesta altura, o interessante não é decidir quem está agindo e como, mas passar de uma certeza para uma *incerteza* em relação à ação: determinar o que age e de que maneira. Tão logo desdobramos de novo o espectro total das incertezas relativamente às ações, recuperamos a vigorosa intuição que jaz na origem das ciências sociais. Assim, quando os sociólogos são acusados de tratar os atores como títeres, isso deve ser encarado como um cumprimento, desde que eles multipliquem os cordéis e aceitam surpresas vindas da ação, do manuseio e da manipulação. “Tratar pessoas como fantoches” é pejorativo apenas quando essa proliferação de mediadores se transforma numa ação – a social – cujos efeitos são simplesmente transportados, sem se deformarem, ao longo de uma cadeia de intermediários. Então, a intuição original se perde para sempre.

Deve-se sempre ter isso em mente porque a sociologia foi prejudicada – não nos faltarão ocasiões de ver isso na Parte II – pelo preconceito de que existe um *locus* privilegiado no domínio social em que a ação é “concreta”: “*parole*” mais que “*langue*”, “evento” mais que “estrutura”, “micro” mais que “macro”, “individual” mais que “coletivo”, “interação” mais que “sociedade” ou, ao contrário, “classe” mais que “indivíduo”, “significado” mais que “força”, “prática” mais que “teoria”, “corporação” mais que “pessoas” e assim por diante. Todavia, se a ação não é local, então não pertence a um lugar específico; é disseminada, variada, múltipla, deslocada, verdadeiro quebra-cabeça tanto para os analistas quanto para os atores.⁶⁷

Este ponto ajudará a não confundir a ANT com os muitos movi-

67 A questão foi bem estudada pelas disciplinas de cognição “situada” ou “distribuída”, e seus resultados se revelaram muito importantes para a ANT. Ver Edwin Hutchins (1995), *Cognition in the Wild*; Jean Lave (1988), *Cognition in Practice: Mind, Mathematics and Culture in Everyday Life*; e Lucy Suchman (1987), *Plans and Situated Actions*. A relação entre a ANT e esses estudos será ainda mais forte quando a terceira incerteza for considerada. Elas se separarão apenas quando a quarta e a quinta fontes forem estudadas.

mentos polêmicos que apelaram para a “concretude” do indivíduo com sua ação significativa, participante e intencional contra os efeitos frios, anônimos e abstratos da “determinação pelas estruturas sociais” – ou que ignoraram o rico mundo vivido dos seres humanos em troca de uma “manipulação técnica, fria e anônima” pela matéria. Quase sempre inspirados pela fenomenologia, esses movimentos reformistas herdaram todos os seus defeitos: não conseguem imaginar uma metafísica onde haja outras ações reais além das praticadas intencionalmente pelos homens – ou, pior ainda, opõem a ação humana ao mero “efeito material” de objetos naturais que, como dizem, não têm “ação”, apenas “comportamento”.⁶⁸ Ora, uma sociologia “interpretativa” é uma “sociologia” do social tanto quanto qualquer versão “objetivista” ou “positivista” que ela pretenda substituir. Supõe que certos tipos de ação – pessoas, intenção, sentimento, trabalho, interação direta – trarão *automaticamente* vida, riqueza e “humanidade”.

Esta crença no “mundo vivido” é um bom exemplo de “concretude deslocada”, para empregar o termo de Whitehead: um relato prenhe de indivíduos deve ser mais abstrato que outro consistindo apenas de atores coletivos. Uma bola de bilhar batendo em outra sobre o pano verde age exatamente como uma “pessoa” dirigindo o “olhar” para o “rico mundo humano” de outra “face significativa” no salão enfumaçado de um botequim onde as mesas foram postas. Não é isso o que diriam os fenomenologistas e os sociólogos do social, mas convém ouvir o que os próprios jogadores diriam a respeito de seus “comportamentos” e da “ação” imprevisível de suas bolas de bilhar. Parecem criar uma série de confusões estritamente proibidas pela teoria segundo a qual se deve preservar uma diferença ab-

68 A despeito dos muitos esforços, especialmente em Don Ihde e Evan Selinger (2003), *Chasing Technoscience. Matrix for Materiality*, para reconciliar ANT e fenomenologia, o abismo entre as duas linhas de interesse permanece, devido à ênfase excessiva dada pelos fenomenologistas às fontes humanas de ação. E esse abismo mais se alargará quando se considerarem as outras três incertezas. Não quer dizer que devamos nos privar do rico vocabulário descritivo da fenomenologia, mas apenas que precisamos estendê-lo a entidades “não intencionais”.

soluta entre “ação” e “comportamento”.⁶⁹ De novo, os cientistas sociais têm confundido seu papel de analistas com algum tipo de apelo político à disciplina e à emancipação.

Nessas situações é que temos de tomar uma decisão, caso desejemos estabelecer conexões sociais de maneiras novas e interessantes: ou nos afastamos dos analistas que só dispõem de uma metafísica completa ou “seguimos os próprios atores”, que apelam para muitas. A concretude não provém da escolha de uma figuração, entre muitas, para substituir os atores, mas do aumento, nos relatos, *da proporção entre mediadores e intermediários*. Isso nos dirá o que é um bom estudo ANT. Por todos esses motivos, o que não se deve estabelecer logo de início é a escolha de um *locus* privilegiado onde a ação porventura seja mais abundante. “Concreto” e “abstrato” não designam um tipo específico de caráter – os suspeitos usuais da sociologia crítica. As únicas diferenças importantes que devemos considerar por enquanto são: que ações foram invocadas? Quais as suas figurações? Em que tipo se enquadram? Estamos falando de causas e seus intermediários ou de concatenação de mediadores? A ANT é simplesmente a teoria social que decidiu seguir os nativos, não importam as confusões metafísicas a que nos arrastem – e não perdem tempo em fazer isso, conforme veremos!

⁶⁹ Isso a despeito da corajosa defesa da distinção em Harry Collins e Martin Kusch (1998), *The Shape of Actions, What Human and Machines Can Do*.

TERCEIRA FONTE DE INCERTEZA: OS OBJETOS TAMBÉM AGEM

Se a sociologia, desde o início, ficou marcada pela descoberta de que uma ação é assumida por outras, mais marcada ficou pela constatação ética, política e empírica de que existem hierarquias, assimetrias e desigualdades; de que o mundo social é uma paisagem tão variada quanto um terreno irregular e montanhoso; de que nenhum grau de entusiasmo, livre-arbítrio ou engenhosidade pode eliminar tais assimetrias; de que todas elas pesam tanto quanto pirâmides, embaraçando a ação individual e explicando por que a sociedade deve ser considerada uma entidade *sui generis*; de que o pensador obstinado em negar essas desigualdades e diferenças é crédulo ou reacionário; e, finalmente, de que ignorar a assimetria social soa tão ridículo quanto garantir que a gravitação newtoniana não existe.

Como permaneceremos fiéis a essa intuição sustentando, conforme fiz no caso das duas primeiras fontes de incerteza, que grupos estão sendo “constantemente” formados e ações “incessantemente” debatidas? A escolha desses dois pontos de partida não terá sido inspirada por uma atitude ingênua que transformou o domínio social gritantemente irregular num campo plano onde, segundo parece, qualquer um tem a mesma chance de conceber sua própria metafísica? Não será a ANT um dos sintomas desse espírito de mercado sempre pronto a assegurar que todos têm a mesma oportunidade

– e ai dos vencidos?⁷⁰ “E que foi feito”, poderiam resmungar as pessoas, “do poder e da dominação?” Mas justamente pelo fato de querermos *explicar* essas assimetrias é que não iremos simplesmente *repeti-las* – e muito menos *transportá-las* sem modificação alguma. De novo, não desejamos confundir a causa com o efeito, o *explanandum* com o *explanans*. Por isso é tão importante sustentar que o poder, como a sociedade, constitui o resultado final de um processo e não um reservatório, um estoque ou um capital capaz de fornecer automaticamente uma explicação. Dominação e poder precisam ser produzidos, feitos, compostos.⁷¹ Não há como negar que as assimetrias existem; mas de onde vêm e de que são constituídas?

Para obter uma resposta, os sociólogos de associações devem tomar a mesma decisão radical que tomaram quando insistiram em se nutrir da segunda fonte de incerteza. Foi *porque* quiseram manter a intuição original das ciências sociais que precisaram *rejeitar* inapelavelmente a solução impossível de que a sociedade é desigual e hierárquica; de que exerce um peso desproporcional em algumas partes; e de que tem todas as características da inércia. Dizer que a dominação viola corpos e almas é uma coisa; ao passo que concluir que hierarquias, dissimetrias, inércia, poderes e crueldades são compostos *de* material social é um argumento totalmente diferente. O segundo ponto não apresenta continuidade lógica com o primeiro e além de tudo está, como veremos, em absoluta contradição com ele. Da mesma maneira que a assunção de uma ação por outra não significa que a sociedade esteja se impondo, a flagrante assimetria de recursos não

70 Em Luc Boltanski e Eve Chiapello (2005), *The New Spirit of Capitalism*, os autores explicitaram bem sua crítica à ANT, como no mordaz ataque em Philip Morowski e Edward Nik-Khan (2004), *Markets Made Flesh: Callon, Performativity, and a Crisis in Science Studies, Augmented with Consideration of the FCC Auctions*. Teremos de aguardar a Conclusão para abordar o problema da relevância política e responder a essas críticas.

71 Ver John Law (1986a), *On Power and Its Tactics: A View from the Sociology of Science*, e John Law (1992), *A Sociology of Monsters. Essays on Power, Technology and Domination*.

quer dizer que eles sejam gerados por assimetrias sociais. Este raciocínio leva precisamente à conclusão oposta: se desigualdades são geradas, então outros tipos de atores que não os sociais entram no jogo. Tal como fez Marx com a dialética de Hegel, já é hora de resgatarmos a explicação social.

O NÚMERO DE ATORES EM JOGO DEVE SER AUMENTADO

Até agora, enfatizei bastante a diferença entre “social”, como em “vínculos sociais”, e “social” como em “associações” – tendo em mente que a segunda acepção está mais perto da etimologia original. Mostrei que muitas vezes, nas ciências sociais, “social” designa um tipo de vínculo: é o nome de um domínio específico, um material como palha, barro, corda, madeira ou aço. Em princípio, você poderia percorrer um supermercado imaginário e estacar diante de uma gôndola cheia de “vínculos sociais”, com outras alas exibindo conexões “materiais”, “biológicas”, “psicológicas” e “econômicas”. Para a ANT, como agora já sabemos, a definição do termo é outra: não designa um domínio da realidade ou um item especial; é antes o nome de um movimento, um deslocamento, uma transformação, uma translação, um registro. É uma associação entre entidades de modo algum reconhecíveis como sociais no sentido corriqueiro, *exceto* durante o curto instante em que se confundem. Retomando a metáfora do supermercado, chamaremos de “social” não uma gôndola ou ala específica, mas as várias modificações feitas no lugar para exibir os produtos – embalá-los, etiquetá-los, colocar-lhes preço – porque essas pequenas alterações revelam ao observador quais combinações novas foram exploradas e que caminhos serão seguidos (aquilo que, mais tarde, definiremos como “rede”).⁷² Assim, para

72 Para a noção de ajustamento, ver Franck Cochoy (2002), *Une Sociologie du Packaging ou l'Âne de Buridan Face au Marché*.

a ANT, social é o nome de um tipo de associação momentânea caracterizada pelo modo como se aglutina assumindo novas formas.⁷³

Uma vez estabelecido esse segundo significado do social como associação, podemos perceber o que confunde tanto os sociólogos do social. Eles usam o adjetivo para designar dois tipos de fenômeno inteiramente diversos: um são as interações locais, diretas, nuas, despojadas e dinâmicas; o outro é uma força específica que se supõe apta a esclarecer como essas mesmas interações temporárias e diretas podem ter tamanho alcance e ser tão duradouras. É perfeitamente razoável designar, por “social”, o fenômeno ubíquo das relações diretas, mas não definir uma força “social” que não passa de uma tautologia, uma prestidigitação, uma invocação mágica, pois coloca em causa como e por quais meios esse aumento de durabilidade foi obtido na prática. Saltar do reconhecimento das interações para a existência de uma força social é, repetimos, uma inferência que não decorre da premissa.

Esta distinção é crucial, pois as chamadas habilidades sociais básicas são mesmo difíceis de isolar nas sociedades humanas. Como veremos na Parte II ao debater a noção de “interações locais”, é sobretudo em sociedades não humanas (formigas, macacos, abelhas) que se torna possível engendrar um mundo social entendido como uma rede de interações. Nas sociedades humanas, as habilidades sociais básicas, embora ainda presentes, oferecem um repertório constante, mas ainda assim restrito. Muitas das associações duradouras e de longo alcance são constituídas por algo que não pode ser detectado enquanto não se examina a noção de força social. No caso da ANT, cumpre inserir a primeira definição numa esfera bastante limitada e descartar a segunda, usando-a apenas como uma es-

73 O termo “fluido” foi introduzido em Annemarie Mol e John Law (1994), *Regions, Networks, and Fluids: Anaemia and Social Topology*. Mas ver também Zygmunt Bauman (2000), *Liquid Modernity*. A palavra “fluido” permite aos analistas enfatizarem mais a circulação e a natureza da coisa transportada do que se empregassem “rede”.

pécie de recurso taquigráfico para descrever aquilo que já foi aglutinado.⁷⁴ Em suma: não se pode afirmar nunca que um vínculo é durável e constituído de material social.

A grande vantagem de esquecer a noção de força social e substituí-la por interações breves ou novas associações é a possibilidade de distinguir, no conceito misto de sociedade, o que pertence à sua duração e o que pertence à sua substância.⁷⁵ Sim, devem existir vínculos duráveis, mas isso não é prova de que sejam constituídos de material social – bem ao contrário. Agora já podemos trazer para o primeiro plano os meios práticos de preservar os laços, a engenhosidade constantemente investida na busca de outras fontes de vínculos e o preço a ser pago pela extensão de uma interação qualquer.

Se considerarmos as habilidades sociais básicas, é fácil entender que as conexões tecidas por eles são sempre fracas demais para arcar com o peso atribuído pelos teóricos sociais à sua definição de social. Abandonada aos próprios recursos, uma relação de poder que apenas mobilizasse habilidades sociais ficaria limitada a interações muito breves, muito passageiras. Mas onde já se observou semelhante situação? Mesmo os bandos de babuínos, embora mais próximos do mundo ideal inventado por vários teóricos sociais, não podem fornecer um exemplo tão extremo. Como observaram Hobbes e Rousseau há muito tempo, nenhum gigante é forte o bastante para não ser dominado durante o sono por um anão; nenhuma coalizão é suficientemente sólida para não ser engolfada por outra ainda maior. Quando o poder é exercido duradouramente, isso ocorre porque não é feito de laços sociais; quando precisa confiar unicamente em laços

74 Para uma antiga apresentação desse argumento, ver Strum e Latour, *The Meanings of Social*.

75 Na complexa noção de natureza, pude distinguir a realidade exterior da unidade: as duas coisas não vão juntas, apesar de tanta filosofia (ver Latour, *Politics of Nature*). O mesmo se aplica à sociedade: o caráter durável não se refere à sua materialidade, apenas a seu movimento.

sociais, não dura muito. Assim, quando os cientistas sociais apelam para os “vínculos sociais”, pressupõem algo que só com grande dificuldade se desdobra no tempo e no espaço, que não é inerte e deve ser incessantemente renegociado. Justamente por ser muito difícil preservar assimetrias, entreter de maneira durável relações sociais e consolidar desigualdades é que tanto esforço se investe na tarefa de substituir laços frágeis e decadentes por laços de *outros tipos*. Se o mundo social fosse constituído de interações locais, conservaria certo aspecto provisório, instável e caótico, nunca essa paisagem amplamente diferenciada que o recurso ao poder e à dominação procura explicar.

Caso a distinção entre habilidades sociais básicas e meios não sociais mobilizados para ampliá-las não seja cuidadosamente preservada, os analistas correrão o risco de acreditar que a explicação será fornecida pela invocação de forças sociais. Os sociólogos talvez aleguem que, quando apelam para a durabilidade dos vínculos sociais, enfatizam algo que de fato é durável, sólido e inerte. E argumentam: “sociedade”, “norma social”, “leis sociais”, “estruturas”, “costumes sociais”, “cultura”, “regras” etc. possuem consistência suficiente para justificar o modo como dominam a todos nós e a paisagem irregular em que labutamos. Esta é, sem dúvida, uma solução conveniente, mas não explica de onde vem a “consistência” que reforça as conexões frágeis das habilidades sociais. Os sociólogos, num gesto leviano, podem enveredar pelo caminho errado e garantir que durabilidade, solidez e inércia se devem à inércia, solidez e durabilidade da própria sociedade. Podem até ir além e tomar essa tautologia não como a mais absoluta das contradições, mas como aquilo que mais se deve admirar na força miraculosa de uma sociedade, em suas palavras, *sui generis* – ou seja, gerada de si mesma.⁷⁶

Ainda que essa maneira de falar seja por demais inócua quando tomada como uma espécie de recurso taquigráfico para descrever o que

76 Cornelius Castoradis (1998), *The Imaginary Institution of Society*, leva a falácia ainda mais longe, tomando a tautologia em si como a base imaginária da sociedade. No entanto, uma vez aceita essa base, já não há meio de detectar a composição do social.

já está aglutinado, as consequências de tal argumento são desastrosas. É grande a tentação de agir como se existisse uma força extraordinária capaz de enriquecer as assimetrias breves com a duração e a amplitude que as habilidades sociais não podem produzir por seu próprio esforço. Nesta altura, causas e efeitos se invertem e os meios de aglutinar o social desaparecem de vista. O que começou como mera confusão de adjetivos tornou-se um projeto bem diferente: a este mundo básico juntou-se um outro tão inabordável quanto o céu da antiga teologia cristã – exceto pelo fato de não acenar com nenhuma esperança de redenção.

Seriam os sociólogos do social ingênuos a ponto de não perceber uma tautologia tão óbvia em seu raciocínio? Estariam mesmo apegados à crença mítica num outro mundo por trás do real? Acreditariam realmente nesse estranho *tour de force* de uma sociedade nascida de si mesma?⁷⁷ Claro que não, pois nunca transferem isso para a prática e, portanto, nunca enfrentam a contradição inerente ao conceito de uma sociedade “autoproduzida”. O motivo pelo qual jamais percebem a ilogicidade de seu argumento é que o empregam um tanto livremente. Quando invocam o caráter duradouro de certos agregados sociais, atribuem sempre, voluntariamente ou não, todo o peso das outras coisas não sociais aos frágeis laços da sociedade. São sempre as coisas – tomadas no sentido literal – que, na prática, transmitem sua “consistência” à frágil “sociedade”. De fato, o que os sociólogos entendem por “poder da sociedade” não é a sociedade em si – isso seria magia pura –, mas algum tipo de generalização para todas as entidades já mobilizadas no intuito de perpetuar as assimetrias.⁷⁸ Essa generalização não é tautológica, mas perigosamente enganadora porque não existe nenhum meio empírico de saber como todo esse material foi mobi-

77 O *tour de force* é tomado como uma característica do social. Ver Barry Barnes (1983), *Social Life as Bootstrapped Induction*.

78 Na Parte II, veremos que essa tautologia é a presença oculta do Corpo Político: a relação paradoxal entre o cidadão e a República contaminou de todo a relação inteiramente diversa entre o ator e o sistema – ver p. 200.

lizado – e, pior ainda, não há maneira de descobrir se essa carga continua ativa. A ideia de sociedade tornou-se, nas mãos dos “explicadores sociais” de última hora, uma espécie de cargueiro gigantesco que não recebe nenhum inspetor a bordo e permite aos cientistas sociais contrabandear mercadorias através de fronteiras nacionais sem necessidade de controle por parte da alfândega. O cargueiro está vazio ou cheio, em bom estado ou enferrujado, seguro ou perigoso, novo ou desativado? É o que todos perguntam, como perguntam também se existem armas de destruição em massa no Iraque de Saddam Hussein.

A solução da ANT não é envolver-se em polêmicas contra os sociólogos do social, mas simplesmente multiplicar as oportunidades de perceber rapidamente a contradição em que possam ter incidido. É a única maneira delicada de forçar os sociólogos a, mais uma vez, esclarecer os meios não sociais que mobilizam quando invocam o poder das explicações sociais.⁷⁹ A ANT insiste em fazer a seguinte pergunta: por qual motivo os sociólogos, sobrecarregando os vínculos sociais para lhes dar um peso que garanta sua durabilidade e extensão, fazem isso disfarçadamente e não às claras? Seu lema “Siga os atores” se torna “Siga os atores enquanto enveredam pelo meio das coisas que acrescentaram às habilidades sociais para tornar mais duráveis as interações em perpétua mudança”.

É aqui se que torna patente o verdadeiro contraste entre sociologia de associações e sociologia *do social*. Até agora, posso ter exagerado as diferenças entre os dois pontos de vista. Afinal, muitas escolas de ciências sociais aceitam as duas primeiras incertezas como ponto de partida (principalmente a antropologia, que é outro nome para a metafísica empírica, e, é claro, a etnometodologia). Mesmo a multiplicação de controvérsias não altera radicalmente o tipo de fenômenos que procuram

⁷⁹ Importante nos estudos de organizações, sempre que o grande animal estiver implícito tautologicamente, é a busca dos relatos, dos documentos, da circulação de formas. Ver Barbara Czarniawska (1997), *A Narrative Approach to Organization Studies*; Cooren, James R. Taylor (1993), *Rethinking the Theory of Organizational Communication: How to Read an Organization*.

estudar, apenas agrava a dificuldade de listá-los. Mas agora o abismo se alargará consideravelmente porque, de antemão, não limitaremos a um pequeno repertório aquilo de que os atores precisam para gerar assimetrias sociais. Ao contrário, aceitaremos, como atores completos, entidades que foram explicitamente *banidas* da existência coletiva por mais de um século de explicações sociais. As razões são de duas naturezas: a primeira é que as habilidades sociais básicas fornecem apenas um minúsculo subconjunto das associações formadoras da sociedade; a segunda é que o suprimento de força aparentemente implícito na invocação de um vínculo social constitui, no melhor dos casos, um recurso conveniente e, no pior, uma simples tautologia.

OS BABUÍNOS DE SHIRLEY STRUM

Para entender o vínculo entre as habilidades sociais básicas e o conceito de sociedade, faz-se necessária uma incursão pelo estudo dos primatas e babuínos. Evocando o primeiro seminário sobre estudos de babuínos que organizou em 1978 num castelo perto de Nova York, Shirley Strum (1987 p. 157-58) escreveu:

Bem sei que minha obra pintou um quadro das sociedades de babuínos que outros acharão difícil de aceitar. Minha descoberta chocante foi que os machos não possuem uma hierarquia de comando; que os babuínos desenvolvem estratégias sociais; que a finura triunfa da força; que a habilidade e a reciprocidade social vêm antes da agressão. Isso é o princípio de uma política sexual em que machos e fêmeas trocam favores. Ao que tudo indica, os babuínos têm de trabalhar duro para criar seu mundo social, e a maneira como o criam os faz parecer “melhores” que os homens. Precisam uns dos outros para sobreviver no nível mais básico – proteção e vantagem que a vida em grupo oferece ao indivíduo – e também no mais sofisticado, cujas características são as estratégias sociais de competição e defesa. Pareceram-me “melhores”, ainda, porque ao contrário dos humanos nenhum membro da Pumphouse [nome do grupo] era capaz de monopolizar os recursos essenciais: cada babuíno obtinha seu próprio alimento, água e lugar à sombra, cuidando de suas necessidades de sobrevivência elementares.

A agressão podia ser usada para a coerção, mas era contida. Aparência, proximidade, boa vontade social e cooperação constituíam os únicos recursos disponíveis para negociar ou prevalecer sobre outro membro. E eram, todos, aspectos da “bondade” – convívio, não agressão. Os babuínos eram “bons” uns com os outros porque esse comportamento importava tanto para sua sobrevivência quanto a respiração ou a comida. O que descobri foi um quadro novo e revolucionário da sociedade babuína. Revolucionário, na verdade, para *qualquer* sociedade animal já descrita. As implicações podem ser consideradas surpreendentes. Aventurei que a agressão não era uma influência tão comum e decisiva na evolução quanto se pensava e que as estratégias e a reciprocidade sociais contavam muito. Ora, se os babuínos as possuem, então os precursores de nossos remotos ancestrais humanos as possuíam também.

Os sociólogos, caso tivessem o privilégio de observar mais cuidadosamente os babuínos reparando sua “estrutura social” em constante decomposição, veriam quão caro se paga quando o trabalho consiste em manter, por exemplo, o domínio social sem *nada* a não ser as habilidades sociais. Documentariam empiricamente o preço da tautologia “vínculos sociais feitos de vínculos sociais”.⁸⁰ O poder exercido por intermédio de entidades é que não dorme nunca e as associações sólidas é que permitem ao poder durar e expandir-se mais – contudo, para realizar esse feito, muitos outros elementos além das compactações sociais precisam ser descobertos. A sociologia do social não é inútil: apenas pode ser muito boa para estudar babuínos, mas não humanos.

FAZER COM QUE OBJETOS PARTICIPEM DO CURSO DA AÇÃO

O contraste entre as duas escolas não poderia ser mais gritante. Tão logo você passe a ter dúvidas quanto à capacidade dos vínculos sociais de

80 Ver Hans Kummer (1995), *In Quest of the Sacred Baboon*, para a noção-chave de “ferramentas sociais” sobre babuínos sagrados.

expandir-se duradouramente, um papel viável para os objetos começa a esboçar-se.⁸¹ Se supuser que os agregados sociais conseguem sustentar seu próprio ser engendrado por “forças sociais”, os objetos se desvanecem e a força mágica, tautológica da sociedade basta para manter *todas* as coisas *sem nada* – literalmente. É difícil imaginar uma inversão primeiro plano/segundo plano mais contundente, uma mudança de paradigma mais radical. Por esse motivo, sem dúvida, a ANT logo chamou a atenção.⁸²

A ação social não apenas é assumida por estranhos como se transfere ou é delegada a diferentes tipos de atores capazes de levá-la adiante graças a outros modos de agir, a outros tipos de forças.⁸³ À primeira vista, repor objetos no curso normal de ação pode parecer inócuo. Afinal de contas, nem se duvida que panelas “fervam” água, que facas “cortem” carne, que cestos “guardem” comida, que martelos “preguem” pregos, que grades “impeçam” crianças de cair, que fechaduras “tranquem” portas para barrar visitantes indesejados, que sabão “lave” sujeira, que horários “determinem” início de aulas, que etiquetas de preço “ajudem” pessoas a calcular e assim por diante. Esses verbos não designam ações? O que a introdução dessas atividades humildes, prosaicas e corriqueiras tratá de novo para um cientista social?

No entanto, traz. O motivo pelo qual os objetos não tinham oportunidade de desempenhar papéis antes não se devia unicamente à definição

81 “Objeto” será usado como substituto até o próximo capítulo, onde será definido como “assunto de importância”. Não há meio de apressar as coisas porque a ANT é definida, neste livro, pela apresentação sucessiva das cinco fontes de incerteza.

82 Não pode ser entendida sem as outras duas incertezas quanto a grupos e ação. Sem elas, a ANT fica imediatamente reduzida a um argumento insignificante sobre a ação causal de objetos técnicos, o que é sem dúvida um retrocesso ao determinismo técnico.

83 Para que o verbo “delegar” funcione, é preciso ter em mente a teoria ANT da ação, ou seja, o modo como alguém induz alguém a fazer coisas. Se esse deslocamento passa despercebido, a delegação se torna outra relação causal e a ressurreição de um *Homo faber* no pleno comando daquilo que ele – é quase sempre um “ele” – produz com ferramentas.

do social usada pelos sociólogos, mas também à própria definição de atores e ações geralmente escolhida. Se a ação se limita ao que os humanos fazem de maneira “intencional” ou “significativa”, não se concebe como um martelo, um cesto, uma fechadura, um gato, um tapete, uma caneca, um horário ou uma etiqueta possam agir. Talvez existam no domínio das relações “materiais” e “causais”, mas não na esfera “reflexiva” ou “simbólica” das relações sociais. Em contrapartida, se insistirmos na decisão de partir das controvérsias sobre atores e atos, *qualquer coisa* que modifique uma situação fazendo diferença é um ator – ou, caso ainda não tenha figuração, um actante. Portanto, nossas perguntas em relação a um agente são simplesmente estas: ele faz diferença no curso da ação de outro agente ou não? Haverá alguma prova mediante a qual possamos detectar essa diferença?

A resposta de senso comum seria um “sim” sonoro. Se você puder, com a maior tranquilidade, sustentar que pregar um prego com ou sem um martelo, ferver água com ou sem uma panela, transportar comida com ou sem um cesto, andar na rua com ou sem roupas, zapear a televisão com ou sem o controle remoto, parar um carro com ou sem o freio, fazer um inventário com ou sem uma lista, administrar uma empresa com ou sem a contabilidade são exatamente as mesmas atividades, que a introdução desses implementos comuns não muda nada “de importante” na realização de tarefas, então você está pronto para visitar a Terra Longínqua do Social e desaparecer daqui. Para todos os outros membros da sociedade esses implementos fazem muita diferença e são, pois, segundo nossa definição, atores – ou, mais exatamente, *participes* no curso da ação que aguarda figuração.

Isso, é claro, não significa que os participes “determinem” a ação, que os cestos “provoquem” o transporte de comida ou que os martelos “imponham” a inserção do prego. Essa inversão no rumo da influência funcionaria apenas como o meio de transformar os objetos nas causas cujos efeitos seriam conduzidos pela ação humana agora limitada ao papel de mero intermediário. Ao contrário, significa que devem existir inúmeros matizes metafísicos entre a causalidade plena e a inexistência absoluta. Além de “determinar” e servir de “pano de fundo” para a ação

humana, as coisas precisam autorizar, permitir, conceder, estimular, enjugar, sugerir, influenciar, interromper, possibilitar, proibir etc.⁸⁴ A ANT não alega, sem base, que os objetos fazem coisas “no lugar” dos atores humanos: diz apenas que nenhuma ciência do social pode existir se a questão de o quê e quem participa da ação não for logo de início plenamente explorada, embora isso signifique descartar elementos que, à falta de termo melhor, chamaríamos de *não humanos*. Essa expressão, como outras escolhidas pela ANT, não tem significado em si mesma. Não designa um domínio da realidade. Não se refere a duendes de gorro vermelho agindo nos níveis atômicos, mas somente àquilo que o analista estaria preparado para acolher a fim de explicar a durabilidade e a extensão de uma interação.⁸⁵ O projeto da ANT cifra-se em ampliar a lista e modificar as formas e figuras dos participantes reunidos, esboçando uma maneira de fazê-los agir como um todo durável.

Para os sociólogos de associações, o que é novo não é a multiplicidade de objetos mobilizados por um curso de ação ao longo do caminho – ninguém jamais negou que eles existam aos milhares. Novo é o fato de os objetos surgirem de súbito não apenas como atores completos, mas também como aquilo que explica a paisagem variegada pela qual começamos, os poderes supremos da sociedade, as notórias assimetrias, o rude exercício do poder. É dessa surpresa que os sociólogos de associações preferem

84 Por isso a noção de “concessão”, introduzida por James G. Gibson (1986), *The Ecological Approach to Visual Perception*, foi julgada tão útil. A multiplicidade dos modos de ação que dizem respeito à tecnologia – forte e fraca – é maravilhosamente captada por Suchman, *Plans and Situated Actions*, C. Goodwin e M. Goodwin (1996), *Formulating planes: Seeing as a situated activity*, e Bernard Conein, Nicolas Dodier e Laurent Thévenot (1993), *Les Objets dans l'Action. De la Maison au Laboratoire*.

85 Nota-se uma certa tendência antropocêntrica no uso da expressão *não humanos*. Já expliquei algures, em detalhe, que a dupla humano/não humano deve ser substituída pela insuperável dicotomia entre sujeito e objeto (ver Latour, *Politics of Nature*). Nenhuma outra acepção deve ser buscada nesse conceito, que não especifica um domínio ontológico, mas apenas faz as vezes de outra diferença conceitual. Para um panorama completo das relações humanos/não humanos, ver Philippe Descola (2005), *La Nature des Cultures*.

partir, em vez de considerar, como muitos de seus colegas, que a questão obviamente está encerrada, que os objetos não fazem coisa alguma sequer comparável ou mesmo *conectável* à ação social humana e que, se às vezes “expressam” relações de poder, “simbolizam” hierarquias sociais, “agravam” desigualdades sociais, “transportam” o poder social, “objetivam” a igualdade e “materializam” relações de gênero, não podem estar na origem da atividade social.

Um bom exemplo de definição assimétrica de atores está em Durkheim (1966: 113), que diz:

As origens remotas de qualquer processo social importante devem ser buscadas na constituição interna do grupo social [grifo no original].

Podemos ser ainda mais precisos. Os elementos que constituem esse meio são de dois tipos: coisas e pessoas. Além dos objetos materiais incorporados à sociedade, devem ser considerados os produtos de uma atividade social prévia: leis, costumes estabelecidos, obras literárias e artísticas etc. Mas, é claro, os impulsos que determinam as transformações sociais não provêm nem do material nem do imaterial, pois nenhum deles possui força motriz [*puissance motrice*]. Pode-se, sem dúvida, levá-los em conta nas explicações aventadas. Eles têm algum peso na evolução social, cuja velocidade e mesmo direção variam de acordo com a natureza desses elementos; mas não encerram nada do que é exigido para pô-la em movimento. São a matéria sobre a qual agem as forças sociais da sociedade; mas, por si próprias, não liberam nenhuma energia social [*aucune force vive*]. Como fator ativo, então, só o que permanece é o meio humano.

Isto, para mim, sempre constituiu uma grande surpresa: como é que, a despeito desse fenômeno formidável e ubíquo, a sociologia permanece “sem objeto”? Tudo fica ainda mais intrigante quando se considera que essa disciplina surgiu um século depois da Revolução Industrial e passou a evoluir paralelamente aos desenvolvimentos técnicos mais ambiciosos e intensivos desde o Neolítico. E ainda: como explicar que tantos cientistas sociais teimem em considerar “significado social” em vez de “simples” relações materiais, “dimensão simbólica” em vez de “pura causalidade”? Bem à maneira do sexo na Era Vitoriana, os objetos nunca devem ser men-

cionados, mas sempre sentidos. Eles existem, naturalmente, mas não são alvo de pensamento, de pensamento social. Como servos humildes, vivem à margem do social, encarregando-se da maior parte do trabalho, e nunca são representados como tais. Parece não haver meio, veículo ou porta de entrada para inseri-los no tecido formado pelos outros laços sociais. Quanto mais os pensadores radicais insistem em atrair a atenção para os humanos nas margens e na periferia, menos citam objetos. Como se uma poderosa maldição houvesse sido lançada sobre as coisas, elas permanecem adormecidas como servos de um castelo encantado. No entanto, uma vez libertas do feitiço, começam a espreguiçar-se, a estirar-se, a balbuciar. Enxameiam então em todas as direções, sacudindo os atores humanos para despertá-los de seu sono dogmático. Seria muito pueril afirmar que a ANT desempenhou o papel do beijo do Príncipe Encantado aflorando os lábios da Bela Adormecida? De qualquer modo, por ser uma sociologia do objeto a serviço de humanos voltados para o objeto é que essa escola de pensamento foi primeiramente notada – justificando, assim, que se escreva uma introdução para ela.

SÓ DE MANEIRA INTERMITENTE OS OBJETOS AJUDAM A RASTREAR CONEXÕES SOCIAIS

É bem certo que, à primeira vista, a dificuldade de registrar o papel dos objetos deve-se à suposta *incomensurabilidade* de seus modos de ação em relação aos laços sociais tradicionalmente concebidos. Mas os sociólogos do social confundiram a natureza dessa incomensurabilidade. Concluíram que, sendo incomensuráveis, os modos de ação devem ficar separados dos legítimos laços sociais, sem perceber que caberia concluir exatamente o oposto: por serem incomensuráveis é que nós os invocamos! Se fossem tão fracos quanto as habilidades sociais que têm de reforçar, se fossem construídos do mesmo material, que ganharíamos com isso? Seria-

mos babuínos e babuínos permaneceríamos!⁸⁶

Sem dúvida, a pressão de um tijolo sobre outro tijolo, o giro de uma roda em seu eixo, a força de uma alavanca sobre o peso, a desaceleração promovida por uma polia, o efeito do fogo no fósforo, todos esses modos de ação parecem pertencer a categorias tão obviamente diversas daquela que um sinal de “pare” exerce sobre o ciclista ou a de um grupo sobre a mente individual, que talvez seja bastante razoável instalar entidades materiais e sociais em duas prateleiras separadas. Razoável, porém absurdo, quando se considera que qualquer curso *humano* de ação se funde em questão de segundos, como por exemplo: a ordem para assentar um tijolo, a ligação química do cimento com a água, a força de uma polia na corda graças ao movimento da mão, o riscar do fósforo para acender um cigarro oferecido por um colega de trabalho etc. Aqui, a divisão aparentemente razoável entre material e social transforma-se naquilo que ofusca a pesquisa sobre como é possível uma ação *coletiva* – se, é claro, não entendermos por coletivo uma ação encetada por forças sociais homogêneas, mas, ao contrário, uma ação que arregimenta diversos tipos de forças unidas por serem diferentes.⁸⁷ Assim, doravante, a palavra “coletivo” substituirá “sociedade”. Sociedade será apenas o conjunto de entidades já reunidas que, segundo os sociólogos do social, foram feitas de material social. Coletivo, por outro lado, designará o projeto de juntar novas entidades ainda não reunidas e que, por esse motivo, obviamente não são feitas de material social.

Todo curso de ação traçará uma trajetória em meio a modos de exis-

86 Eis o poder da síntese já superada, mas ainda bela, apresentada em André Leroi-Gourhan (1993), *Gesture and Speech*. Para uma visão mais atualizada, consultar Pierre Lemonnier (1993), *Technological Choices. Transformation in Material Cultures since the Neolithic*, e Bruno Latour e Pierre Lemonnier (1994), *De la Préhistoire aux Missiles Balistiques – L'Intelligence Sociale des Techniques*.

87 É o que estava em causa na disputa a respeito do papel exato dos não humanos, conhecida como a “Controvérsia de Bath”. Ver Harry Collins e Steven Yearley (1992), *Epistemological Chicken*, e Michel Callon e Bruno Latour (1992), *Don't Throw the Baby out with the Bath School! A Reply to Collins and Yearley* – um pequeno marco em nosso pequeno campo.

tência completamente estranhos, arregimentados por essa heterogeneidade. A inércia social e a gravidade física talvez pareçam desconexas, mas não precisam sê-lo quando uma equipe de trabalhadores constrói uma parede de tijolos: só se separarão de novo *depois* que a parede estiver terminada. Mas, durante a construção, não resta dúvida de que estão conectadas. Como? A pesquisa responderá. A ANT sustenta que não devemos supor encerrada a questão em torno das conexões de atores heterogêneos, que o chamado “social” tem, muito provavelmente, algo a ver com a reunião de novos tipos de atores. Segundo a ANT, se quisermos ser um pouquinho mais realistas, em relação aos vínculos sociais, que os sociólogos “razoáveis”, teremos de aceitar isto: a continuidade de um curso de ação raramente consiste de conexões entre humanos (para as quais, de resto, as habilidades sociais básicas seriam suficientes) ou entre objetos, mas, com muito maior probabilidade, ziguezagueia entre umas e outras.

Para entender bem a ANT, tenha-se em mente que ela não pressupõe uma “reconciliação” da famosa dicotomia objeto/sujeito. Distinguir vínculos “materiais” e “sociais” *a priori*, antes de religá-los, faz tanto sentido quanto captar a dinâmica de uma batalha imaginando um pelotão de soldados e oficiais completamente nus, de posse de uma tremenda parafernália – tanques, fuzis, mapas e uniformes – e alegando que, “sem dúvida, existe uma relação (dialética) entre as duas coisas”.⁸⁸ A resposta seria um sonoro “não”. Não há relação alguma entre o “mundo material” e o “mundo social” justamente porque essa divisão é um completo artefato.⁸⁹

88 Ver Diane Vaughan (1996, p. 40), *The Challenger Launch Decision: Risky Technology, Culture and Deviance at NASA*. “Mas eu acreditava que, com uma imersão suficiente nos materiais e consultas a especialistas técnicos, poderia dominar suficientemente os detalhes técnicos necessários para abordar questões sociológicas. Afinal, queria explicar o comportamento humano e fora educado para isso”. Essa postura é razoável, mas talvez não a melhor maneira de seguir um curso de ação como este: “Aproximadamente às 7h00, a equipe inspecionou pela segunda vez a plataforma. Com base em seu relatório, a hora do lançamento foi adiada para permitir uma terceira inspeção” (p. 328). Onde está a separação, aqui, entre engenharia e sociologia?

89 Os psicólogos já demonstraram que mesmo um bebê de dois meses consegue dis-

Repelir semelhante divisão não é “relacionar” soldados nus “com” elementos materiais: é redistribuir o conjunto todo de alto a baixo e do começo ao fim. Não se pode falar num caso empírico quando a existência de *dois* agregados coerentes e homogêneos, por exemplo tecnologia “e” sociedade, façam algum sentido. A ANT não é – repito: não é – a criação de uma absurda “simetria entre humanos e não humanos”. Obter simetria, para nós, significa *não* impor *a priori* uma *assimetria* espúria entre ação humana intencional e mundo material de relações causais. Existem divisões que não devemos ultrapassar, superar, reduzir dialeticamente. Elas precisam, isto sim, ser ignoradas e abandonadas a seus próprios recursos, como um castelo outrora formidável e hoje em ruínas.⁹⁰

Esse interesse pelo objeto não tem nada a ver com privilégios concedidos a matéria “objetiva” em detrimento de linguagem, símbolos, valores ou sentimentos “subjetivos”. Conforme veremos ao tratar da próxima fonte de incerteza, a “matéria” de muitos pretensos materialistas quase nunca diz respeito ao tipo de força, causalidade, eficácia e obstinação que os actantes não humanos possuem no mundo. “Matéria”, logo o veremos, é uma interpretação altamente politizada da causalidade. Para entender a terceira fonte de incerteza, precisamos indagar a respeito da ação de toda sorte de objetos. Mas, como estes desempenham um papel modesto e limitado na

tinguir claramente movimentos intencionais e não intencionais. Humanos e objetos são nitidamente diferenciados. Ver Olivier Houdé (1997), *Rationalité, Développement et Inhibition: Un Nouveau Cadre d'Analyse*, e Dan Sperber, David Premack e Ann James Premack (1996), *Causal Cognition: A Multidisciplinary Debate*. No entanto, uma diferença não é uma divisão. Os bebês são bem mais racionais que os humanistas: embora percebam as muitas diferenças entre bolas de bilhar e pessoas, isso não os impede de acompanhar o modo como suas ações se misturam nas *mesmas* histórias.

90 Por isso abandonei boa parte da metáfora geométrica sobre o “princípio de simetria” ao notar que os leitores concluiriam daí que natureza e sociedade têm de “permanecer juntas” para estudarmos “simetricamente” “objetos” e “sujeitos”, “não humanos” e “humanos”. No entanto, o que eu tinha em mente não era *e*, mas *nem*: uma *dissolução conjunta de ambos os coletores*. A última coisa que desejava era privilegiar natureza e sociedade, dotando-as de “simetria”.

maioria das ciências sociais, torna-se muito difícil estender sua atividade original a outros tipos de material como documentos, escritos, mapas, arquivos, grampeadores, listas, recursos organizacionais – em suma, tecnologias intelectuais.⁹¹ Desde que se devolva a não humanos um pouco de liberdade de movimento, o leque de agentes aptos a participar do curso da ação se amplia prodigiosamente e não mais se restringe aos “tecidos de tamanho médio” dos filósofos analíticos. A ANT é difícil de entender porque preenche justamente o espaço deixado vazio pelos sociólogos críticos com as cáusticas palavras “objetivação” e “reificação”.

Os sociólogos do social, porém, não são bobos. Têm lá seus motivos para hesitar em seguir o fluxo social aonde ele os queira conduzir. Bem difícil de entender, a princípio, é que um estudo da ANT tenha de lidar tanto com a continuidade quanto com a descontinuidade entre os modos de ação. Precisamos ser capazes de seguir a continuidade regular de entidades heterogêneas e a *descontinuidade* completa entre participantes que, no fim, permanecerá incomensurável. O fluxo social não oferece ao analista uma existência contínua e substancial, mas assume uma aparência provisória tal qual uma emissão de partículas subatômicas no breve instante em que goza de existência. Começamos com agregados que parecem vagamente familiares e terminamos com outros totalmente desconhecidos. É verdade que essa oscilação dificulta muito o rastreamento de conexões quando, *bona fide*, acrescentamos não humanos à lista de vínculos sociais.

Um pastor e seu cão nos lembram perfeitamente relações sociais; mas, quando vemos o rebanho por trás de uma cerca de arame farpado,

91 Cognição disseminada, conhecimento localizado, história de tecnologias intelectuais, estudos científicos, ciências administrativas e relato social multiplicaram, cada qual à sua maneira, o espectro de objetos empenhados em fazer interações mais duráveis e de maior alcance. Essa tendência a materializar tecnologias não materiais remonta a Jack Goody (1977), *The Domestication of the Savage Mind*; ver Geoffrey C. Bowker e Susan Leigh Star (1999), *Sorting Things Out: Classification and Its Consequences*; Paolo Quattrone (2004), “Accounting for God. Accounting and Accountability Practices in the Society of Jesus (Italy, 16th-17th Centuries)”]; e o agora clássico de Michel Foucault (1973), *The Birth of the Clinic. An Archaeology of Medical Perception*.

perguntamo-nos onde estará o cão e o pastor – embora carneiros sejam mantidos quietos muito mais pelo efeito ameaçador das farpas do arame do que pelos latidos do cão. Sem dúvida, você se transformou num saco de batatas diante do aparelho de TV principalmente por causa do controle remoto, que lhe permite passar pachorrentamente de um canal a outro⁹² – no entanto, não há *semelhança* alguma entre as causas de sua imobilidade e a parte de sua ação assumida por um sinal infravermelho, muito embora se saiba que seu comportamento foi *permitido* pelo aparelhinho.

Entre o motorista que reduz a velocidade perto de uma escola porque percebeu o sinal “40 km” e outro que o faz porque não quer ver sua suspensão destruída por um quebra-molas, a diferença é grande ou pequena? Grande, pois a obediência do primeiro se deveu a valores morais, símbolos, sinais de trânsito e faixas amarelas, enquanto a do outro, além de tudo isso, implicou o acréscimo de um elemento concreto cuidadosamente concebido. Mas é pequena porque os dois obedeceram a alguma coisa: o primeiro, a um altruísmo raramente manifestado: se não diminuísse a velocidade, a lei moral conflagraria seu coração; o segundo, a um egoísmo muitíssimo comum: se fosse depressa demais, sua suspensão se quebraria. Diríamos então que apenas a primeira conexão é social, ética e simbólica, e que a segunda é objetiva e material? Não. Entretanto, se afirmarmos que as duas são sociais, como justificaremos a diferença entre conduta moral e molas de suspensão? Talvez não sejam de todo sociais, mas certamente estão *associadas* ou *conjugadas* pelo trabalho dos projetistas de ruas. Ninguém pode se dizer cientista social e perfilhar apenas alguns vínculos – os morais, legais e simbólicos – e se deter tão logo descubra alguma relação física com eles. Isso tornaria inviável qualquer investigação.⁹³

92 Experimente você mesmo: esqueça o aparelhinho e marque quanto tempo leva indo e vindo do sofá ao televisor.

93 Como a ANT é muitas vezes acusada de indiferença à moralidade, vale a pena lembrar que há boas razões deontológicas para ter pelo menos tanta liberdade de movimento quanto os atores estudados. O princípio é tão velho quanto a noção de

Por quanto tempo seguiremos uma conexão sem que objetos se interponham? Um minuto? Uma hora? Um microssegundo? E por quanto tempo esses objetos ficarão interpostos? Um minuto? Uma hora? Um microssegundo? Uma coisa é certa: se interrompermos nossa tarefa a cada interposição, enfocando apenas a lista das conexões já reunidas, o mundo social se tornará imediatamente opaco, mergulhado numa estranha névoa outonal que só deixará visíveis alguns detalhes minúsculos e imprevisíveis da paisagem. Mas, por outro lado, se os sociólogos tivessem de ser também engenheiros, artesãos, mecânicos, projetistas, arquitetos, administradores, organizadores etc., nunca parariam de seguir seus atores ao longo dessas muitas existências intermitentes. Assim, só levaremos em conta os não humanos na medida em que forem comensuráveis com os por laços sociais, aceitando, um instante depois, sua incomensurabilidade básica.⁹⁴ Sair por aí ostentando uma definição ANT do “social” exige nervos fortes. Não admira, pois, que os sociólogos do social recuem diante de tamanha dificuldade! Que tenham bons motivos para não acompanhar essas oscilações não significa, porém, que estejam certos. Significa apenas que a sociologia requer muito mais ferramentas.

translação. Ver Michel Callon (1981), *Struggles and Negotiations to Decide What Is Problematic and What Is Not: The Sociology of Translation*.

94 Isso, sem dúvida, diverge do programa explicitamente assimétrico de Weber (1947, p. 93): “Ser vazio de significado não é o mesmo que não ter vida e não ser humano; todo artefato, como por exemplo uma máquina, só pode ser entendido em termos do significado que sua produção e uso tiveram para a ação humana; significado que pode derivar de uma relação com propósitos muitíssimo diversos. Sem referência a esse significado, tal objeto permanece de todo ininteligível”. Segue-se uma definição de meios e fins que nada tem a ver com a noção de mediador.

LISTA DE SITUAÇÕES EM QUE A ATIVIDADE DE UM OBJETO SE TORNA FACILMENTE VISÍVEL

Ao explorar as novas associações que constituem o social, os estudiosos da ANT precisam atender a duas exigências contraditórias: de um lado, não queremos que o sociólogo se limite aos laços sociais; de outro, não pedimos ao pesquisador que se torne um tecnólogo especializado. Uma das soluções seria apegarmo-nos à nova definição de social como um fluxo visível *apenas* quando se fazem novas associações. Esse é o “domínio” legítimo da ANT, embora não constitua uma extensão específica de terra nem um terreno cercado, mas apenas um breve lampejo que pode ocorrer em qualquer parte como uma súbita mudança de fase.

Felizmente para os analistas, tais situações não são tão raras quanto se poderia supor. Para serem levados em conta, os objetos precisam ingressar nos relatos. Quando não deixam traços, não fornecem nenhuma informação ao observador e não produzem efeito visível em outros agentes. Permanecem em silêncio e deixam de ser atores: literalmente, não são mais levados em conta. Embora a situação se aplique a grupos e ações – nada de provas, nada de relatos, nada de informação –, ela é sem dúvida mais difícil para objetos, pois estes são muito bons em transmitir seus efeitos em silêncio, conforme observou Samuel Butler.⁹⁵ Uma vez construído, o muro de tijolos não pronuncia uma palavra – ainda que os pedreiros continuem tagarelando e os grafites proliferem em sua superfície. Depois de preenchidos, os questionários impressos permanecem nos arquivos sem nunca se conectarem com intenções humanas até serem revividos por um historiador. Os objetos, pela própria natureza de seus laços com os humanos, logo deixam de ser mediadores para se transformarem em intermediários, assumindo importância ou não, independen-

95 Samuel Butler (1872), *Erewhon*.

temente de quão complicados possam ser por dentro. Eis por que alguns truques precisam ser inventados para *forçá-los a falar*, ou seja, apresentar descrições de si mesmos, produzir *roteiros* daquilo que induzem outros – humanos ou não humanos – a fazer.⁹⁶

De novo, a situação não é diferente para grupos e ações que consideramos antes, pois também os humanos precisam ser forçados a falar; e é por isso que situações muito elaboradas e até artificiais têm de ser concebidas para revelar seus atos e desempenhos (falaremos mais a respeito na quinta incerteza). Uma diferença, porém, persiste: quando os humanos voltam a ser mediadores, já quase não se pode detê-los. Uma sequência vaga de dados tem início, ao passo que os objetos, por mais importantes, eficientes, essenciais ou necessários que sejam, tendem a recuar depressa para os bastidores, interrompendo o fluxo de dados – e, quanto mais importantes são, mais rapidamente desaparecem. Não é que deixem de agir; sucede apenas que seu modo de ação já não está mais *visivelmente conectado* aos laços sociais costumeiros, pois dependem de tipos de forças escolhidos justamente por suas diferenças em relação aos vínculos sociais normais. Atos de fala sempre parecem comparáveis, compatíveis, contíguos e contínuos com outros atos de fala; textos, com textos; interação, com interação; mas objetos parecem associar-se uns com os outros e com laços sociais só *momentaneamente*.⁹⁷ Isso é bastante normal, pois graças às suas próprias ações heterogêneas é que os laços sociais foram proporcionados com formas e figuras completamente diversas – normal, mas confuso.

96 Madeleine Akrich (1992), *The De-Description of Technical Objects*; Madeleine Akrich (1993), *A Gazogene in Costa Rica: An Experiment in Techno-Sociology*; e Madeleine Akrich e Bruno Latour (1992), *A Summary of a Convenient Vocabulary for the Semiotics of Human and Non-Human Assemblies*.

97 Ambas as impressões só são verdadeiras superficialmente. O curso de ação de um humano nunca é homogêneo e não existe nenhuma tecnologia tão bem organizada a ponto de desenvolver-se automaticamente. No entanto, permanece a diferença prática para quem conduz a investigação.

Por sorte, é possível multiplicar as ocasiões em que essa visibilidade momentânea se intensifica o bastante para gerar bons relatos. Boa parte do trabalho de campo dos estudiosos da ANT foi dedicada a suscitar essas ocasiões, de modo que posso ir mais depressa.

A primeira solução é estudar *inovações* na oficina do artesão, no departamento de projetos do engenheiro, no laboratório do cientista, no anfiteatro dos especialistas em *marketing*, na casa do consumidor e nas muitas controvérsias sociotécnicas. Nesses lugares, os objetos vivem uma vida claramente múltipla e complexa por intermédio de reuniões, projetos, esboços, regulamentos e provas. Surgem totalmente fundidos com outras ações sociais mais tradicionais. Só quando se instalam é que desaparecem de vista. Por isso o estudo de inovações e controvérsias constitui um dos primeiros locais privilegiados onde objetos podem ser mantidos por mais tempo como mediadores visíveis, disseminados e reconhecidos antes de ser tornarem intermediários invisíveis, não sociais.

Em segundo lugar, mesmo os implementos mais rotineiros, tradicionais e silenciosos deixam de ser aceitos sem discussão quando na posse de usuários que a *distância* tornou ignorantes e canhestros – distância no tempo como em arqueologia, distância no espaço como em etnologia, distância na capacidade como em pedagogia. Embora essas associações talvez não possam, por si mesmas, inovar, a mesma conjuntura de novidade é produzida, ao menos para o analista, pela irrupção no curso normal de ação de implementos estranhos, exóticos, arcaicos ou misteriosos. Nesses encontros, os objetos se transformam em mediadores, ainda que por instantes, e logo desaparecem de novo graças ao *knowhow*, ao hábito ou ao desuso. Quem quer que tenha procurado entender um manual de usuário sabe quão demorado – e penoso – é ler aquilo que ironicamente foi chamado de “desenho de montagem”.⁹⁸

98 Ver Donald A. Norman (1988), *The Psychology of Everyday Things*, Donald Norman (1993), *Things that Make Us Smart*, Madeleine Akrich e Dominique Bouiller (1991), *Le mode d'emploi: genèse et usage*, e Capítulo 6 de Garfinkel (2002), *Ethnomethodology's Program: Working Out Durkheim's Aphorism*.

O terceiro tipo de ocasião é o oferecido por acidentes, rupturas e golpes: de súbito, intermediários completamente silenciosos se tornam mediadores por inteiro; mesmo objetos, que um minuto antes pareciam automáticos, autônomos e despidos de agentes humanos, agora são constituídos por multidões de homens que se movem ruidosamente, munidos de equipamento pesado. Quem viu a nave *Columbia* transformar-se instantaneamente do mais complexo instrumento humano jamais montado numa chuva de fragmentos despencando sobre o Texas percebeu quão depressa os objetos alteram seu modo de existência. Felizmente para a ANT, a atual proliferação de objetos de “risco” multiplicou as ocasiões de ouvir, ver e sentir o que os objetos possam estar fazendo quando põem de lado outros atores.⁹⁹ Estão em curso pesquisas oficiais por toda parte a fim de nos informar no que os laços sociais se tornaram nas mãos de organizações técnicas. Aqui, de novo, não será a falta de material que interromperá os estudos.¹⁰⁰

Em quarto lugar, quando os objetos recuam em definitivo para os bastidores, sempre é possível – mas mais difícil – trazê-los de volta à luz usando-se arquivos, documentos, lembranças, coleções de museu etc., para produzir artificialmente, nos relatos dos historiadores, o estado de crise em que nasceram máquinas, recursos e implementos.¹⁰¹ Por trás de

99 A multiplicação desses objetos “de risco” é tratada em Ulrich Beck (1992), *Risk Society. Towards a New Modernity*. Embora ele adote uma teoria social inteiramente diversa, sua atenção às novas formas de objetividade (que chama de “modernização reflexiva”) coloca sua sociologia inovadora bem perto da ANT, sobretudo quanto aos interesses políticos, ou melhor, “cosmopolitas”.

100 Graças à proliferação dos acidentes e à ampliação dos interesses democráticos, essas fontes de dados se multiplicaram. Ver Michel Callon, Pierre Lascoumes e Yannick Barthe (2001), *Agir dans un Monde Incertain. Essai sur la Démocratie Technique*; Richard Rogers (2005), *Information Politic on the Web*; e Vaughan, *The Challenger Launch Decision*.

101 O encontro com Thomas P. Hugues (1983), *Networks of Power. Electrification in Western Society, 1880-1930*, foi importante porque Hughes se absteve de dar uma explicação em termos de modelagem social da tecnologia e cunhou a expressão “rede inconsútil”. Ver Thomas P. Hugues (1986), *The Seamless Web: Technology, Science, Etcetera, Etcetera*.

cada lâmpada se pode entrever Edson, e por trás de cada *microchip* aparece a gigantesca e anônima Intel. Já agora, a história da tecnologia mudou para sempre as maneiras de apresentar os relatos sociais e culturais.¹⁰² Até as mais humildes e antigas ferramentas de pedra da Garganta Olduvai, na Tanzânia, transformaram-se, por obra dos paleontólogos, nos verdadeiros mediadores que provocaram a evolução do “homem moderno”.

Enfim, quando tudo o mais falhar, o recurso da ficção poderá inserir – pelo emprego da história contrafactual, experimentos mentais e “cientificação” – objetos sólidos de hoje nos estados fluidos em que suas conexões com humanos talvez façam sentido. Também aqui os sociólogos têm muito a aprender com os artistas.¹⁰³

Qualquer que seja a solução escolhida, o trabalho de campo assumido pelos especialistas da ANT mostrou que os objetos deixam de ser estudados, não por falta de dados, e sim por falta de vontade. Vencido o obstáculo conceitual do vaivém entre comensurabilidade e incomensurabilidade, todos os problemas restantes passam a ser assunto de pesquisa empírica: não são mais uma questão de princípio. Ficaram para trás as fronteiras intransponíveis assinaladas pelas Colunas de Hércules que impediam as ciências sociais de ir além dos estreitos confins dos vínculos sociais. Assim, hoje é possível para os cientistas sociais lidar com aquilo que os paleontólogos chamam de “humanos anatomicamente modernos”, que há dezenas de milhares de anos se estabeleceram muito além dos limites a eles prescritos pela ciência *social*.

102 Aqui, não há diferença entre história da tecnologia e ANT, exceto quando a teoria social se torna explícita – mas, muitas vezes, essa formação sociológica tem tão pouca relação com os casos disponíveis que não se nota nenhuma diferença.

103 Vai de Francis Ponge (1972), *The Voice of Things*, aos experimentos mentais ensejados pela ficção científica ou pela obra decisiva de Richard Power como romancista dos estudos científicos (em, por exemplo, *Galatea 2.2*, 1995).

QUEM SE ESQUECEU DAS RELAÇÕES DE PODER?

Podemos agora, finalmente, examinar até que ponto a ANT abalou a sociologia do social em suas pretensões de explicar as assimetrias a fim de permanecer fiel à intuição básica de sua ciência – sem o conseguir. A palavra “social” significa tanto interações locais diretas, transitórias demais para explicar assimetrias, quanto um apelo mágico a forças tautológicas cujo preço exato em termos de carga material eles nunca se dispuseram a pagar.

As explicações sociais correm o risco de esconder o que deveriam mostrar, pois muitas vezes ficam “sem objeto”.¹⁰⁴ Em seus estudos, os sociólogos geralmente encaram o mundo social como destituído de objetos, embora, em sua rotina diária, se sintam tanto quanto todos nós perplexos ante o constante companheirismo, a contínua intimidade, a persistente contiguidade, os casos passionais e as sólidas ligações de primatas com objetos durante o último milhão de anos. Quando definimos o controle de qualidade dos relatos da ANT, temos de ser bastante escrupulosos e constatar se realmente o poder e a dominação são explicados pela multiplicidade de objetos aos quais se atribui um papel capital e que são transportados por veículos empiricamente visíveis. Não será suficiente para nós considerar o poder e a dominação, *por si mesmos*, como o cofre misterioso onde está encerrado aquilo que movimenta os muitos participantes na ação.

Acompanhar os vínculos sociais, mesmo quando abrem caminho em meio a objetos não sociais, pode ser difícil por um motivo que nada tem a ver com a teoria. Aos olhos dos cientistas sociais, há motivos sérios por trás da necessidade de patrulhar incessantemente a fronteira que se-

104 Embora os objetos pululem nas obras de Simmel, Elias e Marx, sua presença não basta para preencher o social. Seu modo de acesso é que faz toda a diferença. Daí a necessidade de acrescentar a quarta incerteza (ver o capítulo seguinte). Para uma coletânea utilíssima de casos sobre o efeito dos estudos tecnológicos sobre o materialismo, ver Donald MacKenzie e Judy Wajcman (1999), *The Social Shaping of Technology*.

para o domínio “simbólico” do “natural”, ou seja, um bom – quer dizer, mau – argumento polêmico. Para obter seu lugarzinho ao sol, eles abandonaram, já no início do século XIX, coisas e objetos a cientistas e engenheiros. A única maneira de pleitear um pouco de autonomia foi abrir mão de vastos territórios e agarrar-se ao lote cada vez menor a eles concedido: “significado”, “símbolo”, “intenção”, “linguagem”. Quando uma bicicleta bate numa pedra, isso não é um fato social; mas quando um ciclista ultrapassa um sinal de “pare”, é. Quando se instala uma nova mesa telefônica, isso não é um fato social; mas quando se discutem as cores de um aparelho telefônico, torna-se social porque existe, como dizem os projetistas, “uma dimensão humana” na escolha do dispositivo. Quando um martelo golpeia um prego, isso não é um fato social; mas quando se cruza a imagem de um martelo com a de uma foice, ambas entram na esfera social porque agora pertencem à “ordem simbólica”. Cada objeto foi assim dividido em dois, com os cientistas e engenheiros ficando com a porção maior – eficácia, causalidade, conexões materiais – e deixando as migalhas para os especialistas do “social” ou da dimensão “humana”. Desse modo, qualquer alusão dos estudiosos da ANT ao “poder dos objetos” sobre as relações sociais era um lembrete penoso, para os sociólogos do social, da intervenção dos outros departamentos “mais científicos” em sua independência – sem falar em seus lucros – e nos territórios por onde já não podiam transitar livremente.

Contudo, polêmicas interdisciplinares não geram bons conceitos, apenas barricadas erguidas com o entulho disponível. Quando uma situação se fragmenta num componente material a que se junta, como apêndice, um componente social, uma coisa é certa: trata-se de uma divisão artificial imposta por disputas disciplinares e não por uma exigência empírica. Significa simplesmente que a maioria dos dados se perdeu, que o curso coletivo da ação não foi seguido de perto. Ser ao mesmo tempo “material e social” não é uma forma de existência para os objetos: é apenas uma forma de acabarem artificialmente isolados e terem sua própria ação específica transformada em algo misterioso.

Cabe dizer que os cientistas sociais não foram os únicos a adotar polemicamente uma só metafísica entre as muitas disponíveis. Seus “caros colegas” de outros departamentos científicos prestigiosos também insistiam em afirmar que os objetos materiais dispõem de apenas “uma maneira” de agir, “forçando causalmente” outros objetos materiais a se moverem. Como veremos no próximo capítulo, só atribuíam ao social o papel de um intermediário fidedigno encarregado de “transportar” o peso causal da matéria. Quando a esfera social assume esse papel deplorável, é grande a tentação de reagir além das medidas e fazer da matéria um mero intermediário que apenas “transporta” ou “reflete” a ação da sociedade. Como sempre, em se tratando de polêmicas interdisciplinares, estupidez gera estupidez. A fim de evitar a ameaça do “determinismo técnico”, tenta-se a defender com todas as forças o “determinismo social”, que por seu turno chega a tais extremos (a máquina a vapor passa a ser, por exemplo, “simples reflexo” do “capitalismo inglês”) que mesmo o engenheiro de mente mais aberta se faz de determinista técnico e esmurra a mesa com exclamações viris sobre o “peso das coações materiais”. Gestos como esses só conseguem levar até o sociólogo mais contido a insistir com redobrado ardor na importância de uma “dimensão discursiva”.¹⁰⁵

O que compromete tais disputas é o fato da escolha entre essas posições não ser nada realista. Seria inacreditável que milhões de participantes de nossos cursos de ação tivessem acesso aos laços sociais por intermédio de apenas três modos de existência: como “infraestrutura material”, capaz de “determinar” relações sociais à maneira dos tipos marxistas de materialismo; como “espelho” pronto a simplesmente “refletir” distinções, como

105 Ver exemplos desse cabo de guerra e dos meios de apaziguá-lo em Philippe Descola e Gisli Palsson (1996), *Nature and Society: Anthropological Perspectives*. Ver também Tim Ingold (2000), *Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*, e as antigas discussões sobre os volumes de Bijker em Wiebe Bijker e John Law (1992), *Shaping Technology-Building Society: Studies in Sociotechnical Change*; Wiebe E. Bijker, Thomas P. Hugues e Trevor Pinch (1987), *The Social Construction of Technological Systems. New Directions in the Sociology and History of Technology*; e Wiebe Bijker (1995), *Of Bicycles, Bakelites, and Bulbs. Towards a Theory of Sociotechnical Change*.

sucedem nas sociologias críticas de Pierre Bourdieu; ou como pano de fundo para o palco onde atores sociais humanos desempenham os papéis principais, como nos relatos interacionistas de Erving Goffman. Nenhum desses acessos de objetos ao coletivo são absurdos, naturalmente, mas constituem apenas meios primitivos de aglutinar os laços que formam a coletividade. Nenhum basta para descrever os incontáveis entrelaçamentos de humanos e não humanos.

Falar em “cultura material” não ajudaria muito nesse caso, pois os objetos estariam simplesmente unidos *um ao outro* para formar uma camada homogênea, configuração ainda menos provável que a de humanos ligados entre si unicamente por vínculos sociais. Como quer que seja, objetos nunca se unem para formar outra entidade e, mesmo se o fizessem, não seriam nem fortes nem fracos – apenas “refletiriam” valores sociais ou lá ficariam como mera decoração. Suas ações são sem dúvida bem mais variadas, sua influência mais difusa, seu efeito mais ambíguo, sua presença mais generalizada que esses modestos repertórios. A melhor prova de sua multiplicidade é fornecida pelo exame metucioso daquilo que os objetos realmente fazem nos textos dos escritores acima citados: os textos lhes concedem muito *mais* meios de agir que os a eles consignados pela filosofia da matéria de seus próprios autores. Mesmo como entidades textuais, os objetos superam seus fabricantes em número, e os intermediários se tornam mediadores.¹⁰⁶ Mas, para aprender a lição, o campo de pesquisa deve se escancarar logo de início; e isso não acontece quando a diferença entre ação humana e causalidade material é mantida com o mesmo rigor com que Descartes distinguia a mente da matéria (*res extensa* de *res cogitans*) em abono de uma virtude científica, moral e teológica (e até *ele* deixou aberto o fino conduto da glândula pineal, que os sociólogos do social também descartaram).

106 Um caso importante é o fetichismo em *O Capital*, onde o fetiche textual faz mais no texto de Marx do que aquilo que o próprio Marx lhe atribui. Ver William Pietz (1985), *The Problem of the Fetish, I*, e William Pietz (1993), *Fetishism and Materialism: The Limits of Theory in Marx*.

Há, porém, um motivo ainda mais importante para rejeitarmos de vez o papel atribuído aos objetos na sociologia do social: ele esvazia o apelo às relações de poder e às desigualdades sociais com algum significado real. Pondo de lado os meios práticos – isto é, os mediadores graças aos quais inércia, durabilidade, assimetria, extensão e domínio são produzidos – e fundindo esses diferentes meios com o poder nulo da inércia social, os sociólogos, quando não se mostram cuidadosos no trato das explicações sociais, camuflam as verdadeiras causas das desigualdades sociais. Confundir causa e efeito faz muita diferença aqui, quando urge oferecer uma *explicação* para o vertiginoso efeito do domínio. Sem dúvida, apelar para “dominação social” pode ser útil como recurso provisório. Mas, então, parece bem mais tentador *usar* o poder do que *explicá-lo*, e este é justamente o problema dos “explicadores do social”: ao buscar *explicações poderosas*, o que revelam não é *sua* própria ânsia de poder? Se, como reza o ditado, o poder absoluto corrompe absolutamente, o uso gratuito do conceito de poder por tantos críticos teóricos os corrompeu de todo – ou, pelo menos, tornou sua disciplina inútil e sua política impotente. Como a “virtude *dormitiva* do ópio”, ridicularizada por Molière, o “poder” não só põe os analistas a dormir, o que nem importa tanto assim, como também tenta anestesiar os atores – e isto é um crime político. Temos aí uma ciência racionalista, modernista e positivista que traz no seio o mais arcaico e mágico dos fantasmas: uma sociedade autogerada e autoexplicativa. A sociologia, especialmente a crítica, substituiu o *dédalo* de meios *estudados* e *modificáveis* de conquista de poderes por um invisível, imóvel e homogêneo mundo de poder pelo poder.¹⁰⁷ Em sociologia, as explicações poderosas têm de ser contrabalançadas e confrontadas.

Assim, a acusação de ignorar “relações de poder” e “desigualdades sociais” deve ser depositada às claras na soleira dos sociólogos do social.

107 Que essa lição é fácil de esquecer, mostra-o de maneira dramática o destino transatlântico de Michel Foucault. Ninguém foi mais exato na decomposição analítica dos minúsculos ingredientes que formam o poder e ninguém criticou tanto as explicações sociais. Mas, ao ser traduzido, transformou-se imediatamente naquele que “desmascarou” as relações de poder *por trás* de cada atividade inócua: loucura, história natural, sexo, administração etc. Isso mostra de novo com que energia a noção de explicação social deve ser combatida: nem o gênio de Foucault conseguiu evitar essa inversão extrema.

que pareciam necessárias à primeira vista. No conjunto, abandonar o éter da sociedade para alimentar-se de controvérsias não parece ser um grande sacrifício. Não importa quão surpreendentes eles sejam a princípio, novos hábitos de pensamento poderiam formar-se rapidamente.

Infelizmente, as dificuldades com que temos de lidar não param nessas três. Há que se aceitar uma quarta fonte de incerteza, e esta nos levará aos pontos espinhosos da sociologia das associações, assim como ao seu lugar de nascimento. A sociologia da ciência, ou o que se conhece como “estudos de ciência”, é uma tradução conveniente, porém banal, do termo grego *epistemologia*.¹⁰⁸ Após duvidar do *socio* na palavra *socio-logia*, temos agora de duvidar da sua “logia”. Uma vez completada essa dupla revisão, poderíamos enfim reutilizar a palavra positivamente, sem demasiadas apreensões. Nessa articulação, os problemas se tornam tão numerosos que todas as nossas viagens cessariam, se não tomássemos o devido cuidado de preparar os visitantes para desenredar esse nó. Uma vez mais, para conquistar alguma liberdade de movimento temos de aprender a ir ainda mais devagar.

CONSTRUTIVISMO VS. CONSTRUTIVISMO SOCIAL

ANT é a história de uma experiência iniciada tão descuidosamente que foi preciso um quarto de século para retificá-la e ajustá-la àquilo que constituía o seu exato significado. Tudo começou muito mal, com o uso in-

108 Uma prova notável do impacto dos estudos de ciência sobre a teoria social é fornecida pelo efeito paralelo que ela teve em Haraway. Ver Donna J. Haraway (1991), *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*. A crítica feita por Pickering às explicações anteriores fornecidas pela Escola de Edimburgo (Andy Pickering, 1995), *The Mangle of Practice. Time, Agency and Science*, assim como a definição de Karin Knorr-Cetina de agências na ciência (Karin Knorr-Cetina (1999), *Epistemic Cultures: How the Sciences Make Knowledge*). Todos eles tiveram de dar uma volta similar.

feliz da expressão “construção social de fatos científicos”. Compreendemos hoje por que a palavra *social* provoca tantos mal-entendidos; ela confundia dois sentidos inteiramente diferentes: um tipo de material e um movimento para reunir entidades não sociais. Mas por que a introdução da palavra *construção* deflagrou uma confusão ainda maior? Ao considerar esta dificuldade, espero em primeiro lugar deixar clara a razão pela qual dou tanta relevância ao minúsculo subcampo dos estudos de ciência. Ele renovou o significado de todas as palavras, ao criar esta pequena e inócua expressão: o que é um fato, o que é uma ciência, o que é uma construção e o que é social. Nada mal para um experimento tão temerariamente conduzido.

Em inglês claro, dizer que alguma coisa é construída significa que ela não é um mistério surgido do nada ou que tem uma origem mais humilde, mas também mais visível e mais interessante. Usualmente, a grande vantagem de visitar locais de construção é que eles oferecem um ponto de observação para se testemunhar a ligação entre seres humanos e seres não humanos. Assim que atolam o pé na lama, os visitantes são facilmente surpreendidos pelo espetáculo de todos os participantes trabalhando arduamente no momento de sua metamorfose mais radical.¹⁰⁹ Isso vale não somente para a ciência, mas também para todos os outros locais de construção, os mais óbvios dos quais são aqueles que constituem a fonte da metáfora, a saber, casas e edifícios produzidos por arquitetos, construtores, planejadores urbanos, agentes imobiliários e proprietários de casas.¹¹⁰ O mesmo sucede com a prática artística.¹¹¹ A “confecção” (*making of*) de

109 Essa é, evidentemente, a ideia decisiva de Marx, e continua sendo a vantagem crucial de qualquer historicização.

110 Ver dois exemplos inteiramente diferentes, mas igualmente notáveis, em Tracy Kidder (1985), *House* (1985), e em Rem Koolhaas e Bruce Mau (1995), *Small, Medium, Large, Extra-Large*. Ninguém deveria usar a palavra *construção* sem ler antes os “construtores”.

111 Ver Albená Yaneva (2001), *L'Affluence des objets. Pragmatique comparée de l'art contemporain et de l'artisanat*, e Albená Yaneva (2003), *When a Bus Meet a Museum. To Follow Artists, Curators and Workers in Art Installation*.

qualquer empresa – filmes, arranha-céus, fatos, reuniões políticas, rituais iniciáticos, *haute couture*, culinária – oferece uma visão que é suficientemente distinta da visão oficial. Ela não apenas nos conduz aos bastidores e nos introduz nas habilidades e talentos dos profissionais, como proporciona um raro vislumbre do que significa, para uma coisa, emergir da inexistência ao conferir a qualquer entidade existente a sua dimensão temporal. Mais importante ainda, quando somos levados a qualquer local de construção estamos vivenciando a perturbadora e estimulante sensação de que as coisas *poderiam ser diferentes* ou pelo menos de que elas *ainda poderiam falhar* – sensação essa que nunca é tão profunda quando nos vemos diante do produto final, por mais belo ou impressionante que ele possa ser.

Assim, usar o termo *construção* afigurou-se a princípio ideal para descrever uma versão mais realista daquilo que significa, para qualquer coisa, *perdurar*. E, de fato, em todos os domínios, dizer que uma coisa é construída sempre esteve associado a uma apreciação de sua robustez, qualidade, estilo, durabilidade, valor etc. Tanto assim que ninguém se daria ao trabalho de dizer que um arranha-céu, uma usina nuclear, uma escultura ou um automóvel é “construído”. Isso é demasiado óbvio para ser enfatizado. As grandes questões são, antes: Com que habilidade ele é projetado? Com que solidez é construído? Até que ponto ele é duradouro e confiável? Quanto custou o material? Em qualquer domínio, na tecnologia, na engenharia, na arquitetura e na arte, a construção é de tal modo *sinônimo* de real que a questão passa a ser imediatamente a seguinte questão interessante: Foi *bem* ou *mal* construído?

A princípio, afigurou-se óbvio para nós – os primeiros estudantes da ciência – que, se existissem locais de construção nos quais a noção usual de construtivismo devesse ser prontamente aplicada, tais locais seriam os laboratórios, os institutos de pesquisa e o seu imenso aparato de caríssimos instrumentos científicos. Mais ainda que na arte, na arquitetura e na engenharia, a ciência ofereceu os casos mais extremos de completa *artificialidade* e completa *objetividade* caminhando em paralelo. Não se pode questionar que os laboratórios, os aceleradores de partículas, os te-

lescópios, as estatísticas nacionais, os satélites artificiais, os computadores gigantes e as coleções de espécimes foram lugares artificiais cuja história poderia ser documentada da mesma maneira que a dos edifícios, *chips* de computadores e locomotivas. E, não obstante, não houve a menor dúvida de que os produtos desses artificiais e caros eram os resultados mais averiguados, objetivos e corroborados já obtidos pelo engenho humano coletivo. Foi por isso que, com grande entusiasmo, começamos usando a expressão “construção de fatos” para descrever o notável fenômeno da artificialidade e da realidade caminhando no mesmo passo. Ademais, dizer que a ciência também era construída dava a mesma emoção proporcionada por todos os outros “fazeres” (*making of*): voltamos aos bastidores; aprendemos sobre as habilidades dos profissionais; vimos inovações tomarem forma; sentimos como isso era arriscado; e testemunhamos a intrigante fusão de atividades humanas e entidades não humanas. Assistimos ao filme fabuloso que nossos colegas historiadores da ciência estavam exibindo para nós, imagem após imagem, até o mais incrível espetáculo; a verdade sendo lentamente alcançada em episódios de tirar o fôlego sem estarmos seguros do resultado. No que se referia ao *suspense*, a história da ciência suplantava qualquer trama que Hollywood poderia imaginar. A ciência, para nós, tornou-se melhor do que a simples objetividade. Tornou-se *interessante*, tão interessante como era para seus profissionais envolvidos em sua arriscada produção.¹¹²

Infelizmente, a excitação declinou rapidamente quando percebemos que para outros colegas, tanto das ciências sociais quanto das ciências naturais, a palavra *construção* significava algo inteiramente distinto daquilo que o senso comum pensara até então. Dizer que uma coisa era “construída” significava, em suas mentes, que algo não era verdadeiro. Pareciam

112 Antes das reações anti-whiggistas na história da ciência, era impossível compartilhar o *libido sciendi* dos praticantes: diante do produto final, o público não tinha outro modo de se interessar pela ciência além da injunção pedagógica: “É verdade, assim você pode aprendê-la”.



operar com a estranha ideia de que temos de nos submeter a esta escolha altamente improvável: *ou* uma coisa era real e não construída, *ou* era construída e artificial, ideada e inventada, composta e falsa. Não só essa ideia não podia reconciliar-se com o vigoroso significado que se tinha em mente quando se falava sobre uma casa “bem construída”, um *software* bem projetado ou uma estátua “bem esculpida”, como insultava tudo o que estávamos testemunhando nos laboratórios: ser inventado e ser objetivo se equivaliam. Se começamos rompendo as narrativas unitárias de fatos dividindo-as em dois ramos, isso torna a emergência de qualquer ciência simplesmente incompreensível. Fatos eram fatos – significando exatidão – *porque* eram fabricados – significando que emergiam em situações artificiais. Todo cientista que estudávamos se orgulhava dessa conexão entre a qualidade de sua construção e a qualidade dos seus dados. Essa forte conexão era na verdade a principal reivindicação à fama de alguém. Embora os epistemologistas possam ter esquecido isso, a etimologia estava lá para lembrá-lo a todo mundo.¹¹³ Estávamos preparados para responder à pergunta mais interessante: Um determinado fato da ciência é *bem* ou *mal* construído? Mas certamente não estávamos preparados para passar a esta alternativa absurda: “Escolha! Um fato ou é real ou é fabricado!”

E, no entanto, tornou-se penosamente claro que, se quiséssemos continuar usando a palavra *construção*, teríamos de lutar em duas frentes: contra os epistemologistas que continuavam afirmando que os fatos eram “evidentemente” não construídos – o que significava mais ou menos a mesma coisa que dizer que os bebês não nasceram do ventre de suas mães – e contra os nossos “caros colegas” que pareciam insinuar que, se fossem construídos, os fatos seriam tão fracos quanto os fetiches – ou pelo menos quanto aquilo em que, acreditavam eles, os fetichistas acreditavam.

113 Antes das reações anti-whiggistas na história da ciência, era impossível compartilhar o *libido sciendi* dos praticantes: diante do produto final, o público não tinha outro modo de se interessar pela ciência além da injunção pedagógica: “É verdade, assim você pode aprendê-la”.

Nesse ponto, poderia ter sido mais seguro abandonar totalmente a palavra *construção* – sobretudo porque a palavra *social* tinha o mesmo defeito embutido de enlouquecer os nossos leitores tão infalivelmente quanto a capa de um toureiro brandida diante de um touro. Por outro lado, ele continuou sendo um excelente termo por todas as razões supramencionadas. Especialmente útil era a maneira clara pela qual a “construção” focalizava a cena na qual os seres humanos e os não humanos se fundiam. Como toda a ideia da nova teoria social que estávamos inventando consistia em renovar em ambas as direções o que era um ator social e o que era um fato, permaneceu crucial não perder de vista aqueles locais de construção mais extraordinários nos quais essa dupla metamorfose estava ocorrendo. Eis por que julguei mais apropriado fazer com o construtivismo o que fizéramos com o relativismo: lançados à nossa face como insultos, os dois termos tinham uma tradição demasiado honorável para não serem reivindicados como gloriosa bandeira. Afinal, todos os que nos criticavam por sermos relativistas nunca se deram conta de que o contrário do relativismo seria o *absolutismo*.¹¹⁴ E os que nos criticavam por sermos construtivistas provavelmente não gostariam de reconhecer que a posição oposta, se é que as palavras têm algum significado, era o *fundamentalismo*.¹¹⁵

Por outro lado, parecia fácil reivindicar um significado forte para esse termo tão estigmatizado – *construção*: teríamos simplesmente de usar a nova definição de *social* que examinamos nos capítulos anteriores deste livro. Assim como uma república socialista ou islâmica é o oposto de uma república, juntar o adjetivo *social* ao termo *construtivismo* perverte completamente o seu significado. Noutras palavras, não se deve confundir *construtivismo* com *construtivismo social*. Quando dizemos que um fato é construído, queremos dizer simplesmente que explicamos a sólida realidade objetiva mobilizando entidades cuja reunião poderia

114 David Bloor (1991), *Knowledge and Social Imagery*.

115 Bruno Latour (2003a), *The Promises of Constructivism*. Sigo aqui a obra esclarecedora de Ian Hacking (1999) *The Social Construction of What?*

falhar; *construtivismo social* significa, por outro lado, que *substituímos* aquilo de que essa realidade é feita por algum *outro material* – o social de que ele “realmente” é feito. Uma explicação sobre a gênese heterogênea de um edifício é substituída por outra que trata da matéria social homogênea da qual ele é construído. Para reconduzir o construtivismo às suas bases, basta ver que, como *social* significa novamente *associação*, a ideia de uma construção feita de matéria social desaparece. Para que ocorra qualquer construção, as entidades não humanas têm de desempenhar um papel maior, e é exatamente isso que queríamos dizer desde o começo com esse termo um tanto inócuo.

Mas, obviamente, essa operação de salvamento não bastou porque o resto das ciências sociais parecia compartilhar uma noção totalmente distinta do mesmo termo. Como assim? Nosso erro era que, como nunca tínhamos compartilhado a ideia de que a construção podia significar uma redução a um único tipo de material, só muito lentamente produzimos anticorpos contra a acusação de que reduzíamos os fatos a “mera construção”. Uma vez que, para nós, era óbvio que *construção social* significava prestar uma atenção renovada ao número de realidades heterogêneas que entram na fabricação de certo estado de coisas, foram necessários anos para reagirmos de modo equilibrado às teorias absurdas com as quais parecíamos estar associados.¹¹⁶ Embora o construtivismo fosse para nós um sinônimo de *aumento* de realismo, éramos festejados por nossos colegas de crítica social como tendo mostrado pelo menos que “até mesmo a ciência era uma bobagem”! Precisei de muito tempo para perceber o perigo de uma expressão que, nas mãos dos nossos “melhores amigos”, significava aparentemente algum tipo de vingança contra a solidez dos fatos científi-

cos e uma exposição de sua reivindicação à verdade. Eles pareciam insinuar que estávamos fazendo com a ciência o que se orgulhavam de ter feito com a religião, a arte, a lei, a cultura e tudo o mais em que acreditamos, ou seja, reduzi-lo a pó ao mostrar a matéria de que era feito. Para quem nunca fora treinado em sociologia crítica, era difícil imaginar que as pessoas pudessem usar a explicação causal em sua própria disciplina como prova de que os fenômenos que elas estavam explicando na verdade não existiam, para não dizer que estavam associando a artificialidade da construção a um *déficit* na realidade. Inadvertidamente, o construtivismo se tornara sinônimo de seu número oposto: desconstrução.

Não admira que a nossa excitação ao mostrar a “construção social do fato científico” haja deparado com tamanha fúria por parte dos próprios atores! Para os físicos, está longe de ser a mesma coisa travar complexas controvérsias sobre buracos negros ou ser presenteado, ao contrário, com as “lutas pelo poder entre os físicos”. Para uma alma religiosa, está longe de ser a mesma coisa fazer uma oração a Deus e dizerem que ela está orando apenas para a “personalização da Sociedade”. Para um advogado, não é a mesma coisa obedecer à Constituição ou ceder a *lobbies* poderosos escondidos atrás da lei. Para uma costureira da *haute couture*, não é a mesma coisa cortar um veludo grosso e brilhante ou dizerem que ela faz uma visível “distinção social”. Para o adepto de um culto, não é a mesma coisa estar ligado à existência de uma divindade e dizerem que ele adora um fetiche feito de madeira. A substituição do social por outra matéria parece, para cada ator, uma perda catastrófica contra a qual se deve resistir de modo inflexível – e com razão! Se, contudo, a palavra *social* não é usada para substituir um tipo de coisa por outro, mas para dispor as associações que tornaram determinado estado de coisas sólido e duradouro, então outra teoria social poderia tornar-se finalmente inteligível.

Como poderia existir, perguntamo-nos, tal divisor de águas nos deveres básicos da ciência social? Por isso aos poucos foi ficando evidente para nós que havia algo profundamente falho não só na filosofia da ciência padrão, mas também nas teorias sociais padrão usadas para explicar

116 Dado que, na tradição francesa, construtivista e racionalista são sinônimos, isso foi especialmente difícil para os franceses. A associação da palavra *construção* com um certa suspeita sobre a realidade da ciência só muito lentamente atravessou nossa mente “duhemiana” (ver Pierre Duhem (1904), *La Théorie physique. Son objet, as structure*), “bachelardiana” ou “canguilhemiana”. Ver Georges Canguilhem (1968) [1988], *Ideology and Rationality in the History of the Life Sciences*.

outros domínios que não o da ciência. Foi isso que, a princípio, levou os estudiosos da ANT a parecerem demasiado críticos – foram acusados de atacar “mesmo” os fatos óbvios e de não acreditarem na “Natureza” nem na “realidade exterior” – ou demasiado ingênuos – acreditavam nas agências das “coisas reais” que estavam “lá fora”.¹¹⁷ De fato, o que a ANT estava tentando modificar era simplesmente o uso de todo o repertório crítico abandonando *simultaneamente* o uso da Natureza e o uso da Sociedade, que haviam sido inventadas para revelar “por trás” dos fenômenos sociais aquilo que estava “efetivamente ocorrendo”. Isso, contudo, significava uma total reinterpretção do experimento que realizáramos, de início involuntariamente, quando tentávamos explicar sociologicamente a produção da ciência. Afinal, há muita coisa a ser dita em favor das bandeiras vermelhas nas mãos de toureiros hábeis na medida em que eles podiam, ao cabo, permitir-nos domar os animais selvagens.

O AUSPICIOSO NAUFRÁGIO DA SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA

Seja-me permitido, em primeiro lugar, descartar um erro frequentemente cometido em relação ao nosso subcampo original por pessoas não familiarizadas com ele – e isso significa, receio eu, a maior parte do mundo. O campo de estudos de ciência costuma ser apresentado como a *extensão* da mesma sociologia normal do social a um novo objeto: as atividades científicas. Após estudar a religião, as lutas de classes, a política, o direito, as culturas populares, o vício em drogas, o urbanismo, a cultura coletiva etc., os cientistas sociais, segundo se diz, não tinham nenhum motivo para

117 A primeira crítica foi apresentada durante o episódio da *Guerra das Ciências*, a segunda pode ser vista em Collins e Yearley *Epistemological Chicken*; Simon Schaffer (1991a), *The Eighteenth Brumaire of Bruno Latour*; and Steve Woolgar (1991), *The Turn to Technology in Social Studies of Science*.

deter-se naquilo que constitui a marca oficial das sociedades contemporâneas: a ciência e a tecnologia. De acordo com essa visão, os laboratórios e institutos de pesquisa já não eram senão os itens seguintes numa lista de tópicos a serem tratados usando-se os ingredientes normais da metodologia social que fora empregada “com muito sucesso” em outros domínios. Tal era a opinião quase unânime – incluindo a dos nossos colegas com os quais, anos atrás, começamos as nossas investigações e que são denominados “sociólogos do conhecimento científico” (SCC) ou, mais vagamente, “Estudantes de Ciência e Tecnologia” (EC&T).¹¹⁸

Se eu tivesse de escrever uma introdução aos estudos de ciência, gostaria de brandir essa bandeira.¹¹⁹ Mas, como estou tentando definir a ANT, tenho de mostrar como ela emergiu da sociologia da ciência ao tirar conclusões extremas não só para a ciência mas também para a teoria social. A ANT não é o ramo da ciência social que *conseguiu* estender os seus métodos à atividade científica e depois ao resto da sociedade, mas sim o ramo (ou antes, o broto) composto por aqueles que haviam ficado totalmente abalados quando tentavam dar uma explicação social dos fatos intrincados da ciência. Os estudiosos da ANT são definidos principalmente como aqueles que dos trinta e tantos anos da sociologia da ciência tiraram uma conclusão totalmente diferente das de seus melhores e mais caros colegas. Enquanto estes últimos se persuadiram de que a teoria social funciona *mesmo para a ciência*, nós concluímos que, globalmente e nos detalhes, no domínio da ciência a teoria social falhou *tão radicalmente* que se pode postular com segurança que ela *sempre* falhou em qualquer outro domínio. As explicações sociais não podem ser “estendidas” à ciência, e por isso

118 Embora nunca tenha usado esses rótulos, exatamente porque eles conservam vivos os diferentes domínios que têm de dissolver, não tenho problema em dizer que a ANT pertence aos campos da ciência, da tecnologia e da sociedade.

119 Existem várias. Ver Mario Biagioli (1999), *The Science Studies Reader*; Massimiano Bucchi (2004), *Science in Society: An Introduction to the Social Studies of Science*; e Dominique Vinck (1995), *La Sociologie des sciences*.

não podem ser estendidas a nenhuma outra coisa. Se a sociologia pretende tornar-se um tipo de ciência – e nós compartilhamos essa pretensão –, ela precisa enfrentar esse obstáculo sem hesitar.

Para verificar se esse argumento não é um paradoxo vazio, tenho que explicar por que tivemos que abandonar as posições dos nossos amigos – sem abandonar, evidentemente, nem a colaboração estreita nem a amizade! De fato, quatro conclusões foram tiradas do desenvolvimento da sociologia da ciência – posso ignorar a quinta posição, mas pergunto-me se ela sequer existe realmente. Ela, supostamente, concluiu que a ciência é uma “ficção social como todas as demais ficções sociais” porque obviamente já não está interessada em elaborar uma ciência social e porque, de qualquer modo, ela não compreende coisa nenhuma relativa à ficção.¹²⁰

A primeira posição é perfeitamente previsível: os estudos de ciência *tinham de falhar* por completo porque nenhuma explicação social da ciência objetiva pode ser oferecida: fatos e teorias são demasiado duros, demasiado técnicos, demasiado reais, demasiado eternos e demasiado remotos do interesse humano e social. Tentar explicar a ciência sociologicamente é uma contradição porque, por definição, o científico é apenas o que escapou aos estreitos constrangimentos da sociedade – com isso provavelmente eles querem dizer ideologia, paixões políticas, disposição subjetiva e debates intermináveis e vazios. A objetividade científica deve permanecer para sempre como a rocha contra a qual as ambições da sociologia se chocarão, a pedra que sempre humilhará seu orgulho. Tal é a reação majoritária dos filósofos, epistemologistas e, estranhamente, da maioria dos cientistas sociais: pode haver uma sociologia do conhecimento, das pseudociências, da

120 Vi a acusação com frequência, mas nunca li ninguém que afirmasse efetivamente o argumento. Refutar uma posição não existente tornou-se, não obstante, algo como uma indústria de cabanas (ver o livro com título bem apropriado de Noretta Koertge (1998) *A House Built on Sand: Exposing Postmodernist Myths about Science*). Como costuma acontecer, a confusão entre relativismo (vale tudo) e relatividade tem o seu preço. Como disse Deleuze (1993): “O relativismo não é a relatividade da verdade, mas a verdade da relação”.

crença, dos aspectos superficiais da ciência – “os cientistas também são humanos”, para repetir o clichê – mas não dos aspectos cognitivos, objetivos, atemporais dos resultados incontrovertíveis da ciência.¹²¹ *Exeunt* sociólogos.

A segunda conclusão, menos extrema, pode ser formulada do seguinte modo: para ser respeitada e bem-sucedida, a sociologia deve ater-se apenas aos pontos considerados superficiais pela posição anterior. De fato, a sociologia da ciência deve limitar-se a padrões de carreira, instituições, éticas, compreensão pública, sistemas de recompensa, disputas legais, e só com grande prudência deve propor-se estabelecer “algumas relações” entre alguns fatores “cognitivos” e algumas dimensões “sociais”, sem, contudo, forçar demasiado as coisas. Tal é a posição de uma sociologia dos *cientistas* (em oposição a uma sociologia da *ciência*) proposta, por exemplo, por Robert K. Merton e, mais tarde, Pierre Bourdieu.¹²²

A terceira conclusão é aquela tirada pela maioria dos nossos colegas de estudos de ciência: a seu ver, os sociólogos da primeira posição são demasiado tímidos. Aqueles que previram com júbilo o malogro de todas as explicações científicas da ciência, abraçaram uma forma de puro obscurantismounca lograram oferecer uma razão pela qual a própria ciência não poderia ser estudada cientificamente.¹²³ Para os estudiosos dos SCC e, mais geralmente, dos EC&T, os aspectos cognitivos e técnicos da ciência, no seu conjunto, são perfeitamente estudáveis pelos sociólogos. Isso requer invenção, adaptação e precaução, porém os instrumentos usuais do ofício

121 Essa posição pode ser encontrada na versão mais engenhosa em Philip Kitcher (2003), *Science, Truth, and Democracy*, assim como no superficial *The Flight from Science and Reason* de Paul R. Gross, Norman Levitt e Martin W. Lewis (1997).

122 R. K. Merton (1973), *The Sociology of Science. Theoretical and Empirical Investigations*. O livro crepuscular escrito por Bourdieu para “explicar” a diferença entre a sua sociologia dos cientistas e os estudos de ciência testemunha essa distinção. Ver Pierre Bourdieu (2001), *Science de la science et réflexivité*.

123 Bloor, *Knowledge and Social Imagery*; Harry M. Collins e Trevor Pinch (1982), *Frames of Meaning: The Social Construction of Extraordinary Science*.

são adequados o bastante – embora questões intrincadas de reflexividade e realismo possam deixar algumas pessoas perplexas e confusas.¹²⁴ Foi o que se tornou, e com boas razões, o senso comum dos sociólogos da ciência.

Mas do mesmíssimo experimento tiramos uma quarta conclusão inteiramente diferente – ou antes, o “nós” que uso neste livro se refere àqueles que extraíram as seguintes consequências:¹²⁵

- a) é perfeitamente possível uma sociologia de toda a ciência – contra os filósofos da ciência e de acordo com o conjunto dos estudos de ciência;
- b) tal sociologia não pode limitar-se ao contexto superficial e social da ciência – contra os que querem limitar as ambições da sua disciplina ao estudo dos cientistas e que se subtraem voluntariamente ao conteúdo técnico e cognitivo;
- c) a prática científica é demasiado dura para ser decifrada pela teoria social comum, e requer uma nova teoria que pode ser usada para lançar uma nova luz também sobre os tópicos mais “brandos” – contra nossos colegas no campo dos estudos de ciência que optaram por não ver a ameaça à sua disciplina original suscitada por seus próprios trabalhos.¹²⁶

124 Ver Steve Woolgar (1988), *Science The Very Idea*. Woolgar fez um trabalho notável ao tentar tornar os seus colegas ainda mais confusos, embora nem sempre tenha permanecido segura e prudentemente dentro dos estreitos limites dados pelo repertório antropocêntrico do discurso sobre os objetos da ciência e da tecnologia. Ele assegurou que a distância entre palavras e mundos tornou-se ainda maior, sem notar que os estudos de ciência, além de uma lição de ironia, podiam ser também uma lição de realismo.

125 Não gostaria de tentar definir a verdadeira dimensão desse incrivelmente pequeno “nós”, sem estar certo de que ele se estende muito além do bulevar Saint Michel, 62, em Paris, ou mesmo de que poderia limitar-se ao andar térreo! Só posso pretender ser uma “amostra representativa” de um grupo não existente.

126 O ponto de partida é fácil de localizar nas duas discussões com nossos amigos SCC. Ver Collins e Yearley, *Epistemological Chicken*. Ver nossa resposta em Callon e La-

Não estou afirmando que esta conclusão da emocionante aventura dos estudos de ciência é a única e necessária. Estou simplesmente dizendo que para serem chamados de “estudiosos da ANT” é mister transformar o fracasso em oferecer uma explicação social convincente sobre os fatos científicos duros em uma prova. Não é que a sociologia da ciência estivesse fadada a malograr, mas a teoria social teve de ser refeita.¹²⁷ Uma vez que não existem *experimenta crucis* (experimentos decisivos) nem em física nem em sociologia, não posso demonstrar que esse é o único caminho a seguir, mas posso afirmar que usar esse malogro como um trampolim – nenhuma explicação social da ciência é possível – abre um novo caminho para a teoria social: o social nunca explicou nada; pelo contrário, ele é que tem de ser explicado. É com a própria noção de uma explicação social que temos de lidar. Nossos colegas preferem dizer: “A explicação social da ciência falhou porque é contraditória”. Ou poderiam dizer: “Ela se saiu muito bem, continuemos com ela como sempre”. Mas a ANT propõe: “É uma grande oportunidade agora que ela falhou tão completamente, porque agora ela pode enfim chamar a teoria social à razão”. Da mesma sorte que os padres da Igreja celebravam o pecado de Adão como uma *felix culpa* (uma perda afortunada da graça) porque ela provocou a redenção de Cristo, eu diria que o fracasso de uma explicação social da ciência foi a grande oportunidade para a teoria social.

Se a nossa decisão de tirar aquelas conclusões desse experimento não pode ser provada, ela está, não obstante, longe de ser frívola, como

tour, *Don't Throw the Baby Out with the Bath School! A Reply to Collins and Yearley*; ver também David Bloor (1999), *Anti-Latour*, e minha resposta em Bruno Latour (1999b), *For Bloor and Beyond – a Response to David Bloor's 'Anti-Latour'*.

127 Esta senha poderia facilmente dispensar de ler muita coisa que passa pela ANT porque essa teoria social foi posta em sua cabeça e usada como uma “metodologia” para todo propósito e todo terreno, que se pode “aplicar” a qualquer campo sem que ela mesma passe por qualquer mudança (ver o Interlúdio, p. 205). Inversamente, massas de trabalho na história da ciência e da tecnologia poderiam ser incluídas como ANT.

se o tivéssemos feito apenas por divertimento, simplesmente “*pour épater le bourgeois*”. Há uma razão excelente, ao menos retrospectivamente, pela qual o caso especial da ciência deveria fazer a teoria social naufragar tão completamente: foi a primeira vez que os cientistas sociais estavam realmente estudando *acima*.

Até os laboratórios, as maquinarias e os mercados serem cuidadosamente escrutados, a Objetividade, a Eficácia e a Lucratividade – as Três Graças do modernismo – eram simplesmente consideradas como pontos pacíficos. Os cientistas sociais se deixaram levar pelo perigoso hábito de estudar apenas as atividades que *diferiam* daquelas posições padrão: a irracionalidade devia ser explicada; a racionalidade nunca precisou de qualquer justificação adicional; o caminho reto da razão não requeria nenhuma explicação social, apenas os seus desvios tortuosos.¹²⁸ Assim, nenhum teste real foi proposto para ver se uma explicação social de uma coisa qualquer efetivamente se sustentava ou não, já que a própria racionalidade nunca era questionada. Mesmo quando eram magnatas, gênios artísticos, estrelas de cinema, boxeadores campeões ou estadistas, os informantes dos sociólogos eram sempre brandidos pelo estigma de serem menos racionais, menos objetivos, menos reflexivos, menos científicos ou menos acadêmicos do que os que faziam o estudo. Assim, a despeito do que reivindicavam com frequência, os sociólogos sempre estudaram *abaixo*, visto que o poder da ciência permanecia do seu lado e não era esquadrinhado. A religião, a cultura popular, as cosmologias míticas, os mercados, as corporações – mesmo as obras de arte – nunca eram tão fortes quanto a ciência do social, que estava *substituindo* todas aquelas coisas mais brandas pela matéria mais dura de alguns agregados sociais ocultos, assim como seus poderes, sua estrutura e sua inércia. As rodas do *explanans* sempre foram forjadas com um aço mais sólido do que as do *explanandum*. Não admira que eles tenham obtido facilmente as provas e acionado dados sem esforço.

Por exemplo, as pessoas religiosas nunca gritaram indignadas quando foram “explicadas socialmente”. Aliás, quem as teria ouvido? Quando muito, sua choradeira teria sido mais uma prova de que não poderiam permanecer testemunhando suas fantasiosas e arcaicas ilusões serem explicadas pelo frio escrutínio dos fatos sociais. E o mesmo teria acontecido se os políticos, os pobres, os trabalhadores, os fazendeiros e os artistas tivessem protestado por serem “colocados num contexto social”. Quem teria ouvido a longa série de objeções levantadas durante três séculos por adoradores tropicais acusados de fetichismo? Eles poderiam ter resmungado e encolhido os ombros, mas nunca confrontado as provas dos sociólogos. Quem, pois, teria averiguado a eficácia da explicação social? Não, decerto, os sociólogos críticos, sobretudo porque as suas “explicações” sempre incidiam sobre questões pelas quais não tinham lá grande consideração. Assim, não somente a explicação social nunca encontrou um contra exemplo, como o seu ácido também não teve a menor dificuldade para dissolver questões com as quais os cientistas sociais não se preocupavam porque, em seu mais profético impulso para a emancipação, eles tentaram ajudar as pessoas a se libertarem delas! Que acontecimento poderia tê-los despertado de seu sono dogmático? Que tal o suave zumbido do ar-condicionado do laboratório?

Este era o ponto de apoio arquimediano que a teoria social estava procurando... A ciência representava um desafio inteiramente diferente, e esta é exatamente a razão pela qual o abordamos em primeiro lugar – embora, por razões de lógica, eu o coloque em quarto lugar neste livro. Não apenas os cientistas sociais tratam seriamente a ciência, como ela foi também seu único tesouro deixado depois que o cruel desencanto do modernismo derrubou todos os antigos ideais. Para além da objetividade, da universalidade e da cientificidade, não há nada digno de adesão. A única esperança deles era tornarem-se cientistas plenamente habilitados. E, não obstante, pela primeira vez os cientistas sociais tiveram de estudar algo que era *superior, mais sólido e mais forte* do que eles. Pela primeira vez o *explanandum* resistiu e fez ranger os dentes das engrenagens dos *explanans*. Não só isso, mas os brados dos que estavam sendo estudados podiam

128 Essa continua sendo a contribuição duradoura do princípio da simetria de David Bloor porque era a única maneira romper com a influência da sociologia do conhecimento que se limitava ao irracionalismo.

ser ouvidos em alto e bom som – e eles não provinham de Bali, dos guetos, de estúdios de televisão, de salas de reunião corporativas ou do Senado americano, mas de departamentos vizinhos, de colegas dos mesmíssimos comitês de contratos e concessões científicas.

Ora, finalmente estava na hora de realizar, nas ciências sociais, o experimento que nunca se realizara antes: Que prova temos de que a explicação social é válida quando estudamos *acima*? Quando as reações dos que são estudados não podem ser ignoradas? Quando o “capital cultural” dos que são estudados é infinitamente superior ao dos que estão fazendo o estudo? Quando os objetos a serem substituídos pela “força social” são obviamente mais fortes, mais variados e mais duradouros do que essa mesma força social que se supõe explicá-los? Quando as verdades a serem explicadas são igualmente avaliadas pelos que estudam e pelos que são estudados como o único tesouro na terra pelo qual vale a pena lutar? Após dois séculos em que se explicou facilmente o comportamento e as crenças dos agricultores, dos pobres, dos fetichistas, dos fanáticos, dos padres, dos advogados e dos negociantes, cuja ira raramente foi registrada, e se forneceu explicações que nunca poderiam ser comparadas uma a uma com o que era explicado, íamos ver, enfim, se o social podia ou não *explicar alguma outra* coisa. Os químicos, os cientistas dedicados a fabricação de foguetes e os físicos estavam acostumados a ver os seus laboratórios explodirem, mas demorou um pouco para que o gabinete do sociólogo fizesse um experimento suficientemente arriscado para ter uma possibilidade de falhar! E, desta vez, ele explodiu. Após uma semana no laboratório de Guillemin trinta anos atrás, lembro-me de como julguei inevitável a conclusão: o social não pode substituir o mais ínfimo polipeptídeo, a menor rocha, o mais inócuo elétron, o babuíno mais manso. Os objetos da ciência podem explicar o social, mas o inverso não é verdadeiro. Nenhuma experiência foi mais notável do que aquela que presenciei com meus próprios olhos: a explicação social desaparecera no ar.

Naturalmente, muitos ramos da ciência social fizeram o mesmo esforço, especialmente os estudos feministas, os estudos *queer*, alguns estu-

dos culturais e a maior parte da antropologia. Mas será realmente injusto dizer que esses trabalhos correram o risco de permanecerem periféricos, marginais e exóticos, na medida em que *contrastavam* com a objetividade científica que se supunha fugir desse tipo de tratamento? O serviço prestado pelos estudos de ciência e ramos similares da ciência social consistiu em remover o padrão que os tornava, por comparação, marginais ou meramente “especiais”.¹²⁹ Após os estudos de ciência, toda ciência social pode estudar “acima”.

NENHUMA EXPLICAÇÃO SOCIAL É NECESSÁRIA

A dificuldade era compreender essa experiência – e isso demandou muito tempo. Que os cientistas às vezes se zangassem conosco não era, em si mesmo, tão significativo. Estudar “acima” não significa ser submetido aos objetivos daqueles que estudamos: o que alguns cientistas descontentes concluíram de nossas pesquisas continua sendo problema deles, não nosso. Pelo que sei a respeito dos confusos episódios do que se chamou de “Guerras de Ciências”, eles poderiam ter concluído que a alva pureza da ciência jamais deveria ser maculada pelos dedos escuros e engordurados dos meros sociólogos.¹³⁰ Se não aprenderam alguma coisa de seus encontros conosco, isto é muito triste para eles, e não podemos fazer muita coisa a esse respeito. Mas, ainda que tirassem a conclusão errônea, seu furor contra aquilo que os sociólogos claramente não conseguiam perceber ao tentar explicar o seu trabalho foi para mim um sinal crucial. Por mais equivocadas que fossem suas reações, isso mostrou que sempre que uma

129 Tal é a fonte de minha ligação chauvinista ao meu querido pequeno subcampo. Doravante a ciência também é “especial”, em vez de ser aquilo que torna todas as outras atividades “especiais”.

130 Ver Baudoin Jurdant (1998), *Impostures intellectuelles. Les malentendus de l'affaire Sokal*, e Yves Jeanneret (1998), *L'affaire Sokal ou la querelle des impostures*.

explicação social era dada havia algum ardil em jogo. Em vez de estabelecer uma conexão entre duas entidades, muitas vezes acontecia de uma entidade ser *substituída* por outra. Nesse ponto a necessária busca de causalidade se tornou um empreendimento inteiramente diferente, perigosamente próxima da prestidigitação.

Como se pode fazer essa prestidigitação? Ela ocorre quando uma expressão complexa, única, específica, variada, múltipla e original é substituída por um termo simples, banal, homogêneo e de uso múltiplo, sob o pretexto de que este pode explicar aquela. Por exemplo, quando se tenta relacionar a revolução introduzida na medicina por Louis Pasteur a um pequeno conjunto de termos que resumem o Segundo Império francês; ou quando se tenta explicar o *Chambre à Arles* de Van Gogh com um pequeno número de expressões com propósitos múltiplos que têm a ver com o mercado de artes. O que principia como uma busca clássica e plenamente respeitável de explicação acaba substituindo o *explanandum* pelo *explanans*. Enquanto outras ciências continuam *acrescentando* causas aos fenômenos, a sociologia poderia ser a única cujas “causas” correm o risco de ter o estranho efeito de fazer os fenômenos que elas supostamente explicam desaparecerem por completo.

Tal é a interpretação que resolvi dar à “Guerra de Ciências”: os cientistas fizeram-nos compreender que não havia a menor possibilidade de que o tipo de forças sociais que usamos como causa pudesse ter os fatos objetivos como seus efeitos.¹³¹ Não só porque não temos respeito por eles – e nesse caso poderíamos ter ignorado suas pretensões ou mesmo nos orgulhado de desacreditá-las¹³² – como porque não poderíamos detectar

131 Uso “Guerras de Ciências” para designar a reação dos cientistas aos estudos feitos sobre eles, embora tenha havido um intervalo de vinte anos entre o começo dos verdadeiros estudos de ciência e os penosos episódios desencadeados pelas publicações dos “guerreiros da ciência”.

132 Foi isso que tornou tão perigoso o fazer uma crítica. A ânsia de desmascarar tornou-se a melhor maneira de proteger o analista, no sentido de sequer ouvir o grito daqueles que interpretam mal, ao mesmo tempo que assumem o papel de corajosos icono-

nenhuma *continuidade* entre as causalidades que estávamos detectando e os objetos a que se ligavam. Graças às prontas reações dos cientistas, que não poderiam ser ignoradas porque eles lidavam com os fatos mais duros do que os nossos e ocupavam uma posição acadêmica perigosamente próxima da nossa, aos poucos fomos entendendo – desde que o quiséssemos – que essa substituição escorregadia poderia estar ocorrendo *imperceptivelmente* em todos os demais subcampos das ciências sociais, mesmo quando estávamos estudando “abaixo” e não “acima”. Neste caso, ela não era apenas ciência, mas o *conjunto da teoria social* que sempre proporcionara objetos mais “duros” do que as forças sociais usadas para explicá-la – fetiches, crenças, religiões, culturas, arte, direito, mercados. Mesmo quando nenhum ator “gritava”, nenhum alarme rangia, a legislação dos cientistas sociais parecia funcionar brandamente e, para satisfação de todos, sempre celebrando um novo sucesso do seu “método científico”.

A ANT não declara que todos os outros domínios da ciência social estão bem e que somente a ciência e a tecnologia requerem uma estratégia especial porque são muito mais duras, muito mais importantes e muito mais respeitáveis. Ela afirma que, como o social falhou tão lamentavelmente como a ciência, deve ter falhado em tudo o mais, pois a ciência só é especial no sentido de que seus praticantes não deixavam os sociólogos atravessar sua seara e destruir seus objetos com “explicações sociais” sem protestar com veemência. Em outros domínios, os “informantes” sempre haviam resistido, mas de um modo nem sempre notório devido ao seu estatuto inferior; ou, quando era notado, seu furor era simplesmente acrescentado aos dados do teórico crítico como mais uma prova de que os “atores ingênuos” se afeerravam às suas doces ilusões, mesmo diante das mais gritantes refutações. Os cientistas não oferecem um caso especial de *recalcitrância*: nós simplesmente redescobrimos, graças aos

clastas que são os únicos a “verem através” dos mistérios a que as pessoas comuns se apegam ingenuamente. Sobre essa antropologia da iconoclastia, ver Bruno Latour e Peter Weibel (2002), *Iconoclasm: Beyond the Image Wars in Science, Religion and Art*.

estudos de ciência, que tal deveria ser o caso *em todos os domínios*, tanto nas ciências sociais quanto nas ciências naturais.¹³³ Como veremos mais adiante, nosso trabalho como cientistas sociais consiste em gerar fatos recalcitrantes duros e objetos passionais que *resistem* às explicações sociais. Com efeito, os sociólogos sempre estudaram *acima*.¹³⁴ Será que isso poderia levar a uma ciência do social, depois de tantas tentativas de colocar a sociologia “no caminho seguro da ciência”, como dissera Kant? Isto ainda está por ser visto. O que é claro neste ponto é que a ciência, como atividade, tanto é *parte do problema* quanto da solução, e que atualmente nenhuma ciência social é possível sem uma forte e assertiva sociologia da ciência em seu âmago para remover a serpente da explicação social que ela alimentou até agora. Até aqui, o que passa por “epistemologia das ciências sociais” só fez acumular os defeitos embutidos na concepção tradicional de epistemologia e sociologia.

Para usar esse ponto positivamente, e não apenas como um exemplo de que os sociólogos reflexivos estão serrando o galho sobre o qual estão desconfortavelmente sentados, um pouco mais de trabalho tem de ser feito. A descoberta – não vejo razão para abster-me desta palavra um tanto grandiosa – de que dar uma explicação não deve ser confundido com substituir um fenômeno por um fenômeno social precisa ser plenamente absorvida, se quisermos continuar as nossas viagens.

A dificuldade reside no termo *substituição*. Sei muito bem que mesmo os sociólogos do social mais positivistas objetarão naturalmente que

133 Eu nunca teria navegado nessas águas sem o *Power and Invention* (1997) (1997) e o *Invention of Modern Science* (2004a) de Isabelle Stengers. Ver um ensaio que interpreta seu argumento em Bruno Latour (2004a), *How to Talk about the Body? The Normative Dimension of Science Studies*.

134 Tal era a ideia crucial de Harold Garfinkel desde o início. E tal é a atitude correta de praticamente todos os que trabalham em ciências sociais, porque na prática é muito raro acontecer de bons observadores se aferrarem à sua teoria social. É isso que torna o *Outline of a Theory of Practice* de Pierre Bourdieu (1972) um livro tão instigante. Essa atitude de pleno respeito está no cerne da Escola de Sociologia de Chicago e em toda a obra de Howie Becker. Ver Howard Becker (1982), *Art Worlds*.

nunca “quiseram realmente” dizer isso quando dão uma explicação social do, digamos, fervor religioso; eles “quiseram dizer literalmente” por em lugar de estátuas, incenso, lágrimas, preces e peregrinações “alguma substância” como “coesão social”, que estaria escondida “por baixo” das nuvens de fumaça. Não somos, dizem eles, tão estúpidos assim. O que “realmente querem dizer” é que deve existir “por trás” das variedades de experiência religiosa outra força mais profunda, mais forte, que é “devida à sociedade” e que explica por que o fervor religioso permanece, “a despeito do fato” de as entidades mobilizadas nas preces (deuses, divindades) não terem “existência real”. De modo análogo, como os objetos de arte não têm propriedades intrínsecas, as paixões que eles deflagram devem provir de alguma outra fonte que pode explicar o interesse duradouro das pessoas pelas obras-primas.

Portanto, os sociólogos “não querem realmente” dizer que uma força social poderia ser tornada visível “no lugar dos” deuses e divindades ou “como acréscimo” às obras de arte, mas apenas que essa força é o que lhes confere uma existência duradoura *na ausência* daquilo que, segundo os atores, constituem a carne sólida e substancial de suas divindades e obras-primas. Deve-se notar, portanto, que, contrariamente ao que sucede usualmente nas ciências naturais, a tarefa de explicar só principia depois que uma profunda *suspeita* foi introduzida com relação à própria existência dos objetos a serem explicados. Os teóricos críticos acrescentariam que essa revelação da entidade social seria insuportável, uma vez que destruiria efetivamente a ilusão necessária que faz a sociedade manter o seu “véu de falsa consciência”. Assim, segundo eles, as forças sociais desempenham o complicado papel de serem simultaneamente aquilo que deve ser postulado para explicar tudo e aquilo que, por diversas razões, deve permanecer invisível. Esses requisitos contraditórios lembram muito o éter do século XIX, que tinha de ser ao mesmo tempo infinitamente rígido e infinitamente elástico. Pouco importa: como o éter dos físicos, o social dos sociólogos é um artefato causado pela mesma falta de relatividade da descrição.

Este é um ponto difícil.¹³⁵ Quando começo a fazer perguntas ingênuas sobre o que se entende realmente por explicação social, dizem-me para não tomar a existência das forças sociais “literalmente”, já que nenhum sociólogo razoável jamais afirmou que elas poderiam efetivamente *substituir* o objeto explicado pela sociedade. Diriam antes que tentam atribuir causas familiares a fenômenos não familiares ou, como as ciências naturais de que tanto gostam, causas não familiares a fenômenos familiares. Ótimo; entretanto, a dificuldade provém do duplo significado de *social* que já detectamos: por trás da afirmação epistemológica inócua de que as explicações sociais precisam ser esmiuçadas está a afirmação ontológica de que tais causas têm de mobilizar forças feitas *de* matéria social. Por razões que ficarão mais claras na segunda parte deste livro, explicar não é um feito cognitivo misterioso, mas um empreendimento de construção de mundo muito prático que consiste em ligar entidades a outras entidades, ou seja, em traçar uma rede. Assim, a ANT não pode compartilhar a filosofia da causalidade usada nas ciências sociais. Cada vez que se diz que um A está relacionado com um B, é o próprio social que está sendo gerado. Se meu questionamento das explicações sociais parece injusto, cego ou obsessivamente literal, é porque não quero confundir a reunião do coletivo com a mera revisão das entidades já reunidas ou com um feixe de vínculos sociais homogêneos. Portanto, é essencial detectar o mais breve possível qualquer prestidigitação nos modos como o coletivo está sendo composto. Será injusto dizer que nas mãos dos “explicadores sociais” mais recentes as alusões ao social podem tornar-se repetições vazias? Que aludir ao mundo por trás da sociedade se tornou até mais supérfluo do que a promessa de uma vida após a morte?

Se eles não substituem literalmente um fenômeno por uma força social, o que os explicadores sociais querem dizer quando afirmam que existe uma força “por trás das aparências ilusórias”, que constitui a “matéria real”

135 Agradeço a Gerard de Vries pela ajuda nesses insidiosos estreitos. Se me afoguei, a culpa não é dele.

da qual os deuses, as artes, o direito, os mercados, a psicologia e as crenças são “realmente” feitos? O que é uma entidade que desempenha o principal papel *sem nada fazer*? Que tipo de ausência/presença é essa? Para mim, isso parece ainda mais misterioso do que o dogma da Santíssima Trindade, e não me tranquilizo quando se supõe que é esse mistério que explica a religião, o direito, a arte, a política, a economia, os impérios ou apenas as coisas mais simples – incluindo a Santíssima Trindade! E não me parece justo, nesta época, sair pela tangente afirmando que sociologia não é filosofia; que teorias são debates; que os bons cientistas sociais não têm tempo para se perderem em minúcias; e que estão demasiado ocupados com questões empíricas ou que as tarefas de emancipação são demasiado prementes. Se a sociologia adotar subitamente uma postura anti-intelectualista sempre que as coisas se tornam delicadas, por que ela se autodenomina ciência?

É exatamente nessa conexão que temos de optar por ser literais, ingênuos e míopes. Negar-se a entender apenas pela metade às vezes é uma virtude. Afinal, os físicos só se livraram do éter quando um deles foi suficientemente tolo para perguntar como o ponteiro pequeno de um relógio podia ser “sobrepuesto” ao grande: todo mundo sabia a resposta, mas ele optou por não saber.¹³⁶ Com o devido respeito, proponho fazer o mesmo com esse grande mistério do social. Todo mundo parece saber o que significa “relacionar” religião e sociedade, direito e sociedade, arte e sociedade, mercado e sociedade, ter alguma coisa ao mesmo tempo “por trás”, “reforçada”, “invisível” e “negada”. Mas eu não!

Com minha mente voluntariamente estreitada, eu diria que, se se diz que o elemento social A “causa” a existência de B, C e D, então não apenas ele deveria ser capaz de gerar B, C e D, como deveria explicar as *diferenças* entre B, C e D, salvo se se puder demonstrar que B, C e D são a *mesma* coisa, caso em que as suas diferenças podem ser declaradas sem importância. Se lermos atentamente a literatura da história social e

136 Ver Albert Einstein (1920), *Relativity, the Special and the General Theory*. Para um exame dessa rematerialização, ver Peter Galison (2003), *Einstein's Clocks, Poincaré's Maps*.

observarmos o número de coisas que se supõe serem *causadas* pela “força da sociedade”, o advento do Estado moderno, a ascensão da pequena burguesia, a reprodução da dominação social, o poder dos *lobbies* industriais, a mão invisível do mercado, as interações individuais, então a relação poderia ser apenas uma relação na qual uma única causa tem um milhão de efeitos.¹³⁷ Mas uma causa é uma causa é uma causa. O elemento causador é capaz de explicar *as diferenças* entre milhões de efeitos – e nesse caso eu posso gerar B, C e D como consequências quando sustento A como causa? Ou essas diferenças entre milhões de acontecimentos são realmente imateriais – e, neste caso, aderir simplesmente à causa A implica que considero tudo importante, menos as perturbações marginais? Em ambos os casos, a causa A é de fato, para todos os propósitos práticos, *substituível* pelos milhões de Bs, Cs, Ds etc. Mas, com a “ascensão da pequena burguesia”, será que apreendo realmente o que aconteceu na Inglaterra, na França e na Alemanha do século 15 ao 20? Com a “retroalimentação automática da mão invisível” eu apreendo efetivamente os milhões de interações do mercado em todo o mundo? Quando defendo a lei dos corpos em queda, apreendo tudo o que existe de pertinente para dizer sobre as interações dos planetas, bem como sobre o movimento do pêndulo do velho relógio de minha mãe? “Sociedade” e “mercado” contêm *in potentia* o que se supõe causar ou não? “Claro que não”, responderia o coro unânime dos teóricos sociais, “nunca sustentamos essa estúpida filosofia das causas”. Mas então qual é o papel exato que eles realmente atribuem às “forças sociais”?

137 É exatamente isso que os explanadores do social acham tão convincente em sua causalidade e que os torna tão orgulhosos de suas realizações científicas. É tão poderoso que pode explicar tanta coisa! Mas eles devem examinar mais cuidadosamente os modos pelos quais os cientistas naturais estabelecem ligações entre os fenômenos e suas causalidades. Em geral isso significa que o desconhecido não só pode gerar o conhecido, como pode esquadrinhar o futuro desconhecido. Ver o notável exemplo de Bernadette Bensaude-Vincent (1986) em *Medeleev's Periodic System of Chemical Elements*.

Evidentemente, estou inventando um experimento que jamais ocorreu porque os observadores sociais nunca pretenderam testar suas causalidades de maneira tão rigorosa. Eles admitiriam facilmente que a gravitação social não é como a gravitação newtoniana. Forçados a recuar, acho que eles diriam que tentaram imaginar um tipo de causalidade mais modesto, mais vago e mais incerto: “algumas relações” e “correlações” entre diferentes “fatores”. Mas este é exatamente o lugar onde não se pode ser vago: Qual é precisamente a relação imaginada entre um fator social e outro fenômeno qualquer? É aqui que devemos usar novamente a distinção crucial que introduzi anteriormente entre intermediário e mediador. O elemento B, cuja emergência é provocada por um fator, é tratado como um *mediador* ou é construído como um *intermediário* para alguma força simplesmente transportada intacta através da mediação do “fator”? Temos de ser muito práticos uma vez mais e tão míopes quanto possível: não estamos falando aqui de grandiosas questões epistemológicas, mas de veículos, movimentos, deslocamentos e sistemas de transporte.¹³⁸ Temos de ser tão teimosos quanto possível. Se algum “fator social” é *transportado* através de intermediários, então o importante está *no fator*, e não nos intermediários. Para todos os propósitos práticos, estes podem ser substituídos por aquele sem nenhuma perda de matizes. Se a sociedade explica a religião, então a sociedade basta. Se a sociedade explica o direito, então a sociedade basta. Se a sociedade explica a ciência, então...

Nesse ponto tudo se desmantela. Por quê? Porque nesse caso, *e só nesse caso*, desde o começo ficou óbvio, tanto para os investigadores quanto para os informantes, que os “fatores” são incapazes de transportar qualquer ação através de qualquer evento reduzido à condição de intermediário. Sim, Einstein teve uma juventude turbulenta e chamou a sua teoria de “revolucionária” e “relativista”, porém isso não nos conduz por todo o

138 Essa obstinação será examinada no final deste livro, quando tornarmos possíveis os encontros com os seres que possibilitam a ação, encontros que foram tão protelados pela reunião inoportuna do coletivo na forma de uma sociedade – ver p. 333.

caminho *através* do seu uso das equações de Maxwell, mas apenas à *vizinhança delas*;¹³⁹ sim, Pasteur era um tanto reacionário e adorava a imperatriz Eugênia, mas isso não nos leva muito longe na compreensão de sua bacteriologia, ainda que “ela pudesse estar relacionada” com a sua rejeição, por exemplo, da geração espontânea.¹⁴⁰ Quando precisam transportar as explicações sociais para o santuário da ciência, os fatores têm uma desafortunada tendência a ficar sem gasolina. Naturalmente, isso sempre valeu para o transporte de todas as demais entidades para os diversos santuários do direito, da religião, da tecnologia, dos mercados e das subjetividades. Mas antes dos estudos de ciência nunca se notou quão depressa eles chegaram a um ponto final. O experimento que nunca teve lugar na teoria social sobre o que de fato significava uma explicação social de qualquer coisa está acontecendo em nosso pequeno campo a cada dia que se escrevem trabalhos sobre a história e a sociologia das ciências naturais. Foi isso que tornou os estudos de ciência um crisol perfeito para toda a sociologia: finalmente, graças às tentativas de explicar socialmente os fatos científicos “duros”, vamos saber o que todos eles entendiam antes por “social”. Aqui é o lugar para o grande e decisivo salto: *Hic Rhodus, hic salta*.

TRADUÇÃO VS. TRANSPORTE

Chegamos agora à própria terra natal do que veio a denominar-se “teoria-do-ator-rede” ou, mais precisamente, “sociologia da tradução” – infelizmente o rótulo nunca se manteve em inglês. Como ficou dito, a ANT é simplesmente a percepção de que algo de inusitado ocorrera na história

139 Um exemplo clássico de tal explicação é oferecido por Lewis S. Feuer em *Einstein and the Generations of Science* (1974).

140 Ver o caso típico apresentado em John Farley e Gerald L. Geison (1974), *Science, Politics, and Spontaneous Generation in 19th-century France: The Pasteur-Pouchet Debate*, e em Gerald G. Geison (1995), *The Private Science of Louis Pasteur*.

e na sociologia dos fatos científicos “duros”, algo tão inusitado que a teoria social já não podia passar através dele, assim como um camelo não pode passar pelo buraco de uma agulha.

O Rubicão foi atravessado, ao menos por mim, quando se aceitaram as sucessivas conexões de três objetos anteriormente não sociais (microbios, vieiras e recifes) que insistiam em ocupar a estranha posição de estarem *associados* às entidades anteriormente sociais que tentávamos descrever.¹⁴¹ Ou eram descartados da teoria social por não parecerem suficientemente sociais, ou eram acolhidas por ela. Mas então o próprio conceito de social teve de ser profundamente alterado. Essa segunda solução foi o momento definidor do que mais tarde veio a chamar-se ANT.

Por exemplo, pescadores, oceanógrafos, satélites e vieiras poderiam ter algumas *relações* entre si, relações de um tipo tal que eles *faziam os outros* realizarem coisas inesperadas – tal é a definição de um mediador, como vimos diversas vezes. Haverá nessa concatenação um elemento que se possa designar como “social”? Não. Nem o funcionamento dos satélites nem os hábitos de vida das vieiras seriam esclarecidos de modo algum *adicionando-se alguma coisa* social à descrição. O social dos sociólogos aparece assim exatamente como ele sempre foi, a saber, uma superfluidade, um mundo por trás puramente redundante que não acrescenta senão charadas artificiais ao mundo real – exatamente como o éter antes da teoria da relatividade ajudava os físicos a redescrever dinâmicas. Etapa um: o social desapareceu.

Por outro lado, existirá uma coisa na cadeia desdobrada, da qual se poderia dizer que é *não social*, no sentido de pertencer a um mundo separado de associações – por exemplo, um mundo “objetivo material”, um mundo “simbólico subjetivo” ou um reino de “puros pensamentos”? Não. As vieiras

141 Ver Bruno Latour (1984), *Les Microbes, guerre et paix, suivi de Irréductions*; John Law (1986b), *On the Methods of Long-Distance Control Vessels Navigation and the Portuguese Route to India*; e, claro, o hoje mítico ensaio sobre vieiras *Some Elements of a Sociology of Translation Domestication of the Scallops and the Fishermen of St Brieux Bay* de Michel Callon (1986), que eu resumo nesta seção.

fazem o pescador *fazer* coisas, assim como as redes colocadas no oceano atraem as vieiras, que ficam presas nas redes, e como os coletores de dados reúnem pescadores e vieiras na oceanografia. Das três primeiras incertezas, aprendemos que estudar suas relações poderia ser empiricamente difícil, mas já não é *a priori* proibido pelas “objeções óbvias” que “coisas não falam”, “redes de pesca não têm paixão” e “só os seres humanos têm intenções”. O social não está *em lugar nenhum em particular* como uma coisa entre outras coisas, mas pode circular *em qualquer lugar* como um movimento que liga coisas não sociais. Etapa dois: o social voltou como associação.

Ainda não sabemos como todos esses atores estão ligados, mas podemos declarar como a nova posição preestabelecida antes do estudo começar, que todos os atores que vamos desdobrar podem estar *associados* de tal modo que eles *fazem outros fazerem coisas*. Isso não se faz transportando-se uma força que permaneceria *a mesma* por todo o percurso como um tipo de intermediário fiel, mas gerando *transformações* manifestadas pelos numerosos *eventos* inesperados desencadeados nos outros mediadores que os *seguem* por toda parte. Foi a isso que chamei “princípio de irredução”, e tal é o significado filosófico da ANT: a concatenação dos mediadores não traça as mesmas ligações e não requer o mesmo tipo de explicações como um séquito de intermediários transportando uma causa.

Quando começaram a explicar a relatividade de Einstein, a bacteriologia de Pasteur, a termodinâmica de Kelvin etc., os autores de estudos de ciência estabeleceram conexões entre entidades que são completamente distintas daquilo que antes se considerava ser uma série de explicações sociais. Esses especialistas declaram que um fator é um *ator* numa *concatenação* de atores, e não uma *causa* seguida por uma *série* de intermediários. Quando o fazem, para sua grande surpresa, os pormenores práticos do caso em questão parecem fornecer alguma explicação do contexto que se supunha explicá-lo. De repente, são as próprias bactérias de Pasteur que parecem explicar, por meio do novo rastreador de doenças infecciosas, uma grande parte do que se entendia, durante o Segundo Império na França, como sendo “socialmente ligado”: pessoas contagiosas e não contaminadas

não estabeleceram a mesma solidariedade que existe entre, digamos, os ricos e os pobres. A direção da causalidade entre o que deve ser explicado e o que fornece uma explicação não é simplesmente revertida: ela é totalmente subvertida. O contágio redesenha os mapas sociais. O Império Britânico não está apenas “por trás” dos experimentos telegráficos de Lord Kelvin; é também um alcance, um tempo de reação mais rápido, uma durabilidade que ele nunca teria sem os minúsculos cabos colocados sobre o oceano. A ciência de Kelvin cria, em parte, o Império, que já não está no plano de fundo manipulando-o inconscientemente, mas veio a existir graças aos fios telegráficos convertidos em mediadores plenamente desenvolvidos.¹⁴² Foi essa reversão na causalidade que a ANT tentou registrar, primeiro para a ciência e a tecnologia, depois para qualquer outro tópico.¹⁴³ É aqui que surge a estranha ideia de que o social devia ser explicado, em vez de fornecer a explicação. Todos nós começamos a perguntar-nos: se fôssemos realmente bons para descrever tantos mediadores, compreenderíamos que já não há necessidade de uma sociedade que está “por trás”.¹⁴⁴

Como observei na introdução, o uso da palavra *social* para esse processo é legitimado pela etimologia mais antiga do termo *socius*: “alguém que segue alguém”, um “seguidor”, um “associado”. Para designar essa coisa que não é nem um ator entre muitos nem uma força por trás de todos os atores transportados por meio de um deles, mas uma conexão

142 Ver Crosbie Smith e Norton Wise (1989), *Energy and Empire: A Biographical Study of Lord Kelvin*, e Brian Cantwell Smith (2003), *The Devil in the Digital Details. Digital Abstraction and Concrete Reality*.

143 Uma vez mais todo mundo em história, antropologia, história da arte e história do comércio fizeram a mesma coisa. Ver o notável exemplo em Carlo Ginzburg (1980), *The Cheese and the Worms: The Cosmos of a 16th-Century Miller*, para o modo de respeitar a metafísica de um moleiro. Ver Alfred D. Chandler (1977), *The Visible Hand: The Managerial Revolution in American Business*, para um relato do crescimento das empresas que não pressupõe escala.

144 Se tivéssemos conhecido Gabriel Tarde antes, teríamos economizado muito esforço ou pelo menos não teríamos sido indulgentes com a tola presunção de haver inventado uma teoria social novinha em folha.

que transporta, por assim dizer, transformações, usamos a palavra *tradução* – a complicada palavra *rede* sendo definida no capítulo seguinte como aquilo que é *traçado* pelas traduções nas explicações dos pesquisadores.¹⁴⁵ Assim, a palavra *tradução* assume agora um significado algo especializado: uma relação que não transporta causalidade, mas induz dois mediadores à coexistência. Se alguma causalidade parece ser transportada de um modo previsível e rotineiro, então ela é a prova de que outros mediadores foram mobilizados para tornar esse deslocamento fácil e previsível (ver Parte II). Posso agora declarar com mais precisão o objetivo dessa sociologia de associações: não existe sociedade, não existe domínio social nem existem vínculos sociais, *mas existem traduções entre mediadores que podem gerar associações rastreáveis*. Com este livro esperamos aprender a ampliar a distância entre uma explicação que faz uso do social tal como ele é tradicionalmente construído e essa outra que visa desdobrar séries de mediadores. Aprender ANT nada mais é que tornar-se sensível às diferenças nas dimensões literária, científica, moral, política e empírica dos dois tipos de explicação.

HÁ MAIS COISA NA EXPERIÊNCIA DO QUE AQUILO QUE NOS CHEGA AOS OLHOS

O que pode parecer realmente chocante nessa definição de associação é não apenas o estranho novo significado que ela confere a “social”, mas também o lugar incomum reservado aos chamados objetos “naturais”. E, no entanto, ambos os extremos dessas cadeias, o social e o natural, precisam ser dissolvidos simultaneamente. Essa simetria raramente é entendida pelos que definem a ANT como uma sociologia “estendida aos não humanos” – como se os próprios não humanos não tivessem passado por

¹⁴⁵ Callon refere-se explicitamente a Michel Serres (1974), *La Traduction (Hermès III)*.

uma transformação tão grande quanto a dos atores sociais. E, não obstante, se ambos não forem postos de lado ao mesmo tempo, será em vão que teremos efetuado o nosso trabalho de campo: por mais conexões novas que tracemos, algumas agências receberão o rótulo de “sociais” e outras o de “naturais”, e a incomensurabilidade entre as duas tornará invisível o desenho daquilo que entendemos por conexões sociais. O modo como elas estão *associadas* se perderá para sempre: as vieiras tornarão a submergir no fundo do oceano das questões de fato naturais, materiais, objetivas e não intencionais, enquanto os pescadores se reunirão na choupana miserável em cuja entrada está escrito, como nos velhos e maus tempos do *Apartheid*, “Apenas para humanos intencionais”. Entrementes, os sociólogos voltarão do campo de mãos vazias, com todos os seus dados estragados por uma divisão que contradiz a própria prática que tentaram explicar: peixes e pescadores não se fazem frente uns aos outros como “naturais” e “sociais”, “objetos” e “sujeitos”, “materiais” e “simbólicos” – e os oceanógrafos ainda menos. A teoria social não deve ser confundida com o kantismo.

Para possibilitar isso, temos de libertar as questões de fato da sua redução à “Natureza” exatamente como devemos libertar os objetos e coisas de sua “explicação” pela sociedade. Sem esse duplo movimento, nosso argumento nada mais é que uma volta ao materialismo clássico, que se assemelha estreitamente a uma “sociologia de engenheiros” com todo o seu “determinismo técnico”. O problema é que, se já é difícil mostrar que o social é um artefato produzido pela aplicação de uma noção de causalidade mal adaptada, é ainda mais difícil mostrar que a “Natureza”, concebida como a reunião de todas as questões de fato não sociais, deve ser igualmente recusada. E as reações absolutamente perplexas ante a ANT ao longo dos anos é prova suficiente de que isso é muito difícil e de que as chances de sucesso são efetivamente pequenas.

Durkheim contra o pragmatismo

Ninguém oferece uma prova mais notável do estreito vínculo entre a definição de sociedade e a teoria da ciência do que Durkheim, quando ele se propõe a tarefa de criticar o pragmatismo, então uma nova filosofia. Eis como ele abriu a sua primeira aula de 1914: “Testemunhamos atualmente um ataque contra a razão que é verdadeiramente militante e determinado. Por consequência, o problema é de triplíce importância.

- 1) Em primeiro lugar, ele é de importância geral. O pragmatismo está numa posição melhor do que qualquer outra doutrina para nos fazer ver a necessidade de uma reforma do racionalismo tradicional, pois nos mostra o que lhe está faltando.
- 2) Segundo, ele é de importância nacional. Toda a nossa cultura francesa é básica e essencialmente uma cultura racionalista. O século XVIII é um prolongamento do cartesianismo. Uma negação total do racionalismo constituiria assim um perigo, pois subverteria a nossa cultura nacional. Se tivéssemos de aceitar a forma de irracionalismo representada pelo pragmatismo, todo o espírito francês teria de ser radicalmente mudado.
- 3) Enfim, ele é de importância filosófica. Não só a nossa cultura como toda a tradição filosófica, desde o início da especulação filosófica, são inspiradas pelo racionalismo. Se o pragmatismo fosse válido, teríamos de empreender uma completa reversão de toda essa tradição”. (Durkheim, 1955)

Portanto, é aqui que a quarta fonte de incerteza nos deve ajudar. Se concordarmos em aprender também com as controvérsias sobre os não humanos, logo perceberemos que questões de fato não descrevem que tipos de agências estão povoando o mundo melhor do que as palavras *social*, *simbólico* e *discursivo* descrevem o que é um ator humano e os *alienígenas* que os capturam. Isso não é de admirar, já que “Sociedade” e “Natureza” não descrevem domínios da realidade, mas são dois *coletores* que foram inventados juntos, por razões amplamente polêmicas, no século XVII.¹⁴⁶

146 Sobre essa longa história, só posso remeter o leitor a Steven Shapin e Simon Schaffer (1985), *Leviathan and the Air-Pump: Hobbes, Boyle and the Experimental Life*. O vínculo entre sociologia e modernização é tão forte que é impossível desenredar um do outro. Ver Ulrick Beck, Anthony Giddens e Scott Lash (1994), *Reflexive Moderniza-*

O empirismo, concebido como uma nítida distinção entre impressões sensoriais, de um lado, e julgamento mental, do outro, não pode decerto afirmar que é uma completa descrição daquilo para o que “deveríamos estar atentos na experiência”.¹⁴⁷

Para prosseguir o nosso projeto, não precisamos abordar essas difíceis questões filosóficas. Precisamos apenas ter a mente aberta para a forma na qual os antigos objetos da natureza poderiam apresentar-se nas novas associações que estamos seguindo. Para nossa grande surpresa, uma vez removida a fronteira artificial entre social e natural, as entidades não humanas foram capazes de aparecer sob uma luz inesperada. Por exemplo, as rochas poderiam ser úteis para reconduzir um idealista ao seu juízo, mas as rochas *em geologia* pareciam ser muito mais variadas, muito mais incertas, muito mais abertas e desdobrar muito mais tipos de agências do que o estreito papel que lhes é atribuído nas explicações empiristas.¹⁴⁸ As escrivatinhas de aço oferecem uma grande oportunidade para os realistas raivosos baterem na mesa em nome de “condições materiais”, a fim de reconduzirem os sociólogos à realidade, mas o aço laminado *em metalurgia* oferece tantos enigmas sobre os modos pelos quais a resistência material pode ocorrer que não há praticamente nenhuma relação entre o que os filósofos positivistas e os cientistas materiais denominam “matéria”.¹⁴⁹

tion: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order: Zygmunt Bauman (1997), *Postmodernity and Its Discontents*; e Bruno Karsenti (1997), *L'Homme total: Sociologie, anthropologie et philosophie chez Marcel Mauss*.

147 É uma expressão de Whitehead. Ver William James (1890), *The Principles of Psychology*, John Dewey (1930, reeditado nas obras completas de 1948, 1982), *Reconstruction in Philosophy*, e Stengers, *Penser avec Whitehead*. Que o empirismo nunca tratou simplesmente de questões de fato é mostrado magistralmente por Lorraine Daston (1988) em “The Factual Sensibility: Na Essay Review on Artifact and Experiment” por Jessica Riskin (2002) em *Science in the Age of Sensibility: The Sentimental Empiricists of the French Enlightenment*.

148 Ver o capítulo sobre rochas em Hacking, *The Social Construction of What?*

149 Ver Pablo Jensen (2001), *Entrer en matière: Les atomes expliquent-ils le monde?*

O impulso inflexível da maquiagem genética pode ser excelente para os sociobiólogos ridicularizarem o sonho socialista de nutrir uma humanidade melhor, mas os genes *em biogenética* assumem papéis tão contraditórios, obedecem a tantos sinais opostos, são “feitos” de tantas influências que, se há uma coisa que não se pode fazer com eles é silenciar um adversário.¹⁵⁰ Os computadores poderiam oferecer uma propaganda para o melhor exemplo de anúncio exagerado, porém os *chips em ciência da computação* requerem vastas instituições para estarem à altura de sua reputação como “máquinas formais”.¹⁵¹ Em toda parte, a multiplicidade empírica das agências “naturais” anteriores ultrapassa a fronteira das questões de fato. Não existe nenhuma relação direta entre ser real e ser indiscutível.

O empirismo já não aparece como o sólido alicerce sobre o qual se poderia erigir tudo o mais, mas sim como uma interpretação muito pobre da experiência. Essa pobreza, entretanto, não pode ser superada *afastando-se* da experiência material – por exemplo, para a “rica subjetividade humana” –, mas *aproximando-se* daquilo que as variadas vidas materiais têm para oferecer.¹⁵² Não é verdade que se deve combater o reducionismo adicionando algum “aspecto” humano, simbólico, subjetivo ou social à descrição, já que o reducionismo, para começar, não trata com justiça os fatos objetivos. O que se poderia denominar o primeiro empirismo conseguiu, por razões políticas, obscurecer as numerosas marchas e contramarchas da objetividade e reduzir os não humanos a sombras. Longe de “possuir objetividade”, os positivistas assemelham-se mais a proprietários

150 Ver Evelyn Fox-Keller (2000), *The Century of the Gene*; Sophie Houdart (2000), *Et le scientifique tint le monde: Ethnologie d'un laboratoire japonais de génétique du comportement*; e Richard Lewontin (2000), *The Triple Helix: Gene, Organism and Environment*.

151 Brian Cantwell Smith (1997), *On the Origins of Objects*.

152 O caso improvável das beterrabas ajudou François Mélard a fornecer uma das melhores aplicações do que acontece à sociedade quando se incorporam coisas. Ver François Mélard (2001), *L'autorité des instruments dans la production du lien social: le cas de l'analyse polarimétrique dans l'industrie sucrière belge*.

absenteístas que não parecem saber o que fazer com suas propriedades. Acontece simplesmente que nós, em estudos de ciência, poderíamos saber.

A grande chance da ANT é que as múltiplas dobras da objetividade se tornem visíveis assim que nos *aproximamos* um pouquinho do lugar onde as agências são incitadas a se expressarem, a saber, os laboratórios científicos – ou onde os laboratórios são postos num contato mais íntimo com a vida diária, o que é muito frequente atualmente. Os positivistas não estavam muito inspirados quando escolheram os “fatos” como seus blocos de construção elementares para erigir sua catedral da certeza. Agiram como se este fosse o material mais primitivo, sólido, incontrovertível, indiscutível, como se tudo o mais pudesse ser reduzido a ele. Mas havia mais de uma palha na matéria sólida que escolheram para seu alicerce.¹⁵³ A própria etimologia deve tê-los feito estremecer: como poderia um fato ser assim tão sólido, se ele também é fabricado? Como a mais breve pesquisa no mais primitivo laboratório mostra, e como Ludwik Fleck provou há muito tempo, os fatos são praticamente a composição o menos primitiva, mais complexa, mais elaborada e mais coletiva que existe!¹⁵⁴

Fleck sobre a reação de Wassermann para detectar a sífilis

Em seu livro pioneiro, o fundador da sociologia da ciência elabora uma descrição muito mais precisa da “gênese” do fato científico, que de maneira geral é reconhecida pelos que o leram numa ótica kantiana ou kuhniana.¹⁵⁵

153 Durkheim não teve muito sorte quando propôs tratar “fatos sociais como coisas”, pois o que é social, o que é um fato e o que é uma coisa são provavelmente os três conceitos de filosofia mais controversos, mais incertos e mais instáveis.

154 Ver Ludwig Fleck (1981), *Genesis and Development of a Scientific Fact*, e Ludwik Fleck, Robert S. Cohen e Thomas Schnelle (1986), *Cognition and Fact: Materials on Ludwik Fleck*.

155 A metáfora da lente ou pressuposição é na verdade a usada por Kuhn em seu prefácio ao livro de Fleck.

Dar um relato histórico preciso de uma disciplina científica é impossível. É como querer registrar por escrito o curso natural de uma animada conversação entre várias pessoas, todas falando ao mesmo tempo e cada qual querendo ser ouvida, a qual, não obstante, permitiu que um consenso se cristalizasse. (Fleck, 1981, p. 15)

Mas sua definição de social é claramente positiva e não negativa, ou seja, quanto mais social existe, mais realismo existe:

Toda teoria epistemológica é trivial e não leva na devida conta, de maneira fundamental e minuciosa, essa dependência sociológica de toda cognição. Mas os que consideram a dependência social um mal necessário e uma desafortunada inadequação humana a ser superada deixa de compreender que sem condicionamento social nenhuma cognição é sequer possível. Na verdade, a própria palavra cognição só adquire sentido em conexão com uma coletividade de pensamento. (Fleck, 1981, p. 43)

É isso o que o faz entrar em contenda com sociólogos como Durkheim:

Todos esses pensadores formados em sociologia e em literatura clássica, porém, por mais produtivas que sejam suas ideias, cometem um erro característico. Exibem um respeito excessivo, que toca as raízes da reverência, pelos fatos científicos. (Fleck, 1981, p. 47)

Mas a noção ambígua de “coletividade de pensamento” não é de modo algum aparentada com a influência social concebida tradicionalmente:

Se definirmos coletividade de pensamento como uma comunidade de pessoas trocando ideias ou mantendo interação cultural, veremos por inferência que ela fornece também um ‘portador’ especial para o desenvolvimento histórico de qualquer campo de pensamento, assim como para o estoque de conhecimento e nível de cultura dados. Chamamos a isso estilo de pensamento. A coletividade de pensamento fornece assim o componente faltante. (Fleck, 1981, p. 39)

A coletividade de pensamento não é o que condiciona ou limita a produção do fato, mas o que lhe permite emergir:

É assim que um fato surge. Primeiro há um sinal de resistência no caótico pensamento inicial, depois uma coação definida do pensamento, e enfim uma forma a ser diretamente percebida. Um fato ocorre sempre no contexto da história do pensamento e é sempre o resultado de um estilo de pensamento definido. (Fleck, 1981, p. 95)

Essa atitude realista para com o social permite a Fleck passar da noção de prática coletiva à de evento:

Podemos resumir como segue a nossa teoria do reconhecimento da relação entre a de Wassermann e a sífilis. A descoberta – ou a invenção – da reação de Wassermann ocorreu durante um processo histórico único, que não pode ser reproduzido por experimento nem confirmado por lógica. A reação foi elaborada, a despeito de muitos erros, por meio de motivos sociopsicológicos e de uma espécie de experiência coletiva. Desse ponto de vista, a relação entre a reação de Wassermann e a sífilis – um fato indubitável – torna-se um evento na história do pensamento. (Fleck, 1981, p. 97)

A noção de evento torna-se o modo de superar os limites simétricos de sociólogos e epistemologistas:

A verdade não é ‘relativa’ nem decerto ‘subjéctiva’ no sentido popular do termo. Ela é sempre, ou quase sempre, completamente determinada no âmbito de um estilo de vida. Jamais se pode dizer que o mesmo pensamento é verdadeiro para A e falso para B. Se A e B pertencem à mesma coletividade de pensamento, o pensamento será ou verdadeiro ou falso para ambos. Mas se pertencem a coletividades de pensamento diferentes ele não só não será o mesmo pensamento como será obscuro para ou será entendido diversamente por um deles! A verdade não é uma convenção; é, antes (1), uma perspectiva histórica, um evento na história do pensamento, (2) no seu contexto contemporâneo, um condicionamento do pensamento estilizado. (Fleck, 1981, p. 100)

A ANT está interessada não apenas em libertar os atores humanos da prisão do social, mas também em oferecer aos objetos naturais uma ocasião para escaparem da cela estreita dada às questões de fato pelo pri-

meiro empirismo.¹⁵⁶ Eis por que sempre achei tão revigorantes os estudos de ciência: até o seu desenvolvimento, a conversação entre filósofos, sociólogos e cientistas políticos sobre o correto divisor de águas entre “Natureza” e “Sociedade” sempre fora ilustrada por questões de fato enfadonhas, rotineiras, milenares, como pedras, tapetes, canecas e martelos que eram basicamente coisas que os neanderthalianos podiam já ter usado. Tais objetos são perfeitamente respeitáveis, mas, como vimos no capítulo anterior, eles não mais deixam traço, e assim não há como reaparecerem como mediadores.¹⁵⁷

A discussão começa a melhorar quando se introduzem, não questões de fato, mas o que chamo agora de questões *de interesse*. Embora altamente incertas e acirradamente discutidas, essas agências reais, objetivas, atípicas e, sobretudo, *interessantes* são tomadas não exatamente como objetos, mas antes como *assembleias*.¹⁵⁸ Não se pode fazer com Monte Carlo cálculos que se fazem com canecas; não se pode fazer com organismos geneticamente modificados o que se faz com tapetes; não se pode fazer com quatérnions o que se faz com cisnes negros.¹⁵⁹ Pois é exatamente com isso que a quarta incerteza quer prosperar: o mapeamento das controvérsias científicas sobre questões de interesse deve permitir-nos renovar de cima a baixo a própria cena do empirismo – e, portanto, a divisão entre “natural” e “social”. Um mundo natural feito de questões de fato não parece exatamente a mesma coisa que um mundo constituído por questões de interesse, e por isso não pode ser usado com tanta facilidade como imagem

da ordem social “simbólica-humana-intencional”. Eis por que o que se poderia chamar de *segundo* empirismo não se parece em absoluto com o primeiro: sua ciência, sua política, sua estética, sua moralidade são diferentes das do passado. Ele ainda é real e objetivo, mas é mais vivo, mais tagarela, ativo, pluralista, e mais mediatizado do que o outro.

Não existe, porém, nada de radical ou revolucionário na passagem do primeiro para o segundo empirismo. A passagem de um mundo para o outro não requer grande engenho, coragem e originalidade dos pesquisadores da ANT. Todos os dias os cientistas e engenheiros em seus laboratórios estavam tornando a produção de fatos *mais* visível, *mais* arriscada, *mais* dispendiosa, *mais* discutível, *mais* interessante e *mais* relevante publicamente, como o mostrava até mesmo a mais superficial olhada em qualquer revista técnica. As questões de fato podem permanecer silenciosas, podem permitir-se serem simplesmente descartadas, mas não vai nos faltar dados sobre as questões de interesse porque hoje os seus *traços* são encontrados em toda parte. Se há uma coisa desanimadora para os sociólogos de associações, não é o profundo silêncio de uma “Natureza” muda que tornaria suas investigações impossíveis e os forçaria a ater-se ao reino humano “simbólico”, mas sim a inundação de informações sobre os diversos modos pelos quais as questões de interesse existem no mundo contemporâneo. Como poderíamos estar à altura da tarefa e tratar com justiça essa massa crescente de evidências?

UMA LISTA PARA AJUDAR A DESDOBRAR AS QUESTÕES DE INTERESSE

A solução, uma vez mais, é aprender a alimentar-se de incertezas, em vez de decidir de antemão como deve ser a aparência do conjunto de equipamentos do mundo. A investigação pode prosseguir enquanto aprendemos a extrair o veneno do conceito de natureza, assim como fa-

156 Latour, *Politics of Nature*, Capítulo 2.

157 Salvo, é claro, nas mãos experientes dos arqueólogos e etnógrafos. Ver Pierre Lemonnier, *Technological Choices*.

158 Martin Heidegger (1977), *The Question Concerning Technology and Other Essays*. Sobre a releitura desse argumento, ver Graham Harman (2002), *Tool-Being: Heidegger and the Metaphysics of Objects*.

159 Ver Peter Galison (1997), *Image and Logic: A Material Culture of Microphysics*, e Pickering, *The Mangle of Practice*.

zemos para o conceito gêmeo de sociedade. Na “sociedade” aprendemos a distinguir entre as associações – que mantivemos – e uma substância feita de matéria social – que rejeitamos. De modo análogo, na “natureza” vamos manter o desdobramento da realidade e rejeitar sua prematura unificação em questões de fato. Foi um erro saltar da ideia de associação para a conclusão de que se trata de fenômenos feitos de *matéria social*; é um erro simétrico concluir de um interesse pelos não humanos que eles se parecerão com questões de fato – que não passam de uma versão simplificada das questões de interesse, como qualquer leitura em estudos de ciência mostrará.

Por exemplo, os espermatozoides costumavam ser machinhos obstinados nadando vigorosamente em direção ao óvulo impotente; hoje eles são atraídos, arregimentados e seduzidos por um ovo cuja agência está se tornando tão sutil que pode separar o esperma bom do esperma ruim – ou pelo menos é o que está sendo *discutido* em fisiologia do desenvolvimento.¹⁶⁰ Supunha-se que os genes transportavam codificação de informações para as proteínas, mas eles são também considerados como competidores entre si por alimento, arruinando assim a metáfora da transferência de informações – ou pelo menos é o que está sendo *discutido* entre alguns geneticistas.¹⁶¹ Supunha-se que os chimpanzés eram parceiros bons e sociáveis que ofereciam a imagem de um paraíso de bons selvagens, mas hoje eles parecem ferozmente competitivos, inclinados ao assassinio e a tortuosos conluios maquiavélicos – ou pelo menos é isto que está sendo *discutido* em primatologia.¹⁶² Supunha-se que a camada superior do solo fosse um conjunto compacto de matéria inerte disposta em camadas de diferentes cores que os pedólogos aprenderam a mapear; hoje ele enxameia com um

160 Ver o capítulo em Shirley Strum e Linda Fedigan (2000, p. 260-274), *Primate Encounters*, de Z. Tang-Martinez, *Paradigms and Primates: Bateman's Principles, Passive Females, and Prospectives from Other Taxa*.

161 Ver Jean-Jacques Kupiec e Pierre Sonigo (2000), *Ni Dieu ni gène*.

162 Ver Frans De Waal (1982), *Chimpanzee Politics: Power and Sex Among Apes*.

número tão grande de microrganismos que só os microzoólogos podem explicar essa selva miniaturizada – ou pelo menos é o que está sendo *discutido* entre alguns pedólogos.¹⁶³ Supunha-se que os computadores eram máquinas digitais estúpidas, mas hoje eles parecem estar operando digitalmente através de um conjunto desconcertante de sinais análogos materiais que não têm nenhuma relação com os cálculos formais – ou pelo menos é o que está sendo *discutido* entre alguns teóricos da computação.¹⁶⁴

Essa multiplicidade não significa que os cientistas não sabem o que estão fazendo e que tudo não passa de ficção, mas sim que os estudos de ciência foram capazes de separar exatamente aquilo que a noção pronta de “questões de fato objetivas naturais” fundiu depressa demais, a saber, realidade, unidade e indiscutibilidade.¹⁶⁵ Quando se olha para a primeira, não se chega automaticamente as duas outras. E isso nada tem a ver com a “flexibilidade interpretativa” facultada por “pontos de vista múltiplos” adotados sobre a “mesma” coisa. É a própria coisa que se permitiu ser desdobrada como múltipla e, portanto, ser apreendida através de diferentes pontos de vista, antes de ser possivelmente unificada em alguma etapa posterior, dependendo das habilidades do coletivo para unificá-los.¹⁶⁶ Existem simplesmente mais mediações no *pluriverso*, para usar a expressão de William James, do que os filósofos e os cientistas julgavam possível.

O ponto ético, científico e político importante aqui é que, quando passamos do mundo das questões de fato para os *mundos* das questões de interesse, já não podemos ficar satisfeitos nem com a *indiferença* em

163 Ver Alain Ruellan e Mireille Dosso (1993), *Regards sur le sol*.

164 Adam Lowe e Simon Schaffer (1999), *NOIse*.

165 Essa é a lição decisiva que tirei de Marc Berg e Anne-Marie Mol (1998), *Differences in Medicine: Unraveling Practices, Techniques and Bodies*, e de Mol, *The Body Multiple*.

166 Essa é também a linha divisória entre o pós-modernismo, que acredita ser sua tarefa acrescentar a multiplicidade a um mundo excessivamente unificado pelas “Grandes Narrativas”, e a ANT, para a qual essa multiplicidade é uma propriedade das coisas, e não dos seres humanos que interpretam as coisas.

relação à realidade que acompanha as representações “simbólicas” múltiplas da “mesma” natureza, nem com *unificação prematura* operada pela “natureza”. Ao incluir os numerosos resultados das ciências nos zoos das agências que atuam juntas no mundo, atravessamos outro Rubicão, aquele que conduz da *metafísica* à *ontologia*.¹⁶⁷ Se a teoria tradicional era contra o aprofundamento da primeira, mostra-se ainda mais hesitante em aprofundar-se na segunda, que lhe lembra em demasia sua própria infância filosófica. E, não obstante, se quisermos viajar, teremos de aprender a nadar nessas águas turbulentas.

Ir da metafísica à ontologia é levantar novamente a questão de saber como é *realmente* o mundo *real*. Enquanto permanecemos na metafísica, há sempre o perigo de que o desdobramento dos mundos dos atores continue sendo *demasiado fácil*, porque eles podem ser tomados como outras tantas *representações* daquilo que o mundo, no singular, é. Nesse caso não teríamos avançado uma polegada e retrocederíamos à estaca zero da explicação social – ou seja, ao idealismo de Kant.

O perigo não pode ser exagerado quando consideramos que a abertura mostrada, por exemplo, pelos antropólogos em relação às “outras” cosmologias se deve quase sempre à sua certeza de que essas representações não têm uma relação séria com o mundo sólido das questões de fato. Na tolerância do pesquisador para com as crenças selvagens poderia estar infiltrada muita condescendência. Pode haver milhares de maneiras de imaginar como os parentescos podem gerar filhos, mas há apenas, afirmase, *uma* fisiologia do desenvolvimento para explicar como os bebês efetivamente crescem no útero. Pode haver milhares de maneiras de projetar uma ponte e de decorar sua superfície, mas há apenas uma maneira para que a gravidade exerça as suas forças. A primeira *multiplicidade* é o domínio dos cientistas sociais; a segunda *unidade* é a jurisdição dos cientistas

167 Não tive nenhuma pretensão de seguir definições-padrão, dada a longa e variável história daquelas palavras. Na sequência, *ontologia* é a mesma coisa que *metafísica*, à qual se acrescentou a questão da verdade e da unificação.

naturais. O relativismo cultural só é possibilitado pelo sólido absolutismo das ciências naturais. Tal é a posição padrão nos intermináveis debates que se travam, por exemplo, entre a geografia física e a geografia humana, a antropologia física e a antropologia cultural, a psiquiatria biológica e a psicanálise, a arqueologia social e a arqueologia material, e assim por diante. Há unidade e objetividade de um lado, multiplicidade e realidade simbólica do outro.

É essa, exatamente, a solução que a ANT quer tornar insustentável. Com essa divisão entre uma realidade e muitas interpretações, a continuidade e a comensurabilidade do que denominamos associações desapareceria imediatamente, já que o múltiplo continuará seguindo o seu perturbado curso histórico, enquanto a realidade unificada permanecerá intacta, inalterada e distante de qualquer história humana. Mas passar dos objetos sociais aos objetos naturais não significa passar de uma multiplicidade desorientadora a uma unidade acolhedora. Temos de passar, sim, mas de um repertório empobrecido de intermediários a um conjunto de mediadores altamente complexos e controversos. As controvérsias em torno das ontologias, que se revelaram tão interessantes e controvertidas quanto as metafísicas, exceto que *a questão da verdade* (daquilo que o mundo realmente é), *não podem ser ignoradas* com uma pose *blasé* ou *simplificadas a priori* batendo na mesa ou chutando pedras.¹⁶⁸ Mesmo depois que a realidade tenha sido plenamente estabelecida, a questão da sua unidade permanece pendente. O mundo comum ainda precisa ser coletado e composto. Como veremos no final deste livro, é aí que as ciências sociais podem recobrar a relevância política que parecem ter perdido ao abandonar o éter do social e o uso mecanizado do repertório crítico que a tornava possível. Não existe um mundo por trás, para ser usado como juiz deste, mas nesse mundo inferior estão à espera muitos mundos

168 Mantenho o plural para ontologias, a fim de lembrar ao leitor que essa unidade não é o resultado daquilo que o mundo parece a princípio encontrar, mas aquilo que o mundo poderia tornar-se desde que seja recolhido e reunido.

que podem aspirar a tornar-se uno – ou não, dependendo do trabalho de composição que formos capazes de realizar.

Felizmente, não precisamos resolver essas árduas questões de uma vez por todas a fim de efetuar o nosso trabalho de sociólogos. Não precisamos sequer desdobrar um conjunto completo de agências manifestadas por questões de interesse. Devemos simplesmente certificar-nos de que a sua diversidade não seja prematuramente fechada por uma versão *hegemônica* de um tipo de questão de fato que reivindique ser o que está presente na experiência – e que vale, claro, para “poder” e “Sociedade”, assim como para “matéria” e “Natureza”. Uma vez mais, o treinamento-chave para a prática da ANT é em primeiro lugar negativo.

Uma lista de afazeres nos ajudará a conservar a necessária apreensão empírica porque as consideráveis dificuldades dessa teoria poderiam extravaiar-nos.

Primeiro, a grande vantagem de seguir fatos científicos é que, como o nome indica, eles são fabricados, existem em muitas formas diferentes e em fases de realização. Embora todas essas diferenças estivessem despidoradamente escondidas quando eram usadas como os “blocos de construtores elementares” do “mundo” no singular, elas oferecem quantidades maciças de informação assim que são reconduzidas às suas “fábricas”, a saber, aos seus laboratórios e institutos de pesquisa. Os estudos de ciência oferecem hoje muitos dispositivos para seguir fatos em elaboração e multiplicar os locais onde eles ainda não se tornaram questões de fato frias, rotineiras.

Segundo, esses locais já não se limitam aos laboratórios. Tal é a grande virtude da ciência e da tecnologia contemporâneas. Estenderam-se a tal ponto, em tantos cenários, em intimidade tão estreita com a vida diária e os interesses comuns, que é difícil seguir um curso de ação em qualquer setor das sociedades industriais sem se deparar com seus resultados. Quanto mais a ciência e a tecnologia se estendem, mais elas tornam os vínculos sociais socialmente *rastreáveis*. Uma infraestrutura material oferece diariamente mais provas de um seguimento preciso de associa-

ções, como o mostra qualquer olhada na World Wide Web convertida em World Wide Lab.

Terceiro, os experimentos e controvérsias que eles geram propiciam uma espécie de sítio contínuo para averiguar o que a metafísica e a ontologia poderiam significar praticamente para os cientistas em atividade. A própria organização da ciência – mediante aplicações de subsídios, experimentos em grande escala, congressos, publicações, controvérsias, conferências de consenso – oferece ao analista uma fonte contínua de informações sobre a maneira de formular a questão da ontologia. É nas instituições científicas que podemos encontrar o acesso *mais fácil* para a compreensão do que significa aumentar a variedade de agências, explorar teorias de ações alternativas, sem abandonar a busca da realidade. A prática científica é a drosófila da teoria social porque oferece uma versão exagerada e ampliada daquilo que depois se pode estudar em domínios mais inacessíveis. Quando se aprende a respeitar as ontologias mutáveis, pode-se lidar com entidades mais difíceis, para as quais a questão da realidade foi simplesmente espremida para fora da existência pelo peso das explicações sociais.¹⁶⁹ Comparada a outros domínios, a ciência é mais fácil porque os debates em torno dos desvios da objetividade são muito mais rastreáveis.

Quarto, sem alguma ajuda dos sociólogos da ciência, a própria diferença entre questões de fato e questões de interesse foi tornada publicamente visível pela crescente intensidade das controvérsias em torno das “coisas naturais”. A diferença entre realidade e unidade torna-se palpável quando os tribunais têm de decidir sobre um conhecimento especializado, quando os chefes de Estado têm de tomar decisões sobre fenômenos naturais, quando se realizam conferências de consenso para estabilizar alguma controvérsia geopolítica, quando os cientistas criticam os seus pares na imprensa por não terem seguido protocolos adequados, quando se travam

169 Um caso útil disso é oferecido por um estudo de religião que toma o Deus católico como um exemplo de ator-rede. Ver Albert Piette (1999), *Le Religion de près: L'activité religieuse en train de se faire*.

discussões públicas sobre o destino da Corrente do Golfo etc. Enquanto antes precisávamos ir e voltar entre a realidade e a ficção como se este fosse o único caminho digno de seguir, hoje é possível distinguir os procedimentos que levam em conta as realidades – agora no plural – e os que levam à estabilidade e à unidade.¹⁷⁰ Para maximizar o fabuloso poder de sua etimologia, os objetos têm hoje de tornar-se *coisas* novamente: o discutido tópico da assembleia virtual.¹⁷¹

Como deve estar claro agora, o que limitou as investigações até aqui não foi a falta de traços nem as dificuldades técnicas inerentes à tarefa, mas sim os obstáculos conceptuais que as transformam em *a priori* impossível. Embora esses obstáculos se afigurem formidáveis porque lidam com os dois principais defeitos da ciência social – o conceito de “social” e o conceito de “ciência” –, eles poderiam ser meros tigres de papel depois que a quarta fonte de incerteza foi acrescentada às três outras. O certo é que o domínio empírico que está aberto é tão vasto, tão recompensador, tão variado, que já é difícil lembrar que ele ficara proibido durante tanto tempo para os cientistas sociais. Se a terceira fonte de incerteza permitiu aos sociólogos alcançar os “humanos anatomicamente modernos”, cuja existência foi partilhada com artefatos durante centenas de milhares de anos, poderia estar na hora, usando a quarta, de alcançar um mundo feito de questões de interesse.

Ao arrolarmos as qualidades de um relatório da ANT, estamos seguros de que quando as agências são introduzidas elas nunca se apresentam como meras questões de fato, mas sempre como questões de interesse, com seu modo de fabricação e seus mecanismos estabilizadores claramente visíveis. Além disso, estaremos especialmente atentos no sentido de nos contrapormos ao ânimo desconstrucionista, certificando-nos de que a multiplicidade não esteja associada à “flexibilidade interpretativa”

170 Ver Callon, Lascoumes e Barthe, *Agir dans un monde incertain*.

171 Ver Latour e Weibel, *Making Things Public*.

ou ao enfraquecimento da apreensão empírica. Finalmente, estaremos atentos aos procedimentos por meio dos quais a multiplicidade da realidade – a metafísica – pode ser distinguida de sua progressiva unificação – a ontologia.

Infelizmente, se bastam apenas algumas horas para nos livrarmos dos obstáculos da sociologia do social (o tempo requerido para ler os capítulos anteriores), em seguida temos diante de nós a parte mais árdua da tarefa. Justamente quando os obstáculos conceptuais foram removidos, os verdadeiros empecilhos tornaram-se visíveis: como *escrever um relato* que possa estar à altura da sociologia das associações. Tal é a nova – e esperamos que última – dificuldade com a qual temos de lidar antes de iniciar as nossas viagens.

QUINTA FONTE DE INCERTEZA: ESCREVER RELATOS DE RISCO

Esta introdução à ANT começa a parecer uma espécie de paradoxo de Zenão, como se todo segmento fosse rompido por uma horda de mediadores, cada qual exigindo ser levado em conta. “Nunca chegaremos lá! Como absorveríamos tantas controvérsias?” Chegados a este ponto, é grande a tentação de partir em desespero e voltar a teorias sociais mais razoáveis, capazes de provar seu sólido senso comum ignorando a maioria das fontes de incerteza anteriores que passei em revista. Podemos engolir uma, talvez duas, mas não quatro em sequência. Infelizmente não encontrei um meio de agilizar as coisas: *este* tipo de ciência para *aquele* tipo de social tem de ser tão lento quanto a multiplicidade de objeções e objetos que ele precisa registrar em seu caminho; tem de ser tão custoso quanto a necessidade de estabelecer conexões entre os muitos mediadores que pululam a cada passo; e tem de ser tão reflexivo, articulado e idiossincrático quanto os atores que cooperam em sua elaboração. Precisa registrar diferenças, absorver multiplicidade, reformular-se a cada novo caso. Por isso as quatro fontes de incerteza serão encaradas corajosamente desde logo e de uma só vez, cada qual acrescentando suas diferenças às outras. Se uma faltar, todo o projeto vem abaixo.

Mas reconheço a dificuldade: não será contraproducente, no fim, abandonar a vantagem das explicações sociais, discutir sem cessar o que é

ou não é um grupo, induzir intermediários a comportar-se como mediadores, registrar as mais bizarras idiosincrasias dos atores mais humildes, fazer longas listas de objetos que participam da ação e trocar o pano de fundo construído de material sólido pelo princípio de evasivos materiais relacionados? Não será ridículo alegar que os pesquisadores deveriam “seguir os próprios atores” quando estes enxameiam em todas as direções como abelhas perturbadas por uma criança traquina? Que ator deve ser escolhido? Qual deles deve ser seguido, e por quanto tempo? E, se cada ator é feito de outro enxame de abelhas a voar em todas as direções o tempo todo, onde diabos teremos de parar? Bem estúpido é o método que se orgulha de ser tão meticuloso, tão radical, tão abrangente e tão orientado para o objeto que se torna impraticável. Isso já não é sociologia, e sim *lentociologia*! Os mestres zen podem ruminar os incontáveis enigmas de sua austera disciplina, mas não os autores de tratados sociológicos. Ou propõem um projeto viável e manuseável ou os processamos por desinformação.

ESCREVEMOS TEXTOS, NÃO FICAMOS OLHANDO ATRAVÉS DA VIDRAÇA DE ALGUMA JANELA

Felizmente, existe uma solução para essas dificuldades que, como todas as soluções dadas até aqui, é muito prática: só conseguiremos nos levantar de novo se nos apegarmos obstinadamente à nossa decisão de alimentar incertezas. Se quisermos ter a chance de resolver todas as controvérsias já mencionadas, precisaremos considerar uma quinta e última fonte de incerteza, esta *quanto ao estudo em si*. A ideia é simplesmente trazer para o primeiro plano o próprio ato de compor relatos. Como o leitor já deve saber a esta altura, a solução para o relativismo é mais relatividade. Quando todas as coisas são iguais, façamos para nosso estudo o que Einstein fez ao decidir abordar – em vez das sublimes questões do éter – a questão aparentemente tola e comezinha de como uma pessoa equipada

com uma régua e um relógio captaria um sinal enviado por outra igualmente equipada com um relógio e uma régua. O que se exige de nós não é a tarefa impossível de pular, num *salto mortale*, de nossa representação mental para as quatro fontes de incerteza anteriores, mas fazer a pergunta simples: que fazemos quando traçamos conexões sociais? Não estaremos, na verdade, compondo relatos?

Que é um relato?¹⁷² Tipicamente, é um *texto*, uma folha de papel com alguns milímetros de espessura escurecida por um raio laser. Pode conter dez mil palavras e ser lido por pouquíssimas pessoas, talvez dez ou algumas centenas, com um pouco de sorte. Uma tese com cinquenta mil palavras será lida por meia dúzia (às vezes, até o orientador só lê algumas páginas!) – e quando digo “ler”, isso não significa exatamente “entender”, “pôr em prática” ou “reconhecer”, mas antes “folhear”, “lançar os olhos”, “aludir a”, “citar” ou “arquivar”. Na melhor das hipóteses, acrescentamos um relato a todos quantos são lançados simultaneamente no campo que estivermos estudando. Esse estudo, sem dúvida, nunca é completo. Começamos pelo meio das coisas, *in media res*, pressionados por colegas, forçados por bolsas de estudo, ávidos por dinheiro, atormentados por prazos finais. E quase tudo que estudamos entendemos mal ou simplesmente ignoramos. A ação foi iniciada; continuará quando não estivermos mais por aqui. O que estamos fazendo nesse campo – solicitando entrevistas, distribuindo questionários, tomando notas e rabiscando esboços, projetando filmes, compulsando documentação, esmiuçando por todos os lados – fica fora do alcance das pessoas com quem partilhamos apenas um instante fugaz. O que os clientes (centros de pesquisa, departamentos estatais, diretorias de empresa, ONGs) esperam de nós permanece oculto em mistério,

172 É aqui que a ANT cruza os recursos da etnometodologia – inclusive a noção capital de “descritibilidade/justificabilidade” (*accountability*) – com os da semiótica. Coisa estranha, por mais que privilegiasse a prática, Garfinkel jamais se refere à prática da escrita – o que em parte explica seu estilo! Após anos ensinando na Inglaterra e América, fui obrigado a reconhecer que a semiótica não sobrevive às viagens por mar. A atenção ao texto enquanto texto continua sendo uma obsessão continental.

tão tortuoso era o caminho que levou à escolha do pesquisador, do tópico, do método, do local. Mesmo quando estamos no meio das coisas, de olhos e ouvidos bem abertos, não captamos tudo que aconteceu. Tomamos conhecimento de fatos cruciais no dia seguinte; eles ocorrem logo adiante, um minuto antes, depois que fomos embora cansados, com o gravador mudo por falta de bateria. Ainda que trabalhemos diligentemente, nada melhora porque, após alguns meses, vemo-nos mergulhados num dilúvio de informações, reportagens, transcrições, tabelas, estatísticas e artigos. Como tirar alguma coisa com algum sentido dessa pilha de pastas que se acumula em nossa escrivaninha e desses disquetes cheios de dados? Lamentavelmente, o texto fica *por escrever* e é sempre adiado. Apodrece ali enquanto orientadores, patrocinadores e clientes esbravejam, enquanto amantes, esposas e filhos se irritam ao vê-lo chafurdar na lama escura dos dados a fim de trazer luz ao mundo. E quando você se põe a escrever de verdade, já contente consigo mesmo, tem de sacrificar enorme volume de informação que não caberá no pequeno número de páginas planejado. Como estudar é frustrante!

Mas não será esse o destino da carne? Não importa quão grandiosa seja a perspectiva, não importa quão científica seja a abordagem, não importa quão rigorosas sejam as exigências, não importa quão astuto seja o orientador, o resultado da pesquisa – em 99% dos casos – será sempre um relato preparado sob tremenda pressão, a respeito de um tópico exigido por alguns colegas e por razões que permanecerão em grande parte inexplicadas.¹⁷³ Mas isso é ótimo porque *não há outro meio*. Tratados metodológicos podem sonhar com um mundo melhor: livros sobre a ANT, escritos por formigas para outras formigas, só têm em mira escavar minúsculas galerias no nosso, feito de terra e poeira.

173 Uso “relato” como termo genérico. Poderia ser um artigo, um arquivo, um *website*, um pôster, uma apresentação em PowerPoint, um recital, um exame oral, um filme documentário, um espaço artístico.

Trazer a feitura de relatos ao primeiro plano talvez irrite aqueles que alegam conhecer a composição do social. Eles preferem ser como os cientistas “exatos”: tentam entender a existência de determinado fenômeno, recusando-se a considerar relatos escritos e confiando apenas no contato direto com a coisa à mão graças ao meio transparente de um idioma técnico claro, sem ambiguidades. Mas nós, adestrados nos estudos científicos, não precisamos ignorar a espessura de nenhum texto com suas armadilhas, perigos, insistência em fazer-nos dizer coisas que gostaríamos de calar, opacidade, resistência, mutabilidade, tropismo. Sabemos muito bem que, mesmo nas ciências exatas, os autores procuram desajeitadamente escrever textos sobre seus assuntos difíceis. Não há razão plausível para nossos textos serem mais transparentes e não mediatizados do que os relatórios oriundos dos laboratórios desses autores.¹⁷⁴ Como estamos todos cientes de que fabricação e artificialidade não são o oposto de verdade e objetividade, não hesitamos em transformar o próprio texto em mediador. Entretanto, por essa mesma razão, não precisamos abandonar o alvo tradicional de alcançar a objetividade simplesmente porque consideramos com muito cuidado a pesada maquinaria textual. Nossos textos, como os de nossos colegas cientistas, são ao mesmo tempo artificiais e acurados: e tanto mais acurados *quanto* artificiais. Mas nossos textos, como os de nossos colegas cientistas, correm o risco de ser *apenas* artificiais, ou seja, eivados de artefatos. A diferença não está entre aqueles que sabem com certeza e aqueles que redigem textos, entre mentes “científicas e mentes “literárias”, entre *esprit de géométrie* e *esprit de finesse*, mas entre quem escreve *maus* textos e quem escreve textos *bons*.¹⁷⁵ Podemos fazer as seguintes perguntas: o que é um bom laboratório e o que é um bom

174 Ver Françoise Bastide (2001), *Uma Noite com Saturno: Scritti Semiotici sul Discorso Scientifico*, para uma coletânea de ensaios. Obras em inglês: Françoise Bastide (1990), *The Iconography of Scientific Texts: Principle of Analysis*; F. Bastide, M. Callon e J. P. Courtial (1989), *The Use of Review Articles in the Analysis of a Research Area*; F. Bastide e Greg Myers (1992), *A Night with Saturne*.

175 Num livro fascinante sobre a escrita da história, Carlo Ginzburg (1999), *History, Rhetoric, and Proof*, ainda procura reconciliar os dois opostos da retórica e da referência sem perceber essa outra diferença crucial.

relato textual? A última questão, longe de irrelevante e deslocada, é oportuna para a definição do que significa para nós uma ciência do social. Para colocar as coisas em tom provocativo: a boa sociologia tem de ser bem escrita; senão, o social não aparece nela.

O problema não consiste em opor textos objetivos a textos subjetivos. Existem textos que se consideram objetivos porque fingem imitar o pretenso segredo das ciências naturais; e outros que tentam sê-lo rastreando objetos empenhados em *objetar* ao que se diz deles. Como a ANT procura renovar o significado de ciência e o significado de social, precisa renovar também o que existe num relato *objetivo*. Aqui, a palavra não tem o sentido tradicional de coisa concreta – com seu apelo frio e desinteressado à “objetificação” – e sim o de um assunto de interesse palpante, atraente e controverso. A objetividade pode, portanto, ser atingida ou por um estilo objetivo – embora nenhum objeto esteja aí à vista – ou pela presença de muitos *objetores* – embora nem de longe se pretenda parodiar o gênero objetivista.

Assim, é justo indagar por que a literatura da ciência social parece às vezes tão mal-escrita. Os motivos são dois: primeiro, os estudiosos tentam imitar a escrita negligente dos cientistas “exatos”; segundo, *contrariamente* a eles, não convocam em seus relatos atores suficientemente recalcitrantes que hesitem para interferir na má escrita.

Não importa quão iletrados pretendam ser, os cientistas naturais são forçados a levar em conta algumas das muitas peculiaridades de seus recalcitrantes objetos. Por outro lado, parece que apenas os sociólogos do social – sobretudo os críticos – conseguem diluir o vocabulário preciso de seus informantes numa metalinguagem para todos os fins. Embora os cientistas naturais se esforcem para ser aborrecidos ao máximo, assuntos de grande interesse inundam os escritos científicos de modo a tornar a física, a biologia e a história natural obras das mais fascinantes – como os estudiosos da literatura científica já demonstraram tão vigorosamente.¹⁷⁶ Mas também os

176 Uma associação erudita, “Science and Literature”, devota-se em parte a essa tarefa. Ver seu jornal *Configurations*.

cientistas sociais conseguem, a duras penas e com freqüência, ser uns chatos! Esta talvez constitua a única diferença real entre ciências “exatas” e ciências “humanas”: não é possível calar não humanos, mas humanos, sim. As pessoas têm de ser tratadas com muito maior delicadeza do que os objetos porque suas muitas objeções são mais difíceis de registrar. Se sujeitos podem facilmente se comportar como questões de fato, os objetos materiais jamais o fazem.¹⁷⁷ Por isso, saber o que é um bom relato tem mais importância para as ciências sociais do que para as naturais. Introduzir as palavras “relato textual” num discurso sobre o método lembra a dinamite, mas não porque elas façam voar pelos ares as reivindicações de objetividade por parte dos cientistas. Ao contrário, anulam para sempre o direito dos sociólogos à escrita negligente, sob pretexto de que eles devem escrever “como” os cientistas. Dado que os estudiosos de ciência tiveram inúmeras ocasiões de provar a lenta emergência da objetividade nos escritos científicos, viram-se livres da obrigação de vestir a roupa falsa da prosa objetiva.¹⁷⁸ Como não viviam à sombra de uma objetividade emprestada, podiam explorar outras maneiras de proteger o objeto em seus relatos textuais.

Omitir a palavra “textual” nos relatos textuais é perigoso porque, aos olhos de pessoas alheias aos estudos de ciência e semiótica, os textos muitas vezes não passam de “histórias” ou, pior ainda, de “invencionices”. Contra essa atitude *blasé*, usarei a expressão “relato textual” para significar um texto em relação ao qual o problema da exatidão e da veracidade *não* foi posto de lado.¹⁷⁹ Mas ainda assim a tentação a confundir as duas

177 Isso não surpreende, pois as coisas concretas são uma invenção política, uma espécie de cidadania ideal inventada no século 18 para convocar a assembleia da natureza. Os humanos podem curvar-se a esse papel político; mas por que o fariam os não humanos?

178 Isso talvez seja encarado como mais um exemplo do chauvinismo de meus estudos científicos. Entretanto, uma característica de nosso subcampo é não adotar nenhum jargão.

179 Estou muito satisfeito pelo fato de a palavra ecoar não apenas a descritibilidade/justificabilidade (*accountability*) de Garfinkel, mas também os “livros contábeis”, pois o elo fraco, mas essencial da contabilidade com a economia tem sido um dos

coisas é grande porque existem pesquisadores – se um título tão honroso lhes cabe – para quem as ciências sociais geram “apenas” narrativas; e acrescentam: “Tal como a ficção”.¹⁸⁰ À semelhança do jogador de futebol marcando um gol contra, humanistas sofisticados passaram a empregar as palavras “narrativa” e “discurso” para dizer que não existe nenhuma escrita confiável – como se a ausência de um Texto absoluto significasse que todos os textos são relativos. É claro, todos quantos se dispunham a denegrir as ciências sociais aplaudiram em uníssono, pois era o que afirmavam sempre: “Os sociólogos não passam de contadores de histórias. Já é tempo de que alguns o confessem”. Mas uma coisa é dizer que as ciências sociais produzem relatos escritos – todas as ciências neste mundo fazem o mesmo, e por isso todas terminam pelos sufixos *-logia* e *-grafia* – e bem outra coisa é concluir desse lugar-comum que nós só conseguimos escrever histórias de *ficção*.

Em primeiro lugar, essa atitude trai uma notável ignorância em relação ao trabalho duro dos ficcionistas. Representantes da antropologia, sociologia e estudos culturais – que se gabam de “compor ficção” – deveriam ser tão disciplinados, afeitos à realidade e obcecados pela qualidade textual quanto os bons romancistas. Eles não o percebem, mas, se a ciência social fosse mesmo “ficção”, teria de submeter-se a uma prova ainda mais rígida do que a das ciências experimentais. Você indagará: “Que é um bom

domínios mais produtivos, embora improváveis, dos estudos científicos. Ver Alain Desrosières (2002), *The Politics of Large Numbers: A History of Statistical Reasoning*, e Michael Power (1995), *Accounting and Science: Natural Inquiry and Commercial Reason*. Para um caso ainda mais surpreendente, ver Quattrone, “Accounting for God”.

180 Os que foram passados em revista em Lindsay Waters (2004), *Enemies of Promise: Publishing, Perishing, and the Eclipse of Scholarship*, inspiraram-se o mais das vezes na França, sem notar que os franceses fiéis a Bachelard e Canguilhem nunca, por um instante sequer, acreditaram estar aplicando seus argumentos à ciência. Na França, pode-se ser ao mesmo tempo ingenuamente racionalista e grande admirador da desconstrução. Transportada para o outro lado do Atlântico, esta paixão inocente torna-se uma perigosa arma de dois gumes.

escritor?” E eu responderei: “Que é um bom cientista?” Não há resposta geral para estas duas perguntas.

Porém, mais importante ainda, um relato que aceita ser “apenas uma história” é um relato que perdeu sua principal fonte de incerteza: já não faz questão de ser acurado, fiel, interessante ou objetivo. Renunciou ao projeto de traduzir as quatro fontes de incerteza que passamos em revista até agora. E, todavia, nenhum cientista social pode chamar-se *cientista* se evitar o *risco* de escrever um relato *verdadeiro e completo* sobre o tópico à mão. Não é pelo fato de atentar bem para a escrita que você precisa encerrar a busca da verdade. Em contrapartida, não é o fato de o texto ser insípido e aborrecido que o torna acurado. Muitas vezes, os cientistas sociais acreditam que o “estilo objetivo”, no sentido de uns poucos truques gramaticais como a voz passiva, o “nós” majestático e uma pletera de notas de rodapé, camuflará milagrosamente a falta de objetos. O molho espesso do “estilo objetivo” não consegue esconder por muito tempo a ausência da carne. Mas, se você tem carne, poderá acrescentar a ela alguns condimentos – ou não.

Os relatos textuais são o laboratório do cientista social; e, se a prática laboratorial pode servir de guia, é *em virtude* da natureza artificial do lugar que a objetividade consegue ser alcançada, desde que artefatos sejam detectados graças a uma atenção contínua e obsessiva. Assim, encarar um texto de ciência social como relato textual não enfraquece sua pretensão à realidade, mas constitui uma extensão do número de precauções que precisam ser tomadas e das habilidades exigidas dos pesquisadores. Como já deve ter ficado claro, tornar a produção de objetividade *mais* difícil é o nome do jogo. Não há motivo para que os sociólogos de associações abandonem essa injunção quando abandonam a sociologia do social ou quando acrescentam ao debate uma quinta fonte de incerteza, gerada pela escrita de seus próprios estudos. De fato, ocorre justamente o contrário. Se o social é algo que circula de certa maneira e não um mundo do além a ser descoberto pelo olhar desinteressado de um cientista ultralúcido, então

cumpre *transmiti-lo* por meio de uma série de recursos adaptados à tarefa – *inclusive* textos, reportagens, relatos e circulares. Ele será transmitido *ou não*. Os relatos textuais podem falhar, assim como os experimentos.¹⁸¹ Ao contrário, parece que com frequência os sociólogos do social apenas tentam “fixar um mundo no papel”, como se semelhante atividade jamais corresse o risco de fracassar. Sendo esse o caso, não há como serem bem-sucedidos, pois o mundo que desejam captar permanece invisível: as ações mediadoras para escrever são ignoradas ou negadas. Não importa quanto tenham se esforçado para ser exatos no curso de suas pesquisas, seu relato textual não deu em nada. Já os sociólogos do social tentam um experimento bem diferente: poderá a materialidade de um relato no papel, uma história ou uma ficção – não há por que evitar uma palavra tão próxima da fabricação de fatos – *ampliar* a exploração das conexões sociais? As carreiras dos mediadores têm de ser seguidas até o relato final porque uma corrente é tão fraca quanto seu elo mais fraco. Se o social é um traço, então pode ser *retraçado*; se é uma reunião, então pode ser *reunido*. Embora não haja continuidade material entre a sociedade do sociólogo e um relato textual – daí tanta gente torcer as mãos frente a problemas como método, verdade e relevância política –, talvez haja continuidade plausível entre o que o social, no sentido aqui dado à palavra, faz e o que o texto pode fazer – um *bom* texto, entenda-se.

ENFIM, UMA DEFINIÇÃO DE REDE

Mas o que vem a ser um bom texto? Não falamos aqui de bom estilo porque, pouco importa quanto aprendamos a escrever, sempre permane-

181 Os mesmos epistemologistas que caíram de amores pela falsificabilidade de Popper andariam bem se estendessem esse conceito ao próprio texto e tornassem explícitas as condições nas quais sua escrita também pode se encaixar.

ceremos meros cientistas sociais e nunca conseguiremos emular, nem de longe, as habilidades dos escritores, poetas, dramaturgos e romancistas. Por esse motivo, basta-nos uma palavra de ordem menos sofisticada. Coisa espantosa é a busca por essa pedra de toque que nos ajudará a definir finalmente a mais confusa das palavras usadas em nossa teoria social alternativa. Definirei um bom relato como aquele que *tece uma rede*.

Refiro-me com isso a uma série de ações em que cada participante é tratado como um mediador completo. Em palavras mais simples: um bom relato ANT é uma narrativa, uma descrição ou uma proposição na qual todos os atores *fazem alguma coisa* e não ficam apenas observando. Em vez de simplesmente transportar efeitos sem transformá-los, cada um dos pontos no texto pode se tornar uma encruzilhada, um evento ou a origem de uma nova translação. Tão logo sejam tratados, não como intermediários, mas como mediadores, os atores tornam visível ao leitor o movimento do social. Assim, graças a inúmeras invenções textuais, o social pode se tornar de novo uma entidade circulante não mais composta dos velhos elementos que antes eram vistos como parte da sociedade.¹⁸² O texto, em nossa definição de ciência social, versa portanto sobre quantos atores o escritor consegue encarar como mediadores e sobre até que ponto logra realizar o social.

Desse modo, a rede não designa um objeto exterior com a forma aproximada de pontos interconectados, como um telefone, uma rodovia ou uma “rede” de esgoto. Ela nada mais é que *um indicador da qualidade de um texto* sobre os tópicos à mão.¹⁸³ Restringe sua objetividade, isto é, a capacidade de cada ator para *induzir* outros atores a *fazer* coisas inesperadas. O bom texto tece redes de atores quando permite ao escritor estabelecer uma série de relações definidas como outras tantas translações.

182 A isso se chama “objetos de valor”. Ver o emprego no estudo de Greimas sobre Maupassant, Algirdas Julien Greimas (1988), *The Semiotics of Text. Practical Exercises*.

183 Nesse sentido, equivale à noção de “adequação única” dos etnometodologistas, desde que a noção de relato tenha sido enriquecida pela de relato *textual*.

PRECISÃO TERMINOLÓGICA EM RELAÇÃO À REDE

A palavra “rede” é tão ambígua que já deveríamos tê-la descartado há muito tempo. No entanto, a tradição dentro da qual a empregamos permanece distinta, a despeito de sua possível confusão com outras duas linhas. Uma delas é, obviamente, a rede técnica – eletricidade, trens, esgotos, internet etc. A segunda vem sendo usada, em sociologia da organização, para introduzir uma diferença entre empresas, mercados e países (Boyer, 2004). Neste caso, rede é uma maneira informal de associar agentes humanos (Granovetter, 1985).

Quando Castells (2000) usa o termo, os dois sentidos se misturam porque rede se torna um modo privilegiado de organização graças justamente ao alcance da tecnologia da informação. É também nesse sentido que Boltanski e Chiapello (2005) se valem da palavra para definir uma nova tendência no modo capitalista de produção.

Contudo, a outra tradição, a que sempre nos referimos, é a de Diderot, sobretudo em *O Sonho de d'Alembert* (1769), que inclui nada menos de vinte e sete acepções da palavra *réseaux*. Ali você encontrará um tipo muito especial de materialismo ativo e amplamente disseminado, do qual Deleuze, ecoando Bergson, é o representante mais recente.¹⁸⁴ Eis um exemplo:

Isto deve satisfazê-la por ora: uma mulher, após o parto, entrou no estado vaporoso mais assustador. Era um nunca acabar de lágrimas, risos involuntários, sufocações, convulsões, inchaços de garganta, silêncio obstinado, gritos agudos, enfim, tudo o que se possa imaginar de pior. O problema persistiu durante vários dias. Amando apaixonadamente, imaginou perceber que seu amante, cansado de sua doença, já começava a dar mostras de que iria dar o fora, e resolveu sarar ou morrer. Estourou nela uma guerra civil na qual ora prevalecia o senhor, ora os súditos. Quando a ação dos fios da rede igualava a reação de sua origem, ela tombava como morta. Levavam-na então para a cama, onde ficava horas a fio sem fazer um movimento sequer, quase sem vida; outras vezes, eram só lassidões, fraque-

za geral, esgotamento que parecia prestes a levá-la desta para melhor. A mulher lutou assim durante seis meses. A revolta começava sempre pelas fibras e ela sabia quando ia acontecer. Ao primeiro sintoma, levantava-se, corria para fora e fazia exercícios violentos; subia e descia escadas; serrava madeira e cavava buracos no chão. O órgão de sua vontade, o centro de sua rede se retesava; e ela dizia a si mesma: ‘Vencer ou morrer’. (Diderot, 1964)

É claro, com base nessa citação, que *réseau* nada tem a ver com o social normalmente construído e que não se limita aos laços humanos. Mas lembra de perto a definição de “sociedade” e “raios imitativos”, de Tarde. (Karsenti, 2002)

Então como definiremos, por contraste, um mau relato textual? Num texto ruim, somente um punhado de atores serão apontados como causas dos demais, cuja função se limitará à de pano de fundo ou substituição para os fluxos de eficácia causal. Terão de gesticular para se manterem ocupados como personagens, mas não participarão do enredo, ou seja, não atuarão. Nada passa de um para outro, pois a ação apenas transita por eles. Lembremo-nos: um ator que não faz diferença não é um ator. O relato não foi produzido de forma *ad hoc* para ser *adequado exclusivamente* à descrição de atores específicos e aos olhos de determinados leitores.¹⁸⁵ É padronizado, anônimo, coletivo; nele, nada acontece. Só há ali clichês surrados sobre o que foi reunido antes, no antigo social. Fez das translações meros deslocamentos, sem transformá-las. Enfim, simplesmente transportou causalidades através de meros intermediários.

É aqui que o contraste literário entre ANT e sociologia do social – e, mais ainda, sociologia crítica – parece maior. O que muitas vezes é considerado um relato poderoso e convincente, por ser feito de umas poucas causas globais capazes de gerar inúmeros efeitos, a ANT encarará como relato fraco e impotente que apenas repete e tenta transportar uma força social já composta, sem mostrar do que é feita e sem achar os veículos ex-

184 Sobre a filosofia de rede da natureza, de Diderot, ver Wilda Anderson (1990), *Diderot's Dream*.

185 Dizer que é um ator-rede equivale a dizer que é específico e que os princípios de sua expansão tornam-se visíveis após ser pago o preço de seu desdobramento.

tras necessários para ir mais longe. Vários agentes sociais podem ter sido invocados no texto, mas, como o princípio de seu agrupamento permanece ignorado e o preço de sua expansão não foi pago, é como se nada houvesse acontecido. Não importa qual seja sua figuração, eles não fazem muita coisa. Como a reunião de novos agregados não ficou visível no texto, *o mundo social não foi trazido à existência*. Embora a definição comum de social pareça estar por toda parte, à vista de todos, a *nossa* não apareceu. Em contrapartida, para a nossa definição de social ser retomada, a comum precisa esfumar-se primeiro. Parece difícil imaginar um contraste mais gritante: ou sociedade ou rede.

Portanto, rede é uma expressão para avaliar quanta energia, movimento e especificidade nossos próprios relatos conseguem incluir. Rede é conceito, não coisa. É uma ferramenta que nos ajuda a descrever algo, não algo que esteja sendo descrito. Mantém com o tópico à mão a mesma relação que uma grade de perspectiva mantém com uma pintura baseada na perspectiva tradicional, de ponto único: traçadas antes, as linhas permitem projetar um objeto tridimensional numa tela plana – mas não são aquilo que será pintado, apenas ensejaram ao pintor dar a impressão de profundidade antes de serem apagadas. Do mesmo modo, a rede não é aquilo que está representado no texto, mas aquilo que prepara o texto para substituir os atores como mediadores. A consequência é que podemos elaborar um relato ator-rede de tópicos que de maneira alguma têm a forma de uma rede – uma sinfonia, um código de leis, uma pedra da lua, uma gravura. Por outro lado, é possível escrever sobre redes técnicas – televisão, e-mails, satélites, equipes de vendas – sem em parte alguma oferecer um relato ator-rede.

Todavia, não será um pouco perigoso insistir na esquiava palavra “rede” para descrever esse padrão de qualidade literária? Concordo que ela não lembra outras palavras que venho usando, como grupo, ator, actante, grupo, fluido e não humano, escolhidas de propósito por causa de sua falta de significado. Esta, porém, tem significados demais! A confusão se instala – por nossa culpa e de ninguém mais – porque alguns objetos antes descri-

tos pela ANT eram redes no sentido técnico – metrologia, metrô, telefone – e, quando o termo foi introduzido há uns vinte e cinco anos, a Internet ainda não atacara – nem a Al-Qaeda, no caso. Assim, rede era uma novidade que podia ajudar a estabelecer um contraste com “sociedade”, “instituição”, “cultura”, “campos” etc., frequentemente concebidos como superfícies, fluxos de transferências causais e coisas concretas. Hoje, porém, as redes são a regra, e as superfícies a exceção. Elas perderam a acuidade.¹⁸⁶ Se eu levasse a sério os jargões e *worknet* ou *action net* tivessem alguma chance de vingar, eu as sugeriria como substituto para realçar o contraste entre redes técnicas e *worknets*, estas como um meio para os cientistas sociais entenderem aquelas.¹⁸⁷ *Work-nets* nos permitira avaliar quanto trabalho é necessário para lançar *net-works*: as primeiras como mediadores ativos, as segundas como conjunto estabilizado de intermediários.

Qualquer que seja a palavra, precisamos de alguma para designar os fluxos de translações. Por que então não empregar “rede”, consagrada e solidamente presa por um hífen à palavra “ator”, que redefini antes? De qualquer forma, não existe palavra boa, apenas uso sensível; além disso, a metáfora material original ainda retém os três aspectos importantes que tenciono sublinhar com essa expressão:

- a) uma conexão ponto por ponto se estabelece, fisicamente rastreável e, portanto, pronta para ser registrada empiricamente;
- b) essa conexão deixa *vazia* boa parte daquilo que *não* está conectado, como todo pescador sabe ao lançar sua rede ao mar;¹⁸⁸ essa

186 Como mostraram Boltanski e Chiapello em *The New Spirit of Capitalism*, pode caracterizar também o que há de pior na recente metamorfose dos modos de produção capitalista.

187 *Action net*, conforme proposto por Barbara Czarniawska (2004), *On Time, Space, and Action Nets*.

188 Esse ponto se tornará ainda mais imprescindível quando, no final da Parte II, abordarmos a noção de “plasma”. O vazio é a chave para percorrer os raros condutos por onde o social circula.

conexão não é gratuita, exige esforço, como todo pescador sabe ao repará-la no convés.

Para que isso atenda aos nossos fins, acrescentemos um quarto aspecto que, concordo, inviabiliza até certo ponto a metáfora original: uma rede não é feita de fios de *nylon*, palavras ou substâncias duráveis; ela é o traço deixado por um agente em movimento. Você poderá estender para secar suas redes de pesca, mas não um ator-rede: ele tem de ser traçado de novo pela passagem de outro veículo, outra entidade circulante.

A fraqueza da noção deriva, em parte, da disseminação de representações visuais um tanto ingênuas. No começo, a representação gráfica das redes, vistas como ramificações em forma de estrela das quais partiam linhas para conectar outros pontos que nada mais eram que novas conexões, proporcionava uma imagem tosca, mas fiel daquelas associações.¹⁸⁹ Ela tinha a vantagem de definir a especificidade, não por um conteúdo substancial qualquer, mas por uma lista de associações: quanto mais conectado, mais individualizado era um ponto. Mas aqueles gráficos apresentavam a desvantagem de não captar movimentos e serem visualmente pobres. Estas limitações, porém, tinham também suas vantagens, pois a própria fragilidade da representação gráfica permite ao pesquisador não confundir sua infralinguagem com os ricos objetos pintados: o mapa não é o território. Ao menos, não existe risco em acreditar que o mundo é feito de pontos e linhas: os cientistas sociais muitas vezes parecem crer que o mundo se constitui de grupos sociais, sociedades,

189 Isso foi mostrado nas primeiras ferramentas Leximappe em Michel Callon, John Law e Arie Rip (1986), *Mapping the Dynamics of Science and Technology*. No entanto, temos hoje vários outros recursos gráficos à disposição. Ver Alberto Cambrosio, Peter Keating e Andrei Mogoutov (2004), *Mapping Collaborative Work and Innovation in Biomedicine*. Visto como representação é ingênuo, mas como teoria é uma ótima ajuda para a abstração. Ver seu uso antigo em Geneviève Teil (1991), *Candidate*, un outil de sociologie assistée par ordinateur pour l'analyse quantitative de Gros corpus de textes.

culturas, regras ou quaisquer elementos gráficos que tenham imaginado para atribuir sentido a seus dados.

Para traçar um ator-rede, temos de acrescentar-lhe os muitos traços deixados pelo fluido social graças ao qual possam reaparecer, desde que algo aconteça nele. Num relato ator-rede, a proporção de mediadores e intermediários aumenta. Classificarei essa descrição de relato *arriscado*, significando que ele pode facilmente falhar – e falha, na maioria das vezes –, pois não consegue pôr de lado *nem a completa artificialidade do empreendimento nem sua reivindicação de exatidão e confiabilidade*. Quanto à sua relevância para os próprios atores e ao impacto político que possa exercer, isso é ainda menos automático – como veremos na Conclusão. Tudo se resume em descobrir se o *evento* do social pode ser estendido ao *evento* da leitura por meio do texto. É o preço a pagar pela objetividade, ou antes, pela *objetificação*.

DE VOLTA AO TEMA BÁSICO: UMA LISTA DE CADERNOS

A melhor maneira de ir adiante e abordar a quinta fonte de incerteza é simplesmente não perder de vista todos os nossos movimentos, mesmo aqueles que se referem à própria produção do relato. Não faremos isso em nome da reflexão epistêmica nem por indulgência narcisista com nossa própria obra, mas porque doravante *tudo são dados*: do primeiro telefonema à possível entrevista, ao primeiro encontro com o consultor, às primeiras correções feitas pelo cliente numa proposta de concessão, ao lançamento de um programa de busca, à primeira lista de lacunas a preencher num questionário. Fiéis à lógica de nosso interesse por relatos textuais, talvez seja útil enumerar as diferentes cadernos [*notebooks*] que é preciso manter – manuais ou digitais, isso já não importa muito.¹⁹⁰ O primeiro caderno

190 Uso “caderno” [*notebook*] metaforicamente, pois ela agora pode incluir arquivos digitais, filmes, entrevistas e *websites*.

deve ser um *diário* da própria pesquisa. É a única maneira de documentar a transformação sofrida quando se empreende uma viagem. Anotações, reações ao estudo por parte de outros, surpresas ante a novidade do campo etc. devem ser documentadas o mais regularmente possível. Sem isso, o experimento artificial de comparecer ao campo, de deparar com um novo estado de coisas logo se perderá. Mesmo anos depois, deve ser ainda exequível saber como o estudo foi concebido, que pessoas foram contatadas, a que fontes se teve acesso, em que data, e por aí afora.

O segundo caderno deve ser mantido para reunir informações de tal modo que se torne possível, simultaneamente, registrar todos os itens em ordem cronológica e enquadrá-los em categorias que depois se transformarão em arquivos e subarquivos mais precisos. Hoje existem incontáveis *softwares* que preservam essa especificação contraditória; mas criaturas antiquadas como eu já se beneficiaram muito da transferência tediosa de dados para fichas. Não importa a solução, o movimento de um quadro de referência para outro será grandemente facilitado, caso o conjunto de dados permaneça intacto e disposto no máximo de arranjos possível. Esta é a única maneira de nos mostrarmos tão flexíveis e articulados quanto o próprio tema a ser atacado.

O terceiro caderno deve estar sempre à mão para registros *ad libitum*. A única adequação que se deve buscar para resolver problemas complicados não pode ser obtida sem a elaboração contínua de desenhos e esboços. Não é viável reunir dados para um determinado período e só então começar a registrá-los. Quando elaboramos um texto, corremos o risco de incidir na linha que divide pesquisa e relatório. Aquilo que brota espontaneamente do teclado são generalidades, clichês, definições transportáveis, relatos provisórios, tipos ideais, explicações contundentes, abstrações; em suma, a matéria a partir da qual mais gêneros sociais se registram sem esforço. Para se contrapor a esta tendência são necessários esforços redobrados, do contrário não se interrompe a escrita automática; não é mais fácil escrever relatos textuais do que, num laboratório, descobrir o plano experimental correto. Mas ideias, parágrafos, metáforas e tropos costumam irromper ao acaso no curso dos

estudos. Se não lhes concedemos um lugar e uma válvula de escape, eles se perderão ou, pior ainda, comprometerão o trabalho árduo de coleta de dados, misturando a metalinguagem dos atores com a dos analistas. Assim, é sempre boa prática reservar um espaço às muitas ideias que podem nos ocorrer, embora só as usemos anos mais tarde.

O quarto caderno deve ser mantido cuidadosamente para registrar os efeitos do relato escrito nos atores cujo mundo tenha sido desdobrado ou unificado. Esse segundo experimento, acrescentado ao trabalho de campo, é imprescindível para averiguar como um relato desempenha seu papel de unir o social. O estudo pode ter fim, mas o experimento continua: o novo relato acrescenta sua ação performativa a todos os outros e isso também produz dados. Mas pessoas estudadas não têm o direito de censurar o que foi escrito a seu respeito, nem o analista goza do espantoso privilégio de ignorar o que seus "informantes" dizem sobre as forças invisíveis que os levam a agir. Ao contrário: uma nova negociação se inicia para determinar os ingredientes de que um mundo comum possa ser feito – ou não.¹⁹¹ Como a relevância de um relato de risco pode ocorrer bem mais tarde, suas pegadas precisam ser igualmente documentadas.

Talvez seja decepcionante para o leitor constatar que as grandiosas questões da formação de grupos, ação, metafísica e ontologia, passadas em revista até agora, têm de ser abordadas com recursos não mais grandiosos que pequenos cadernos mantidas durante todo o procedimento artificial do trabalho de campo e das pesquisas. Mas já adverti o leitor: não há nada mais gratificante que isso e não se pode ir mais depressa. Afinal, Arquimedes só precisava de um ponto de apoio para erguer o mundo. Einstein só equipou seus observadores com uma régua e um cronômetro. Por que exigiríamos equipamento mais pesado para percorrer finos condutos es-

191 Veja-se quanto tempo passou do longo experimento desde os estudos científicos das primeiras publicações até as Guerras de Ciência. No entanto, como mostrei no capítulo anterior, sem uma documentação cuidadosa o experimento dos estudos científicos teria sido em vão.

curos escavados por formigas? Se você não quer tomar notas e registrá-las, então não se meta com a sociologia: esse é o único meio de alcançar um pouco mais de objetividade. Se os relatos textuais não forem considerados “suficientemente científicos”, replicarei que, embora não pareçam científicos de acordo com a definição surrada do adjetivo, estão bem de acordo com aquela que nos interessa aqui: eles tentam captar alguns objetos recalcitrantes com muita exatidão, graças a um recurso artificial, ainda que esse empreendimento não leve a nada. Ah, se pelo menos uma fração da energia reservada em ciência social ao comentário de nossos eminentes predecessores fosse convertida em trabalho de campo! Garfinkel nos ensinou: a prática é tudo.

DESDOBRAMENTO, NÃO CRÍTICA

Acrescentar algo de maneira desordenada a um relato confuso sobre um mundo complicado não parece atividade das mais gloriosas. Mas não estamos em busca de glória: o objetivo, aqui, é produzir uma ciência do social adaptada à especificidade do social, da mesma maneira que todas as outras ciências precisaram inventar meios tortuosos e artificiais para abordar com exatidão os fenômenos específicos que pretendiam entender. Se o social circula e é visível apenas quando brilha através das concatenações de mediadores, isso é o que tem de ser reproduzido, cultivado, deduzido e comunicado por meio de nossos relatos textuais. A tarefa consiste em *desdobrar* os atores como redes de mediações – daí o hífen na palavra composta “ator-rede”. Posicionamento não é “simples descrição”, nem a mesma coisa que “desvelamento”, “pelas costas” dos atores ou “forças sociais em ação”. No máximo, lembra a amplificação RCP de uma pequena amostra de DNA.¹⁹² Mas o que

192 Ver Law, *After Method*, p. 112. Ver também o bonito termo “enactment” usado por Mol e “choreography” em Charis Cussins (1996), *Ontological Choreography: Agency through Objectification in Infertility Clinics*.

há de tão errado assim com as “simples descrições”?¹⁹³ O bom texto nunca é um retrato não mediatizado daquilo que descreve – nem sequer é um retrato.¹⁹⁴ Sempre faz parte de um experimento artificial para reproduzir e sublinhar os traços gerados por testes em que os atores se tornam mediadores ou os mediadores são transformados em fiéis intermediários. Não há nada menos natural do que sair a campo e ficar como uma mosca na parede, distribuir questionários, desenhar mapas, vasculhar arquivos, gravar entrevistas, fazer o papel de observador-participante, compilar estatísticas e navegar pela Internet. Descrever, inscrever, narrar e redigir relatórios finais é tão pouco natural, complexo e penoso quanto dissecar lagartas ou mandar um telescópio ao espaço. Se você achar os experimentos de Faraday estranhamente artificiais, que tal as expedições etnográficas de Pitt-River? Se considerar esquisito o laboratório de Lord Kelvin, que dizer de Marx compilando notas de rodapé na British Library, de Freud pedindo a seus pacientes para fazer livres-associações em seu divã vienense ou de Howard Becker aprendendo a tocar jazz para tomar notas sobre o modo de executar essa música? O simples ato de registrar alguma coisa no papel já representa uma imensa transformação que requer tanta habilidade e artifício quanto pintar uma paisagem ou provocar uma complicada reação bioquímica. Nenhum pesquisador deve achar humilhante a tarefa de descrever – que, muito pelo contrário, é a realização máxima e mais rara.

No entanto, suspeitamos que, caso insistamos no ato de descrever, alguma coisa falte por “não lhe termos acrescentado” a chamada “explicação”. Mas a oposição entre descrição e explicação é outra dessas falsas dicotomias a serem postas para dormir – sobretudo quando

193 A noção útil de “descrição densa” chama a atenção para os detalhes, mas não necessariamente para o estilo. “Densidade” deveria significar também: “Juntei o bastante?” Deveria dar à palavra “reunião” um sentido político, algo que abordaremos na Conclusão.

194 Ver Joseph Leo Koerner (1997), *The Moment of Self-Portraiture in German Renaissance Art*.

“explicações sociais” é que são tiradas do asilo. Ou as redes que tornam possível um estado de coisas são plenamente desdobradas – e, nesse caso, acrescentar uma explicação seria supérfluo – ou “acrescentamos uma explicação” declarando que outro ator ou fator deve ser levado em conta, de sorte que a *descrição* avance mais um passo. Caso a descrição precise de explicação, então ela é ruim. Há uma exceção, porém: quando se refere a um estado de coisas bastante estável, em que alguns atores desempenham de fato o papel de intermediários plenamente determinados – e, portanto, plenamente “explicados”. Mas, aí, retornamos aos casos mais simples e pré-relativistas. Essa nova desconfiança em relação a explicações “acrescentadas” a descrições é importante porque, em geral, justamente quando se invoca uma “estrutura” é que a sociologia do social insinua sua causa redundante. Tão logo um lugar é enquadrado numa “estrutura”, tudo se torna racional com demasiada rapidez e as explicações começam a fluir muito livremente. O perigo é tanto maior quanto esse é o momento o mais das vezes escolhido pela sociologia crítica, sempre relegada aos bastidores, para assumir as explicações sociais e substituir os objetos a serem explicados por atores “forças sociais” irrelevantes, versáteis ruins demais para se ver ou que não suportam ser mostrados. Bem à maneira do “sexo seguro”, cultivar a descrição nos protege do contágio das explicações.

Aqui, de novo, está a tentativa de imitar uma visão falsa das ciências naturais que prejudica as sociais: sempre se sente que a descrição é demasiado particular, demasiado idiossincrática, demasiado localizada. Mas, ao contrário do provérbio escolástico, só existe ciência do particular.¹⁹⁵ Para se estabelecerem conexões entre lugares, cumpre recorrer a *mais* descrições e não apelar para entidades vagas como Sociedade, Capitalismo, Império, Normas, Individualismo, Campos etc. Um bom texto deve provocar

195 Monografias de ciência social são uma das contribuições de Tarde. Ver Tarde (1899/2000, p. 92), *Social Laws*. Segundo a visão geral das sociedades de Tarde, as sociedades humanas são típicas por causa do pequeno número de agentes que mobilizam, contrariamente à biologia ou à física, que tratam de bilhões e bilhões de elementos. Portanto, estudar o social é descobrir o particular.

num bom leitor esta reação: “Por favor, mais detalhes, quero mais detalhes”. Deus está no pormenor, como tudo o mais está – inclusive o Diabo. O nome do jogo não é redução, mas “irredução”. Como Tarde nunca se cansou de dizer: “Existir é diferir”.

Desdobrar significa simplesmente que, no relato conclusivo da pesquisa, o número de atores precisa ser aumentado; o leque de agências que levam os atores a agir, expandido; a quantidade de objetos empenhados em estabilizar grupos e agências, multiplicada; e as controvérsias em torno de questões de interesse, mapeadas. Só aqueles que nunca tentaram escrever sobre mediadores, em vez de intermediários, acharão essa tarefa fácil, parecida com uma “mera descrição”. Para nós, ao contrário, ela exige tanta inventividade quanto um experimento de laboratório, a cada novo caso em estudo – com taxa de êxito igualmente baixa. Se tivermos sucesso, o que não é automático nem se obtém simplesmente rabiscando “PhD” ao pé da assinatura, um bom relato *realizará* o social no mesmo sentido em que alguns partícipes da ação – pela controvertida mediação do autor – serão *convocados* para poderem ser *reunidos*. Isso não parece grande coisa, mas não é nada desprezível.

O problema é que os cientistas sociais alternam quase sempre entre a *hybris* – todos querem ser o Newton da ciência social ou o Lênin da mudança da sociedade – e o desespero. Desprezam-se por viver empilhando relatórios, histórias e estatísticas que ninguém lerá. Mas a escolha entre maestria completa e irrelevância absoluta é muito superficial. Infelizmente, para o autor, o texto escrito não faz mais sentido do que, para o chefe de um laboratório de química, querer ser importante aos olhos do Instituto Nacional de Saúde. A relevância, como tudo o mais, é uma conquista. O relato é importante ou não, dependendo da quantidade de trabalho executado para que suscite interesse, ou seja, se destaque entre os outros.¹⁹⁶ É isso

196 Os estudos científicos seguiram muitas das estratégias criadoras de relevância nas ciências exatas e registraram inúmeros fracassos. Ver Michel Callon (1989), *La Science et Ses Réseaux: Genèse et Circulation des Faits Scientifiques*, e John Law (2002),

exatamente o que as cinco incertezas, acrescentadas juntas, podem revelar: de que é feito o social? O que age quando estamos agindo? A que tipo de agrupamento pertencemos? Que queremos? Que espécie de mundo estamos dispostos a partilhar? Tais perguntas são feitas não apenas pelos estudiosos, mas também por aqueles que eles estudam. Não é que nós, cientistas sociais, saibamos a resposta oculta por trás dos atores, nem que os “próprios atores” a conheçam. Na verdade, *ninguém* tem as respostas – que, por isso mesmo, precisam ser coletivamente encenadas, estabilizadas, revistas. Assim, as ciências sociais são absolutamente indispensáveis para o reagrupamento do social. Sem elas ignoramos o que temos em comum, as conexões graças às quais estamos agrupados, o modo como poderemos viver num mesmo mundo.

Para obter essas respostas, todo artifício novo é bem-vindo, *inclusive a modesta interpretação do cientista social*. O fracasso não é mais certo que o êxito. Merece uma chance. Justamente porque as cinco fontes de incerteza estão encaixadas uma na outra, o relatório escrito por um colega humilde, que nem mesmo enverga o jaleco branco, pode fazer a diferença. Pode permitir a encenação provisória das conexões que conseguiu desdobrar. Oferece um lugar artificial (o relato textual) que talvez solucione, para determinado público, a questão do mundo comum ao qual pertence. Reunidos à volta do “laboratório” do texto, autores e leitores começam a tornar visíveis os dois mecanismos que explicam a pluralidade de associações a serem levadas em conta e a estabilização ou unificação do mundo onde gostariam de viver.¹⁹⁷ De um lado, tudo não passa de resmas de papel borradas de tinta ou queimadas por raios laser; de outro, é uma instituição modesta e preciosa que apresenta – ou melhor, reapresenta – o social a seus participantes, a fim de *realizá-lo*, dar-lhe forma. Não é muito; mas pedir mais às vezes é conseguir menos. Certas “explicações fortes” podem se revelar menos convincentes do que outras mais fracas.

Aircraft Stories: Decentering the Object in Technoscience. Para a noção de interesse, ver também Stengers, *Power and Invention*.

¹⁹⁷ Essas duas funções integram a definição de política. Ver, Conclusão.

Na última página de seu livro sobre sociologia da ciência, Pierre Bourdieu (2001) define a possibilidade, para o sociólogo, de alcançar a célebre visão panorâmica de Deus após livrar-se de todas as perspectivas por meio de uma extrema aplicação da reflexão crítica:

Embora [o sociólogo] deva acautelar-se, se ele não se esquecer de que, como qualquer outro cientista, deve empenhar-se em construir a perspectiva sem perspectiva da ciência, como agente social está também instalado dentro do objeto que tomou como seu objeto e, nessa base, tem uma perspectiva que não coincide com a dos outros, nem com a visão abrangente do observador semidivino que pode alcançar, caso as exigências do campo sejam satisfeitas. Ele sabe, pois, que a particularidade das ciências sociais exige que trabalhe (como eu fiz no caso do dom e do esforço nas meditações pascalinas) para erigir uma verdade científica capaz de integrar a visão do observador e a verdade da visão prática do agente numa perspectiva desconhecida como tal e posta à prova na ilusão do absoluto.

Essa é talvez a versão mais honesta jamais dada do sonho da sociologia crítica, escrita poucos meses antes do desaparecimento prematuro de Bourdieu.

Angustiar-se por causa da eficácia potencial dos textos sociológicos é revelar falta de modéstia ou de ambição. Para dizer o mínimo, o êxito das ciências sociais em sua disseminação pelo mundo social parece mais impressionante que a expansão das ciências naturais e dos equipamentos tecnológicos. Conseguiríamos superestimar as mudanças no modo como cada um de nós agora “tem um gênero”, delineado pelos textos modestos dos pesquisadores feministas? Quanto saberíamos do “Outro”, sem os relatos dos antropólogos? Quem mensuraria seu passado, sem a colaboração dos arqueólogos e historiadores? Quem navegaria, sem o concurso dos geógrafos? Quem teria um inconsciente, sem os psicólogos? Quem saberia que teve lucros, sem o contador? Sem dúvida, os textos parecem um meio muito pobre de deslocar-se entre os muitos quadros de referência contraditórios – mas sua eficácia nunca é superada pelas explicações sociais, mais

grandiosas e pujantes, propostas para humilhá-los. Não é por ser incapaz de tomar o lugar do Deus da ciência social, capaz de tudo abarcar e tudo ver, que o sociólogo deva ficar preso, cego, numa cela escura. Nós, como as formigas, não devemos sonhar nem com o céu nem com o inferno, pois há muita coisa a ser feita neste mundo.

DA DIFICULDADE DE SER UM ANT: INTERLÚDIO NA FORMA DE DIÁLOGO

O professor em seu escritório na London School of Economics, numa tarde escura de terça-feira, em janeiro, antes de subir para o *Beaver* e tomar um drinque. Ouve-se uma batida suave, mas insistente. Um aluno entra.¹⁹⁸

Aluno: Incomodo?

Professor: De forma alguma. Estou em serviço. Entre e sente-se.

A: Obrigado.

P: Você parece... um pouco confuso?

A: Bem, é verdade. Devo dizer que acho meio difícil aplicar a Teoria do Ator-Rede ao meu estudo de caso sobre empresas.

P: E não é para menos! Ela não se aplica a coisa alguma.

A: Mas nos ensinaram... Quero dizer... Parecia uma coisa importante. Então não serve para nada?

P: Pode servir, desde que não se “aplique” a isto ou àquilo.

A: Desculpe, mas o senhor está propondo algum tipo de paradoxo Zen aqui? Devo dizer que sou apenas um aluno de doutorado em Estudos

198 Uma versão deste diálogo encontra-se em *The Social Study of Information and Communication Technology*, editado por C. Avgerou, C. Ciborra e F. F. Land, Oxford University Press, 2004, p. 62-76.

Organizacionais, portanto não espere... Também não conheço muita coisa dos franceses, só li um pouco dos *Thousand Plateaus* que, aliás, não entendi muito bem...

P: Lamento, mas não estava querendo ser sutil. Queria dizer apenas que a ANT é antes de tudo um argumento *negativo*. Não afirma nada de positivo sobre nenhum assunto.

A: Mas então o que ela pode fazer por mim?

P: O melhor que ela pode fazer por você é dizer algo como: “Quando seus informantes misturarem informação, *hardware*, psicologia e política numa frase, não a divida em pedacinhos isolados; tente acompanhar a sequência dos elementos que pareceriam totalmente incomensuráveis caso você adotasse o procedimento normal”. Isso é tudo. A ANT não pode lhe dizer positivamente o que seja a sequência.

A: Mas então por que ela é chamada de teoria, se não diz nada a respeito das coisas que estudamos?

P: É uma teoria, e muito sólida, a meu ver – mas sobre *como* estudar as coisas, ou antes, sobre como *não* estudá-las. Melhor ainda: sobre como conceder aos atores espaço para se expressarem.

A: O senhor quer dizer que outras teorias sociais não fazem isso?

P: De certo modo, sim. E por causa de sua própria força: são ótimas ao afirmar coisas *substantivas* sobre a composição do mundo social. Na maioria dos casos, isso é bom; os ingredientes são conhecidos; seu repertório deve permanecer limitado. Mas não funcionam quando tudo muda rapidamente. Nem para estudos organizacionais, estudos da informação, *marketing*, estudos de ciência, tecnologia ou administração, cujos limites são terrivelmente vagos. A ANT é necessária para tópicos *novos*.

A: Mas meus agentes, isto é, as pessoas que estou estudando na empresa, formam uma série de redes. Estão ligados a muitas outras coisas por toda parte...

P: Pois esse é justamente o problema! Você não precisa da Teoria do Ator-Rede para afirmar isso. Qualquer teoria social disponível o faria.

É pura perda de tempo recorrer a um argumento tão bizarro apenas para mostrar que seus informantes “formam uma rede”.

A: Mas formam! Formam uma rede! Veja, andei traçando suas conexões: *chips* de computador, padrões, educação, dinheiro, recompensas, países, culturas, salas de reuniões empresariais, tudo! Não descrevo assim uma rede, no sentido que o senhor lhe atribui?

P: Não necessariamente. Concordo que isso parece tremendamente confuso, sobretudo por culpa nossa – inventamos uma palavra abominável. Mas você não deve confundir a rede desenhada pela descrição com a rede usada para descrever.

A: De novo!?

P: Você sem dúvida aceitará que rabiscar *com* um lápis não é o mesmo que rabiscar a *forma* de um lápis. É a mesma coisa com esta palavra ambígua: rede. Recorrendo à Teoria do Ator-Rede, você pode descrever algo que de modo algum lembre uma rede – um estado de espírito individual, uma peça de máquina, uma personagem de ficção; ao contrário, pode descrever uma rede – metrô, esgotos, telefones – não desenhada no estilo Ator-Rede. Você está simplesmente confundindo o objeto com o método. A ANT é um método, aliás quase sempre negativo; não diz nada sobre a *forma* daquilo que é desenhado com ele.

A: Que confusão! Entretanto, os executivos da minha empresa não formam uma bela, visível e poderosa rede?

P: Talvez... quer dizer, sem dúvida. Mas, e daí?

A: E daí que posso então estudá-los com base na Teoria do Ator-Rede!

P: De novo, talvez sim e talvez não. Tudo depende do que *você próprio* permite a seus atores (ou melhor, actantes) fazer. Estar conectado, estar interconectado ou ser heterogêneo não basta. Tudo depende do tipo de ação que flua de um para outro – daí as palavras “*net*” [rede] e “*work*” [trabalho]. Na verdade, deveríamos dizer “*worknet*” em vez de “*network*”. O que temos de enfatizar é o trabalho, o movimento, o fluxo e as mudanças. Mas “*network*” pegou e as pessoas pensam que estamos falando da World Wide Web ou coisa semelhante!

A: O senhor quer dizer então que, ao mostrar meus atores relacionados na forma de uma rede, não estou realizando um estudo ANT?

P: É exatamente o que digo: a ANT lembra mais o nome de um lápis ou pincel do que o nome de uma forma específica a ser desenhada ou pintada.

S: Mas quando eu disse que a ANT era uma ferramenta e perguntei se podia ser aplicada, o senhor disse que não!

P: Porque ela não é uma ferramenta, ou melhor, porque as ferramentas nunca são “meras” ferramentas a serem aplicadas: sempre modificam os objetivos que se tem em mente. Esse é o significado de “ator”. O Ator-Rede (sim, o nome é mesmo idiota) lhe permite produzir alguns *efeitos* que você não obteria por meio de alguma outra teoria social. É só o que posso garantir. Trata-se de uma experiência muito comum. Tente desenhar com um lápis de grafite ou com carvão e verá a diferença; e assar tortas num forno a gás ou num forno elétrico não é a mesma coisa.

A: Mas não é isso que meu supervisor deseja. Ele quer um quadro onde colocar meus dados.

P: Se quer armazenar mais dados, compre um disco rígido maior.

A: Ele sempre diz: “Aluno, você precisa de um quadro de referência”.

P: Talvez seu supervisor venda pinturas! Sem dúvida, quadros são bons para exibição: dourados, brancos, entalhados, barrocos, de alumínio etc. Mas você já viu algum pintor que inicie sua obra-prima escolhendo primeiro a moldura? Isso seria meio estranho, não?

A: O senhor brinca com as palavras. Por “quadro” entendo uma teoria, um argumento, um tema geral, um conceito – algo para dar sentido aos dados. Isso é sempre necessário.

P: Não, não é! Diga-me, se X é uma simples “variante” de Y, o que vale mais a pena estudar: X, que é a variante especial, ou Y, que é a regra?

A: Provavelmente Y... mas X também, só para se saber se é realmente uma aplicação de... bem, os dois, creio eu.

P: Eu ficaria com Y, pois X não nos diria nada de novo. Se algo é apenas uma “instância de” outro estado de coisas, este é que merece ser

estudado. Um estudo de caso que precisa também de um quadro... foi mal escolhido, para começar!

A: Mas sempre é preciso inserir as coisas num contexto, não?

P: Nunca entendi bem o que significa contexto. A moldura faz a pintura parecer mais bonita, atrai o olhar, aumenta o valor, permite a datação da obra – mas não acrescenta nada à pintura em si. A moldura, ou contexto, é justamente a soma de fatores que não faz diferença para os dados, não altera o que se sabe deles. Se eu fosse você, deixaria os tais quadros de lado. Conte-se com descrever o estado de coisas que tem diante dos olhos.

A: “Contente-se com descrever”... Desculpe-me, mas isso não é um pouco ingênuo? Não é exatamente o tipo de empirismo ou realismo contra o qual fomos advertidos? Eu pensava que seu raciocínio era mais sofisticado que isso.

P: Por achar que a descrição é fácil? Talvez a esteja confundindo com séries de clichês. Para cada cem livros de comentários e argumentos, existe um de descrição. Descrever, observar um estado de coisas concreto, descobrir o único relato adequado a uma situação, sempre achei isso muito desgastante.

A: Confesso que me sinto perdido. Ensinaaram-nos que há dois tipos de sociologia, a interpretativa e a objetivista. O senhor não quererá dizer que adota o tipo objetivista, não?

P: Adivinhou! Sim, não há dúvida.

A: O senhor? Mas disseram-nos que era uma espécie de relativista! Teria afirmado que nem as ciências naturais são objetivas. Certamente prefere a sociologia interpretativa por causa dos pontos de vista, da multiplicidade de posturas e por aí afora.

P: Não simpatizo nada com as tais sociologias interpretativas. Nada. Ao contrário, acredito firmemente que as ciências sejam objetivas – que mais poderiam ser? Elas tratam de objetos, não? Eu só disse que os objetos talvez sejam mais complicados, condensados, múltiplos, complexos e intrincados do que os “objetivistas”, como você diz, gostariam que fossem.

A: Mas é exatamente isso que as sociologias “interpretativas” sustentam, não?

P: Oh, não, de modo algum! Elas diriam que desejos *humanos*, significados *humanos*, intenções *humanas* etc. introduzem certa “flexibilidade interpretativa” num mundo de objetos inflexíveis, de “puras relações causais” ou de “conexões estritamente materiais”. Isso não é de modo algum o que estou dizendo. Diria, antes, que este computador aqui na minha mesa, esta tela, este teclado, são objetos feitos de várias camadas, tanto quanto você, aí sentado com seu corpo, sua linguagem, suas preocupações. É o próprio objeto que acrescenta multiplicidade, ou melhor, a coisa, a “reunião”. Quando você fala em hermenêutica, por mais precauções que tome, sempre alguém dirá: “Mas, é claro, existem *também* coisas ‘naturais’, ‘objetivas’, que *não* são interpretadas”.

A: Era justamente isso o que eu ia dizer! Não existem só realidades objetivas, mas também subjetivas! Daí precisarmos dos dois tipos de teorias sociais...

P: Está vendo? A armadilha de sempre: “Não só... mas também”. Ou você estende o argumento a tudo, tornando-o inútil – “interpretação” vira sinônimo de “objetividade” – ou o limita a um aspecto da realidade, o humano, e então você está perdido... uma vez que a objetividade está sempre do outro lado do muro. Não faz diferença considerar esse outro lado mais rico ou mais pobre; de qualquer modo, está fora de alcance.

A: Mas o senhor não negará que tem também seu posto de observação, que a ANT também está situada em algum lugar, que o senhor também acrescenta uma camada de interpretação, uma perspectiva...

P: Oh, não, por que eu “negaria” isso? Mas, e daí? O melhor de um posto de observação é que você pode permanecer nele e modificá-lo! Por que eu me “apegaria” a ele? De onde estão, aqui na Terra, os astrônomos dispõem de uma perspectiva muito limitada. Tomemos por exemplo Greenwich, o observatório situado rio abaixo. Já estive lá? É um bonito lugar. No entanto, os astrônomos procuraram alterar essa perspectiva recorrendo a instrumentos, telescópios, satélites. Podem agora desenhar o mapa

da distribuição das galáxias por todo o universo. Ótimo, não? Dê-me um posto de observação e eu lhe mostrarei dezenas de maneiras de deslocá-lo. Ouça bem: toda essa oposição entre “ponto de vista” e “visão a partir de lugar nenhum” pode ser ignorada sem nenhum problema. E também a diferença entre postura “interpretativa” e postura “objetivista”. Deixe de lado a hermenêutica e volte ao objeto – ou melhor, à coisa.

A: Mas sempre estarei limitado por meu posto de observação fixo, por minha perspectiva, por minha subjetividade.

P: Sem dúvida! Mas quem lhe disse que “ter um posto de observação” significa “estar limitado” ou, especialmente, “subjetivo”? Quando você vai ao exterior e avista os sinais “Belvedere 1,5 km”, “Panorama”, “Bella vista” e finalmente chega ao lugar emocionante, isso será acaso prova de seus “limites subjetivos”? Não, a coisa em si, o vale, os picos, as estradas é que lhe permitem agarrar, segurar, apreender. A melhor prova disso é que, dois metros abaixo, você não vê nada por causa das árvores e, dois metros acima, não vê nada por causa do estacionamento. No entanto, continua com sua “subjetividade” limitada e leva consigo exatamente o mesmo “posto de observação”! Você tem vários pontos de vista de uma estátua porque a própria estátua é tridimensional e lhe permite – sim, *permite* – girar em torno dela. Uma coisa suporta diversos pontos de vista quando é bastante complexa, intrincada, bem organizada e bela – *objetivamente* bela.

A: Todavia, com certeza nada é objetivamente belo. A beleza tem de ser subjetiva; gosto e cor, relativos... Caramba, estou perdido de novo! Mas então por que perder tanto tempo nesta escola combatendo o objetivismo. O que o senhor diz não pode estar certo.

P: Porque as coisas que as pessoas chamam de “objetivas” são, o mais das vezes, clichês de elementos concretos. Não temos boas descrições de coisa alguma: do que seja um computador, um *software*, um sistema formal, um teorema, uma empresa, um mercado. Não sabemos quase nada sobre o que vem a ser esse negócio que você estuda, uma *organização*. Como a distinguiríamos das emoções humanas? Portanto, há duas maneiras de criticar a objetividade. Uma delas consiste em *afastar-se* do

objeto em direção ao ponto de vista humano subjetivo. Mas é sobre a outra direção que estou falando: a volta ao objeto. Os positivistas não *possuem* a objetividade. Um computador descrito por Alan Turing é bem mais rico e bem mais interessante que os descritos na revista *Wired*, não? Como vimos em classe ontem, a fábrica de sabão descrita por Richard Powers em *Grain* parece mais viva do que tudo quanto se lê nos estudos de caso de Harvard. O segredo é retornar ao empirismo.

A: Ainda assim, sou limitado por minha visão.

P: Claro que é. Mas, de novo, e daí? Não vá nessa conversa de ficar “limitado” à própria perspectiva. Todas as ciências inventaram meios de *deslocar-se* de um ponto de vista a outro, de um quadro de referência a outro, graças a Deus: a isso se chama relatividade.

A: Aí está! Então o senhor se confessa um relativista!

P: Mas claro, que mais eu podia ser? Se quero agir como cientista e alcançar a objetividade, tenho de saber passar de um quadro de referência a outro, de um posto de observação a outro. Sem esses deslocamentos, ficaria limitado a meu próprio ponto de vista para sempre.

A: Então associa objetividade a relativismo?

P: A “relatividade”. Sim, sem dúvida. Todas as ciências fazem o mesmo. A nossa também.

A: Mas qual é a *nossa* maneira de alterar pontos de vista?

P: Já lhe disse, estamos no negócio de descrições. Os outros trabalham com clichês. Pesquisas, investigações, trabalhos de campo, arquivos, recenseamentos, seja lá o que for – nós vamos, ouvimos, aprendemos, praticamos, tornamo-nos competentes, mudamos de opinião. Muito simples, de fato: a isso se chama pesquisa. Boas pesquisas sempre produzem um monte de descrições novas.

A: Mas eu já tenho um monte de descrições! Estou me afogando nelas, eis o meu problema. Por isso me sinto perdido e achei que era boa ideia procurar o senhor. A ANT poderá me ajudar com essa montanha de dados? Preciso de um quadro de referência!

P: “Meu reino por um quadro de referência!” Muito comovente; acho que entendo seu desespero. Mas não, a ANT não serve para isso. Seu principal postulado é que os próprios atores fazem tudo, inclusive seus quadros de referência, suas teorias, seus contextos, sua metafísica, até suas ontologias. Assim, o rumo a seguir será, temo eu, mais descrições.

A: As descrições, porém, são muito compridas. Eu preferiria *explicar*.

P: Está vendo? Por isso discordo de boa parte do ensino em ciências sociais.

A: Discordaria da necessidade, para elas, de explicar os dados que acumulam? E o senhor ainda se considera um *cientista* social e um objetivista!

P: Só o que sustento é que, se sua descrição precisa de uma explicação, não é uma boa descrição. Apenas as descrições ruins precisam ser explicadas. É tudo muito simples, na verdade. O que se entende, quase sempre, por “explicação social”? O acréscimo de outro ator que transmitirá aos já descritos a energia necessária para agir. Mas se você tiver de acrescentar algum, então a rede não está completa. E se os atores já reunidos não possuem energia suficiente para agir, não são “atores”, e sim meros intermediários, bobos, fantoches. Não fazem nada e não deveriam constar da descrição. Nunca vi uma boa descrição que precisasse de explicação. Mas já li centenas de descrições ruins que nada lucraram com o acréscimo de um monte de “explicações”. E a ANT não ajudou.

A: Isso é muito angustiante. Eu deveria saber – meus colegas me advertiram para não cutucar a ANT com vara curta. E agora o senhor vem me dizer que eu não deveria sequer tentar explicar coisa alguma!

P: Eu não disse isso. Disse apenas que ou sua explicação é relevante – e, na prática, assim você terá acrescentado um novo agente à descrição de uma rede mais longa do que pensava –, ou o ator não faz nenhuma diferença e você estará apenas juntando um elemento irrelevante que não melhora nem a descrição nem a explicação. Nesse caso, jogue-o fora.

A: Todos os meus colegas, no entanto, os usam. Fala-se em “cultura empresarial da IBM”, “isolacionismo britânico”, “pressão do mercado”,

“interesse próprio”. Por que eu me privaria dessas explicações contextuais?

P: Pode mantê-las de reserva ou usá-las para preencher as lacunas de seu quadro que não fazem nenhuma diferença para você. Não pense, porém, que elas explicam alguma coisa. Na melhor das hipóteses, aplicam-se igualmente a todos os seus atores, sendo portanto supérfluas, uma vez que não podem introduzir uma diferença entre eles. Na pior, afundam os novos atores interessantes num dilúvio de atores velhos. Desdobre o conteúdo com todas as suas conexões e terá, em acréscimo, o contexto. Como disse Rem Koolhaas, “o contexto fede”. É simplesmente uma maneira de interromper a descrição quando se está muito cansado ou enfadado para prosseguir.

A: Esse é justamente o meu problema: interromper. Preciso terminar meu doutorado. Só faltam oito meses. O senhor fala sempre em “mais descrições”, mas isso me lembra as curas do Freud: análise sem fim. Quando parará? Meus atores estão por aí! Aonde devo ir? O que vem a ser uma descrição completa?

P: Ótima pergunta. Prática. Como não me canso de dizer: “Tese boa é tese feita”. Mas há outra maneira de parar, além de “acrescentar uma explicação” ou “inserir num quadro”.

A: E qual é?

P: Pare depois de escrever suas cinquenta mil palavras ou qualquer que seja a exigência aqui; nunca me lembro qual é.

A: Oh, mas isso é maravilhoso! Portanto, minha tese estará terminada quando estiver completa. Grande ajuda, muito obrigado. Que alívio!

P: Muito bom você ter gostado. Falando sério agora, não acha que qualquer método depende do tipo e do tamanho do texto prometido?

A: Isso, porém, é um limite *textual*, não tem nada a ver com método.

P: Por isso, mais uma vez, discordo da maneira como são preparados os doutorandos. Redigir textos tem *tudo* a ver com método. Você redige um com tantas palavras em tantos meses com base em várias entrevistas, em longas horas de observação, em tais e tais documentos. É tudo. Não há outra coisa a fazer.

A: Não, faço mais que isso. Estudo, aprendo, explico, crítico...

P: No entanto, alcança esses objetivos grandiosos por meio de um texto, não?

A: É claro. Mas o texto é uma ferramenta, um meio, uma forma de me expressar.

P: Não existem ferramentas ou meios, apenas mediadores. O texto é compacto. Este é um postulado da ANT, caso haja algum.

A: Lamento, professor, mas, como lhe disse, não sei muita coisa desses assuntos franceses. Posso escrever em C e até em C++, mas ignoro Derrida, semiótica, essas coisas. Não creio que o mundo seja feito de palavras e tudo isso...

P: Não me venha com sarcasmos. Eles não combinam com o engenheiro que você é. E, para ser franco, também não acredito nessas coisas. Você me pergunta como parar, e eu lhe digo: o melhor que tem a fazer, como doutorando, é *acrescentar* um texto a um certo estado de coisas – texto que será lido por seus orientadores, talvez por alguns de seus informantes e três ou quatro de seus colegas de doutorado. Aí não há fantasia: só realismo. Uma maneira de parar seria “acrescentar um quadro de referência”, uma “explicação”; outra, rabiscar a última palavra no último capítulo da sua bendita tese.

A: Fui educado em ciências! Sou engenheiro de sistemas e não me matriculei em estudos organizacionais para abandonar o curso no meio. Quero acrescentar diagramas de fluxo, instituições, pessoas, mitologias e psicologia ao que já sei. Estou preparado até para ser “simétrico”, como nos ensina o senhor, em relação a esses vários fatores. Não me venha dizer, porém, que praticar ciência é contar historinhas bonitas. Acho que esse é o seu problema. Num momento é totalmente objetivista, talvez mesmo ingenuamente realista – “apenas descreve” – e, no outro, é totalmente relativista – “conte algumas histórias e pronto”. Isso não é muito terrivelmente francês?

P: Mas por que está tão irritado? Não seja tolo. Quem falou em “historinhas bonitas”? Eu, não. Só disse que você estava *escrevendo* uma tese de

doutorado. Poderá negá-lo? Em seguida, observei que essa tese de doutorado com tantas palavras – o único resultado duradouro de sua permanência entre nós – é compacta.

A: E que quis dizer com isso?

P: Quis dizer que ela não é apenas uma vidraça transparente, transportando sem deformá-la alguma informação sobre seu estudo. “Não há in-formação, apenas trans-formação.” Concorde com esse lema da ANT, não? Ora, ele se aplica também à sua tese de doutorado, é claro!

A: Talvez. Mas o que quero saber é em qual sentido ele me ajuda a ser mais científico. Não pretendo abandonar o *ethos* da ciência.

P: Sucede que esse texto, dependendo da maneira como for escrito, captará ou não o ator-rede que você deseja estudar. O texto, em nossa disciplina, não é uma história, uma história bonita. É o equivalente funcional de um laboratório. É lugar para testes, experimentos e simulações. Dependendo do que aconteça ali, haverá ou não um ator e haverá ou não uma rede sendo traçada. Isso depende inteiramente do modo como é escrito – e cada novo tópico exige um tipo diverso de manuseio pelo texto. Alguns textos estão mortos e bem mortos. Nada acontece neles.

A: Ninguém mencionou “texto” em nosso programa. Falamos em “estudar” a organização, não em “escrever” sobre ela.

P: Por isso lhe digo: você estão sendo muito mal orientados nos estudos! Não ensinar aos doutorandos em ciência social como *escrever* seus PhDs é como não ensinar aos químicos como realizar experimentos de laboratório. Eis o motivo pelo qual hoje em dia já não ensino, apenas escrevo. Continuo repetindo o mesmo mantra: “Descrevam, escrevam, descrevam, escrevam”.

A: Há um problema: não é isso o que meu orientador deseja! Ele deseja que meu estudo de caso leve a uma “generalização útil”. Não se contentará com “meras descrições”. Assim, fazendo o que o senhor aconselha, terei uma bela descrição de um estado de coisas – e o que mais? Precisaré ainda inseri-la num quadro, encontrar uma tipologia, comparar, explicar, generalizar. Por isso começo a entrar em pânico.

P: Deveria entrar em pânico apenas se seus atores não estivessem fazendo a mesma coisa constantemente, ativamente, reflexivamente, obsessivamente. Eles também comparam; eles também produzem tipologias; eles também elaboram padrões; eles também espalham suas máquinas tanto quanto suas organizações, suas ideologias, seus estados de espírito. Por que você bancará o inteligente enquanto eles agem como um bando de idiotas? Aquilo que fazem para expandir, relacionar, comparar e organizar é o que você deve descrever. Não se trata de outra camada a acrescentar à “mera descrição”. Não tente passar da descrição à explicação: apenas *vá em frente* com a descrição. O que você pensa da empresa não interessa nada, comparado ao modo como esse pedaço dela conseguiu se expandir.

A: Entretanto, se meu pessoal não agir, comparar, padronizar, organizar e generalizar ativamente, que farei? Nada! Não conseguirei acrescentar nenhuma outra explicação.

P: Você é demais! Se seus atores não agirem, não deixarão pistas e você não obterá informação alguma. E não terá nada a dizer.

A: Então, não havendo pistas, devo ficar em silêncio?

P: Incrível! Você levantaria essa questão em alguma das ciências naturais? Isso pareceria absolutamente tolo. Sobrou para o cientista social alegar que continuará explicando, mesmo à falta de qualquer informação! Está realmente preparado para manusear dados?

A: Não, claro que não, mas quero...

P: Ótimo, pelo menos é mais razoável que a maioria de nossos colegas. Nenhuma pista, nenhuma informação, nenhuma descrição – e, portanto, nenhuma conversa. *Não tente preencher lacunas*. É como o mapa de um país no século 16: ninguém foi até lá, ninguém de lá voltou – então, por Deus, deixe-o em branco! *Terra incognita*.

A: Mas, e quanto a entidades invisíveis agindo de maneira oculta?

P: Se elas agem, deixam pistas. Então, você terá informações e poderá conversar sobre o assunto. Caso contrário, bico calado!

A: E se essas entidades forem reprimidas, negadas, silenciadas?

P: Nada no mundo lhe dá o direito de dizer que elas existem, sem apresentar a *prova* de sua existência. Essa prova pode ser indireta, vaga,

complicada – mas você precisa dela. Coisas invisíveis são invisíveis. Ponto final. Se fazem outras coisas mover-se e você consegue registrar esses movimentos, então são visíveis.

A: Prova? Mas o que é prova? Essa atitude não soa um tanto positivista?

P: Creio que sim. Haverá algo de proveitoso em dizer que certas coisas estão agindo, mas sua existência não pode ser provada? Receio que você esteja confundindo teoria social com teoria da conspiração – embora, atualmente, muita ciência social crítica acabe nisso.

A: Porém, se eu não acrescentar nada, apenas repetirei o que os atores dizem.

P: Qual a vantagem de acrescentar entidades invisíveis, que agem sem deixar pistas e não modificam em nada um estado de coisas?

A: Mas preciso induzir os atores a aprender o que não sabem; do contrário, para que os estudaria?

P: Vocês, cientistas sociais! Sempre me confundem. Se você estudasse as formigas e não a ANT, esperaria que *aprendessem* alguma coisa de seu estudo? Claro que não. Elas são os mestres, você é que aprende com elas. Você explica a você mesmo o que elas fazem, em seu próprio benefício ou de outros entomologistas – não em benefício delas, que não ligam a mínima para isso. O que leva você a pensar que um estudo sempre deve ensinar coisas às pessoas estudadas?

A: Mas se esse é o objetivo das ciências sociais! É para isso que estou aqui, na escola: para criticar a ideologia da administração, para desmistificar os inúmeros mitos da tecnologia da informação, para censurar os exageros técnicos e a ideologia de mercado. Caso contrário, creia-me, eu ainda estaria no Vale do Silício ganhando muito mais dinheiro – bem, talvez não tanto, pois a bolha explodiu... Mas, de qualquer modo, tenho de proporcionar um pouco de reflexão às pessoas...

P: ... que obviamente não refletiam antes de você aparecer com seu estudo!

A: De certa maneira, sim. Quer dizer, não. Elas faziam coisas, mas não sabiam por quê. Que há de errado nisso?

P: O erro é que semelhante procedimento me soa terrivelmente enfadonho. Muito do que os cientistas sociais chamam de “reflexão” é apenas um modo de fazer perguntas totalmente irrelevantes a pessoas que fazem outras perguntas para as quais o analista não tem a mínima resposta! Reflexão não é um dom de nascença que você carrega consigo só porque está na London School of Economics! Você e seus informantes têm preocupações diversas – se elas se cruzam, é um milagre. E milagres, caso não saiba, são raros.

A: Se eu não tiver nada para acrescentar ao que os atores dizem, não poderei ser crítico.

P: Veja só: ora você quer explicar e bancar o cientista, ora quer desmistificar, criticar e agir como militante...

A: Eu ia dizer: ora o senhor é um realista ingênuo – apegado ao objeto –, ora se diz autor de um texto que não acrescenta nada, apenas segue a pista de seus proverbiais “atores”. Isso é totalmente apolítico, sem nenhuma postura crítica à vista.

P: Diga-me, senhor Desmistificador, como assumirá uma “postura crítica” frente a seus atores? Gostaria muito de ouvir isso.

A: Só o conseguiria se tivesse um quadro de referência. Atrás disso é que vim aqui, mas já vejo que a ANT não pode me dar o que quero.

P: Ainda bem. Devo presumir que esse tal quadro não está ao alcance de seus informantes e é revelado por seu estudo?

A: Sim, sem dúvida. Seria o valor agregado de meu trabalho, não a descrição, pois todo mundo já a conhece. Mas a explicação, o contexto, a tipologia, isso eles não têm tempo de ver. Estão ocupados demais para pensar, e isso eu posso lhes oferecer. Aliás, ainda não lhe disse que na empresa eles vão me facilitar o acesso a seus arquivos.

P: Ótimo, pelo menos mostram interesse no que você faz. Bom começo. Mas não está pretendendo que em seis meses de trabalho de campo conseguirá sozinho, por escrever algumas centenas de páginas, produzir mais conhecimento do que aqueles 340 engenheiros e técnicos que vem estudando?

A: Não “mais” conhecimento e sim conhecimento “diferente”. Sim, acho que conseguirei. Não devo me esforçar justamente por isso? Não é por isso que me meti no negócio?

P: Não sei bem em que negócio você se meteu, mas quão *diferente* do deles é o conhecimento que você produz, eis a questão.

A: O mesmo conhecimento produzido por todas as ciências, o mesmo modo de explicar as coisas: indo do problema à causa. E, conhecida a causa, posso gerar o efeito como consequência. Haverá aí algo de errado? É como perguntar o que acontecerá ao pêndulo ao qual se imprimiu movimento para tirá-lo do estado de equilíbrio. Se bem conheço a lei de Galileu, não preciso sequer observar um pêndulo de verdade para saber o que acontecerá – desde que esqueça as perturbações, naturalmente.

P: Naturalmente! Portanto, você quer que um quadro de referência explicativo seja para seu estudo de caso o que a lei de Galileu é para o movimento do pêndulo – menos as perturbações?

A: Sim, creio que sim, embora com menos precisão científica. Mas por que pergunta? Que há de errado com isso?

P: Nada. Seria ótimo... mas é exequível? Significa que, independentemente de seus movimentos, um pêndulo não acrescentará nenhuma informação nova à lei da queda livre dos corpos. A lei mantém, *in potentia*, tudo o que se possa saber sobre a condição do pêndulo. O caso concreto é simplesmente, para falar como os filósofos, a “realização do potencial” que já existia.

A: E essa não é uma explicação ideal?

P: Aí é que está o problema. É um ideal ao quadrado: o ideal de uma explicação ideal. Duvido um pouco que a subsidiária de sua empresa aja assim. E tenho certeza de que você não conseguirá estabelecer a lei de seu comportamento para poder deduzir tudo como a realização, *in concreto*, do que já existia lá em potência.

A: Menos as perturbações...

P: Sim, sim, nem é preciso dizer. Sua modéstia é admirável.

A: Está me gozando? Encontrar esse tipo de quadro de referência me parece fácil.

P: Mas, ainda que fosse, seria desejável? Veja: o que está me dizendo realmente é que os atores de sua descrição *não fazem nenhuma diferença*. Eles realizaram um potencial – afora alguns desvios insignificantes – e, portanto, não são atores: apenas transmitem a força que passa por eles. Então, meu caro Aluno, perdeu seu tempo descrevendo pessoas, objetos, lugares que são meros intermediários passivos, pois nada fazem por conta própria. Seu trabalho de campo deu em nada. Deveria ter ido diretamente à causa.

A: Mas é para isso que existe a ciência! Só para isso: descobrir a estrutura oculta capaz de explicar o comportamento de atores que se julgava fazerem alguma coisa, mas eram meros substitutos de outrem.

P: Mas então você é um estruturalista! Finalmente tirou a máscara. Substitutos não são aquilo que vocês chamam de atores? E quer aplicar a Teoria do Ator-Rede ao mesmo tempo! Isso é levar longe demais o eletismo.

A: Por que não posso fazer as duas coisas? Certamente, se a ANT possui algum conteúdo científico, então tem de ser estruturalista.

P: Você percebeu que existe a palavra “ator” na expressão “ator-rede”? Pode me dizer que tipo de ação um substituto pratica na explicação estruturalista?

A: É fácil: ele preenche uma função. Aí está o lado bom do estruturalismo, se é que o entendi corretamente. Qualquer outro agente, na mesma posição, teria de fazer o mesmo.

P: De sorte que um substituto, por definição, é plenamente *substituível* por outro?

A: Sim, é o que estou dizendo.

P: Mas aí temos algo absolutamente implausível e de todo incompatível com a ANT. Em meu vocabulário, um ator que não faz diferença não é um ator. Um ator, se as palavras têm mesmo algum sentido, é justamente aquilo que *não* se pode substituir. Constitui um evento único, não redutível a nenhum outro – exceto se o tornarmos compatível com outro, mediante algum processo de padronização. Mas ainda assim seria necessário um *terceiro* ator, um terceiro evento.

A: Está me dizendo então que a ANT não é ciência!

P: Ciência estruturalista não, sem dúvida.

A: Dá no mesmo, qualquer ciência...

P: Não! estudos organizacionais, estudos de ciência e tecnologia, estudos empresariais, estudos de informática, sociologia, geografia, antropologia, não importa o campo, não podem recorrer por definição a nenhuma explicação estruturalista porque informação é transformação.

A: “Sistemas de transformação”, é justamente disso que o estruturalismo se ocupa!

P: De jeito nenhum, meu caro, pois no estruturalismo nada realmente se transforma, tudo apenas se *combina*. Você não parece atinar com o abismo que existe entre ele e a ANT. Uma estrutura é apenas uma rede sobre a qual só possuímos informação escassa. Pode ser útil quando o tempo é curto, mas não me diga que é mais científica. Se quero ter atores no meu relato, eles precisam *fazer* coisas, não ficar no lugar de outros; se fazem alguma coisa, fazem também alguma diferença. Se isso não acontecer, jogue-os fora e recomece a descrição. Você está pleiteando uma ciência sem objeto.

A: Você e suas histórias! Histórias aqui e ali, é isso que quer! Mas eu estou falando de explicação, conhecimento, postura crítica – não de escrever roteiros para a novela das 8!

P: Eu ia chegar aí. Você deseja que seu maço de centenas de folhas faça diferença, não? Então tem de provar que sua descrição sobre as ações das pessoas *faz* diferença no modo como as praticam. É a isso que chama “postura crítica”?

A: Sim, creio que sim.

P: Mas concordará que a coisa não funcionará se lhes atribuir um apelo irrelevante a causas que não fazem diferença alguma em suas ações, por serem excessivamente gerais?

A: Sem dúvida. Mas eu falava de causalidades *reais*.

P: Mas elas também não funcionarão porque, caso existam, do que não tenho muita certeza, só conseguirão transformar seus informantes em substitutos de outros atores, aos quais você dá os nomes de função, estru-

tura, gramática etc. Nesse caso, eles seriam apenas bonecos, fantoches – se tanto. De qualquer modo, você está transformando os atores em nada: no máximo, poderão acrescentar algumas perturbações ínfimas como o pêndulo concreto, que só agrega oscilações minúsculas.

A: Hum!...

P: Agora me diga o que há de politicamente tão grandioso em transformar os objetos de seu estudo em substitutos inermes e “sem ação” de funções ocultas que você, e só você, pode ver e detectar?

A: Como você consegue virar as coisas de cabeça para baixo! Não estou bem certo. Se os atores percebem aquilo que lhes é imposto, se ficam mais lúcidos, mais racionais, sua consciência também não se apura? Podem então responsabilizar-se por seu próprio destino. Ficam mais perspicazes, não? Desse modo, eu diria que agora, em parte graças a mim, se mostram atores mais dinâmicos, mais completos.

P: *Bravo, bravíssimo!* Então um ator, para você, é um agente plenamente determinado, mais um substituto para a função, mais umas quantas perturbações e mais um pouco de consciência fornecida por cientistas sociais esclarecidos? Horrível, simplesmente horrível. E ainda quer aplicar a ANT a essa gente! Após reduzi-los de atores a substitutos, acumula insultos sobre insultos e atribui generosamente a esses coitados a racionalidade que possuíam antes e que você lhes surrupiou, tratando-os à maneira estruturalista! Magnífico! Eles já eram atores antes que você aparecesse com sua “explicação”. Não venha me dizer que seu estudo é que os fez assim. Bom trabalho, Aluno! Bourdieu não faria melhor.

A: O senhor talvez não goste muito de Bourdieu, mas pelo menos ele era um verdadeiro cientista e, melhor ainda, politicamente relevante. Pelo que sei, a ANT não é nada disso.

P: Obrigado. Venho estudando os elos entre ciência e política há cerca de trinta anos, por isso a conversa sobre qual ciência é “politicamente” relevante não me intimida.

A: Aprendi a não ter medo de argumentos de autoridade e, portanto, os seus trinta anos de estudo não fazem nenhuma diferença para mim.

P: *Touché*. Mas sua pergunta era: “Que posso fazer com a ANT?” Eu respondi: nada de explicação estruturalista. As duas coisas são totalmente incompatíveis. Ou você tem atores que realizam potencialidades e, portanto, não são atores, ou descreve atores que concretizam virtualidades (esse é, por sinal, o linguajar de Deleuze) e exigem textos bastante específicos. Sua conexão com as pessoas que estuda exige protocolos muito especiais para funcionar – a isso, penso eu, você chamaria de “postura crítica” e “relevância política”.

A: Mas então em que diferimos? O senhor também deseja assumir uma postura crítica.

P: Sim, talvez. Mas de uma coisa estou certo: isso não é automático e quase sempre dá errado. Duzentas páginas de entrevistas, observações etc. não farão diferença alguma. Ser relevante exige outro conjunto de circunstâncias extraordinárias. É um evento raro. Pressupõe um protocolo incrivelmente imaginativo, algo tão miraculoso quanto Galileu com seu pêndulo ou Pasteur com seus vírus da raiva.

A: Então, que devo fazer? Pedir um milagre? Sacrificar uma galinha?

P: Mas por que deseja que seu pequeno texto seja automaticamente mais relevante para aqueles que forem por ele afetados (ou não) do que, digamos, um amplo laboratório de ciências naturais? Observe como foi difícil para os chips da Intel™ tornarem-se relevantes para os telefones celulares! E você ainda quer que todos exibam o rótulo “Contém London School of Economics™” sem nenhum custo? Relevância exige trabalho extra.

A: Justamente aquilo de que preciso, a perspectiva de mais trabalho ainda!

P: Nisto se resume tudo; se um argumento é automático, coletivo, abrangente, então não deve ser científico. É simplesmente irrelevante. Um estudo verdadeiramente científico é aquele que falhou.

A: O senhor me tranquiliza muito, ótimo ter me lembrado de que minha tese pode fracassar!

P: Você está confundindo ciência com sapiência. “Ser capaz de ignorar o fenômeno é essencial para a prática científica.”¹⁹⁹ Diga-me, pode apontar um único tópico ao qual a sociologia crítica de Bourdieu, de que você gosta tanto, *não* se aplica?

A: O que não posso é apontar um único tópico ao qual a ANT se aplica!

P: Beleza! Você está certo, é exatamente o que penso.

A: Aquilo não foi bem um cumprimento...

P: Mas eu o encarei assim. A aplicação de alguma coisa é tão rara quanto um bom texto de ciência social.

A: Devo então observar, polidamente, que tendo em vista sua sutilíssima filosofia da ciência, deve me ensinar a escrever um.

P: Você estava tão preocupado em acrescentar quadros de referência, contextos e estruturas às suas “meras descrições” que nem sei como me ouviu.

A: Mas qual é a diferença entre um bom e um mau texto ANT?

P: Ótima pergunta. Resposta: a mesma existente entre um bom e um mau laboratório. Nem mais, nem menos.

A: Está bem, obrigado. O senhor foi muito gentil em conversar comigo. Mas acho que, no fim das contas, em vez da ANT vou usar a teoria sistêmica de Luhmann, de um quadro de referência subjacente – pois me parece muito promissora com sua “autopoiese” e tudo o mais. Ou talvez acabe usando um pouco das duas.

P: Hummm...

A: Não gosta de Luhmann?

P: Eu, se fosse você, deixaria de lado todos esses “quadros de referência subjacentes”.

A: Mas o seu tipo de “ciência”, pelo que vejo, rompe com todas as regras do aprendizado em ciência social.

199 Ver Garfinkel, *Ethnomethodology's Program*, p. 264.

P: Prefiro rompê-las e seguir meus atores. Como você bem disse, no fundo sou apenas um realista ingênuo, um positivista.

A: Sabe o que deveria fazer? Como ninguém por aqui parece saber o que seja a ANT, deveria redigir uma introdução a ela. Isso capacitaria nossos professores a entendê-la e, sem querer ser rude, a não nos forçar a engoli-la, se é que me entende...

P: A ANT é tão ruim assim?

A: Veja bem, sou apenas um aluno de doutorado e o senhor é um mestre. Já publicou muita coisa. Pode se permitir o que eu não posso. Tenho de dar ouvidos ao meu orientador e não devo seguir ao pé da letra os conselhos que o senhor me deu.

P: Então, por que veio falar comigo? Por que pensou em usar a ANT?

A: Na última meia hora, devo confessar, estive me perguntando a mesma coisa...

COMO TORNAR AS ASSOCIAÇÕES NOVAMENTE RASTREÁVEIS

POR QUE É TÃO DIFÍCIL RASTREAR O SOCIAL?

Devia ser a coisa mais simples do mundo. Estamos todos confinados às interações sociais; todos vivemos numa sociedade; e todos somos animais culturais. Por que esses vínculos continuam sendo tão evasivos? Nas páginas precedentes, uma razão foi apresentada como explicação. O adjetivo *social* designa dois fenômenos inteiramente distintos: ele é ao mesmo tempo uma *substância*, um tipo de matéria, e também um *movimento* entre elementos não sociais. Em ambos os casos, o social desaparece. Tomado como um sólido, ele perde sua capacidade de associar-se; tomado como um fluido, o social torna a desaparecer porque só relampeja brevemente no momento fugaz em que novas associações estão reunindo o coletivo juntas. Embora à primeira vista se afigurasse que o objeto das ciências sociais era fácil de localizar, graças às evidências maciças e ubíquas da ordem social, hoje parece que ocorre exatamente o oposto: não há nada mais difícil de apreender do que os vínculos sociais. Ele só é rastreável quando está sendo modificado. Os fisiologistas mostraram que, para que ocorra uma percepção, são necessários movimentos e ajustamentos contínuos: nenhum movimento, nenhuma sensação. Isso vale para os sentidos da visão e da audição, assim como para o paladar, o olfato e o tato.²⁰⁰ Se você segura a mão

200 Ver o belo experimento com o movimento rápido do olho e sua aplicação em retratos em R. C. Miall e John Tsalenko (2001), *A Painter's Eye Movements: A Study of Eye and Hand Movement during Portrait Drawing*.

de alguém e continua a segurá-la, logo não sentirá senão um embotamento embaraçoso – mesmo que seja a mão da pessoa amada. Com a ausência de movimentos adveio um entorpecimento dos sentidos. O mesmo vale para o “senso do social”: nenhuma nova associação, nenhum modo de sentir a mão que se segura.

É por isso que, para renovar a sensação de conexões sociais, tive de opor dois tipos de métodos diferentes. Aquele a que chamei “sociologia do social” tenta manter reunidos, tão firmemente quanto possível e pelo maior tempo possível, elementos que ele afirma serem feitos da mesma matéria homogênea; o outro – que denominei “sociologia de associações” – tenta entender controvérsias sobre o âmbito de elementos heterogêneos que podem ser associados. Num caso, sabemos aproximadamente de que é feito o mundo social – ele é feito “do” ou “no” social; no outro, sempre devemos começar *não* sabendo do que ele é feito. Assim, à semelhança do *pharmakon* dos gregos, a busca do social torna-se ou um remédio ou um poderoso veneno, dependendo da dose e do *timing*. Em doses pequenas e adequadas, ele permite ao observador detectar as novas associações que precisam ser constantemente rearranjadas a fim de reunir uma vez mais um coletivo que se vê desafiado pela irrelevância. Mas se deixarmos os elementos que foram enfeixados passarem suas “datas de validade”, eles começarão a apodrecer. Se persistirmos em ingeri-los, eles nos levarão a uma paralisia completa. Começamos a tomar aquilo que foi conectado por um tipo especial de tecido: o social explica o social. Entramos num mundo que deixou de ser rastreável, um mundo que corre o risco de ser rapidamente invadido pelas fadas, dragões, heróis e feiticeiras da sociologia crítica.

Mas como é possível ter dois significados inteiramente opostos para o mesmo adjetivo? Isso pode ser explicado, a meu ver, porque as ciências sociais cumpriram simultaneamente três tarefas diferentes: documentar os vários modos pelos quais o social é construído por meio da engenhosidade de seus membros; estabelecer as controvérsias sobre o social, limitando o âmbito de entidades em ação no mundo; e tentar resolver a “questão

social” oferecendo uma prótese para a ação política. Não há nada de errado nesses objetivos, já que a sociologia, a “ciência do viver juntos”, deve ser capaz de cumprir os três deveres seguintes: ser capaz de desdobrar todo o âmbito de controvérsias sobre quais associações são possíveis; ser capaz de mostrar por quais meios essas controvérsias se estabelecem e como elas prosseguem; e poder ajudar a definir os procedimentos corretos para a composição do coletivo, tornando-se interessante para os que foram objeto do estudo. Mas o que é impossível é tentar cumprir esses deveres simultaneamente, sem prestar atenção na sua sucessão.

Se confundirmos o segundo com o primeiro, por exemplo, começamos pensando que nossa principal tarefa é restringir – de antemão e no lugar do ator – o âmbito de incertezas no qual tememos que os atores se percam. Isso significa que assumimos a tarefa de estreitar o número de agregados sociais possíveis, limitar o número de agências que fazem os atores fazerem coisas, excluir o maior número de objetos não humanos possível, ater-nos a uma estrita divisão de trabalho entre ciência natural e ciência social e, enfim, conservar uma fé inabalável na sociologia como disciplina científica autônoma. Depois desse tratamento, já não é possível rastrear as cinco fontes de incerteza que revisamos. As coisas pioram ainda mais quando confundimos o terceiro dever – o de relevância política – com os outros dois. Por razões perfeitamente respeitáveis que se relacionam com a necessidade de modernização, o projeto de emancipação e as enormes dificuldades das investigações empíricas, começamos a substituir a composição do coletivo pelo ator com nossa própria definição daquilo que os mantém unidos. Começamos a perguntar o que é uma sociedade e em que direção ela é conduzida. Embora eu tenha certeza de que essa estratégia intelectual pode ter sido produtiva na época de Comte, Spencer, Durkheim ou Parsons, ela agora se tornou desastrosa. Quando se propõe uma explicação social, já não há como decidir se ela se deve a alguma percepção empírica genuína, à aplicação de um modelo, a uma tentativa de atuar sobre a engenharia social ou à mera preguiça. Com a confusão dos três deveres sucessivos da ciência social,

o social tornou-se de todo irrastrável, muito embora a explicação social continue proliferando facilmente.

Para ser fiel ao projeto de uma *ciência de um social* – agora que as palavras *social* e *ciência* foram renovadas –, precisamos superar a confusão sem abandonar nenhum dos três deveres originais. Tendo mostrado na Parte I como poderíamos dispor as capacidades de construção do mundo do ator, e antes de atacar a intrincada questão do interesse político, devo agora mostrar que é possível seguir o estabelecimento de controvérsias sem confundir essa investigação com as outras duas. Sim, as controvérsias são encerradas e as incertezas estabelecidas, mas esse é também o trabalho dos próprios atores, pois isso produz traços empíricos e pode, portanto, ser totalmente documentado. Quando deixamos os atores arrumarem, por assim dizer, sua própria bagunça, pode-se restaurar uma ordem que é totalmente distinta das próprias tentativas dos investigadores de limitar de antemão as controvérsias.

Infelizmente, se é difícil desdobrar as cinco fontes de incerteza, vai ser ainda mais difícil seguir os meios pelos quais elas são estabilizadas. Nesta nova investigação, darei a impressão de ser ainda mais tolo em relação à “sociologia tradicional”. Direi que o que tornou o social irrastrável foi a própria existência da sociedade ou, mais geralmente, de um reino social. Desta vez o problema não provém da ambiguidade da palavra *social*, mas de uma confusão, alimentada desde os começos da história da sociologia, entre unir o corpo político e unir o coletivo. Embora ambas as operações tenham muita coisa em comum, deve-se mantê-las separadas para que tenham algum sucesso.

Falando de maneira geral, a sociedade, essa invenção do século 19, é uma figura estranha e transitória que confunde o Leviatã do século 18 e o coletivo do século 21.²⁰¹ Pedindo à sociedade que cumpra as duas tarefas ao mesmo tempo, ou seja, que torne o coletivo rastreável e desempenhe o

papel de um substituto da política, ela nunca foi capaz de cumprir nenhuma delas adequadamente. A suposta existência de uma sociedade impediu a emergência de um coletivo bem unido, além de ter frustrado os esforços para definir o estranho tipo de corpo coletivo que as atividades políticas devem ter a capacidade de formar.

Embora isso só fique claro no final deste livro, a razão desse vínculo duplo pode ser formulado de maneira simples: supunha-se, por construção, que o corpo político fosse *virtual*, *total* e *estivesse sempre aí*. Não há nada de errado nisso, já que era necessário elucidar o problema impossível da *representação* política fundindo os muitos em um e fazendo o um ser obedecido pelos muitos. Somente a ação política é capaz de rastrear, por um movimento circular contínuo, sua virtual e total congregação que corre sempre o risco de desaparecer por completo.²⁰² É o que Walter Lippmann designou com o termo *fantasma*, o Público Fantasma.²⁰³ Do mito do contrato social em diante, o corpo político sempre foi, como declarou John Dewey em sua resposta a Lippmann, um *problema*, um fantasma sempre às voltas com o risco de completa dissolução. Nunca se supôs que ele se tornasse uma substância, um ser, um reino *sui generis* que teria existido abaixo, por trás e além da ação política. O que impressionou todos os leitores no esboço hobbesiano do Leviatã é a fragilidade desse “deus mortal” e a rapidez com que podia dissolver-se. Esse gigante tinha pés de barro.²⁰⁴

202 Sobre o necessário “rodeio” da enunciação política, ver Bruno Latour (2003), *What if We Were Talking Politics a Little?*

203 Walter Lippmann (1927) [1993], *The Phantom Public*. Estou seguindo aqui a obra de Noortje Marres sobre as filosofias políticas de Dewey e Lippmann. Ver Noortje Marres (2005), *No Issue, No Politics*. A fragilidade das *personae* políticas é uma das grandes lições tiradas de Ernst Kantorowicz (1997), *The King's Two Bodies*. Essa é a razão pela qual o Estado é sempre o produto de uma experimentação contínua. Ver Dominique Linhardt (2004), *La force de l'État en démocratie: La République fédérale d'Allemagne à l'épreuve de la guérilla urbaine 1967-1982*.

204 Embora a considere negativamente em vez de positivamente, Bourdieu resume à perfeição essa fragilidade quando define a representação política: “Assim a delega-

201 Sobre a invenção da noção de sociedade, ver Bruno Karsenti (2003), *Autorité, pouvoir et société: La science sociale selon Bonald*, e Michel Foucault (2003), *Societies Must Be Defended: Lectures at the College de France, 1975-1976*.

Mas quando deslocamos o modo de existência do público para o de uma sociedade, a fim de poupar-nos a imensa, contraditória e árdua tarefa de compô-la através de meios políticos, sua *fragilidade problemática* desaparece.²⁰⁵ Supõe-se que o corpo político convertido numa sociedade permanece sob sua própria força, *mesmo na ausência* de uma atividade política.²⁰⁶ Embora continue invisível, afirma-se agora que o gigantesco corpo político tinha os pés solidamente fixados num pedestal inabalável. Todas as dificuldades de apreender o social principiam com esta façanha impossível de ficção metalúrgica: a forma móvel do Público Fantasma hoje fundido em bronze.

Enquanto o corpo político era traçado incessantemente pela política, a sociedade está aí, quer gostemos, quer não. E, em vez de verem isso como uma contradição ou uma impossibilidade técnica, os cientistas sociais considerarão essa presença fantasmagórica como a melhor prova de sua misteriosa existência. Só agora o Fantasma se tornou um espírito malféfico, o Leviatã transformado em beemonte. Mas não é necessário muito esforço para ver que uma entidade virtual e sempre presente é exatamente o oposto do que se requer para manter o coletivo unido: se ele já está aí, os meios práticos para *compô-lo* já não são rastreáveis; se ele é total, os meios práticos para *totalizá-lo* já não são visíveis; se é virtual, os meios práticos para *compreendê-lo, visualizá-lo e coletá-lo* se perderam de vista. Enquanto detectarmos por trás do coletivo a sombra da sociedade, e por trás da so-

ção – esse ato originário de constituição nos sentidos filosófico e político da palavra – é um ato de magia que permite ao que era meramente uma coleção de várias pessoas, uma série de indivíduos justapostos, existir na forma de uma pessoa fictícia, uma *corporatio*, um corpo, um corpo místico encarnado num corpo social, que transcende os corpos biológicos que o compõem (“*corpus corporatum in corpore corporato*”). Pierre Bourdieu (1991, p. 208), *Delegation and Political Fetishism*.

205 Cabe lembrar que optei por seguir a ideia decisiva de Bauman sobre a invenção da sociologia como um substituto para a política. Ver Bauman, *Intimations of Postmodernity*.

206 Ver John Dewey (1927 1954), *The Public and Its Problems*, e sua crítica do hegelianismo em política.

cidade a sombra do Leviatã, nenhuma ciência do social poderá avançar.²⁰⁷ Para dizê-lo mais diretamente: *ou existe sociedade ou existe sociologia*. Não se pode ter ambos ao mesmo tempo, como Gabriel Tarde advertia seus leitores quando viu a disciplina tomar essa direção errada.

Naturalmente, todos os teóricos sociais sabem muito bem disso, e é por isso que cada um deles, à sua própria maneira, envidou esforços para extirpar de suas investigações quaisquer sombras de uma sociedade.²⁰⁸ Todos declararam que a sociedade é uma realidade virtual, uma *cosa mentale*, uma hipóstase, uma ficção. Mas, ao mantê-la onde ela está, ainda que só para criticá-la, eles nunca conseguiram fazer mais do que esculpir um pequeno nicho para si mesmos dentro do corpo virtual, total, que afirmavam não ter existência real. Assim, por uma estranha mudança do destino, a sociedade tornou-se ao mesmo tempo aquilo que *sempre foi criticado* como ficção e aquilo que, não obstante, estava *sempre aí*, como o horizonte intransitável de todas as discussões em torno do mundo social.²⁰⁹ Seja qual for a solução, ela permaneceu encalhada como uma baleia, sim, como um leviatã, encalhada numa praia onde cientistas sociais liliputianos tentavam escavar para ela uma moradia adequada.²¹⁰

207 “O ideal democrático nunca definiu a função do público. Tratou o público como um executivo vago e imaturo de todas as coisas. A confusão está profundamente assentada numa noção mística de sociedade”. Em Lippmann, *The Phantom Public*, p. 137.

208 Para uma investigação recente sobre o estado da arte, ver Nicholas Gane (2004), *The Future of Social Theory*.

209 Graças ao ilusório poder da dialética, às vezes essa mesma natureza contraditória é tomada como a própria definição circular da sociedade. Isso fica claro em Castoriadis, *The Imaginary Institution of Society*, mas também na noção de autotranscendência desenvolvida em Jean-Pierre Dupuy (1992), *Introduction aux sciences sociales. Logique des phénomènes collectifs*, e no argumento de Luhmann referente à noção de *autopoiesis* de Humberto R. Maturana e Francisco J. Varela (1980), *Autopoiesis and Cognition: The Realization of the Living*. Embora possam ter estado traçando círculos, o corpo político, a sociedade e os organismos não transportam as mesmas entidades e não são transportados pelos mesmos veículos.

210 Mais adiante elucidarei a noção de “panorama” para as razões pelas quais esse modo de resumir o social tem, não obstante, tamanho poder sobre a imaginação. Ver p. 183.

Que a sociedade esteja no caminho da sociologia e da política não é tão surpreendente para aqueles, entre nós, nos estudos de ciência, que viram mais cedo como a natureza também permaneceu no caminho. Os dois monstros nasceram na mesma estação e pela mesma razão: a natureza reúne os não humanos separados dos humanos; a sociedade separa os humanos dos não humanos. Como mostrei minuciosamente em outro lugar, ambas são monstruosidades geradas para abafar a própria possibilidade de uma composição justa do coletivo.²¹¹ Mas, se é relativamente fácil mostrar a composição política da natureza, tão óbvia é a diferença entre questões de interesse e questões de fato, a sociedade, por alguma estranha perversidade, permanece mais obstinada, mais óbvia, mais dada como ponto pacífico. O abismo entre o social como associação e o social como substância afigura-se mais difícil de reconhecer. Tanto que mesmo os meus próprios esforços para reduzir o poder da natureza foram envidados como um reforço do da sociedade! Esta última parece ser capaz de reinar ali onde a primeira se viu forçada a desistir de parte de sua soberania. Daí o afortunado sucesso da noção de “construção social” que investiguei anteriormente. E, todavia, não há como escapar. Após a natureza, é a sociedade que tem de ir. Caso contrário, nunca seremos capazes de coletar o coletivo.

Como avançar e tornar o social plenamente rastreável mais uma vez? Seguindo a mesma estratégia apresentada na Parte I. Devemos dobrar o âmbito total de controvérsia, em vez de tentar decidir por nós mesmos qual é o melhor ponto de partida para segui-la. Também aqui devemos ser mais abstratos e mais relativistas do que a princípio se previu. Desta vez tomarei como nosso ponto de partida a própria dificuldade que os cientistas sociais parecem ter tido para localizar em suas investigações o lugar certo. Ao optar por esse caminho indireto, vamos descobrir que os dois coletores por eles escolhidos simplesmente não estão ali porque um

211 Embora eu não trate a questão da natureza tão cabalmente aqui, é importante lembrar que meu argumento não terá sentido se o equilíbrio entre natureza e sociedade não for mantido firmemente no seu lugar.

problema específico – como resolver as relações políticas dos Muitos e do Um – foi confundido com outro: como compor o coletivo. Esta descoberta nos permitirá escapar de uma vez por todas à grande sombra que ainda é lançada pelo rápido desaparecimento da sociedade e, espera-se, tornar o fluido social finalmente rastreável.

COMO MANTER O SOCIAL PLANO

Os usuários da ciência social parecem considerar que é fácil reunir, invocar, mobilizar e explicar o social. Os praticantes da ciência social sabem quão penoso, dispendioso, árduo e enigmático é isso. O social “fácil” é aquele já empacotado, enquanto o social “difícil” é o novo social que ainda está por aparecer ao alinhavar elementos que não pertencem ao repertório usual. Dependendo de qual rastreador decidimos seguir, iniciaremos tipos de viagens muito diferentes. Os sociólogos do social traçaram, com *sua* definição de social, um vasto domínio que não guarda relação alguma com os mapas que vão ser necessários para a *nossa* definição do social. Não estou dizendo que os mapas existentes são incompletos, mas sim que designam territórios com formas tão diferentes que sequer se sobrepõem! A tarefa que temos diante de nós já não consiste em ir a diferentes lugares do mesmo país – locais menos apinhados, caminhos menos trilhados –, mas sim em gerar uma paisagem inteiramente diferente para podermos viajar através dela. É escusado dizer que isso não vai acelerar a nossa viagem: ela era “lentociologia” na Parte I, e continuará sendo “lentociologia”.

Como o que hoje se acha em jogo é a própria topografia do social, não há como decidir o modo de traçar nossos itinerários sem compreender o princípio de projeção usado pelos sociólogos do social para os seus. Só vendo como eles foram desencaminhados é que entenderemos por que traçaram aqueles mapas implausíveis. Quando fazemos essa pergunta, compreendemos quão árdus foi o trabalho deles. Foram forçados a migrar constantemente entre dois tipos de lugares – a interação local e o contexto

global –, cada qual tão incômodo que tiveram de fugir deles o mais rápido possível. Adão e Eva foram expulsos apenas de um paraíso, mas os sociólogos do social, menos felizes que seus ancestrais, foram obrigados e deixar dois lugares de repouso sucessivamente, cada qual situado no oposto polar do outro, oscilando entre um e outro. É preciso entender a dinâmica dessa jornada infernal para não ter a mesma sorte deles.

Todo cientista social sabe muito bem que as interações locais não são um bom lugar para descansar. Quando, por uma razão ou outra, você vai para o palco, não tarda a perceber que a maioria dos ingredientes que compõem a cena não foi levada para lá por você, e que muitos deles foram improvisados no local pelos demais participantes. Um bebê que aprende a falar encontra a sua língua já pronta, no uso competente que sua mãe faz dela. Um queixoso intimado a comparecer perante o juiz encontra o edifício da lei firmemente instalado e o edifício Old Bailey tão antigo quanto Londres. Um operário que trabalha o dia inteiro num dos andares de uma fábrica que explora os empregados não tarda a descobrir que seu destino foi determinado por agentes invisíveis que estão escondidos atrás das paredes do escritório, na outra extremidade do estabelecimento. Uma pedestre com luxação no tornozelo aprende no consultório médico sobre seu esqueleto e sua fisiologia, coisas que pré-datam o momento de seu acidente. Um “informante” local, estimulado pelas perguntas de um etnógrafo visitante, compreende que a maior parte dos seus hábitos de pensamento provém de lugares e agências sobre os quais não tem nenhum controle. E assim por diante. Interações não são como um piquenique onde todo o alimento é reunido no local pelos participantes, mas sim uma recepção dada por alguns patrocinadores desconhecidos que prepararam tudo nos mínimos detalhes – até o lugar para sentar-se já foi pré-inscrito por um encarregado atento.

Assim, é perfeitamente lícito dizer que qualquer interação parece superabundar em elementos que já se encontram na situação, elementos vindos de outro *tempo*, de outro *lugar* e gerados por outra *mediação*. Essa poderosa intuição é tão velha quanto as ciências sociais. Como afirmei anteriormente, a ação é sempre deslocada, articulada, delegada, traduzi-

da. Assim, se um observador é fiel à direção sugerida por essa superabundância, ele será *afastado* de qualquer interação para *outros lugares, outros tempos e outras agências* que parecem tê-la moldado. É como se um vento forte impedisse alguém de permanecer no local e soprasse para longe os espectadores; como se uma forte corrente estivesse sempre nos forçando a abandonar a cena local.

O problema é saber para onde ir a partir dali. É nesse ponto que a confusão entre corpo político e sociedade está ameaçando desviar-nos do melhor caminho. Embora exista efetivamente, em cada interação, uma linha pontilhada que leva a alguma entidade virtual, total e sempre preexistente, essa é exatamente a trilha que não deve ser seguida, ao menos por enquanto; virtual e escura ela é, e permanecerá virtual e escura. Ali onde a ação política tem de avançar, os sociólogos devem temer pisar. Sim, as interações são levadas a existir por outros atores, mas, não, os locais não formam um contexto em torno deles.

Como já testemunhamos em muitas ocasiões, existe quase sempre uma lacuna entre as intuições corretas das ciências sociais e a solução ímpar que elas propiciam. Tal é, uma vez mais, o caso: eles tenderam a confundir a projeção do Público Fantasma com a preeminência da sociedade. É verdade que ambos têm apenas uma existência virtual, mas da mesma forma. A primeira é um apelo constante para resumir o feito impossível da política, enquanto a segunda nada mais é que um modo de dissimular a tarefa de composição, agindo como se ela já estivesse concluída: a sociedade está ali, acima da nossa cabeça. Portanto, quando começam a desviar o olhar dos locais porque obviamente a chave das interações não deve ser encontrada ali – o que é indubitável –, os pesquisadores acreditam ter de voltar sua atenção para a “estrutura” na qual as interações estariam alojadas – e aqui as coisas saem erradas. Começando com o impulso certo – fuja das interações locais! –, eles acabam, para usarmos o famoso título de Samuel Butler – em Erehwon.

Essa direção esteve tão solidamente entrincheirada durante cento e cinquenta anos de ciência social que hoje ela aparece como uma mi-

gração em massa ao longo de grandes rodovias construídas com grandes despesas e guiadas por enormes e brilhantes letreiros onde se lê: “Próxima Parada: Contexto, 15 km”. Tão automático se tornou o costume de chegar àqueles lugares, quando se está insatisfeito com as interações locais, que é muito difícil reconhecer que aquelas rodovias não levam a lugar nenhum. Após um trajeto breve e silencioso, elas desaparecem subitamente no ar. Em Contexto não há lugar para estacionar. Do ato de fala do bebê é realmente possível passar à “estrutura” da linguagem? A partir da causa do queixoso há algum caminho para se ir a um “sistema” de lei? A partir do pavimento da fábrica exploradora há algum canal que leva a um “modo de produção capitalista” ou a um “império”? A partir do tornozelo luxado da paciente há um caminho que leva à “natureza” do corpo? A partir da agenda do etnógrafo é provável que se chegue à “cultura” daquele povo específico? Quando essas questões são levantadas, a resposta é um desconcertante “não, sim, talvez”.

Em verdade, a estrutura da linguagem não é falada por ninguém em particular, mas é a partir dela que se geram todos os atos de fala, embora os modos pelos quais a *parole* encontra a *langue* tenham permanecido totalmente misteriosos desde o tempo de Saussure.²¹² O sistema de direito não reside em nenhum lugar particular, mas é invocado de maneira não menos misteriosa em cada caso específico, conquanto se reconheça que ele deve ser feito de alguma totalidade *ad hoc* para cada caso.²¹³ O capitalismo é decerto o modo de produção dominante, mas ninguém imagina que exista algum *homunculus* diretor-executivo no comando, apesar de muitos eventos darem a impressão de que eles obedecem a uma estratégia impla-

212 Para um dos numerosos exemplos de pragmática corroendo os elementos estruturais da linguagem, ver Alessandro Duranti e Charles Goodwin (1992), *Rethinking Context: Language as an Interactive Phenomenon*.

213 Ver Niklas Luhman (1985), *A Sociological Theory of Law*.

cavel.²¹⁴ O conhecimento do corpo permite diagnosticar moléstias específicas, embora seja igualmente claro que só a partir do caso à mão é que a maior parte da informação se torna relevante.²¹⁵ Uma cultura é ao mesmo tempo aquilo que faz as pessoas atuarem, uma abstração completa criada pelo olhar do etnógrafo e o que é gerado no local pela constante inventividade das interações dos membros.²¹⁶ Embora pareçam ser aquilo que qualquer busca é obrigada a alcançar para compreender as interações locais, os aspectos estruturais parecem oferecer lugares de repouso tão confortáveis quanto uma hera envenenada.

Assim, a incômoda resposta que se obtém em relação aos famosos “contextos” é que existe alguma coisa que possibilita a interação, ao trazer para a cena a maioria dos seus ingredientes necessários, mas que essa “alguma coisa” ao mesmo tempo está *presente por trás* e é *demasiado abstrata* para fazer o que quer que seja. A estrutura é muito poderosa, e no entanto demasiado fraca e remota para ter qualquer eficácia. O que se diz ser a verdadeira fonte de todo “real” e “concreto” que ocorre nas interações não parece oferecer nenhuma morada por muito tempo. É por isso que, como se tivessem alcançado o limite extremo de uma tira de borracha esticada, os cientistas sociais são puxados de repente na direção oposta, passando dos “aspectos estruturais profundos” para as interações mais “reais” e mais “concretas”. Um segundo vento, uma segunda corrente não menos violenta que a primeira, está hoje forçando qualquer visitante a *sair* do contexto e voltar aos práticos locais. A história recente das ciências sociais não foi,

214 Ver Philip Mirowski (2001), *Machine Dreams. Economics Becomes a Cyborg Science*, e Michel Callon (1998a), *An Essay on Framing and Overflowing: Economic Externalities Revisited by Sociology*.

215 Ver Stefan Hirschauer (1991), *The Manufacture of Bodies in Surgery*, e Mol, *The Body Multiple*.

216 Para a produção dinâmica de cultura, ver Marshall Sahlins (2000), *Culture in Practice*, e Marilyn Strathern (1999), *Property, Substance and Effect: Anthropological Essays in Persons and Things*.

em grande parte, uma penosa oscilação entre dois polos opostos, um mais estrutural e outro mais pragmático?²¹⁷

Infelizmente, tentar ater-se à cena local no fim da viagem de regresso não é uma solução, pois as forças que repeliram os pesquisadores ainda estão ali: continua sendo óbvio que o que é “real” e “concreto” não reside tampouco nessas interações. Dividido entre duas direções opostas, o pesquisador se vê numa situação impossível. Quando se atém às interações, é convidado a sair e a “pôr as coisas em seu contexto mais amplo”. Mas quando chega enfim a esse contexto estruturador, ele é solicitado a trocar o nível abstrato por locais da “vida real”, do “tamanho humano”, do “vivido”. Mas, se “estrutura” é uma abstração, interação o é igualmente! Se uma é mais real e concreta, também o é a outra – o *outro* polo, sempre o outro polo. Isso basta para desorientar qualquer pesquisador. Platão dizia que se deve ascender das sombras embaraçosas e materiais às ideias reais e imateriais. Mas e se, com razões igualmente boas, um anti-Platão nos estivesse levando na direção oposta para descer das ideias abstratas ao mundo local real e material? Ficariamos divididos por esse cabo de guerra, alterando-nos abruptamente entre uma estrutura na qual as interações têm de situar-se – na sociedade – e um violento movimento para acabar com “estruturas abrangentes” que retornam ao cenário local e individual onde as coisas “realmente acontecem” e são “realmente vividas”. Os meneios de uma criança são divertidos, mas só por pouco tempo e não, certamente, quando executados com tanto ímpeto que seu estômago começa a enjoar.

Essa alternância abrupta foi denominada dilema do ator/sistema ou debate micro/macro. A questão é decidir se o ator está “num” sistema ou se o sistema é composto “de” atores interagentes. Se ao menos o meneio vertiginoso cessasse brandamente... Em geral a estratégia consiste em reconhecer polidamente o problema, em declarar que se trata de uma questão artificial e em seguida prosseguir, dividindo em partes um lugar acon-

217 O paradigma dessa alternância é provavelmente Parsons gerando Garfinkel. Para cada estruturalista nascerá um interacionista.

chegante no que se supõe ser um debate acadêmico mediante o expediente de imaginar um compromisso razoável entre as duas posições.²¹⁸ Mas, se descobirmos um feliz meio termo entre as duas posições inexistentes, que é que nos assegura que essa terceira posição não tem sequer o direito de reivindicar existência? Devemos tentar estabelecer um compromisso entre atores e sistema ou devemos ir a outro lugar qualquer.

Diante disso, o “ator-rede” deve ser um bom candidato para um compromisso: a solução preformatada consistiria em considerar *ao mesmo tempo* o ator e a rede na qual ele está incrustado – o que explicaria o hífen. Essa solução morna se acrescentaria às muitas outras que se propuseram com o fim de reconciliar as duas necessidades óbvias das ciências sociais: as interações são inundadas por estruturas que lhes dão forma; as próprias estruturas permanecem demasiado abstratas porque não foram convocadas, mobilizadas, realizadas ou encarnadas em algum tipo de interação local e vivida. A tentação é tanto maior quanto a dialética, como as sereias de Ulisses, poderia oferecer generosamente a sua profusão de laços para atar e desatar esses compromissos: dir-se-á que os atores são retidos pelo contexto ao mesmo tempo em que o retêm, enquanto o contexto será ao mesmo tempo aquilo que faz os atores comportarem-se e aquilo que está sendo feito pela resposta do ator. Com gestos circulares das duas mãos girando cada vez mais rápido em direções opostas, é possível dar uma aparência de razão branda a uma conexão entre dois locais, cuja existência continua sendo um problema como antes. Os pensadores dialéticos têm a habilidade de enterrar artefatos ainda mais fundo, ao afirmar que as contradições foram “superadas” – tal é a palavra mágica que eles usam no lugar de “dissimular” e “fazer desaparecer”. E, uma vez mais, não é difícil ver por que eles continuam sendo tão convincentes, apesar de suas mãos ligarem

218 Para algumas das numerosas tentativas inteligentes, ver Bourdieu, *Outline*; Anthony Giddens (1984), *The Constitution of Society*; e Erhard Friedberg (1993), *Le Pouvoir e la règle: Dynamiques de l'action organisée*.

lugares inexistentes. É verdade que o Público Fantasma só pode ser puxado mediante um movimento de laçada que se assemelha a um círculo dialético.²¹⁹ Mas esse “laço” usado para puxar a conexão paradoxal de cidadãos com seus representantes perde toda a sua virtude quando é considerado como a relação de um ator “dentro” de um sistema. Enquanto o corpo político é feito artificialmente e desaparece, assim que a laçada é interrompida, parece que a sociedade assomará ali, não importa o que fizermos com ela. O dilema ator/sistema é a projeção indesejável, para o plano da teoria social, das relações paradoxais que os cidadãos mantêm com o seu público.

Eis por que a solução explorada pela ANT, apesar de seu rótulo um tanto infeliz, nada tem a ver com a oferta de mais outro compromisso entre micro e macro, ator e sistema – e menos ainda com forçar o meneio a ponto de girar através de alguns círculos dialéticos. Para seguir o nosso argumento é essencial, ao contrário, não tentar mostrar-se engenhoso, estabelecendo um equilíbrio ainda mais sofisticado entre os dois clichês da ciência social. Não afirmamos que as interações não existem realmente porque elas precisam ser “inseridas” num contexto, nem que o contexto nunca existe efetivamente porque é sempre uma “instância” da prática individual. Afirmamos, isto sim, que outro movimento, inteiramente distinto do movimento geralmente seguido, se revela mais claramente através da própria dificuldade de ater-se ou a um lugar considerado como local ou a um lugar tomado como o contexto para o primeiro. Nossa solução consiste em levar a sério a *impossibilidade* de permanecer em um dos dois locais durante muito tempo. Ainda aqui, temos de comportar-nos como boas formigas e ser tão tolos, tão literatistas, tão positivistas, tão relativistas quanto possível. Se não há outro modo de permanecer em um dos dois lugares, isso significa simplesmente que tais lugares não podem ser alcançados – seja porque não existem, seja porque existem mas não podem ser alcançados com o veículo oferecido pela sociologia.

Assim como decidimos na Parte I nos alimentar de controvérsias em vez de cortar caminho através delas, poderia ser possível aproveitar essa interminável alternância entre polares opostos para aprender algo sobre a verdadeira topografia do social. A ANT é apenas aquela teoria social graças à qual o “Grande Problema” da ciência social, de um recurso que era, passou a ser um tópico para resolvê-lo. Ela pressupõe que o reflexo de evitação postulado duas vezes pelos sociólogos – do local ao global e do macro ao micro – não é a marca de alguma fraqueza infame por parte deles, mas um sinal muito importante de que esses locais são a imagem vaga de um fenômeno inteiramente distinto. Assim como um cavalo poderia perceber um penhasco antes do cavaleiro que o monta, a intuição dos sociólogos deve ser seguida, mas não a solução que eles ofereceram com sua definição equivocada do social. Uma vez mais, a ANT espera manter-se fiel à tradição enquanto extrai o veneno que tanto a debilitou.

Embora o corpo político seja uma sombra, um fantasma, uma ficção produzida pelo movimento de laçar a ação política, isso não significa que o mundo social tenha o mesmo aspecto etéreo. A política, como veremos mais adiante, é apenas um modo de compor o coletivo; ela não pode oferecer o padrão geral para uma sociologia das associações. Mas, tendo usado a sociedade para atalhar a política, os analistas nunca estão numa boa posição para diferenciar as paisagens desenhadas por aqueles pesquisadores. Obsedados pela meta de alcançar o todo, eles tornaram muito mais difícil a tarefa de coletá-lo. Como a natureza, a sociedade é uma reunião prematura: ela deveria ser posta à nossa frente, e não atrás de nós.

Contrariamente ao que Platão afirma na *República*, não existe apenas um, mas ao menos três “Grandes Animais”: o Corpo Político, a Sociedade e o Coletivo. Mas para ser capaz de tornar esses diferentes animais visíveis, distinguir-lhes os movimentos, rastrear-lhes as diversas etologias, detectar-lhes a ecologia, é preciso, uma vez mais, recusar-se a ser inteligente. É necessário permanecer tão míope quanto uma formiga para desconstruir cuidadosamente o que “social” usualmente significa. É necessário viajar a pé e ater-se à decisão de não aceitar carona de nenhum veículo

219 Ver Barbara Cassin (1995), *L'Effet sophistique*. Sobre a noção-chave de “autophuos”, ver capítulos 7 e 8 de Latour, *Pandora's Hope*.

mais rápido. Sim, devemos seguir a sugestão de que as interações são inundadas por muitos ingredientes que já se encontram no seu lugar e vêm de outros tempos, de outros espaços e de outros agentes; sim, devemos aceitar a ideia de passar a outros locais, a fim de encontrar as fontes daqueles diversos ingredientes. Mas, assim que trazemos para fora alguma interação, devemos ignorar as placas gigantes “rumo a Contexto” ou “rumo a Estrutura”; ou então devemos virar-nos num ângulo reto, deixar as rodovia e optar por caminhar através de uma minúscula vereda não muito mais larga que uma trilha de burros.

Embora se orgulhem de ter aumentado o volume das interações planas, os cientistas sociais foram depressa demais. Dando como pacífica essa terceira dimensão – ainda que se deva criticar sua existência –, eles retiraram da investigação o principal fenômeno da ciência social: a própria produção de lugar, tamanho e escala. Contra essa forma tridimensional, temos de tentar manter o domínio social completamente *plano*. É realmente uma questão de cartografia. Ante a necessidade do corpo político, os cientistas sociais acharam que a sociedade propiciava uma terceira dimensão, *na qual* todas as interações deviam encontrar um lugar. Isso explica por que eles fazem um consumo tão exagerado de imagens tridimensionais: esferas, pirâmides, monumentos, sistemas, organismos, organizações. Para resistir a essa tentação, vou oferecer uma projeção bidimensional. Continuando com a metáfora topográfica, é como se tivéssemos de competir em teoria social com o maravilhoso livro *Flatland*, que tenta nos tornar animais tridimensionais vivos dentro de um mundo bidimensional composto apenas de linhas. Isso pode parecer estranho a princípio, mas temos de nos tornar os “terraplenadores” da teoria social.²²⁰ Esta é a única maneira de ver como as dimensões são geradas e mantidas. É como se os mapas legados a nós pela tradição tivessem sido dobrados num feixe inútil e tivés-

220 “Terraplenadores” são um subconjunto de ciência marginal, mas aqui estou tomando a expressão como uma alusão a Edwin Abbott (1992), *Flatland: a Romance of Many Dimensions*.

semos de retirá-los da cesta de papéis. Mediante uma série de cuidadosas restaurações, temos de alisá-los na mão, até eles se tornarem novamente legíveis e utilizáveis. Embora esse alisamento possa parecer contraintuitivo, é o único modo de medir a distância real que qualquer conexão social tem de superar para gerar algum tipo de rastreamento. O que está totalmente amassado deve agora ser plenamente alisado.

O objetivo desta segunda parte é praticar uma espécie de ginástica corretiva. Procederei em três passos: primeiro *ressituaremos* o global, a fim de romper o automatismo que leva de “Interação” a “Contexto”; *redistribuiremos* então o local para compreender por que a interação é essa abstração; e, finalmente, *ligaremos* os locais revelados pelos dois movimentos anteriores, sublinhando os vários *veículos* que compõem a definição do social entendido como associação.²²¹ Uma vez esboçada essa topografia alternativa, será possível, enfim, discutir a relevância política da sociologia sem confundir a sociedade já feita com o delicado e arriscado laço do público. Então, e só então, o coletivo terá espaço suficiente para se recompor.

221 Para seguir a Parte II, talvez seja útil consultar *online* Latour e Herman, *Paris the Invisible City*, em razão de suas numerosas e diferentes ilustrações.

PRIMEIRO MOVIMENTO: LOCALIZANDO O GLOBAL

O primeiro movimento corretivo parece muito simples: temos apenas de estabelecer conexões contínuas entre uma interação local e outros lugares, tempos ou agências por meio dos quais um local é *levado* a fazer coisas. Isso significa que temos de seguir o caminho indicado pelo processo de delegação ou transferência explicado na Parte I. Como também vimos nas páginas precedentes, o desdobramento deve tomar a forma de rede sob a condição de que todo transporte seja pago com transformações, isto é, desde que pavimentemos o caminho de um local a outro, não com intermediários, mas com mediadores completos. Se fizermos isso, tornaremos visíveis as longas cadeias de atores que ligam os lugares entre si sem perder um único passo. Talvez isso seja empiricamente difícil, mas pelo menos não se deve esperar grandes obstáculos teóricos.

Infelizmente, isso implica o risco de confundir uma trilha com outra que tenha o mesmo ponto de partida – afastemo-nos das interações locais –, mas não o mesmo ponto de chegada, pois conduz ao Contexto, à Estrutura, ao quadro de referência. Dependendo do caminho escolhido, a história acaba de maneira muito diferente. Ou Chapeuzinho Vermelho consegue chegar à casa da vovó ou é raptada na floresta. Como avançar em segurança de um mediador a outro, sem ser engolido pelo Lobo do Contexto? Temos de ensaiar alguma manobra para fazer com que as duas teorias sociais divirjam,

permitindo à sociologia do social seguir seu destino enquanto a sociologia de associações desenha mapas rodoviários mais exatos.

Não é preciso saber muito de topologia para constatar que ambas não diferem apenas no ponto de chegada, mas também no tipo de deformação que permitem: quando inserimos um local “dentro” de um quadro de referência mais amplo, somos forçados a *pular*. Abre-se então um vasto abismo entre o que envolve e o que é envolvido, entre o mais local e o mais global. Que sucederia se não permitíssemos nenhuma ruptura, nenhum alargamento, mas apenas curvatura, estiramento e compressão? Poderíamos, nesse caso, avançar *continuamente* da interação local para os muitos atores delegados? O ponto de partida e todos os pontos reconhecidos como sua origem permaneceriam então *lado a lado*, deixando mais visíveis a conexão e o envoltório.

Importante em nosso projeto é que, nessa topografia plana, se uma ação tiver de ser transportada de um local a outro, precisaremos sem dúvida de um conduto ou um veículo. Na outra paisagem, o contexto e o ator inseridos eram tão incomensuráveis, separados por um abismo tão vasto, que nunca houve maneira de detectar por qual veículo misterioso a ação se realizava. Isto não ocorre, porém, quando a paisagem é mantida obsessivamente plana. O custo total de cada conexão pode agora ser pago até o último centavo. Se um local pretender influenciar outro, precisará encontrar meios para isso. A tirania da distância foi novamente enfatizada. Os atores se tornaram *justificáveis*. Mas concedendo-se que alguma coisa esteja “dentro” de outra, então a terceira dimensão da sociedade é acrescentada e o castelo inteiro de Merlim aflora do lago. Para interromper essa mágica, temos de garantir que nenhuma dimensão extra seja acrescentada. Para tanto, devemos inventar uma série de *grampos*, para manter a paisagem firmemente plana e forçar, por assim dizer, o candidato com papel mais “global” a sentar-se *ao lado* do “local” que alega explicar, em vez de permitir que salte por cima dele ou fique às suas costas. No que se segue, farei um breve inventário de alguns desses grampos.

Os manuais de sociologia são organizados em torno de diversos tópicos – família, instituição, Estados nacionais, mercados, saúde, desvio comportamental etc. – que representam o fruto longamente intacto das muitas decisões tomadas pelos cientistas sociais sobre quais devam ser os ingredientes certos do mundo social. Bem ao contrário, os termos idiossincráticos que ofereço designam apenas alguns truques específicos para podermos resistir à tentação de saltar para o global. Dada a natureza corretiva desse movimento de ginástica, as virtudes de tais conceitos são, já de começo, negativas. Pertencem à nossa *infralinguagem*, como os termos fracos “grupo”, “ator”, “mediação”, “transferência” e “fluido”. Como a noção de rede, não designam *o que é mapeado*, e sim *como se pode mapear* algo pertencente a esse território. Fazem parte do equipamento espalhado sobre a mesa do geógrafo para lhe permitir projetar formas numa folha de papel. Por isso os termos que vou rever nada dirão de substantivo a respeito da esfera social; apenas permitirão aos estudiosos da ANT tornar o fluido social outra vez coletável, do mesmo modo que os entomologistas aprendem a construir pequenas pontes para, sem interferir no vaivém das formigas, contá-las uma a uma.²²²

DO PANÓPTICO AO OLIGÓPTICO

Os estudiosos míopes da ANT levam grande vantagem sobre os observadores de vista aguda, que tudo abarcam. Não apenas podem fazer perguntas toscas e idiotas, como fazê-lo obstinada e coletivamente. O primeiro tipo de grampo é obtido por esta indagação ingênua: “Onde estão sendo realmente produzidos os efeitos estruturais?” Bem sei que essa pergunta

222 Ver Jacques Pasteels e Jean-Louis Deneubourg (1987), *From Individual to Collective Behavior in Social Insects* e Deborah Gordon (1999), *Ants At Work: How An Insect Society Is Organized*.

geográfica revela uma terrível falta de maneiras, mas sou um pesquisador de ciência e, assim, para cada fragmento de conhecimento científico, tenho por hábito fornecer suas indispensáveis condições de produção.²²³ Por exemplo, mesmo os linguistas precisam de um espaço, um escritório, uma instituição, um departamento, um arquivo, um lugar para ficar, uma garrafa de café, uma máquina Xerox, para reunir todos os elementos extraídos de milhares de interações locais e milhões de atos de fala, com os quais fabricar cuidadosamente uma estrutura linguística.²²⁴ O mesmo se diga dos advogados: o sistema legal é compilado com o uso de pastas, bibliotecas, reuniões etc.²²⁵ Até Karl Marx, na British Library, precisou de uma escrivaninha para arregimentar as forças temíveis do capitalismo. Tanto quanto a linguagem ou a lei, a fisiologia leva uma vida misteriosa e etérea: é sempre produzida em alguma parte, neste ou naquele laboratório do Royal College of Surgeons, num manual recém-revisto, no consultório de um médico, depois que uma reunião de consenso modificou o procedimento padrão de cuidar de tornozelos deslocados. A cultura não age sub-repticiamente pelas costas do ator. Essa produção sublime é manufaturada em instituições e locais específicos, quer sejam os escritórios labirínticos no último andar da casa de Marshal Sahlins no *campus* da Universidade de Chicago, quer a densa Area Files mantida no Museu Pitts River, em Oxford.²²⁶

Outros sociólogos podem considerar esses locais de produção meros intermediários transparentes, pois, segundo sua epistemologia, o papel deles consiste apenas em revelar as “estruturas fundamentais” das ações

223 Para uma tentativa de atualização em ciência espacializadora, ver David N. Livingstone (2003), *Putting Science in Its Place: Geographies of Scientific Knowledge*.

224 Ver Sylvain Auroux (1999), *La Raison, le langage et les normes*.

225 Ver Martha Mundy e Alain Pottage (2004), *Law, Anthropology and the Constitution of the Social: Making Persons and Things*, e Bruno Latour (2002), *La Fabrique droit – Une ethnographie du Conseil d’État*.

226 Para uma explicação materialista da feitura de antropologia, ver as obras clássicas de George W. Stocking (Org.) (1983), *Observers Observed: Essays on Ethnographic Fieldwork*; Bourdieu, *Outline*; e Goody, *The Domestication of the Savage Mind*.

humanas; os historiadores e sociólogos da ciência, porém, prestam mais atenção. Desde que decidimos acompanhar como as questões de interesse são geradas pelas várias disciplinas, temos de levar em conta as maneiras práticas pelas quais o conhecimento das ações alheias é produzido diariamente. Será isso relativismo? Espero que sim. Se nenhum sinal viaja mais rápido que a luz, nenhum conhecimento se transmite sem cientistas, laboratórios e frágeis cadeias de referência. Nosso interesse por meios tão singelos não é ditado pela suspeita quanto à verdadeira eficácia daquelas estruturas ou por alguma necessidade reflexiva. Sucede apenas que elas oferecem *sinalizadores* ideais para descobrirmos que tipo de relação existe definitivamente entre micro e macro. Se a totalidade do espaço e do tempo físicos teve de ser reformulada, graças à constatação de que dois sinais nunca são emitidos simultaneamente, quão mais o espaço e o tempo sociais não terão de sê-lo quando cada traço estrutural for reposto firmemente em suas condições locais de produção?

Sem dúvida, tão logo os locais que manufaturam as estruturas globais são enfatizados, toda a topografia do mundo social se modifica. O macro já não descreve um local *maior* ou *mais amplo* em que o micro possa ser encaixado como as bonecas Matryoshka russas, mas outro lugar igualmente local, igualmente micro, *conectado* a muitos outros por algum meio que transporta tipos de traços específicos. Nenhum lugar é maior que outro, mas alguns se beneficiam de conexões bem mais seguras com *mais* lugares. Esse movimento tem o efeito benéfico de manter a paisagem plana, pois o que antes, na sociologia pré-relativista, se situava “acima” ou “abaixo”, permanece lado a lado e inserido firmemente no mesmo plano dos outros locais que tentava superar ou incluir. O que agora se ressalta muito mais vividamente são as conexões, fios, meios de transporte e veículos que ligam lugares. Esta é sua força, mas também, como veremos, sua fraqueza.²²⁷ Se você isolar uma

227 Mesmo as narrativas mestras “vastas” podem ser produzidas nesses lugares “locais”. Ver Michael Lynch e David Bogen (1996), *The Spectacle of History: Speech, Text and Memory at the Iran Contra Hearings*.

estrutura subjacente de sua aplicação local, nada acontecerá: ela continuará ali, em seu empíreo misterioso; mas se desligar um lugar formador de estruturas de suas conexões, ele *não mais* formará estrutura alguma.

Chegado a este ponto, não tente ser esperto, não pule, não troque de veículo: se fizer isso, ignorará as ramificações e não conseguirá traçar a nova paisagem. Apenas siga as pistas com olhos míopes. Você aceitou ser formiga [*ant*], você permanecerá ANT! Se teimar na decisão de produzir uma trilha contínua em vez de descontínua, outra cadeia de montanhas começará a se erguer. É uma paisagem que atravessa, cruza e atalha os lugares antigos de “interação local” e de “contexto global”.

Não é que não haja hierarquia, altos e baixos, fendas, vales profundos, cumes. Apenas, se você quiser ir de um lugar a outro, terá de pagar o preço total da relação, conexão, deslocamento e informação. Não se permitem paradas, acelerações ou atalhos. Por exemplo, os milhões de atos de fala que compõem um dicionário, uma gramática ou uma estrutura de linguagem num departamento de linguística foram extraídos de atos de fala locais registrados, transcritos, coletados e classificados de várias maneiras com o emprego de diferentes meios.²²⁸ A circunstância de nenhuma estrutura atuar inconscientemente “sob” cada ato de fala não significa que seja feita de brisas por linguistas “locais” metidos em seus gabinetes. Significa que a estrutura escrita está *relacionada*, conectada e associada a todos os atos de fala por *modos* que a pesquisa descobrirá. Sem dúvida, o gabinete do linguista pode estar de algum modo ligado ao que se fala “lá fora”, mas como essa ligação existiria sem conexões, sem custo e sem um constante comércio pelos condutos que entram e saem do gabinete? Essas relações de mão dupla são tanto mais fortes quanto a gramática também se tornou, após anos de trabalho, um traço comum daquilo que é, para os falantes, interagir. Gramáticas escritas são hoje parte do equipamento de toda mãe ocidentalizada que repreenhe a filha

por falar de modo incorreto. Visto desta maneira, todo local de trabalho acadêmico – o tugúrio do antropólogo, o laboratório do fisiologista, a biblioteca do advogado, o gabinete do teórico social, o estúdio do arquiteto, a sala do orientador – começa a assumir, aos olhos do observador, o formato de estrela com o centro no meio de inúmeros raios com todo tipo de pequenos condutos que vão e vêm. O Lobo do Contexto pode engolir uma interação, mas não essa rede comprida, achatada e dobrada na qual ele próprio se enroscaria.

Se seguirmos essa orientação sem hesitar, uma nova relação topográfica se torna visível entre o antigo micro e o antigo macro. O macro não está “acima” nem “abaixo” das interações, mas *unido* a elas como *outra* de suas conexões, alimentando-as e sendo por elas alimentado. Não há outra maneira conhecida de *fazer coisas em escala relativa*. Para cada um dos “macrolugares”, o mesmo tipo de perguntas pode ser feito. A resposta dada pelo trabalho de campo dirigirá a atenção de novo para um local e o redescreverá como um emaranhado de conexões pelas quais veículos (transportando documentos, inscrições e materiais) viajam servindo-se de algum tipo de conduto.

O que era verdadeiro, no final da Parte I, para o relato escrito do sociólogo é verdadeiro também para todos os outros formadores de estruturas: eles lançam pequenas pontes sobre o abismo criado por diferentes quadros de referência. A natureza exata dessas entidades móveis não importa aqui: a pesquisa decidirá quais devam ser os veículos e documentos para cada caso. O que conta é a possibilidade, para o pesquisador, de registrar a forma “em rede” sempre que possível, em vez de dividir os dados em duas porções: uma local e outra global. Contar uma história de ator-rede é ser capaz de apreender essas muitas conexões, sem estragá-las desde o começo com a decisão *a priori* sobre qual é o “verdadeiro tamanho” de uma interação ou de um agregado social. Como já deve ter ficado claro, a ANT é antes de tudo um princípio de *projeção* abstrato para desenhar *qualquer* forma, não uma decisão arbitrária concreta sobre *qual* forma deva estar no mapa.

228 Ver Simon Winchester (2003), *The Meaning of Everything: The Story of the Oxford English Dictionary*.

Os *centros de cálculo*, como os denominei, oferecem essa forma em estrela de um modo intrigante.²²⁹ O capitalismo, por exemplo, talvez seja uma entidade intratável, dotada de “espírito”; no entanto, um escritório na Wall Street se conecta com o “mundo inteiro” pelo finos, mas eficientíssimos condutos de milhões de *bits* de informação por segundo, os quais, uma vez digeridos pelos comerciantes, são devolvidos ao mesmo lugar pelas telas da Reuters ou Bloomberg, que registram todas as transações e se ligam ao “resto do mundo (conectado)” para determinar a *networth* de alguém.²³⁰ Se levarmos em conta esses condutos, poderemos escolher entre duas rotas: acreditar ainda que o capitalismo age sub-repticiamente como a “infraestrutura” de todas as transações do mundo, e nesse caso temos de saltar da constatação do valor de uma empresa para seu “contexto”, trocando de veículo no caminho, mudando de marcha e voando para considerações estratosféricas, em vez de andar a pé; ou continuar caminhando e estudando lugares como as salas de Wall Street *sem* trocar de veículo, só para ver onde essa decisão nos levará. Em ambos os casos, a paisagem desenhada por meio dessas duas definições de sinalizadores será totalmente diversa.

Diga-se o mesmo do espaço reservado para a ação: o capitalismo não tem inimigos declarados, pois está “em toda parte”; mas um *escritório* na Wall Street possui inúmeros concorrentes em Xangai, Frankfurt e Londres – pane nos computadores, manobra suspeita do concorrente, um valor inesperado, uma variável negligenciada na fórmula de preços, um procedimento contábil arriscado – que poderão alterar o balanço de um lucro obscuro para um prejuízo acachapante. Sim, a Wall Street está co-

nectada com muitos lugares, e nesse sentido – só nele – ela é “maior”, mais poderosa, mais abrangente. Contudo, não é mais vasta, mais extensa, menos local, menos interativa, menos intersubjetiva do que o *shopping center* de Moulins, França, ou o barulhento e malcheiroso mercado de Bouaké, na Costa do Marfim. Não enfatize o capitalismo, mas também não a tela dos escritórios de Wall Street: siga as conexões, “siga os próprios atores”. Nenhuma objetificação fria ocorreu aí, nenhuma razão superior se manifestou. Por toda parte, cupins cegos acumulam dados. Você deve apenas farejar pelas galerias que eles abrem, não importa quão longe precise ir.

A mesma mudança de topografia ocorre sempre que você substitui uma estrutura misteriosa por locais totalmente visíveis e empiricamente rastreáveis. Uma organização não é sem dúvida “maior” do que aquilo que ela organiza. Como Bill Gates não é fisicamente maior do que seus empregados da Microsoft, a própria Microsoft, como corporação, não pode ser um vasto edifício onde residam os agentes individuais. Ao contrário, certo tipo de *movimento* se transmite por todos eles, alguns dos quais começam e terminam no *escritório* do Sr. Gates.²³¹ Por ser menos sociedade que o corpo político é que a organização se constitui unicamente de movimentos entretidos pela circulação constante de papéis, histórias, relatos, bens e paixões. O fato de um escritório ser atravessado por conexões mais longas, rápidas e intensas não significa que ele seja mais vasto.²³² Seguir trilhas contínuas não é a mesma coisa que saltar para a estrutura. Apegar-se ao visível e captável não é a mesma coisa que engolir agências invisíveis. Per-

229 Para uma definição do termo, ver Bruno Latour (1987), *Science in Action: How to Follow Scientist and Engineers through Society*.

230 Ver Karin Knorr-Cetina e Urs Bruegger (2002), *Global Microstructure: The Virtual Societies of Financial Markets*; Muniesa, *Des marchés comme algorithmes*; Donald Mackenzie (a sair), *An Engine, Not a Camera: Finance Theory and the Making of Markets*; Lépinay, *Les formules du marché*; Mirowski, *Machine Dreams*; Andrew Leyshon e Nigel Thrift (1996), *Money/Space: Geographies of Monetary Transformation*; e, embora com um século de idade, Tarde, *Psychologie économique*.

231 Estranhamente, isso vale para o próprio edifício, apesar da metáfora da estrutura, pois nenhum edifício é visível *in toto* em nenhum ponto de sua construção e uso. Ver Edward Robbins (1994), *Why Architects Draw*, e, para uma etnografia de escada, Albena Yaneva (2005), *Scaling Up and Down: Extraction Trials in Architectural Design*.

232 Um exemplo notável da fecundidade dessa abordagem é oferecido pelo projeto de aeroporto realizado por Goodwin e Suchman. Ver Françoise Brun-Cottan *et alii* (1991), *The Workplace Project: Designing for Diversity and Change*, e Goodwin e Goodwin, *Formulating Planes*.

manecer com um tipo de veículo o tempo todo não é a mesma coisa que aceitar uma carona de meios de transporte mais rápidos e extravagantes. Não existe lugar que se possa considerar “não local”. Quando algo é “deslocalizado”, isso significa que passa de um lugar a *outro*, não a lugar *nenhum*. “Mas isso não é puro senso comum?”, resmunga a ANT obsessivamente cega, seguidora de trilhas.

Um ator-rede é rastreado sempre que, no curso de um estudo, se toma a decisão de substituir atores de qualquer tamanho por sítios e locais e conectados, em vez de inseri-los no micro e no macro. As duas partes são essenciais, daí o hífen. A primeira parte (o ator) revela o minguado espaço em que todos os grandiosos ingredientes do mundo começam a ser incubados; a segunda (a rede) explica por quais veículos, traços, trilhas e tipos de informação o mundo é colocado *dentro* desses lugares e depois, uma vez transformado ali, expelido de dentro de suas estreitas paredes. Eis por que a “rede” com hífen não está aí como presença sub-reptícia do Contexto, e sim como aquilo que conecta os atores. Longe de ser, como o Contexto, outra dimensão que dê volume a uma descrição excessivamente estreita e plana, ela permite às relações continuarem planas e pagarem toda a conta dos “custos de transação”. Não há uma macrosociologia e uma microsociologia, mas sim duas maneiras diferentes de visualizar a relação macro-micro: a primeira elabora uma série de bonecas Matryoshka russas – a pequena é desconecta, a grande encaixa; a segunda desdobra conexões – a pequena se desconecta, a grande conecta.

Não é por acaso que a ANT começou pelo estudo da ciência. Sempre que se quer um bom exemplo do que possa significar, para uma teoria social, abolir a distinção macro/micro, o panorama científico oferece um excelente modelo. Ele não apenas é muito mais fácil de estudar, como fornece os exemplos mais extremos de como pequenas inovações costumam tornar-se, no fim, um aspecto “macro” do “mundo inteiro”.²³³ As ciências

não têm tamanho, ou melhor, se há uma coisa que não explica seu poder é seu porte diminuto. Não por acaso, sempre que Gabriel Tarde buscava um exemplo perfeito de sua teoria dos “raios imitativos”, voltava-se para a (então não existente) sociologia da ciência. Ele insistia que existe uma conexão *indireta, mas plenamente rastreável*, entre o gabinete de Galileu, na Florença do século XVI, e aquilo que todo menino de escola aprende quando lhe ensinam a não acreditar nos próprios olhos ao ver o sol se pondo.²³⁴ Toda escala de laboratório é, *em potência*, imensamente pequena ou grande. Seria pueril, da parte do observador, decidir de antemão e definitivamente qual é o seu tamanho real. As disciplinas científicas, incluindo as “cienciazinhas de gabinete” como a contabilidade, a administração e a organização empresarial, nos dão exemplos maravilhosos porque, como as moscas da fruta dos geneticistas, fornecem uma versão exagerada do que ocorre em toda parte de uma maneira menos clara e rastreável. Como vimos na Parte I, quanto mais a ciência e a tecnologia evoluem, mais fácil se torna traçar fisicamente conexões sociais. Satélites, redes de fibra ótica, calculadoras, fluxos de dados e laboratórios constituem o novo equipamento material que sublinha os vínculos, como se um grande lápis vermelho ligasse os pontos para tornar visíveis linhas que antes mal se percebiam.²³⁵ Mas o que é verdadeiro para laboratórios e gabinetes é verdadeiro também para todos os outros locais conectores e estruturadores.

berger, 1920-1940. Sobre o poder de expansão das redes, a história clássica continua sendo Hughes, Networks of Power. Ver também um excelente exemplo de colonialismo indiano em Daniel R. Headrick (1988), The Tentacles of Progress: Technology Transfer in the Age of Imperialism, 1850-1940.

234 “Quando um jovem camponês, observando o pôr do sol, não sabe se acredita em seu professor, que lhe assegura que o anoitecer se deve ao movimento da Terra e não ao movimento do Sol, ou no testemunho de seus sentidos, que lhe diz o contrário, nesse caso há apenas uma iniciativa possível, que, passando por seu professor, o une a Galileu; no entanto, isso basta para tornar sua hesitação, sua própria oposição interna, social na origem.” Em Tarde, *Social Laws*, p. 51.

235 Isso é ainda mais válido, hoje, para os instrumentos quantitativos. Ver Peter Keating e Alberto Cambrosio (2003), *Biomedical Platforms: Realigning the Normal and the Pathological in Late-Twentieth-Century Medicine*.

233 O escritório na School of Mines é o berço das primeiras tentativas de detecção de petróleo de Schlumberger. Sobre essa história notável, ver Geoffrey Bowker (1994), *Science on the Run: Information Management and Industrial Geographics at Schlum-*

Para designar essa primeira categoria de marcos, proponho a palavra *oligóptico* como termo genérico, reservando a expressão “centros de cálculo” para os locais onde *cálculos* literais, e não simplesmente metafóricos, são exequíveis graças ao formato matemático ou pelo menos aritmético dos documentos em trânsito.²³⁶ Como bem sabe todo leitor de Michel Foucault, o “panóptico”, uma prisão ideal que ensejava total vigilância dos internos, imaginada no início do século XIX por Jeremy Bentham, permaneceu como utopia, ou seja, um mundo de lugar nenhum para nutrir a dupla enfermidade da paranoia total e da total megalomania.²³⁷ Nós, porém, não estamos atrás de utopias, e sim de lugares reais. Os oligópticos são lugares assim porque fazem exatamente o oposto dos panópticos: veem *muito pouco* para alimentar a megalomania do inspetor ou a paranoia do inspecionado, mas o que veem, *veem bem* – daí o uso dessa palavra grega para designar um ingrediente ao mesmo tempo indispensável e fornecido em pequenas quantidades (como os “oligoelementos” de sua farmácia doméstica). Graças aos oligópticos, vistas pujantes, mas muito estreitas do todo (conectado) se tornam possíveis – enquanto as conexões subsistem. Nada, ao que parece, consegue ameaçar o olhar absolutista dos panópticos, e por isso eles são tão amados pelos sociólogos que desejam ocupar o centro da prisão de Bentham; o menor inseto pode cegar os oligópticos.

236 O estudo atento do formalismo permite distinguir entre as duas situações. Ver Claude Rosental (2003), *La Trame de l'évidence*; David Kaiser (2005), *Drawing Theories Apart: The Dispersion of Feynman Diagrams in Postwar*; e, por outro lado, o estudo de arquivos burocratas em Christian Jacot (1992), *L'Empire des cartes. Approche théorique de la cartographie à travers l'histoire*. Suchman usa a expressão “centros de ordenação” para insistir nas praticabilidades do local de trabalho, que ela considera um espaço híbrido de formas, cálculos, técnicas de organizações e interações. Ver Brun-Cottan, *The Workplace Project*.

237 É evidente que o próprio Bentham estava mais do que infectado por ambas as doenças. Ver Jérémy Bentham e Michel Foucault (1977), *Le Panopticon précédé de l'œil du pouvoir: entretien avec Michel Foucault*. É menos evidente no caso do uso irônico que Foucault faz da utopia do panopticon em Michel Foucault (1975), *Discipline and Punish: The Birth of Prison*.

Às vezes esses locais são fáceis de localizar porque as conexões físicas fazem o traçado para nós da mesma maneira como os laboratórios: é óbvio, por exemplo, que um centro de comando e controle do exército não é “maior” nem “mais amplo” do que a frente local a milhares de quilômetros dali, onde os soldados estão arriscando a vida, mas é evidente, não obstante, que essa sala bélica só pode comandar e controlar qualquer coisa – como o nome indica – *na medida em que* permanece ligado ao teatro externo de operação por meio de um incessante transporte de informação. Assim, a topografia correta, aqui, consiste não em incluir a linha de frente “em” algum poder abrangente, mas em *localizar* ambos e *ligar* por meio de algum tipo de cabos bem alimentados o que em francês se denomina *connectique*.²³⁸ É o que eu entendo por alisar a paisagem. Que esta não é uma tarefa fácil todo soldado, comandante e historiador de batalhas sabe muito bem.²³⁹

Às vezes a oligóptica em forma de estrela poderia ser mais difícil de detectar: um cubículo de redator de jornal assemelha-se a uma sala de comando e controle, mas só um pouquinho, pois o que sai e o que entra não são tão formatados nem tão obrigatórios quanto uma ordem ou despacho militar.²⁴⁰ Em outros casos, as conexões são pouco visíveis, como quando alguém pergunta em qual agência está sendo produzido o “complexo de Édipo”, o “governo”, a “reengenharia” ou o “capital social”. E, não obstante,

238 Podem-se encontrar muitos exemplos dessa fragilidade em Barry, *Political Machines*. Para uma análise de estudos de ciência da burocracia no trabalho, ver Alberto Cambrosio, Camille Limoges e Denyse Pronovost (1990), *Representing Biotechnology: An Ethnography of Quebec Science Policy*.

239 Para uma demonstração magistral, ver John Keegan (1987), *The Mask of Command*. A recente discussão em torno de armas de destruição em massa oferece um ótimo exemplo dos limites de todas as metáforas de “olhar” e “visão”; ver Hans Blix (2004), *Disarming Iraq*. Todavia, a obra-prima literária continua sendo *Guerra e Paz* de Tolstói.

240 Para alguns exemplos clássicos, ver Walter Lippmann (1922), *Public Opinion*, sobre jornais; Chandler, *The Visible Hand*, sobre empresas; e Peter Miller (1994), *The Factory as Laboratory*, sobre contabilidade.

também aqui se poderia seguir as trilhas e traçar um mapa, por exemplo, das várias teorias sociais contraditórias que viajam através de Paris. Ainda que pareçam imateriais, elas são transportadas fisicamente para trabalhos de campo, questionários, agências de estatística, polêmicas acadêmicas, artigos de jornais, conversas de botequim e aplicações de subvenções, antes de regressarem através de editoriais, livros didáticos, membros de partidos, comitês de greve e centros bélicos, onde são utilizadas por alguns participantes como um modo de decidir, em parte, quem eles são e a que tipo de grupo pertencem.²⁴¹ Como aprendemos com a primeira fonte de incerteza, hoje em dia é difícil pertencer a um grupo sem a ajuda de um cientista social. O que qualquer um sabe sobre “capital cultural”, “individualismo metodológico”, “inércia organizacional”, “redução de custos”, “gênero” ou “o princípio de precaução”, sem passar primeiro por algum centro de pesquisa? No caso de rastreadores tão frágeis, poderia ser mais difícil traçar o mapa porque as trilhas poderiam ser mais indistintas, com as conexões frequentemente interrompidas. Mas continua sendo necessário tentar, para dar a impressão de que poderíamos ser colocados “em uma categoria” sem nenhum custo.²⁴²

Para concluir sobre esse primeiro tipo de braçadeira: muito embora a questão pareça efetivamente estranha a princípio – para não dizer de mau gosto –, sempre que alguém fala de um “sistema”, de um “aspecto global”, de uma “estrutura”, de uma “sociedade”, de um “império”, de uma “economia mundial”, de uma “organização”, o primeiro reflexo da ANT deve ser o de perguntar: “Em qual edifício? Em qual agência? Através de qual corredor ele é acessível? Que colegas ele leu? Como foi

241 Um bom exemplo disso é Boltanski e Chiapello, *The New Spirit of Capitalism*, quando eles usam a literatura de administração como guia para entender como as empresas se valem das novas teorias sociais – inclusive a ANT..

242 Ver Luc Boltanski (1987), *The Making of a Class: Cadres in French Society*, e as primeiras obras de Thévenot sobre a elaboração de categorias socioeconômicas, especialmente seu clássico Laurent Thévenot (1984), *Rules and Implements: Investment in Forms*.

compilado?”²⁴³ Os pesquisadores, se concordarem em seguir esta pista, ficarão surpresos com o número de locais e canais que aparecem, assim que estas perguntas estão sendo feitas. A paisagem social começa a mudar com muita rapidez. E, como os viajantes não tardam a notar, ela não produz neles o mesmo sentimento que teriam se lhes pedissem para penetrar em alguma estúpida pirâmide abrangente de poder ou rastrear a paisagem alisada onde circulam numerosas tentativas de estabelecer e assegurar as conexões frágeis. É essa diferença na topografia que explicará (no último capítulo do livro) por que as duas teorias sociais não aspiram ao mesmo tipo de relevância política.

PANORAMAS

E, não obstante, não há razão para negar que a sombra de uma enorme pirâmide social assoma sobre a nossa cabeça. Como o reflexo de Pavlov, é uma reação automática. Sempre que falamos de sociedade, imaginamos um monumento ou esfera maciça, algo como um imenso cenotáfio. Há uma hierarquia social de cima para baixo. Assim, não importa quantos avisos se deem, cada oligopticon usado para manter a paisagem lisa desaparecerá imediatamente em algum lugar num contexto social maior tão infalivelmente quanto um pombo em seu buraco no pombal. Não há como brandir esse preconceito diretamente porque ele tem sido, há mais de vinte séculos, a posição padrão dos nossos sistemas operacionais: a sociedade, não importa como ela seja construída, tem de ser um pouco grande em escala. E, no entanto, é exatamente essa posição padrão que torna impossível desdobrar qualquer sociologia relativista.

O problema é que os cientistas sociais usam a escala como uma das numerosas variáveis de que necessitam para começar *antes* de fazer o estu-

243 Anke te Heesen (2004), *Things that Talk: News, Paper, Scissors. Clipping in the Sciences and Arts around 1920*.

do, enquanto a escala é o que os atores realizam representando *escalando*, *espaçando* e *contextualizando* uns aos outros mediante o transporte em alguns veículos específicos de alguns traços específicos.²⁴⁴ Pouco vale respeitar as realizações dos atores, se no final nós lhes negamos um dos seus privilégios mais importantes, isto é, que eles são os que definem a escala relativa. Não é tarefa do analista impor uma escala absoluta. Como bem sabe qualquer leitor da teoria da relatividade, as estruturas de referência absolutas só geram deformações horríveis, frustrando qualquer esperança de sobrepor documentos em algum formato legível, enquanto os moles e viscosos “moluscos de referência” (termo de Einstein) permitem aos físicos viajarem de uma estrutura para a seguinte, se não suavemente, pelo menos continuamente.²⁴⁵ Ou o sociólogo é rígido e o mundo se torna uma confusão, ou o sociólogo é flexível o bastante e o mundo se põe em ordem. Novamente, aqui, os deveres do relativismo empírico são aparentados com os da moralidade.

É porque o preconceito de viver dentro de uma estrutura abrangente é aparentemente impossível de desarraigá-la que temos de criar um segundo tipo de braçadeira artificial. Enquanto não mostrarmos os lugares onde “alto”, “baixo”, “total” e “global” sejam encenados de maneira convincente, a tentação de saltar para o “contexto” não será aliviada e a construção de escalas pelos atores nunca terá espaço para ser plenamente desdobrada. A paisagem social nunca será suficientemente alisada para que o custo dos veículos de ligação se torne plenamente visível. As pessoas continuarão acreditando que o grande animal não precisa de nenhuma forragem para se sustentar; que a sociedade é algo que pode perdurar sem ser produzida, reunida, coletada ou preservada; que ela está por trás de nós, por assim dizer, em vez de estar à nossa frente como uma tarefa a ser cumprida.

244 Esses traços são especificados no terceiro movimento. Uma vez mais, a paciência é requerida aqui.

245 Sempre considere, um pouco infamemente, Einstein como um teórico social, ou seja, um teórico das associações. Ver Bruno Latour (1988c), *A relativist Account of Einstein's Relativity*.

Como vimos na parte anterior deste livro, não é tarefa do sociólogo decidir no lugar do ator quais grupos estão construindo o mundo e quais mediações os estão fazendo agir. Sua tarefa é construir o experimento artificial – um relato, uma história, uma narrativa – no qual essa diversidade possa ser desdobrada ao máximo. Embora pareça estranho a princípio, o mesmo vale para a escala: não é tarefa do sociólogo decidir se uma dada interação é “micro” enquanto outra seria “de âmbito médio”. Demasiado investimento, engenho e energia é despendido pelos participantes para modificar a escala relativa de todos os demais participantes a fim de que os sociólogos decidam sobre um padrão fixo. Como mostraram Boltanski e Thévenot, se há uma coisa que não se pode fazer no lugar dos atores é decidir onde eles se situarão numa escala que vai do pequeno ao grande, porque a cada uma de suas numerosas tentativas para justificar seu comportamento eles podem mobilizar subitamente toda a humanidade, a França, o capitalismo e a razão quando, um minuto antes, poderiam ter estabelecido um compromisso local.²⁴⁶ Diante dessas súbitas mudanças de escala, a única solução possível para o analista é tomar a *própria* mudança como seus dados e ver através de que meios práticos a “medida absoluta” pode aumentar.

A escala é a própria realização do ator. Embora esta seja a mais antiga e, a meu ver, a mais decisiva proposição feita pela ANT,²⁴⁷ nunca encontrei ninguém que pudesse aceitar sequer relancear os olhos para a paisagem assim revelada – não mais, se ousar fazer o paralelo, do que Galileu poderia tentar seus “caros e respeitadores colegas” a dar uma olhada em seu telescópio provisório. A razão é que tendemos a pensar em escala – macro, meso, micro – como um *zoom* bem ordenado. É mais ou menos como o maravilhoso, mas perversamente falacioso, livro *The Powers of Ten*, onde cada página oferece uma imagem, uma ordem de magnitude mais próxima do que a anterior,

246 Boltanski e Thévenot, *On Justification*.

247 Ver Michel Callon e Bruno Latour (1981), *Unscrewing the Big Leviathans. How Do Actors Macrostructure Reality*.

em todo o caminho que vai da Via Láctea às fibras de DNA, com uma foto em algum ponto na distância média que mostra dois jovens participantes de piquenique num gramado perto do Lago Superior.²⁴⁸ Um microssegundo de reflexão basta para perceber que essa montagem é falaciosa – onde uma câmera seria posicionada para mostrar a galáxia como um todo? Onde o microscópio é capaz de reconhecer com perfeição esta célula de DNA em vez daquela? Que régua poderia ordenar imagens ao longo de uma trilha tão regular? Bela montagem, mas perversamente errada. O mesmo vale para o efeito *zoom* no reino social, só que neste caso ele é tomado não como um engenhoso truque artístico, mas como uma injunção muito natural emergindo do mais inflexível senso comum. Não é óbvio que a IBM é “maior” do que a sua força em vendas? Que a França é “maior” do que a Escola de Minas, que é muito “maior” do que eu? E, se imaginarmos a IBM e a França tendo a mesma forma estelar como a sala bélica de comando e controle que mencionei mais atrás, que faríamos com os gráficos organizacionais da estrutura corporativa da IBM, com o *mapa* da França, com a *imagem* da Terra inteira? Não estarão elas propiciando obviamente a “estrutura” imensamente maior, na qual as “coisas menores” têm de ser situadas? Não é perfeitamente correto dizer que a Europa é maior do que a França, que é maior do que Paris, que é maior do que a rua Danton, que é maior do que o meu apartamento? Ou dizer que o século 20 fornece a moldura “na qual” a Segunda Guerra Mundial “aconteceu”? Que a batalha de Waterloo, em *A Cartuxa de Parma*, de Stendhal, é um acontecimento muito mais importante do que a experiência que Fabrizio del Dongo tem dela? Embora leitores possam estar prontos para ouvir pacientemente as reivindicações da ANT por uma nova topografia, eles não poderão ir mais longe se ela for excessivamente de encontro a toda reação do senso comum. Como poderia o “emoldurar as coisas” não ser a coisa mais razoável a ser feita?

248 Philip Morrison and Phylis Morrison (1982), *The Powers of Ten*.

Admito que o importante é seguir o senso comum. Admito também que emoldurar as coisas num contexto é o que os atores fazem constantemente. Estou apenas afirmando que é a própria atividade de emoldurar, a própria atividade de contextualizar, que deveria ser trazida para o primeiro plano, e que não se pode fazer isso, já que o efeito *zoom* é admitido. Estabelecer a escala de antemão seria aderir a uma medida e a uma moldura absoluta de referência somente quando ela está *medindo* aquilo que somos depois; quando é uma *viagem* de uma moldura para a moldura seguinte que queremos realizar. Uma vez mais, os sociólogos do social não são suficientemente abstratos. Acreditam que têm de aderir ao senso comum, mas o que demonstra, pelo contrário, uma completa falta de razão é imaginar um “*zoom* social” sem uma câmera, um conjunto de trilhos, um veículo sobre rodas e todo o complexo trabalho de equipe que tem de ser montado para levar a cabo uma coisa tão simples quanto um *travelling*. Qualquer *zoom* de qualquer tipo que tente ordenar as coisas suavemente como o conjunto de câmeras *dolly* russas é sempre o resultado de um roteiro cuidadosamente planejado por algum diretor de teatro. Se você duvida disso, então faça uma visita ao Universal Studios. “Alto” e “baixo”, “local” e “global” têm de ser feitos, nunca são dados. Todos o sabemos muito bem, já que testemunhamos muitos casos nos quais o tamanho relativo foi revertido instantaneamente – por greves, revoluções, golpes, crises, inovações, descobertas. Os acontecimentos não são como cabides de roupas numa loja. Os rótulos S, M, X e XL parecem, antes, confusamente distribuídos; eles diminuem e aumentam bem depressa; encolhem ou crescem com a velocidade do raio. Mas nunca parecemos prontos para extrair as consequências das nossas observações diárias, tão obcecados estamos com o gesto de “inserir as coisas em seu contexto mais amplo”.

E, no entanto, esse gesto deve ser também cuidadosamente documentado! Você já notou, em conferências sociológicas, reuniões políticas e conversas de botequim, os gestos com as mãos que as pessoas fazem quando invocam a “Grande Imagem” na qual se oferecem para substituir o que você acaba de dizer para que ele “se ajuste” a entidades fáceis de apreender

como “Capitalismo Tardio”, a “escalada da civilização”, “o Ocidente”, “modernidade”, “história humana”, “Pós-colonialismo” ou “globalização”? Seu gesto com as mãos nunca é maior do que se estivessem batendo numa abóbora! Vou mostrar, enfim, o tamanho real do “social” em toda a sua grandeza: bem, não é tão grande assim. Só parece sê-lo por causa do grande gesto e do tom profissional com os quais se alude à “Grande Imagem”. Se há uma coisa que *não* é senso comum, seria o ato de tomar uma abóbora de tamanho razoável pela “totalidade da sociedade”. A meia-noite soou para esse tipo de teoria social e a bela carruagem voltou a se transformar naquilo que sempre devia ter sido: um membro da família das *Cucurbitaceae*.

Estou sendo maldoso, bem sei, mas às vezes isso pode ser feito de um modo amigável, como quando um cirurgião extirpa rapidamente uma veruga dolorida. Tamanho e *zoom* não devem ser confundidos com *conexidade*. Ou essa escala tamanho abóbora está relacionada através de muitas conexões com muitos outros locais, da mesma maneira que um escritório comercial em Wall Street se relaciona com os muitos conjuntos que compõem as economias do mundo – e, se assim for, quero estar convencido de que essas conexões existem, quero tocar os canais, verificar sua solidez, testar seu realismo –, ou *não* se relaciona, e nesse caso, se há uma coisa que esse gesto ameaçador das mãos pode fazer, é forçar-me a acreditar que minha pequena descrição “local” foi “emoldurada” por uma coisa “maior”. Pois bem, não a quero “emoldurada”! Mas estou pronto para estudar muito cuidadosamente a própria moldura, fazer com que de um recurso automático ela passe a ser um tópico novo e fascinante. É pela encenação do efeito *zoom* que o social dos teóricos sociais entra em cena; que ele afirma “incrustar” interações locais; que acaba tendo um controle tão poderoso sobre a mente de cada ator. Ele é tão poderoso que, quando uma teoria social alternativa propõe livrar-se de tal controle, é como se Deus voltasse a morrer – e na verdade há mais de um aspecto comum entre o Deus moribundo dos velhos tempos e essa posição que o sociólogo semelhante a Deus às vezes sonha ocupar.

De fato, a Grande Imagem é apenas isso: uma imagem. E então se

pode formular a pergunta: em que cinema, em que galeria de arte ela é *mostrada*? Através de qual óptica ela é *projetada*? A que público se *dirige*? Proponho chamar de *panoramas* as novas braçadeiras, fazendo obsessivamente tais perguntas. Contrariamente à oligóptica, os panoramas, como a etimologia sugere, vêem *tudo*. Mas podem também não ver *nada*, já que simplesmente *mostram* uma imagem pintada (ou projetada) na minúscula parede de uma sala totalmente *fechada* para o exterior. A metáfora vem daquelas primeiras salas inventadas no começo do século XIX, cujas descendentes podem ser encontradas nas salas de cinema Omnimax construídas perto de centros científicos e *shopping centers*.²⁴⁹ A palavra grega *pan*, que quer dizer “tudo”, não significa que essas imagens não captam “o todo”, mas sim que, ao contrário, elas cobrem uma parede de uma sala cega, na qual um cenário *completamente* coerente está sendo projetado numa tela circular de 360°. A coerência é o seu ponto forte – e sua principal fraqueza.

Onde podemos encontrá-los, agora que tudo dos panoramas reais celebrizados por Walter Benjamin foi destruído? Eles estão em toda parte; estão sendo pintadas todas as vezes que um editorialista de jornal analisa com autoridade a “situação total”; quando um livro reconta as origens do mundo desde o Big Bang até o presidente Bush; quando um manual de teoria social proporciona uma visão panorâmica da modernidade; quando o presidente de uma grande empresa reúne seus acionistas; quando um cientista famoso resume para benefício do público “o estado atual da ciência”; quando um militante explica aos seus companheiros de cela a “longa história da exploração”; quando uma poderosa arquitetura – uma *piazza*, um arranha-céu, uma enorme escadaria – nos enche de assombro.²⁵⁰ Às vezes são realizações esplêndidas, como no *Palazzo della Ragione*, em Pa-

249 Sobre a história desse meio de comunicação do século XIX, ver Stephan Oettermann (1997), *The Panorama: History of a Mass Medium*; Bernard Comment (2003), *The Panorama*; e, claro, Walter Benjamin (2002), *The Arcades Project*.

250 Sobre o vínculo entre arquitetura e poder, ver Jean-Philippe Heurtin (1999), *L'Espace parlementaire: Essais sur les raisons du législateur*.

dua (isso mesmo, o Palácio da Razão), quando o grande salão da cidade está inteiramente coberto por um afresco representando uma visão de toda a mitologia clássica e cristã, juntamente com o calendário de todos os eventos comerciais e cívicos. Às vezes eles são apenas um tosco amontoado de clichês, como nas convolutas tramas conspiratórias de terroristas. Às vezes oferecem programas inteiramente novos, como quando se oferece um novo espetáculo sobre o “fim da história”, o “choque das civilizações” ou a “sociedade de risco”. Às vezes refazem a história quando propõem uma releitura completa do *Zeitgeist*, como na *Fenomenologia do Espírito* e no *Manifesto Comunista*.

O que é tão poderoso nesses dispositivos é que eles resolvem magnificamente a questão da encenação da totalidade, da ordenação dos “altos e baixos”, do alojamento do “micro”, do “meso” e do “macro” um no outro. Mas não o fazem multiplicando conexões bidirecionais com outros locais – como fazem as salas de comando e controle, os centros de cálculo e, mais geralmente, a oligóptica.²⁵¹ Eles projetam uma imagem que não tem nenhuma lacuna, dando ao espectador a forte impressão de estar totalmente imerso no mundo real sem quaisquer mediações artificiais ou custosos fluxos de informação que conduzem do ou para o exterior. Enquanto a oligóptica está constantemente revelando a fragilidade de suas conexões e sua falta de controle sobre o que é deixado entre suas redes, os panoramas dão a impressão de ter um controle absoluto sobre o que está sendo investigado, embora seja parcialmente cego e nada entre ou saia de suas paredes, salvo os espectadores interessados ou desorientados. Confundi-los com a oligóptica seria como confundir um episódio de guerra monitorado a partir da sala do Exército americano em Tampa, Flórida, com o mesmo episódio relatado na Fox News quando um general reformado está comentando o “dia no *front*”. O primeiro relato, que é o realista, sabe muito bem que pode tornar-se irreal tão logo as comunicações sejam interrompidas;

251 Sloterdijk ofereceu uma descrição de muitos panoramas sob o nome de “globos” em Peter Sloterdijk (1999), *Sphären. Bd.2 Globen*.

o segundo poderia ser igualmente real, mas tem uma chance menor de dizer-nos se é ou não ficção. Quase sempre é esse excesso de coerência que revela a ilusão.

Embora não devam ser levados muito a sério, visto que esses relatos coerentes e completos podem tornar-se os pontos de vistas mais cegos, mais locais e mais parciais, esses panoramas devem ser estudados cuidadosamente porque propiciam a única ocasião para ver a “história total” *como um todo*. Suas visões totalizadoras não devem ser descartadas como um ato de megalomania profissional, mas sim acrescentadas, como tudo o mais, à multiplicidade de locais que queremos desdobrar.²⁵² Longe de serem o lugar onde tudo acontece, como nos sonhos de seu diretor, elas são locais a serem acrescentados como outros tantos lugares novos pontilhando a paisagem que tentamos mapear. Mesmo, porém, após essa redução de tamanho, seu papel pode tornar-se crucial porque elas permitem aos espectadores, aos ouvintes e aos leitores *equipar-se com um desejo de totalidade e centralidade*. É dessas poderosas histórias que obtemos as nossas metáforas para aquilo que “nos une”, as paixões que supostamente compartilhamos, o contorno geral da arquitetura da sociedade, as narrativas mestras com as quais somos disciplinados. É dentro dessas estreitas fronteiras que obtemos a nossa ideia, ditada pelo senso comum, de que as interações ocorrem num contexto “mais amplo”; de que existem um “alto” e um “baixo”; de que existe um “local” alojado em um “global”; e de que poderia haver um *Zeitgeist* cujo espírito ainda está por ser criado.

O status desses panoramas é estranhamente ambíguo: eles são simultaneamente aquilo que vacina contra a totalização – uma vez que são

252 John Tresch mostrou quantos desses dispositivos coletores existem numa dada situação histórica e como eles podem produzir o que ele denomina cosmogramas. Ver John Tresch (2001), *Mechanical Romanticism: Engineers of the Artificial Paradise*. Essa multiplicidade desaparece quando eles são postos dentro de um *Zeitgeist* coerente, em vez de serem seguidos em suas circulações contraditórias – mais sobre isso na seção que trata das declarações coletoras, p. 221.

obviamente locais e comprimidos dentro de salas cegas – e aquilo que oferece um antegozo para o mundo em que vivemos. Eles coletam, emolduram, classificam, ordenam, organizam; são a fonte do que se entende por um *zoom* bem ordenado. Assim, não importa quanto nos enganem, eles nos preparam para a tarefa política que temos pela frente. Por intermédio de seus numerosos efeitos especiais inteligentes, eles oferecem uma antevisão do coletivo com o qual não podem ser confundidos. Como já podemos começar a compreender, há sempre um perigo em tomar o edifício desses panoramas pela tarefa política muito mais árdua de compor progressivamente o mundo comum. Assistir aos filmes das teorias sociais nessas salas Omnimax é uma coisa, fazer política é outra. A “sociedade *sui generis*” de Durkheim, os “sistemas autopoieticos” de Luhman, a “economia simbólica dos campos” de Bourdieu ou a “modernidade reflexiva” de Beck são excelentes narrativas, desde que nos preparem, terminada a exibição do filme, para assumir as tarefas políticas de composição; são falaciosas, se tomadas como uma descrição do que é o mundo comum. Na melhor das hipóteses, os panoramas proporcionam uma antevisão profética do coletivo; na pior, são um substituto muito pobre dessa antevisão. Uma das ambições da ANT é manter o anseio profético que sempre esteve associado às ciências sociais, mas acompanhar as narrativas mestras seguramente de volta às salas onde elas são exibidas.²⁵³

Também aqui, portanto, o estudioso da ANT voluntariamente cego deve continuar formulando as mesmas questões mesquinhas e tolas, sempre que uma hierarquia bem ordenada entre escalas foi encenada: “Em qual sala? Em qual panorama? Através de que meio? Com qual diretor de teatro? Quanto?” Locais complexos e ativos, ou mesmo belos, assomarão em cada canto, assim que esta segunda indagação for feita

253 A crítica das Narrativas Mestras e o recurso à multiplicidade, à fragmentação e às pequenas narrativas tornam-se discutíveis quando se acrescentam panoramas à paisagem: a multiplicidade não está em baixa. Limitar-se a ela poderia também significar que a tarefa política de reunir foi abandonada.

de modo obsessivo. Se você está em dúvida, tente, como um exercício, localizar os lugares, os teatros, os palcos onde a “globalização” está sendo pintada. Você logo perceberá que, a despeito de tanto estardalhaço, a globalização circula por trilhos minúsculos, resultantes de alguma forma glorificada de provincianismo.²⁵⁴

Depois de “ir devagar”, as injunções agora são “não salte” e “mantenha tudo liso!”. Os três conselhos se reforçam entre si, uma vez que somente depois que se mediu a longa distância entre diferentes pontos do território é que os custos da plena transação para alcançá-los terão sido avaliados. Como um caminhante poderia calcular de antemão o tempo que levará para alcançar um pico de montanha, se as linhas isométricas não foram primeiro traçadas uma a uma? Como poderíamos descobrir a amplitude da tarefa política que temos pela frente, se as *distâncias* entre pontos de vista incomensuráveis não foram medidas antes?

254 Sobre a localização do global, ver especialmente o trabalho de Stephan Harrison, Steve Pile e Nigel Thrift (2004), *Patterned Ground: Entanglements of Nature and Culture*.

SEGUNDO MOVIMENTO: REDISTRIBUINDO O LOCAL

Equipando as caixas de ferramentas dos pesquisadores com diferentes instrumentos (oligópticos e panoramas), permitimos que eles localizassem o global e o acompanhassem com segurança no interior dos circuitos onde agora se movimentam para a frente e para trás. Sempre que se manifestou a necessidade de fugir às interações locais, e em vez de arriscar um *salto mortale* ao mundo que está no fundo do contexto social, propus uma lenta caminhada rumo aos muitos lugares em que o global, o estrutural e o total estavam sendo arregimentados e se projetavam para fora, em consequência da instalação de cabos e tubos específicos. Se você fizer isso por tempo suficiente, os mesmos efeitos de hierarquia e assimetria antes visíveis reaparecerão nas localidades justapostas. Como eles estão inseridos dentro dos muitos oligópticos e panoramas, também aqui não há nada de errado em empregar a palavra “contextos”. Os veículos que transportam seus efeitos têm número de chapa e letreiros muito claros, como ônibus. De tempos em tempos, os contextos são reunidos, resumidos e transformados, *dentro* de recintos específicos, em panoramas coerentes que *acrescentam* seus vários efeitos estruturais contraditórios aos locais a serem “contextualizados” e “estruturados”.

Não é preciso dizer que não há nenhum outro lugar onde reunir todos esses locais – pelo menos até agora. Assim, seria bastante insensato perguntar “em que” super-mega-macroestrutura eles residem, do mesmo

modo que se tornou absolutamente irrelevante tentar descobrir, após a teoria da relatividade, o vento etérico “no qual” a Terra gira. Não existe um lugar global e abrangente onde, por exemplo, a sala de controle do Comando Aéreo Estratégico, o saguão de Wall Street, o mapa da poluição atmosférica, o escritório de recenseamento, a Coalizão Cristã e as Nações Unidas possam ser reunidos e resumidos. Se alguém tentar fazer isso – como eu, neste parágrafo –, será em *outro* lugar, em outro circuito livremente conectado aos demais, que não os “conhece” nem os “abriga”. Se um lugar quiser prevalecer sobre todos os outros para sempre, ótimo. Mas terá de adquirir cada item da parafernália necessária para atingir os outros lugares que pretender arregimentar, estabelecendo com eles uma relação contínua, dispendiosa e de mão dupla – se não desembolsar até o último centavo, esse lugar se transformará num panorama. Embora Leibniz nunca o especificasse, algum trabalho extra é necessário para que uma mônada reflita a presença vaga das outras.

No entanto, a recontextualização de um contexto é só parte da tarefa de se retomar o hábito de caminhar a pé por um terreno plano. Persiste o problema de entender o motivo de termos dito antes que as interações eram um ponto de partida pouco satisfatório devido ao número de outros ingredientes em cena. O reflexo dos cientistas sociais que os afastou das interações – forçando-os a olhar para trás, para cima ou para baixo de alguns locais de atividade – talvez haja sido mal direcionado, mas ainda é uma atitude válida. Se encararmos o primeiro movimento como exigência para privilegiar “interações locais”, não ganharemos muita coisa.

Apegar-se obstinadamente ao lema “Localizem o global” não explica o que venha a ser “local”, sobretudo quando a ação, conforme testemunhamos muitas vezes antes, está sem dúvida nenhuma “deslocada”. Ao contrário, tudo se perderia se, após refazer o antigo “contexto global”, tivéssemos de voltar a este outro sítio preferido da ciência social: o encontro direto de seres humanos individuais, intencionais e propositais. Se a viagem de mão única das interações ao contexto não leva a lugar nenhum, como acabamos de ver, pouco se justifica que o regresso aos locais mire

um alvo mais acurado. Longe de chegar finalmente ao terreno concreto de uma “hipóstase social”, teríamos apenas passado de um artefato a outro.²⁵⁵ Se o global carece de existência concreta – exceto quando levado de volta a seus finos conduites e a suas muitas etapas –, o local também carece. Assim, precisamos fazer exatamente a mesma pergunta de antes, mas ao inverso: *de que modo o próprio local é gerado?* Agora não é o global que será localizado, o local é que deverá ser *reconduzido e redistribuído*.

O motivo pelo qual é tão importante praticar essa operação simétrica é que, realizados ambos os movimentos corretivos em sucessão, outro fenômeno bem diverso aparece na ribalta: nossa atenção passa a concentrar-se nos “conectores” que então, e só então, poderão circular livremente sem estacar num local chamado “contexto” ou “interação”. Quando os dois movimentos são executados ao mesmo tempo, o mundo social começa a transformar-se definitivamente, assumindo uma forma nova e mais plausível – forma que nos permite viajar sem percalços, forma que conduz ao trabalho posterior de reunião, coleção e composição.

ARTICULADORES E LOCALIZADORES

Dizer que toda interação local é “moldada” por vários elementos já em cena não nos informa nada a respeito da origem desses elementos. Ainda assim, pudemos verificar de onde eles *não vêm*: não brotam de um

255 Impressiona muito ver que mesmo Garfinkel sustenta essa distinção entre formal e informal: “De acordo com o movimento mundial das ciências sociais e o acervo de suas bibliografias, não existe ordem na concretude das coisas. As pesquisas desse movimento são desmentidas pela suposta abundância de detalhes desesperadamente circunstanciais das atividades diárias – o *plenum*, a plenitude, o *plenilunium* (sic). Como remédio, as ciências sociais elaboraram políticas e métodos de análise formal que redefiniram os detalhes concretos das atividades corriqueiras como detalhes dos instrumentos analíticos e dos métodos aptos a garantir seu uso”. E acrescenta que a etnometodologia consiste “na evidência do contrário”. Garfinkel, *Ethnomethodology's Program*, p. 95.

contexto global, de um quadro abrangente, de uma estrutura profunda. Uma vez chegando lá, só veríamos a sombra do corpo político – o que ficará reservado para mais tarde. Embora puramente negativo, esse resultado desimpede muito bem o caminho. Agora estamos livres para rastrear a existência de outra vereda mais contínua e empiricamente mais detectável para alcançar os lugares de onde parecem vir os ingredientes das interações. E, sem dúvida, se nenhum rótulo, código de barras, certificado de origem ou logotipo pode nos ajudar a seguir os “próprios atores”, há aí o que a indústria chama de uma excelente *rastreabilidade* entre os locais de produção de interações locais, desde que não olvidemos as lições da Parte I e façamos bom uso das fontes de incerteza.

Os meandros pelos quais a maioria dos ingredientes da ação interagem são traçados pela multiplicação, arregimentação, implicação e concentração de atores não humanos. Caso o analista não possa exercer o direito de acompanhar múltiplos tipos de ação, todo o problema do local e do global se torna inabordável. Mas, tão logo entram em cena agentes não humanos, outro feixe de conexões aparece, tão diferentes das tratadas na seção precedente quanto as veias o são dos circuitos neurais.²⁵⁶ A vigorosa ideia de que quase todos os ingredientes da situação “já” estão a postos, de que nós simplesmente “ocupamos” uma posição predeterminada “dentro” de uma ordem anterior deve-se sempre ao transporte de um local a outro num momento diferente, produzido por outrem graças a mudanças sutis ou extremas na maneira como novos tipos de ações não sociais são mobilizados. Outras ações continuam sendo realizadas a certa distância, mas por novos tipos de mediadores. Paradoxalmente, só quando se infiltra em ações *não* sociais é que o social se torna visível.

256 Um bom exemplo da importância crucial de não tomar o tamanho relativo das entidades como um dado nos é fornecido, no caso da política francesa da água, em Jean-Pierre Le Bourhis (2004), *La publicisation des eaux. Rationalité et politique dans la gestion de l'eau en France* (1964-2003).

Esse processo de delegação, deslocamento e translação nunca é mais claro do que no papel dos objetos materiais – caso entendamos “matéria” no sentido lato já atribuído à palavra (p. 160). Quando falamos em “quadro abrangente”, “pilares”, “infraestrutura” e “enquadramento”, empregamos livremente termos técnicos tomados da arquitetura, da metalurgia e do cinema. Por que não tomar então literalmente aquilo que significa, para uma interação, *enquadrar*, *estruturar* ou *localizar* outra? Na medida em que usarmos essas metáforas de outra forma, não lobrigaremos o que poderia conectar um lugar a outro segundo um padrão. Continuaremos a supor que abandonar uma cena local significa realmente encaixar-se num contexto ou que todos os ingredientes das interações locais precisam ser improvisados *in loco* por meio de habilidades sociais.²⁵⁷ Mas, tão logo ativamos as metáforas técnicas em caráter definitivo, as conexões entre os locais se tornam visíveis, embora sejam constituídas de muitos tipos diferentes de material. Essa heterogeneidade, porém, não mais representa para nós um obstáculo, pois aprendemos como tornar comparáveis vários materiais que não o são. Sabemos que os objetos têm a estranha capacidade de se fazer imediatamente compatíveis com as habilidades sociais em certos momentos decisivos e depois totalmente estranhos a qualquer repertório humano de ação. Esse vaivém dificulta a pesquisa, mas não o suficiente para romper a trama recém-tecida que usamos como nosso fio de Ariadne. De fato, aquilo que foi designado pelo termo “interação local” é o conjunto de todas as *outras* interações locais distribuídas no tempo e no espaço, trazidas à cena por outros tantos atores não humanos. Às presenças transportadas de uns lugares para outros chamo de *articuladores* ou *localizadores*.²⁵⁸

257 Essa é uma das soluções encontradas pelos interacionistas simbólicos para dar algum espaço de manobra ao agente individual intencional, sem modificar o quadro abrangente da teoria social.

258 A palavra “localizador”, no jargão da informática, pode ser um tanto traiçoeira porque é a manifestação de uma multiplicação maior ainda nos padrões que permitem

Se, para recorrer a um exemplo trivial, você toma lugar numa sala de conferências, rodeado por filas bem-organizadas de alunos que o ouvem atentamente, eu só precisarei de meio dia de trabalho nos arquivos da universidade para descobrir que, quinze anos antes e a duzentos quilômetros de distância, uma arquiteta cujo nome encontrei e cujas maquetes examinei desenhou as *especificações* daquele anfiteatro centímetro por centímetro. Ela não tinha uma ideia precisa de que você proferiria ali uma palestra, mas mesmo assim ela antecipou, *grosso modo*, o *roteiro* dessa cena: você seria ouvido ao falar; você se sentaria na tribuna; você ficaria de frente para um grupo de alunos cujo número máximo, espaço ocupado etc. deviam ser levados em conta. Não admira, pois, que quinze anos mais tarde, ao pisar naquele cenário, você sinta que não fez tudo – e quase tudo o que precisa fazer *já está ali*. O espaço, é claro, fora desenhado para você – você genericamente, ou seja, uma grande parte de você.

Sem dúvida, nenhum aspecto dessa estrutura – e agora posso empregar o termo sem qualquer escrúpulo, pois nele não há nada oculto ou descontínuo – “determina” o que você dirá ou mesmo onde irá se sentar. Você talvez prefira ficar de pé, andar de cá para lá ou fingir ser um professor rebelde de maio de 1968 juntando as cadeiras para formar um círculo menos “autoritário” – e nada impedirá os ouvintes de cair no sono tão logo você abra a boca. Entretanto, o fato de alguns elementos materiais do lugar não “determinarem” uma ação não nos autoriza a concluir que não fazem nada. Hoje, estamos familiarizados com outras etapas ontológicas, além dos dois extremos pueris do ser e do nada. Tente imaginar, por um minuto, tudo quanto lhe permite interagir com seus alunos sem ser interrompido o tempo todo pelo barulho da rua ou as turmas que aguardam no corredor a hora de entrar para outra aula. Se duvidar do poder transportador de todos esses humildes mediadores em fazer daquele um *local*, abra a porta e as janelas para ver se consegue ensinar alguma coisa. Caso hesite quanto

ao local ser aceito como mera variante de um esquema mais geral. Abordaremos o problema da padronização no próximo capítulo.

a este ponto, experimente dar sua palestra no meio de um espetáculo de música repleto de jovens barulhentos e apresentadores loquazes anunciando música tecno. O resultado é inevitável: se você não estiver totalmente “enquadrado” por outras ações praticadas silenciosamente no palco, nem você nem seus alunos conseguirão se concentrar por um instante sequer naquilo que acontecer “localmente”. Em outras palavras, o que aconteceria se a intersubjetividade fosse obtida *definitivamente* graças à remoção, um após outro, de todos os traços de *interobjetividade*?

Em muitos casos, é completamente fácil estabelecer algumas conexões contínuas, abertas ao escrutínio, entre os sonhos e desígnios de *alguém mais*, num *outro* tempo, num lugar *diferente*, e aquilo que você e seus alunos estiverem fazendo agora localmente, face a face. Esse sítio local foi feito *para ser um lugar*, por outro *locus*, graças à hoje silenciosa mediação de desenhos, especificações, madeira, concreto, aço, verniz e tinta; graças ao esforço de inúmeros operários e artesãos que já abandonaram a cena deixando objetos dar sequência às suas ações *in absentia*; e graças à atividade de alunos cujas façanhas generosas podem ser homenageadas com placas de bronze. Os locais são *localizados*. Os locais são *situados*.²⁵⁹ E para que permaneçam assim, miríades de pessoas, por trás das portas, precisam assumir a responsabilidade de manter você e seus alunos “seguros” ali dentro. Longe de propiciar uma autoctonia primordial “muito mais concreta” do que os contextos abstratos, as interações diretas devem ser encaradas, bem ao contrário, como ponto final de um grande número de ações que enxameiam em sua direção.

Embora não exista nenhuma “estrutura oculta”, existem *padrões estruturantes* circulando por canais facilmente materializados por técnicas – técnicas gráficas e, mais geralmente, tecnologias intelectuais tão importantes quanto engrenagens, alavancas e ligações químicas. À relação intersubjetiva entre você e seus alunos, deve-se juntar a interobjetividade,

259 Koolhas e Mau, *Small, Medium, Large, Extra-Large*.

pois esta deslocou ações a tal ponto que alguém, de outro lugar e de outra época, ainda está agindo por meio de conexões indiretas, mas plenamente rastreáveis.²⁶⁰ Não quer dizer que esse sítio longínquo faça parte de algum contexto misterioso. Ele apenas revela, entre os dois lugares – o estúdio da arquiteta e a sala de aula atual –, outro circuito pelo qual massas de entidades começam a viajar. Ainda mais que depois do primeiro movimento corretivo, agora encontramos em primeiro plano os veículos, os trajetos, as mudanças e a translação *entre* lugares, não os lugares em si. Lugares não são bons pontos de partida, já que todos eles estão enquadrados e localizados por outros – inclusive, é claro, o estúdio da arquiteta que escolhi como origem provisória em meu exemplo. Agora entendemos por que foi preciso começar, segundo a famosa expressão de Horácio, *in media res*, “no meio das coisas”. A circulação vem primeiro; a paisagem “onde” padrões e agentes de todos os tipos e cores circulam vem depois. Esta é provavelmente a primeira intuição das ciências sociais, aquela que nos fez exclamar que o social era um fenômeno objetivo, transcendente, ubíquo e *sui generis*. Como sempre, a intuição estava certa, mas foi difícil registrá-la porque a circulação do social se confundia com a emergência de uma sociedade – ela própria misturada ao corpo político.

Que a escala não depende do tamanho absoluto, e sim do número e qualidades dos expedidores e articuladores, eu aprendi anos atrás, quando tive a oportunidade de acompanhar Shirley Strum e seus babuínos. Quando a encontrei na primeira “conferência sobre babuínos” montada num luxuoso castelo perto de Nova York, ela era uma jovem pesquisadora que conseguira acostumar macacos selvagens à sua presença imediata e constante. Antigos observadores, que estudavam símios de longe e na abençoada segurança de seus jipes, notaram vários aspectos interessantes, mas situaram encontros agonísticos “dentro” de estruturas ausentes – aplicando a babuínos os valores da sociologia humana. Dizia-se que as socieda-

260 Havendo arquivos bem-administrados. Os arqueólogos precisam trabalhar mais para restaurar conexões.

des animais possuíam, por exemplo, um rígido padrão de dominação “no qual” os machos deviam entrar. Durante a conferência, Strum procurou demonstrar que a “estrutura” de dominação não é algo que os babuínos machos tentam descobrir, mas uma *questão* que todos os animais levantam testando-se uns aos outros por intermédio de encontros agonísticos cuidadosamente conduzidos.²⁶¹ Em suma, tanto Strum *quanto* os jovens machos deslocando-se em bandos suscitavam as mesmas questões básicas sobre o que significa gerar efeitos sociais estruturantes.²⁶² E ambos descobriam aos poucos, após uma série de tentativas, que as fêmeas, e não os machos, teciam, em interações diárias, uma ordem de dominação bastante sólida até então invisível para os observadores (na maioria homens) distanciados demais para detectar esses gestos sutis. Assim, em verdade, eu acompanhei por aquela bela paisagem queniana uma espécie de primatologista no estilo de Garfinkel enquanto ela procurava entender babuínos, aos quais retirava gentilmente de seu eterno papel de “idiotas culturais” para que, enfim, pudessem desempenhar novas tarefas reflexivas de membros competentes. Numa palavra, os babuínos são espertos, socialmente espertos.²⁶³

Se houvesse um erro em teoria social a não ser cometido seria agir como se os babuínos tivessem encontrado um papel dentro de uma estrutura preexistente. Mas seria também enganoso supor que apenas interagem uns com os outros. Aqueles pequenos bichos peludos faziam tanto

261 Shirley Strum (1982), *Agonistic Dominance among Baboons, an Alternative View*; ver Insert, p. 69.

262 Trata-se do dramático episódio narrado em Shirley Strum (1987), *Almost Human: A Journey into the World of Baboons*.

263 Desde seus primeiros trabalhos, isso se tornou uma espécie de padrão no caso de muitos outros animais. Ver Richard Byrne e Andrew Whiten (1988), *Machiavellian Intelligence: Social Expertise and the Evolution of Intellects in Monkeys, Apes and Humans*; Strum e Fedigan, *Primate Encounters*; Vinciane Despret (1996), *Naissance d'une Théorie Éthologique*; e Vinciane Despret (2002), *Quand le Loup Habitera avec l'Agneau*.

trabalho social quanto seus observadores, vivendo num mundo igualmente complexo. Ainda assim, notava-se uma clara diferença de *equipamento*. A mesma tarefa básica de testar, realizar e gerar os ingredientes da vida social era feita unicamente com “ferramentas sociais”, enquanto o observador humano estava equipado, além disso, com tecnologias materiais e intelectuais. Os primatas tinham de decifrar o significado das interações usando apenas as próprias interações como ferramentas: tinham de descobrir quem era amigo ou inimigo, quem deslocava quem, quem mandava em quem e quem estava disposto a entrar numa coalizão usando o recurso básico da educação e da experiência. Caso mantivessem registros, esses precisariam ser “inscritos” em seus próprios corpos por seus próprios corpos. O primatologista sim, é que devia recorrer a nomes escritos, tabelas estatísticas, cadernos de notas, documentos, amostras de sangue, impressões digitais e recursos visuais de todos os tipos. Faria o mesmo trabalho de preservar uma ordem social, mas com recursos muito diferentes. A pergunta, então, é tentadora: qual a diferença entre macacos e homens, se já não existe um abismo entre natureza e cultura, instinto e reflexão, “idiotas culturais” e agentes intencionais competentes? Na descrição de Strum, os babuínos estavam se parecendo perigosamente com os homens, mas eu não me sentia preparado, a despeito do título de seu livro, para me considerar “quase” um babuíno. Ou melhor, tudo dependia do sentido dessa palavrinha “quase”.

Superficialmente, poderíamos dizer que a diferença óbvia reside na tecnologia. Os babuínos não estão de modo algum privados de ferramentas estabilizantes. O problema é que, embora os machos arreganhem seus formidáveis caninos e as fêmeas exibam seus irresistíveis (para os machos) e enormes traseiros, os babuínos têm de preservar sua força graças a *muitas outras* habilidades sociais. Os chimpanzés dispõem de algumas ferramentas, mas os babuínos só se servem de suas “ferramentas sociais”, isto é, de seus corpos, lentamente transformados durante anos de constante sedução, aprendizado e vida comunitária. Em certo sentido, os bandos de babuínos podem de fato propiciar o experimento natural ideal para

se descobrir o que acontece quando as conexões sociais ficam limitadas estritamente a habilidades sociais. Nesse caso, nenhuma tecnologia está à disposição dos participantes para “construírem” a “superestrutura” de sua “sociedade”. Como esses termos de arquitetura são completamente metafóricos tanto para eles quanto para o observador, os babuínos precisam despende uma quantidade aparentemente desordenada de tempo para reparar o “edifício” balouçante da sociedade, para fixar suas hierarquias frágeis, para determinar constantemente quem está liderando quem em incursões de pilhagem. Eles não podem descansar nem se influenciar mutuamente a distância. Quando o fazem, recorrem ao meio altamente *complexo* das coalizões intersubjetivas, ainda mais sutis. Os modos pelos quais os babuínos reparam a cada manhã sua ordem social em rápida decadência permanecem visíveis em virtude das poucas ferramentas de que dispõem. Os babuínos estreitam o social graças a interações sociais mais complexas, ao passo que nós usamos interações um pouco menos sociais de uma maneira menos complexa, mas que pode ser mais *complicada*, ou seja, composta de mais *camadas*.²⁶⁴

Todavia, pode haver outro modo de usar o maravilhoso exemplo dos primatas não humanos como uma espécie de ponto de partida teórico. Uma das conclusões que poderíamos extrair é que a interação direta não é um ponto de partida plausível para rastrear conexões sociais, para humanos e macacos, porque em ambos os casos eles sofrem a *interferência* de outras fontes de ação. Em ambos os casos a ação é deslocada, difratada, reencaminhada e redistribuída, para não dizer que precisa repousar em sucessivas camadas superpostas de mediação. Também os babuínos empregam algum tipo de “tecnologia intelectual”: seus renques de abrigos, a história de cada interação, a trajetória de amizades e coalizões, as variações intrínsecas de tamanho, sexo, traços anatômicos etc. É essa interfe-

264 Para a diferença entre complicado e complexo, ver Strum e Latour, *The Meanings of Social: from Baboons to Humans*. Para a definição de ferramentas sociais, ver Kummer, *In Quest of the Sacred Baboon*.

rência constante de ações alheias que torna a vida, num grupo de babuínos, um ambiente tão seletivo, tão exigente e tão sobrecarregado quanto o constituído por recursos e predadores. Um babuíno sem esperteza social é imediatamente assinalado como aquele que não consegue encontrar alimento nem acasalar-se. Os humanos vivem num ambiente tão sobrecarregado, exigente e seletivo quanto o dos babuínos, mas feito de mais mediadores, expedidores e “deslocadores” que tornam as interações locais ainda menos locais.²⁶⁵ Assim como o contexto, as interações diretas são um ponto de partida inviável. A diferença já não é entre babuínos “simples” e humanos altamente “complexos”, mas sim entre babuínos complexos que se desdobraram em inúmeras entidades – paisagem, predadores, grupos – e humanos complicados que se transformaram em entidades mais numerosas, algumas com a grande vantagem de permanecer no lugar e simplificar, pelo menos localmente, a tarefa da organização. Nos humanos, mais que nos macacos, a interferência, a expedição, a delegação e a articulação são mais visíveis e deveriam nos oferecer, em vez de interações diretas, um excelente ponto de partida.

O LOCUS IMPLAUSÍVEL DAS INTERAÇÕES FACE A FACE

Por causa do forte sentimento de que as interações são “mais concretas”, talvez, para o leitor, fosse mais fácil livrar-se do global que do local. Como vimos, ao rever a segunda fonte de incerteza, o mesmo acatante pode receber diversas figurações (ver p. 90). Embora os caracteres individualizados costumem merecer um pouco mais de plausibilidade em virtude de nosso hábito de ler histórias, eles exigem exatamente o mesmo esforço semiótico, se assim me for lícito dizer, para produzir uma

265 A abordagem da tecnologia como segunda natureza é essencial para André Leroi-Gourhan (1993), *Gesture and Speech*; Lewis Mumford (1967), *The Myth of the Machine: Technics and Human Development*; e Tom Hughes (2004), *Human-Built World: How to Think about Technology and Culture*.

personagem, que o utilizado para produzir um conceito ou uma empresa. Assim, se devemos ficar atentos a pequenas diferenças na figuração, não há motivo para esquecermos que nosso próprio quadro de referência relativístico pode permanecer indiferente à escala. No entanto, algo continua verdadeiro: a fé na existência indiscutível de indivíduos está tão bem alicerçada, ao menos no Ocidente, que as pessoas aceitam sem problemas, embora criticando abstrações como estrutura, contexto ou sociedade, que o *ego* tem de permanecer intato.²⁶⁶ Desse modo, talvez fosse prudente fazer mais ginástica corretiva para redistribuir o local do que para localizar o global. Por isso elaborei uma lista das interações diretas que, contrariamente a muitas expectativas, não funcionam. Aqui, de novo, as lições da ANT serão negativas, pois procuramos desimpedir o caminho, a fim de que o social seja desdobrado o suficiente para o remontarmos novamente.

De início, nenhuma interação pode ser considerada *isotópica*. Aquilo que atua ao mesmo tempo em qualquer ponto provém de vários outros lugares, de diversos materiais distantes, de muitos atores remotos. Se quiséssemos projetar num mapa geográfico comum as conexões estabelecidas entre uma sala de conferências e todos os lugares que o afetam ao mesmo tempo, teríamos de traçar setas e mais setas para incluir, digamos, a floresta de onde veio a madeira da mesa, o escritório que planejou as salas de aula, a gráfica responsável pelo folheto que nos permitiu encontrar o recinto, o zelador que cuida do edifício etc.²⁶⁷ E isso não seria um exercício ocioso,

266 A implausibilidade do indivíduo seria sem dúvida muito mais fácil de detectar, por exemplo, na Índia. Ver Louis Dumont (1982), *Homo Hierarchicus: The Caste System and Its Implications*. Esse entrincheiramento do indivíduo é mais extremo na mitologia de escolha racional, que inclui uma psicologia e uma cognição estabilizadas.

267 Sigo aqui um exemplo pedagógico simples, mas é bom ver a Sequência 3 de Latour e Hermant, *Paris, the Invisible City*. Esse é exatamente o tipo de mapa que Cronon conseguiu desenhar com seu magistral estudo de Chicago, em William Cronon (1991), *Nature's Metropolis. Chicago and the Great West*, e que Hutchins mostrou em seu estudo da navegação marítima. Ver também o que fez Law, com os aviões, em Law, *Aircraft Stories*. Com efeito, a cognição está de tal forma distribuída que a ideia

pois esses locais afastados de algum modo anteciparam e preformataram o recinto transportando, por diferentes meios, o conjunto de padrões que o tornaram um local adequado – e ainda o administram.

Em segundo lugar, nenhuma interação é *sincrônica*. A mesa pode ter sido feita de uma árvore semeada na década de 50 e cortada há dois anos; o tecido da roupa do professor, fabricado há cinco, enquanto os neurônios em sua cabeça, acionados há uma fração de segundo (com a parte do cérebro especializada na fala evoluindo há uns bons cem mil anos ou talvez menos, já que essa questão é muito controversa entre os paleontólogos). Quanto às palavras empregadas por ele, algumas, de origem estrangeira, penetraram no inglês há quatro séculos e a gramática pode ser ainda mais antiga; a metáfora que ele escolheu tem apenas seis anos, mas os voos de retórica remontam a Cícero; e o teclado em que ele digitou sua palestra acaba de chegar da Apple, enquanto os metais duros que tornaram possível a coordenação de alguns de seus circuitos durarão tanto quanto o universo. O tempo é múltiplo.²⁶⁸ Por isso, a ideia de uma interação sincrônica em que todos os ingredientes tenham a mesma idade e o mesmo lugar não faz sentido – nem sequer para babuínos. A ação sempre foi desempenhada pela transferência do peso da conexão para entidades que duram mais ou menos.

Em terceiro lugar, as interações não são *sinóticas*. Pouquíssimos participantes num dado curso de ação são simultaneamente visíveis num determinado ponto. A conferencista poderia imaginar que é o centro das atenções, mas isso não significa que outros não estejam agindo também – apenas não há meio de calcular seu número. A mesa de madeira não era parte da palestra antes da conferencista apontá-la como exemplo de *design* e, no entanto, faz alguma coisa: é um dos ingredientes que permite o enquadramento da interação, dando-lhe forma. Assim foi com o folheto

de um indivíduo fazendo cálculos é controversa.

268 Ver Michel Serres (1995), *Conversations on Science, Culture and Time with Bruno Latour*.

que anunciava a palestra, informando horário e local, mesmo sem citar o tema. Contudo, se quiséssemos contar todos os ingredientes da cena não o conseguiríamos, porque não é possível assinalá-los de uma vez, por serem muitos ou por fazerem parte de mecanismos complicados que necessariamente se ocultam, embora desempenhem seu papel de intermediários eficientes. Quantas entidades distintas no microfone? No corpo? Na organização da escola? Nunca chegaremos ao mesmo cômputo, não importa quantas vezes calculemos, pois, a toda hora, outros agentes se tornarão visíveis enquanto outros se tornarão inoperantes.

Em quarto lugar, as interações não são *homogêneas*. Já vimos isso: os encarregados de levar adiante a ação não apresentam a mesma qualidade material ao longo de todo o percurso. Quantas mudanças nas ações teremos de detectar para ir do estúdio do arquiteto, quinze anos atrás, à sala de conferências? Quando slides são projetados na tela, quantos ingredientes diversos e sucessivos são necessários para que a escrita num teclado se torne digitalizada e transformada de novo em sinal analítico antes de transitar, em algum tipo de onda cerebral lenta, para a mente de alunos meio sonolentos? O curioso em qualquer interação é exatamente o oposto daquilo que sociólogos apegados a “locais” acham tão importante para finalmente se promoverem encontros diretos, ou seja, a turba de participantes não humanos, não subjetivos e não locais que se juntam para levar a cabo a ação e conduzi-la ao longo de canais nada semelhantes a um vínculo social, embora estejam todos associados.

Em quinto lugar, as interações não são *isobáricas* – se é que posso tomar de empréstimo uma metáfora aos gráficos meteorológicos que analisamos para detectar baixas pressões ou anticiclones. Alguns participantes pressionam fortemente, pedindo para ser ouvidos e considerados, enquanto outros são rotineiros, aferrados misteriosamente a seus hábitos. Outros, ainda, se enlacram em *hardwares* só conhecidos de engenheiros lá longe na Ásia e, muito vagamente, de alguns técnicos encarregados da manutenção dos aparelhos no *campus*. Importantes, em especial, são as diferentes pressões exercidas por mediadores e intermediários – estes acres-

centando, como sabemos, previsibilidade ao conjunto, aqueles podendo de repente bifurcá-lo de maneiras inesperadas. Em qualquer ponto, durante a palestra, alguma coisa pode se quebrar: o microfone, o alto-falante, até o professor! Caso um dos intermediários se transforme num mediador, o cenário todo, por mais solene ou controlado que seja, corre o risco de se tornar imprevisível.

Não é de admirar que as interações dão ao cientista social a nítida impressão de que se multiplicam por todos os lados. E se multiplicam mesmo! Isso não significa que um contexto amplo e sólido as retenha firmemente por intermédio de uma força estrutural oculta. Quer dizer que um número fabuloso de participantes atua ao mesmo tempo nelas, deslocando suas fronteiras de todos os modos possíveis, redistribuindo-as e tornando impossível começar no que possa ser chamado de “local”. A relatividade, nas ciências sociais, seria um negócio simples se apenas devêssemos localizar o global; ela se torna relevante só quando o terreno firme do local se desvanece. Na maioria das situações, as ações são afetadas por entidades heterogêneas que não têm a mesma presença local, não se originam na mesma época, não são imediatamente visíveis e não as pressionam com o mesmo peso. A palavra “interação” não foi uma má escolha; o que se subestimou foram o número e o tipo de “ações”, bem como a duração de suas *inter*-relações. Estendamos uma *inter*-ação e, com certeza, ela se tornará um ator-rede.

A exceção, claro, é se voltamos à conversa fiada e renunciamos à árdua tarefa de acompanhar todas as interferências. Neste caso, é perfeitamente lícito falar em “estrutura” e “interação direta”. Mas isto significa que estamos lidando com mais situações rotineiras e usando um quadro de referência pré-relativista. Nessa forma abreviada de falar, uma “estrutura” é simplesmente um ator-rede no qual há pouca informação ou cujos participantes são tão silenciosos que nenhuma informação nova é exigida. Uma “interação” é um lugar tão perfeitamente enquadrado por localizadores no papel de intermediários que pode ser visto, sem muito problema, como “de ocorrência local”.

Percorrendo a lista de traços que a interação direta talvez não possa oferecer, somos tentados a suspeitar dos esforços feitos para enraizar a sociologia em interações intersubjetivas, cálculos individuais ou intencionalidade pessoal.²⁶⁹ Bem ao contrário, é óbvio que a noção de interação local tem tão pouca realidade quanto a estrutura global. Em retrospecto, esse resultado torna ainda mais absurda a tentativa, feita ao longo da história das ciências sociais, de firmar algum tipo de compromisso entre o chamado contexto global e a chamada interação, de negociar, talvez, um “meio-termo” mais sutil entre “ator” e “sistema”. Semelhantes projetos fazem quase tanto sentido quanto os dos compiladores da Renascença que tentavam, com o maior escrúpulo, combinar as datas da mitologia grega com as da Bíblia. O ponto mediano entre duas mitologias é também uma mitologia.

Entretanto, se seguirmos os traços deixados por atores não humanos, perceberemos de onde vem a impressão correta de se estar “enquadrado”. Cada local é localizado por um dilúvio de localizadores, expedidores, desviadores, articuladores – a palavra não importa. O papel da interobjetividade consiste em introduzir nas interações locais um deslocamento fundamental. Qual seria o significado de escala *relativa* sem interobjetividade? Como descobriríamos que somos pequenos partícipes num esquema de coisas “mais amplo” se não perambulássemos, por exemplo, entre os profundos corredores cavados no meio dos perfis maciços de alguns arranha-céus? *Sentir-se pequeno* depende em larga medida do modo como muitas outras pessoas, distribuídas no tempo e no espaço, prepararam o terreno para o visitante anônimo passear agora, digamos, pelas ruas de Nova York. O tamanho, com efeito, é relativo – relativo à meticulosidade com que *foi* desenhado e *ainda* é mantido. Isso, porém, não quer dizer que sejamos realmente pequenos partícipes “dentro” de uma estrutura.

269 É por isso que, tendo em mira sobretudo razões metodológicas, o individualismo metodológico parece uma má escolha para começar, a despeito da tentativa em Raymond Boudon (1981), *The Logic of Social Action: An Introduction to Sociological Analysis*.

Quantas vezes precisaremos ser lembrados dessa penosa lição? A prova experimental mais triste foi dada há pouco quando um grupo de fanáticos, equipados apenas com cortadores de papel, desfizeram o que muitos outros construíram com tanto zelo, pulverizando edifícios de tal maneira que, embora a escuridão da morte permaneça, a comprida e pujante sombra projetada pelas Torres Gêmeas nas ruas estreitas desapareceu no espaço de poucas horas. Depois de um acontecimento desses, não ficaríamos extraordinariamente sensíveis à fragilidade da escala?

Elaborar uma escala relativa tem significado completamente diverso quando a tomamos por uma metáfora livre a fim de “expressar”, “reproduzir” e “refletir” a onipresente “estrutura social” – ou quando não há outra forma de construir algo maior, a não ser por meio da arquitetura e da tecnologia tomadas ao pé da letra. Na versão costumeira da teoria social, a sociedade é forte e nada pode destruí-la porque ela tem caráter *sui generis*; na outra, parece tão fraca que é preciso edificá-la, repará-la, firmá-la e, principalmente, *zelar* por ela. Estes dois mapas do social, desenhados com régua social diferentes, levam a uma estética, ética e política completamente diversas – além de gerar relatos que em nada se parecem.

CONEXÕES

Nenhum lugar predomina o bastante para ser global, nem é suficientemente autônomo para ser local. Se tentarmos usar a interação ou a estrutura local, ou algum compromisso entre ambas, não conseguiremos traçar conexões sociais – e quanto mais engenhoso o compromisso, pior o resultado, pois desse modo apenas ampliaríamos a perspectiva de dois lugares inexistentes. Muito ao contrário, procuro ser aqui o mais prudente possível e fixar tantos grampos quanto possa, a fim de resistir à tentação de separar em dois compartimentos – o global e o local – aquilo que os atores fazem, interrompendo desde logo seus itinerários frágeis e às vezes bizarros. Se inserirmos um número suficiente de grampos, começaremos a

pintar outra paisagem através dos antigos caminhos que levavam do local ao global e vice-versa, percorrendo-os, por assim dizer, transversalmente como se, graças a uma estranha operação cartográfica, transformássemos aos poucos o mapa hidrológico de algumas represas em outro – fazendo, digamos, um rio que corria para oeste seguir o trajeto norte-sul.

O mais impressionante nessa mudança de topografia é o fato de tanto o antigo global quanto o antigo local terem assumido agora o mesmo formato de estrela – em nossa grade de projeção, é claro, não “na realidade”. Lugares formadores de contexto passam a lembrar as interseções de diversos trajetos de documentos que vão e vêm; mas formadores locais também se parecem com as inúmeras encruzilhadas para onde se dirigem padrões e formatos. Se levarmos a sério essas duas formas “em rede”, então a paisagem antiga se aplaina definitivamente, pois os dois formatos em estrela não podem se sobrepor dentro de uma estrutura tridimensional. Ficam lado a lado, com cada movimento forçando o analista a seguir pelas bordas sem saltar nem se deter, tal como no espaço bidimensional imaginado por Edwin Abbott em *Flatland*. Movimentos e deslocamentos vêm em primeiro lugar; lugares e formas, em segundo. Desse modo, no fim, localizar o global e redirecionar o local não parece coisa muito difícil. Após alguns minutos de acomodação, o número de traços aumenta tanto que só um cego os ignoraria. Os lugares já não diferem em forma ou tamanho, apenas na direção do movimento para diante e para trás, bem como na *natureza*, como veremos, daquilo que é transportado: informação, vestígios, bens, planos, formatos, padrões, vínculos etc. Agora, difíceis de detectar no mapa são os lugares míticos do local e do global. Onde terão estado essas utopias encantadas?

O motivo pelo qual parece tão importante aprender a navegar nesse espaço achatado é que, quando passamos a focalizar melhor aquilo que circula, conseguimos perceber muitas outras entidades cujo deslocamento mal era visível antes. Em verdade, nem mesmo se supunha que circulassem. Talvez seja possível vislumbrar fenômenos bem mais sutis que, antes, tinham de ser guardados no santuário interior do sujeito por causa de sua

aparente insignificância. Assim como uma paisagem plana, seca e poeirenta revela os traços deixados por todos os animais que a percorreram, podemos detectar entidades móveis, que não deixam pistas, na ramagem espessa da sociologia do social.

Especialmente importante é aquilo que permite aos atores *interpretarem* o cenário onde estão inseridos. Não importa quantos quadros se projetem dos localizadores para formar um cenário, não importa quantos documentos transitem entre esse cenário e os oligópticos, sempre há uma enorme distância entre os atores *genéricos* prefigurados por aqueles movimentos e o curso de ação a cargo de participantes *individualizados* plenamente envolvidos. Todos passamos por essa experiência, ao tentar entender um manual do usuário, ainda que cuidadosamente redigido. Não importa para quantas pessoas *genéricas* ele tenha sido preparado, você certamente começará a resmungar após mexer durante horas em sua nova câmera digital e de modo algum se sentirá uma delas. Medindo a distância entre dar instruções a ninguém em especial e a você próprio, você se tornou penosamente cômico daquilo que Don Norman chamou de “abismo de execução”.²⁷⁰ Seria tolo ignorar o que pareciam interações diretas “concretas” e em “escala real”, bem como o sentimento de que indivíduos executavam a ação.

Tal sentimento, é claro, se perdeu tão logo os sociólogos do social substituíram essa saudável intuição pelo ato oculto de uma estrutura invisível – significando que *ninguém* em particular praticava qualquer ação! Perdeu-se também quando os interacionistas recuperaram o ator intencional e personalizado, sem no entanto romper o quadro “no qual” os membros supostamente davam asas à sua inteligência. Um *agente humano* vê sentido num mundo de objetos que em si mesmos não têm sentido algum. Aqui, precisamos escolher de novo entre significado sem objeto e objetividade sem significado. Todavia, essa vigorosa ideia se perderia também,

270 Ver Norman, *The Psychology of Everyday Things*, e Garfinkel, *Ethnomethodology's Program*, Capítulo 6.

com a mesma rapidez, se os atores fossem simplesmente localizados pela ação de outros lugares, graças a técnicas materiais ou intelectuais, sem poder eles próprios interpretar e compreender as proposições apresentadas pelo cenário.²⁷¹ Por isso temos de nos mostrar sensíveis a traços menos nítidos que os vistos até agora.

Voltemos ao exemplo singelo da sala de conferências. Por melhor que haja sido planejada, professores e oradores ainda precisam, para saber o que hão de fazer lá, trabalhar um bocado. Sem a instalação de alguns equipamentos, os atores humanos permaneceriam, mesmo dentro da mais bem elaborada das estruturas, incapazes de interpretar o cenário: tão alheios a seu significado quanto um gato rondando pelas ruínas da Acrópole.

Assim, devemos acrescentar alguma coisa – mas o quê e como? Já sabemos o que não convém fazer, caso queiramos seguir até o fim o “achamento” da paisagem: saltar em busca de outro “nível” ou outro “tipo” de recurso. No entanto, esta seria a estratégia mais segura, mais fácil e mais razoável. O leitor, porém, já teve o desgosto de perceber: não estou atrás de coisas razoáveis! Conduzo aqui um experimento mental que só valerá a pena se levado às últimas consequências: até onde sustentaremos um ponto de vista que se abstém desde sempre do repertório local/global e ator/sistema? Resistiremos a essa tentação? Não estou, repito, procurando descrever substancial ou positivamente o que vem a ser uma paisagem, apenas buscando meios de não bloquear sua descrição.

Para preencher o “abismo de execução”, o melhor é quase sempre mudar de atitude e introduzir abruptamente a “subjetividade”, a “intencionalidade” e a “interioridade”, ou ao menos apelar para algum tipo de “equipamento mental”. Se a moldagem do social a partir “de fora” não for suficiente para completar a ação, então os demais recursos devem vir “de dentro” ou do grupo humano localmente reunido. Nessa altura, o positi-

271 Mudança introduzida por Boltanski e Thévenot na teoria do campo, de Bourdieu: os atores podem justificar-se muito bem e nem sempre escondem seus motivos reais. Ver Luc Boltanski (1999), *Distant Suffering: Morality, Media and Politics*.

vismo cede o passo à hermenêutica e os sociólogos passam o bastão aos psicólogos ou aos cientistas cognitivos, enquanto os sociólogos estruturais se transferem para a sociologia interpretativa. Mas se esse salto no método ocorresse, a trilha contínua que tento seguir desde o começo seria subitamente interrompida; o planisfério seria retalhado de novo; a cena de um ator individual subjetivo, com “trânsito livre” no interior de um sistema maior, seria reativada; os dois países míticos do local e do global seriam desenhados novamente; e o castelo de Merlim apareceria outra vez. Assim, aferrados à nossa obsessão míope pela ANT, temos de continuar vagando nas trevas em busca de outro grampo.

Sem dúvida, a pergunta que faremos é: onde estão os outros veículos transportadores de individualidade, subjetividade, pessoalidade e interioridade? Se pudemos mostrar que lugares badalados como o global e o local são constituídos de entidades circulantes, por que não postular que subjetividades, justificações, inconscientes e personalidades também *circulam*?²⁷² Decerto, tão logo suscitamos essa pergunta bizarra, mas inevitável, novos tipos de grampos se apresentam para facilitar nossa pesquisa. Podem ser chamados de *subjetivadores*, *personalizadores* ou *individualizadores*; mas eu prefiro o termo mais neutro *conexão*, tomando essa maravilhosa metáfora de nossa nova vida na Internet. Quando você acessa um *site* no ciberespaço, sucede às vezes que não aparece nada na tela; mas logo uma mensagem amistosa sugere que talvez “não tenha feito a conexão certa” e aconselha-o a “baixar” um programa – o qual, instalado em seu sistema, permitirá *ativar* o que você não podia ver antes.²⁷³ A metáfora da conexão é atraente porque a competência não vem inteira, e sim, literalmente, em *bits* [pedaços] e *bytes*. Não se imagina um humano “por atacado” munido

272 Mol, *The Body Multiple*; Cussins, *Ontological Choreography*; e Myriam Winance (2001), *Thèse et Prothèse. Le Processus d'Habilitation comme Fabrication de la Personne: l'Association Française contre les Myopathies, face au Handicap* mostraram, cada um à sua maneira, qual o equipamento necessário para alguém se tornar um sujeito e quão frágil ele é.

273 Às vezes penso que o leitor se queixaria bem menos de meus escritos, se baixasse a versão ANT 6.5, em vez de se aferrar ao beta.

de intencionalidade, fazendo cálculos racionais, sentindo-se responsável por suas mazelas ou torturando sua alma mortal. Ao contrário, percebe-se que, para obter atores humanos “completos”, é preciso *compô-los* com várias *camadas* sucessivas, cada qual empiricamente distinta da seguinte. O ator competente vem agora em minúsculos *grãos* ou, inspirando-nos no ciberespaço, em *patches* e *applets*, cuja origem exata podemos buscar no “Google” antes de baixá-los e salvá-los um por um.²⁷⁴

Como vimos repetidamente ao longo deste livro, as tecnologias da informação nos permitem rastrear associações de um modo antes impensável. Não porque subvertam a velha sociedade “humana” concreta, transformando-nos em *cyborgs* formais ou “pós-humanos” fantasmagóricos; o motivo é exatamente o oposto: tornam *visível* o que antes só existia virtualmente. Nos tempos antigos, a competência era um fato misterioso, difícil de rastrear; por essa razão, tinha-se de pedi-la, se assim nos podemos exprimir, de uma vez só. Tão logo passou a ser medida em *bauds* e *bytes* por intermédio de *modems* e *routers*, tão logo se pôde desmontá-la camada por camada, ela se abriu à pesquisa. Cada grão deixa após si um traço que agora tem uma origem, um rótulo, um veículo, um circuito, às vezes mesmo uma etiqueta de preço.²⁷⁵ Se a tecnologia da informação, apresentando-se como um humano no palco, era um caso de tudo-ou-nada, hoje se tornou, sem nenhuma dúvida, o resultado provisório de uma rede completa

274 Essa multiplicidade de conexões é claramente visível na lista de regimes de ação de Thévenot. Ver Thévenot, *Which Road to Follow?*

275 A maciça digitalização de vários tipos de documentos talvez propicie a Tarde uma vingança atrasada. As poucas estatísticas disponíveis no final do século 19 não validam sua sugerida exigência de uma “epidemiologia”. É interessante considerar a possibilidade que uma sociologia quantitativa tardiana poderia abrir atualmente. Hoje dispomos de ferramentas semiquantitativas para seguir da mesma maneira rumores, opiniões, fatos e fantasias. Ver Rogers, *Information Politics on the Web*. Para o acompanhamento de um novo *quantum*, ver Michel Callon (2001), *Les méthodes d'analyse des grands nombres*.

de conexões oriundas de locais muito diferentes. Ser um todo realista não constitui um ponto de partida inquestionável, e sim a realização provisória de um conjunto variado.²⁷⁶

Assim como a divisão do trabalho criada pelas indústrias e a burocracia ajudou Durkheim e Weber a elaborar suas próprias definições dos vínculos sociais, as tecnologias da informação nos permitem acompanhar o trabalho de construção do ator. Hoje é bem mais fácil não considerar o ator como um sujeito dotado de interioridade primordial, que contempla um mundo feito de coisas concretas ao qual deve resistir ou com o qual precisa cozer uma mistura simbólica. Ao contrário, temos de constatar empiricamente como um corpo anônimo e genérico pode ser construído a fim de se tornar uma pessoa: quanto mais subjetividades se oferecem, mais interioridade se obtém.²⁷⁷ Os sujeitos já não são mais autóctones que as interações diretas. Também eles dependem de um dilúvio de entidades que lhes permitem existir. Agora, enfim, o “ator” é um reagrupamento totalmente artificial e totalmente rastreável: o que antes só se aplicava ao *Leviatã* hoje é verdadeiro também para cada um de seus “componentes”. Mais adiante, o resultado importará muito para nossa definição de política.

Algumas conexões são fáceis de acompanhar. Por exemplo, há por aí todos esses documentos oficiais e legais que chamam “você” de *alguém*. Se duvidarmos da capacidade dessas humildes técnicas gráficas de gerar

quase-sujeitos, tentemos residir numa grande cidade europeia como “estrangeiros sem documentos” ou escapar às garras do FBI depois de uma pronúncia equivocada de nossos nomes. Outros veículos deixam traços vagos como se fossem realmente imateriais. Mas se sustentarmos nosso ponto de vista, poderemos segui-los da mesma forma. Quantos *clichês* em circulação teremos de absorver, antes de conseguir exarar uma opinião sobre um filme, um amigo, uma situação, uma postura política? Se você começasse a provar a origem de cada uma de suas idiosincrasias, não seria capaz de dispor, uma vez mais, a mesma forma de estrela que o forçaria a visitar inúmeros lugares, pessoas, épocas e acontecimentos já esquecidos? Tom de voz, expressão inusitada, aceno de mão, modo de andar, postura – também isso não pode ser rastreado?²⁷⁸ E há o problema de seus sentimentos mais recônditos. Não foram dados a você? A leitura de romances não o ensinou a amar? Como você identificaria o grupo ao qual pertence, sem absorver constantemente os clichês culturais com que seus companheiros o bombardeiam?²⁷⁹ Sem consultar com avidez inúmeras revistas de culinária, você aprenderia a fazer um bolo? E quanto a colocar uma camisinha, consolar o amante, pentear o cabelo, defender direitos ou vestir a roupa certa? Também nisso as revistas ajudam muito. Se encararmos todos os artigos como mera “expressão” de uma força social tenebrosa, sua eficácia se perderá. Mas se reconhecermos que não há nada por trás nem por baixo, que não existe um mundo oculto no social, não será lícito considerá-los parte de nossa cara intimidade? Agora estamos familiarizados com o que já não constitui mais um paradoxo: justamente quando a sociedade como um todo desaparece, o leque completo daquilo que circula “lá fora” pode ser trazido ao primeiro plano.

276 Ninguém abordou esse ponto com mais ênfase do que Donna Haraway (2000), *How Like a Leaf: An Interview with Thyrza Goodeve*. Mas é provavelmente com teoria Queer que a noção de camadas múltiplas e construção artificial pode ser melhor aplicada. A despeito de algumas ideologias pós-humanas e amontoados de sociologia crítica, ela oferece um vasto campo em relação ao número de elementos que podem ser destacados e postos em circulação. Para uma abordagem diferente, ver Stefan Hirshauer (1998), *Performing Sexes and Genders in Medical Practice*.

277 Uma esplêndida alegoria desse arranjo em camadas são as imagens geradas por computador. Os encontros *Siggraph*, em Los Angeles, por exemplo, dedicam sessões inteiras a isso. Uma manhã é dedicada ao brilho do *nylon*, uma tarde à refração da luz nos cabelos vermelhos, uma noite à “reprodução realista” de curtos-circuitos etc. Como sempre, a realidade “virtual” é a materialização necessária para se obter uma realidade “natural”.

278 Ver Jean-Claude Schmitt (1990), *La Raison des Gestes dans l'Occident Médiéval*; Jan Bremmer e Herman Roodenburg (1992), *A Cultural History of Gesture: From Antiquity to the Present Day*; e Geneviève Calbris (1990), *The Semiotics of French Gesture*.

279 Esse é o principal motivo do impacto duradouro de Lev Semenovich Vygotski (1978), *Mind in Society: The Development of Higher Cognitive Processes*.

Isso sob condição de que acrescentemos outro fluxo, outro circuito, graças ao qual as conexões dotem os atores com as ferramentas suplementares – as almas suplementares – que são necessárias para tornar uma situação interpretável.²⁸⁰ O supermercado, por exemplo, moldou você para ser um consumidor, mas apenas um consumidor genérico. Para se transformar num consumidor ativo e consciente, você deverá possuir também a capacidade de *calcular* e *escolher*. Na sociologia do social havia apenas duas fontes para essa competência: ou você nascia com ela na qualidade de humano – como se a evolução darwiniana tivesse, desde a aurora dos tempos, preparado homens e mulheres para serem calculadores e otimizadores de supermercado – ou era moldado como consumidor esperto pela força de uma infraestrutura econômica. Mas graças a essa nova topografia que estamos esboçando, outra fonte de competência é facilmente localizável: existem conexões em circulação que você pode *subscriver* e baixar na hora, para se *tornar* local e provisoriamente competente.

Se você considerar os supermercados dessa maneira, notará uma quantidade enorme de dispositivos, cada qual apto a lhe oferecer a possibilidade de calcular com um pouco mais de competência. Mesmo quando tiver de fazer a trivial escolha do tipo de presunto fatiado que irá levar, você se beneficiará de dezenas de instrumentos de medida prontos para equipá-lo como consumidor – rótulos, marcas, códigos de barra, tabelas de pesos e medidas, listas de preços, folhetos, conversa com outros compradores, anúncios etc.²⁸¹ O ponto crucial é que você mantém essa competência mental e cognitiva enquanto *subscrive* o equipamento. Não o leva para casa; ele não é propriedade sua. Talvez o tenha internalizado, mas até para isso lhe foi preciso baixar outra conexão! Se tentar fazer um cálculo racional *sem* esse equipamento – decidir, por exemplo, comprar a Universal Panoramas

280 Por isso a noção de *habitus*, de Bourdieu, uma vez livre de sua teoria social, permanece um conceito excelente. Diga-se o mesmo da noção de equipamento desenvolvida em Thévenot, *Which road to follow?*

281 Ver Cochoy, *Une Sociologie du Packaging*.

a fim de transformar-se em World Company –, sua “macrodecisão” dependerá unicamente de estimativas por alto no verso de um envelope: não mais *possuirá* competência para ser racional.²⁸² Aqui, de novo, faz muito mais sentido ir totalmente além dos dois locais: as forças de mercado e o agente individual.

MARCEL MAUSS DEFINE “HABITUS” E ABORDA O SOCIAL DA MESMA MANEIRA QUE TARDE:

Uma espécie de revelação me ocorreu no hospital. Estava em Nova York. Perguntei-me onde, outrora, vira garotas andando como minhas enfermeiras andavam. Tinha tempo para pensar nisso. Então descobri que fora no cinema. De volta à França, reparei como eram comuns aqueles trejeitos, principalmente em Paris: garotas francesas também andavam da mesma maneira. Na verdade, o estilo de caminhar americano chegara por aqui graças ao cinema. Ali estava uma ideia que eu podia generalizar. A posição dos braços e das mãos enquanto se caminha forma uma idiosincrasia social; não é mero produto de arranjos e mecanismos individuais, quase totalmente psíquicos. Por exemplo: julgo-me capaz de reconhecer também uma garota educada num convento. Em geral, ela anda de punhos cerrados. E vem-me à lembrança um professor do colégio gritando para mim: ‘Seu idiota! Por que vagueia o tempo todo com as mãos balançando abertas?’ Portanto, também existe uma educação do andar.

282 Como bem mostra a história econômica recente, as grandes decisões são menos racionais que as pequenas porque seu equipamento é muito menor. Sem equipamento, sem racionalidade. Há um vínculo direto, na obra de MacKenzie, entre seu estudo antigo dos teoremas e seu estudo atual dos mercados. Ver Donald MacKenzie (2001), *Mechanizing Proof: Computing, Risk, and Trust*, e MacKenzie, *An Engine, not a Camera*. A mesma tendência é visível no movimento entre o laboratório de ciência, de Karin Knorr, em Knorr-Cetina, *Epistemic Cultures*, e a “racionalidade” de mercado, em Knorr-Cetina e Bruegger, “Global Microstructures”.

Outro exemplo: existem posições polidas e grosseiras para as *mãos em repouso*. Se, à mesa, um garoto mantém os cotovelos junto ao corpo enquanto ainda não está comendo, você pode ter certeza de que é inglês. Um rapazinho francês não sabe o que é sentar-se com as costas retas; seus cotovelos se abrem para os lados; ele os apoia na mesa, e assim por diante.

Finalmente, no *correr*, você e eu, todos nós, já observamos uma mudança de técnica. Imaginem: meu professor de ginástica, um dos primeiros na lista de formandos de Joinville por volta de 1860, ensinou-me a correr com os punhos colados ao peito – atitude totalmente incompatível com os movimentos da corrida. Precisei observar os corredores profissionais de 1890 para descobrir a necessidade de correr de outra forma.

Por isso, conservei essa noção da natureza social do *habitus* durante muitos anos. Notem, por favor, que emprego a palavra latina – *habitus* –, facilmente compreensível em nossa língua. Ela traduz infinitamente melhor que “hábito” ou “costume” a *exis*, a “habilidade adquirida” e a “faculdade” de Aristóteles (que era psicólogo). Não designa os *hábitos* metafísicos, a “memória” misteriosa, os assuntos de volumes alentados ou de teses curtas e célebres. Esses “hábitos” variam conforme os indivíduos e suas imitações, mas também, e sobretudo, entre sociedades, tipos de educação, conveniências e modas ou graus de prestígio. Neles deveríamos ver as técnicas e o trabalho da razão prática coletiva e individual: não, no sentido corriqueiro, apenas a alma e suas faculdades repetitivas. (Mauss, 1979, p. 100-1)

As habilidades cognitivas não residem em “você”: estão distribuídas por todo o cenário formatado, feito não apenas de localizadores, mas também de inúmeras proposições suscitadoras de competência, de incontáveis e pequenas tecnologias intelectuais.²⁸³ Embora provenham de fora,

283 Esta propagação é fundamental para o campo da cognição distribuída: “A internalização conota há muito tempo alguma coisa que cruza fronteiras. Os dois elementos desta definição são equívocos. O que se move não é uma coisa, e a fronteira através da qual se opera o movimento é uma linha que, desenhada com firmeza, obscurece

não brotam de nenhum contexto misterioso: cada uma delas possui uma história rastreável empiricamente com maior ou menor dificuldade. Cada pedaço vem com seu próprio veículo, cuja forma, custo e circulação podem ser mapeados – como mostraram tão enfaticamente os historiadores da literatura, os antropólogos cognitivos e os psicólogos. Se há uma coisa que não está “no” agente, são as muitas camadas de criadores de competência que baixamos sem descanso para adquirir certa habilidade durante algum tempo. Eis a vantagem de uma paisagem plana: quando digo isso, não sustento que devo voltar à outra solução simétrica e reconhecer que, “sem dúvida”, as tais camadas estão inseridas num “contexto social”. Ao contrário: afirmar que circulam por seus próprios canais significa que já não provêm nem do contexto nem da subjetividade do ator, ou, no caso, de nenhum compromisso engenhoso entre ambos.

Mas, e quanto a mim, o *ego*? Não sou um “indivíduo” no fundo do coração, nas circunvoluções do cérebro, no *sanctum sanctorum* da alma, na vivacidade do espírito? Decerto que sim – mas só por ter sido individualizado, espiritualizado, interiorizado. A circulação desses “sujetivadores”, sem dúvida, é às vezes mais difícil de rastrear. Contudo, se você os procurar, os encontrará por toda parte: dilúvios, chuvaradas, enxames daquilo que chamaríamos de *psico-morfos* porque, literalmente, dão a você a forma de uma psique. Tome, para exemplo, as conversas de amor. Se duvidar da eficácia desse tipo de transporte, faça a experiência. Tente viver sem elas por algum tempo e verá que “você” – sim, o “você” primordial – murchará para sempre.²⁸⁴ Até o amor pode ser construído a partir de fora, como um

nossa compreensão da natureza da cognição humana. Dentro desta vasta unidade de análise, o que parecia internalização surge agora como uma *propagação gradual* de propriedades funcionais organizadas por meio de mídias maleáveis”. Hutchins, *Cognition in the Wild*, p. 312 (grifo nosso).

284 Há um pequeno, mas cativante conjunto de obras literárias, desde o clássico de Denis De Rougemont (1983), *Love in the Western World*, a Ulrich Beck e Elisabeth Beck-Gernsheim (1995), *The Normal Chaos of Love*, e Sabine Chalvon-Demersay (1999), *A Thousand Screenplays: The French Imagination in a Time of Crisis*. Mas

dom de certa forma miraculoso que cria alguma coisa por dentro. Este é sem dúvida o modo como foi traçado em poemas, canções e pinturas, para não mencionar o numeroso cortejo de anjos, querubins, *putti* e corações atravessados de flechas, cuja existência objetiva – sim, *objetiva* – também deve ser levada em conta. Mesmo o amor precisa de seu veículo, suas técnicas específicas, seus condutores e equipamentos, exatamente tanto quanto um mercado, um quartel ou uma fábrica. O meio, é claro, será diferente, como diferente será a *coisa* transportada, mas a forma abstrata geral permanecerá a mesma – forma puramente teórica que agora desejo captar.

O que estou tentando fazer aqui é simplesmente mostrar que as fronteiras entre sociologia e psicologia podem ser remanejadas com proveito. Para tanto, só existe uma solução: fazer cada entidade distinta que povoa o antigo interior vir do exterior, não como coação negativa, “limitadora da subjetividade”, mas como *oferta* de subjetivação positiva.²⁸⁵ Tão logo fazemos isso, o antigo ator (membro, agente, pessoa, indivíduo, qualquer que seja seu nome) assume a mesma forma de estrela já observada por nós quando achatamos o global e redirecionamos o local. Uma série de outras ações o *transforma* em indivíduo/sujeito ou entidade não genérica. Toda competência, mergulhada no silêncio da interioridade, deve vir primeiro de fora, afundar-se aos poucos e adentrar um porão bem construído cujas portas serão cuidadosamente aferrolhadas.²⁸⁶ Nada disso é um dado. As

ninguém removeu as camadas sucessivas de todo o equipamento necessário tão bem quanto Michel Foucault (1990), *The History of Sexuality: An Introduction*.

285 A obra posterior de Foucault é um bom exemplo da riqueza dessa linha de pensamento, embora a construção das psiques interiores humanas fique um tanto ofuscada pelo antigo tema da “morte do sujeito”. Apesar de sua própria afirmação, as duas coisas são paralelas, não contraditórias.

286 Durkheim mostrou que as categorias lógica e pessoal interiores são de certa maneira a translação e a interiorização do exterior. Este exterior, porém, foi confundido com uma sociedade, abrindo, assim, apesar das advertências de Tarde, o debate vazio entre psicologia e sócio-logia. Compare a sociologia da lógica em Gabriel Tarde (1893), *La Logique Sociale*, com Émile Durkheim (1915), *The Elementary Forms of the Religious Life*.

interioridades são construídas da mesma maneira complicada com que o foi o santuário de Hórus no centro da pirâmide de Quéops. O velho lema empirista não estava tão errado assim: *Nihil est in intellectu quod non sit prius in sensu*, embora seu significado (“Não há nada dentro que não tenha vindo de fora”) seja um pouco diferente. Ao sujeito, só pertence o que lhe foi dado. De certo modo, não é esta a mais forte intuição das ciências sociais: “Fomos construídos”? É claro que o significado dessa frase ardilosa depende inteiramente do que se entenda pela inocente palavrinha “fora”.

DE ATORES A VÍNCULOS

Não terei sido desviado de Caribde para Cila? Que significará dizer que os psicomorfos vêm de fora? Lutei tão ferozmente contra a dicotomia global/local para, no fim, devolver-lhe o aspecto antigo, ou seja, a oposição interior/exterior, a surrada disputa entre psicologia e sociologia? Que retrocesso! Estarei mesmo querendo voltar aos tempos em que os atores eram vistos como outros tantos títeres manipulados a contragosto por numerosos fios invisíveis?²⁸⁷ Qual a vantagem de livrar-se da estrutura global e encarar as interações diretas, senão afogar a subjetividade mais íntima da pessoa em campos de forças anônimas? Ação sem atores! Subjetividade sem sujeitos! Voltemos aos gloriosos anos 60! Mas que ganharemos com isso? Bem, justamente aí pode estar o lucro da ANT. Após o achatamento da paisagem, o próprio exterior mudou bastante: já não é feito de sociedade – nem de natureza. Eliminando *ambas* como subjetividade inapreensível e estrutura inabordável, talvez possamos finalmente colocar em primeiro

287 Conforme este rótulo indica, o pós-estruturalismo é a sobrevivência do estruturalismo depois que a estrutura se foi, como a galinha que continua correndo após ter a cabeça cortada. Embora tenha abandonado a busca de coerência, o pós-estruturalismo conservou a mesma definição de causalidade: umas poucas causas seguidas de longas cadeias de substitutos passivos ou aquilo que chamei de “intermediários”.

plano o fluxo de *outros* condutores mais sutis, a fim de nos *tornarmos* indivíduos e *adquirirmos* alguma interioridade.²⁸⁸

O percalço em seguir esses tipos de “condutores de subjetividade” ou mediadores psicomorfos é que, como eles vêm de fora, parecem veicular a mesma espécie de *coações* imaginada pelos sociólogos do social em sua definição de sociedade.²⁸⁹ E realmente, considerando-se o que entendem por “exterior” – isto é, o poder coercitivo do contexto ou a determinação causal da natureza –, não há a menor possibilidade das conexões depositarem seja lá o que for de *positivo* dentro do ator. As forças sociais têm de fazer a maior parte do trabalho, recebendo ou aplicando, por intermédio dos indivíduos, alguns pequenos ajustes à margem. Em sua fantástica teoria da ação, os sociólogos viram aí a única maneira de forçar os cordéis do titereiro a movimentarem a maionete.²⁹⁰ Mas já não precisamos ter medo dessa estranha maneira de conceber a irrupção de uma força exterior, porque detectamos dois equívocos sucessivos na noção de sociologia do social: a primeira na definição de causa, a segunda no veículo que supostamente transporta o efeito. A relação entre titereiros e marionetes é bem mais interessante que isso.²⁹¹ Além de tudo, aprendemos a corrigir dois juízos falsos: sabemos que os mediadores não são causas e que, sem transformações ou translações, nenhum veículo transportará nenhum efeito. Algo acontece ao longo dos cordões que levam as marionetes a se moverem.

288 Peter Sloterdijk, com seu livro em três volumes sobre diferentes tipos de esferas, criou uma metáfora nova e vigorosa para escapar da dicotomia interior/exterior. Infelizmente, sua obra ainda não está disponível em inglês. Ver Peter Sloterdijk (2004), *Sphären*, 3 Bde.

289 Ver Anne-Nelly Perret-Clermont (1979), *La Construction de l'Intelligence dans l'Interaction Sociale*, e sua antiga crítica ao vínculo de Piaget entre teoria social e epistemologia.

290 O mesmo se aplica à minha versão do *Roget's Thesaurus*! Ela propõe os seguintes verbetes: “logro”, “imagem”, “não entidade”, “escravo”. Não admira que o debate entre psicologia e sociologia nunca leve a nada!

291 Ver p. 92 e Bruno Latour (1999a), *Factures/Fractures. From the Concept of Network to the Concept of Attachment*.

A inútil divisão de trabalho entre psicologia e sociologia começou a mudar quando a definição de “exterior” se dissolveu e foi substituída pela de circulação de conexões. Nenhuma destas tem poder determinante – só o que podem é *levar* alguém a fazer alguma coisa. Estamos agora em condições de juntar os dois pontos e refazer a noção de exterior: ele não está situado no mesmo local, e a influência que exerce atua segundo uma teoria da ação totalmente diversa. O exterior não é um contexto “feito de” forças sociais e não “determina” o interior.

A pior consequência da noção de contexto foi que nos obrigava a adotar uma contabilidade de entrada dupla: assim, o que vinha de fora era *deduzido* da soma total de ações consignada aos agentes “de dentro”. Com esse tipo de balanço, quanto mais fios você acrescentava de fora, *menos você mesmo* agia: o resultado deste procedimento de contabilidade era inevitável. E se você desejasse, por razões morais ou políticas, salvaguardar a intenção, a iniciativa e a criatividade do ator, a única maneira seria aumentar a soma total da ação oriunda de dentro, *cortando alguns itens* e negando assim o papel daquilo que agora é visto como outros tantos “catifeiros”, “pressões externas”, “cerceamentos de liberdade” etc. Ou éramos cidadãos livres ou vivíamos na mais abjeta sujeição. E, é óbvio, os sociólogos críticos reforçavam semelhante tendência, pois não podiam falar em “força externa” do social, exceto insistindo nos “limites estreitos” impostos pelo “peso anônimo da sociedade” à “autonomia pessoal”. Essa estranha paisagem, porém, já não nos deprime. O exterior nunca lembra um deserto de Góbi, inventado por sociólogos do contexto, nem é simplesmente povoado por banalidades; o interior nunca lembra um *sanctum sanctorum* envolvido por frias forças sociais à maneira de uma ilha remota cercada por tubarões famintos.²⁹² Interiores e exteriores, como superiores e inferiores, são resultados, e não causas. Não é tarefa do sociólogo fixar antecipadamente suas fronteiras.²⁹³

292 Esse movimento complementa o que fiz com o “exterior” da natureza no Capítulo 5 de Latour, *Politics of Nature*.

293 Sobre a leitura equivocada da psicologia de Tarde por Durkheim, ver Louise Salmon (2004), *La Pensée Politique de Gabriel Tarde*.

A diferença entre as duas teorias não reside apenas no número de vínculos, mas também na teoria da ação que conecta qualquer um desses vínculos. Como vimos, o que havia de errado na metáfora das marionetes não era sua ativação pelos vários cordões manuseados pelos titereiros, e sim o argumento implausível segundo o qual a dominação simplesmente *transitava* por eles sem translação. É claro que as marionetes estão presas! Mas a consequência, sem dúvida, não é que para emancipá-las é necessário cortar todos os cordões. As marionetes só são livres na medida em que o titereiro é um *bom* titereiro. Também no nosso caso, não é o número de conexões que precisamos reduzir para, pelo menos, alcançar o âmago do eu. Ao contrário, como bem demonstrou William James, é multiplicando as conexões com o exterior que conseguimos perceber como o “interior” está sendo mobiliado.²⁹⁴ Você precisa de uma porção de subjetivadores para se tornar sujeito, e precisa mover [*download*] uma porção de individualizadores para se tornar um indivíduo – exatamente como você precisa capturar uma porção de localizadores para ter um local e uma porção de oligópticos de um contexto para “dominar” outros locais.

É somente quando a alternativa entre ator e sistema é ignorada – notem que eu não digo “superada”, “reconciliada” ou “resolvida” – que o tópico mais importante da sociologia começa a brilhar por trás. Essa foi a maior contribuição de Tarde no combate ao organismo de Spencer e à sociedade de Durkheim. Ele articulou claramente a obrigação, para o cientista social, de gerar *intrap*sicologia através das muitas mediações oferecidas pela *inter*psicologia, sendo a primeira concebida como uma espécie de cabeça de ponte para a segunda.²⁹⁵ No fim, só ganharemos alguma “intrap-

294 A obra clássica sobre essa “exteriorização” é ainda William James (1890), *The Principles of Psychology*.

295 Mas, infelizmente, ele não contava com a alegoria das tecnologias da informação para materializar sua rede de conexões e, em vez disso, tinha de contentar-se com a metáfora livre dos “raios imitativos”. Para as limitações de Tarde, ver Bruno Karsenti (2002), *L'imitation. Retour sur le débat entre Durkheim et Tarde*.

sique” se travarmos relações com diversas “extrapsiques” ou aquilo que se pode chamar de substâncias estimuladoras da mente, isto é, *psicotrópicas* ou – para recorrer a mais uma expressão sobre alma gerando entidades – *psicogênicas*.²⁹⁶ Se você encarar o que vem de fora como um mediador capaz de permitir ao próximo agente comportar-se da mesma maneira, todo o cenário do interior e exterior pode se modificar para sempre. O titereiro continua manipulando vários cordões, mas cada um de seus dedos dói quando a *marionete* determina o movimento. Quanto mais cordões as marionetes possuem, mais articuladas elas se tornam.²⁹⁷

Finalmente, estamos livres de muita discussão a respeito dos “pesos relativos” da “liberdade individual” e da “determinação estrutural”: cada mediador ao longo da cadeia de ação é um acontecimento individualizado porque se prende a vários outros da mesma natureza. Isto talvez ofereça uma boa ocasião para dizer adeus à noção de “ator”, que venho usando como substituto provisório. O que há de errado com essa palavra não é o fato dela quase sempre se limitar a humanos – já sabemos como superar tais limites –, mas de designar sempre uma *fonte* de iniciativa ou ponto de partida, a extremidade de um vetor orientado em outra direção. É claro que, quando a sociologia do social dominava, era importante insistir em atores, atividade, iniciativa, interpretação, improvisação, justificação, interação e por aí afora –, pois a única atividade possível que o contexto permitia era a de uma causa em busca de consequências, de um mediador buscando intermediários passivos que levassem adiante fielmente suas forças. Mas este não é o caso da ANT: a própria teoria da ação é diferente, pois agora estamos interessados em mediadores que *induzam* outros a *fazer* coisas. “Induzir” não é o mesmo que “causar” ou “fazer”: há em seu âmago uma duplicação, um deslocamento, uma translação que modifica

296 Ver Gomart, *Surprised by Methadone*, e Gomart, *Methadone: Six Effects in Search of a Substance*.

297 Constate o efeito poderoso, sobre o público, de marionetes comandadas por manipuladores visíveis no teatro japonês *buraku*.

simultaneamente todo o argumento. Antes, era impossível conectar um ator àquilo que o levava a agir sem acusá-lo de “tirania”, “limitação” ou “escravização”. Isso mudou. Quanto mais *vínculos* ele possui, mais existência acumula. E quanto mais mediadores houver, melhor será.²⁹⁸

Agora é o ator, considerado até o momento um ponto, um átomo ou uma fonte, que terá de ser achatado para assumir o formato de estrela. Como chamaremos este elemento recém-“achatado”? É algo que é “feito para agir”?

Tratar-se-á de algo que se possa “convencer” a agir? Algo “provocado para provocar uma ação”?²⁹⁹ Por que não usar “ator-rede”? Sei que esta expressão continua bizarra porque pode também significar exatamente o contrário, ou seja, uma solução para o dilema ator/sistema que acabamos de rejeitar. Mas já temos a palavra à mão e, afinal, ela não é tão ruim. Portanto, um ator-rede consiste naquilo que é induzido a agir por uma vasta rede, em forma de estrela, de mediadores que entram e saem. Suas muitas conexões lhe dão a existência: primeiro os vínculos, depois os atores. Sem dúvida, a expressão cheira a “sociologismo”, mas só enquanto insistimos mais no “ser” do que no “ter”. Como enfatizou Tarde há muito tempo, a família do “ter” é bem mais numerosa que a do “ser” porque, no caso da segunda, não conhecemos nem os limites nem a direção. Possuir é também ser possuído; estar vinculado é manter e ser mantido.³⁰⁰ “Posse” e todos os

298 “Vínculo” é outra palavra para aquilo que tentei captar com a expressão provisória “factiche”. Ver também Emilie Gomart e Antoine Hennion (1998), *A sociology of attachment: music amateurs, drug users*.

299 Ver François Jullien (1995), *The Propensity of Things: Toward a History of Efficacy in China*.

300 “Até hoje, a filosofia se apoiou no verbo *ser*, cuja definição lembra uma pedra de Roseta à espera de decifração. Pode-se dizer que, caso houvesse buscado apoio no verbo *ter*, muitas discussões estereis... seriam evitadas. Do princípio ‘eu sou’ é impossível deduzir outra existência que não a minha, apesar de todas as sutilezas do mundo. Mas afirmemos primeiro o postulado ‘eu tenho’ como fato básico e, então, tanto *tive* quanto *tendo* surgem ao mesmo tempo como identidades inseparáveis.” Tarde, *Monadologie et Sociologie*, p. 86.

seus sinônimos são, pois, bons vocábulos para remanejarmos o significado do que seria uma “marionete social”. Os cordões continuam aí, mas veiculam autonomia e escravidão, dependendo da *maneira* como são manipulados. A partir de agora, ao falarmos de ator, deveremos sempre acrescentar a vasta rede de vínculos que o levam a atuar. Quanto à emancipação, isto não significa “libertado de laços”, mas *bem*-vinculado.

Apesar das críticas que teci sobre o conceito de sociedade – em oposição ao que propus chamar de coletivo –, uma solução ainda mais radical seria considerar esses feixes de atores-redes no sentido que Whitehead atribui à palavra “sociedade”. Para ele, sociedades não são agrupamentos de laços sociais – como talvez tenham suposto Durkheim e Weber –, e sim todos os grupos de entidades compósitas que *persistem* no tempo e no espaço.³⁰¹ Em suas palavras, uma sociedade precisa de novas associações para continuar existindo. E, é claro, tanto trabalho exige convocação, mobilização, cadastramento e translação de muitos outros – do universo inteiro, quem sabe? O mais impressionante nessa definição generalizada de sociedade é que os significados respectivos de subjetividade e objetividade são completamente remodelados. O sujeito é aquilo que *está* presente? O objeto é aquilo que *esteve* presente? Assim, toda montagem que paga o preço de sua existência na moeda forte do recrutamento e da extensão é, ou *tem*, subjetividade. Isto se aplica a um corpo, a uma instituição, e até a um evento histórico, que Whitehead chama também de organismo. A subjetividade não é um atributo das almas humanas, mas da própria montagem – desde que esta, é claro, persista. Se tivermos em mente esse sentido amplo da palavra sociedade, poderemos atinar de novo com o que Tarde queria dizer com “tudo é uma sociedade e todas as coisas são sociedade”.

301 “O problema com ‘sociedade’, na acepção aqui adotada, é que ela é autossuficiente: em outras palavras, constitui sua própria razão de ser.” Alfred North Whitehead (1929/1978), *Process and Reality: An Essay in Cosmology*, p. 89. Ver Didier Debaise (2003), *Un empirisme spéculative: Construction, Processus et Relation chez Whitehead*.

TERCEIRO MOVIMENTO: CONECTORES

A fábula da “Tartaruga e a Lebre” não lembra a história da “Formiga e a Lebre”? Uma das personagens pula, corre, saltita, dorme, acorda e dá cambalhotas, tão segura está de vencer a corrida e empalmar o prêmio. A outra, porém, não dorme. Vai adiante, mascando incansavelmente; não para nunca de escavar à volta pequenas galerias, cujas paredes nada mais são que barro e saliva através dos quais ela avança e recua. E não é lícito dizer que a Formiga, para grande surpresa da Lebre, vencerá? Apegando-nos obstinadamente à noção de terreno plano e inserindo grampos toda vez que precisamos nos assegurar de formas tridimensionais, temos esclarecido aqui vários tipos de conexões que antes não possuíam existência reconhecível – embora se soubesse muito bem que deviam existir. Recusando-nos a passar ao contexto, a subscrever o local ou a tomar qualquer posição intermediária, não estaremos registrando agora, em nosso relato, uma visão do social raramente considerada até o momento?

No primeiro capítulo da Parte II, reconhecemos que a alternância abrupta entre micro e macro ou ator e sistema não se devia a nenhum aspecto essencial da sociologia, mas sim à sombra projetada sobre a sociedade pelo corpo político. Por esse motivo, imaginamos duas soluções para anular o estímulo que estava levando o observador da interação local ao contexto ou da estrutura à prática localizada. O primeiro movimento transferia o global, o contextual e o estrutural para dentro de lugares minúsculos, permitindo-nos identificar através de quais circulações de mão

dupla esses lugares poderiam adquirir relevância para outros. O segundo movimento transformava cada lugar no ponto de chegada provisório de outros locais distribuídos pelo tempo e espaço, com cada um se tornando o resultado da ação a distância de outro agente. Como já adverti o leitor várias vezes, só depois que os dois movimentos corretivos foram executados assiduamente aparece um terceiro fenômeno, o único que merece os esforços da abstração a que devemos nos entregar.

Chegou a hora da Formiga ir buscar seu prêmio. O que acontece quando praticamos os dois gestos, localizar o global e distribuir o local... *juntos*? Toda vez que uma conexão deve ser estabelecida, um novo tubo condutor deve ser instalado e um novo tipo de entidade deve viajar por ele. Aquilo que circula, por assim dizer, “dentro” do tubo é o próprio ato de atribuir uma dimensão a alguma coisa. Sempre que um lugar intenta agir em outro, precisa atravessar um meio, transportando alguma coisa durante todo o percurso; para continuar agindo, precisa preservar algum tipo de conexão mais ou menos durável. Ao contrário, cada lugar é agora o alvo de muitas dessas atividades, a encruzilhada de muitas dessas trilhas, o abrigo provisório de muitos desses veículos. Os locais, agora transformados definitivamente em atores-redes, são movidos para o segundo plano; as conexões, veículos e vínculos avançam para o primeiro plano. Tão logo fazemos isso, vemo-nos diante da superposição de diversos canais tão intrincados e múltiplos quanto os que o anatomista encontraria, caso pudesse abarcar simultaneamente todos os circuitos de nervos, sangue, linfa e hormônios encarregados de manter a existência do organismo. “Redes admiráveis” (*de retia mirabilia*) é a expressão que os histologistas cunharam para registrar algumas dessas formas extraordinárias. Quão mais miraculoso do que o corpo nos parece agora o social! Poderá a sociologia, como disse Whitehead a propósito da filosofia, não apenas começar, mas também *acabar* no deslumbramento?

Espero ter deixado claro que esse achatamento não significa que o próprio mundo dos atores também foi achatado. Bem ao contrário, eles ganharam espaço suficiente para desdobrar seus gerúndios contraditórios:

escalando, ampliando, inserindo, “panoramizando”, individualizando etc. A metáfora do terreno plano foi apenas um meio, para os observadores da ANT, de distinguir claramente seu trabalho do trabalho daqueles que os inspiraram. Se o analista quiser decidir de antemão e *a priori* a escala em que estão inseridos todos os atores, boa parte do trabalho a ser feito para *estabelecer* conexões simplesmente desaparecerá de vista. Só tornando plana a posição padrão do observador é que a atividade necessária para gerar alguma diferença de tamanho pode ser detectada e registrada. Se a metáfora geográfica já está um tanto corroída, a da contabilidade consegue substituí-la – embora eu talvez a tenha usado demasiadas vezes. Os custos de transação para mover, conectar e reunir o social podem agora ser pagos até o último centavo, permitindo-nos resistir à tentação de que a escala, a inserção e a ampliação possam ser consideradas nulas sem o gasto de energia, sem o recrutamento de algumas outras entidades, sem o estabelecimento de conexões muito dispendiosas.

Não importam as metáforas que adotemos, elas apenas nos ajudam a contrabalançar o peso da inércia social. Fazem parte de nossa infralinguagem. Uma vez mais, tudo acontece como se a ANT não colocasse a teoria social no mesmo nível que os sociólogos do social. O que estes entendem por teoria é uma visão positiva, substantiva e sintética dos ingredientes formadores do social – e seus relatos podem ser às vezes muito sugestivos, muito vigorosos. Com a ANT, levamos a teoria um passo adiante no rumo da abstração: é uma grade negativa, vazia e relativista, que nos permite *não* sintetizar os ingredientes do social no lugar do ator. Como nunca é substantiva, nunca tem o poder de outros tipos de relatos. Mas aí é que está o problema. As explicações sociais tornaram-se ultimamente muito corriqueiras, muito automáticas; elas passaram do prazo de validade – e as explicações críticas, mais ainda. Tantos ingredientes penetraram na sociedade, indivíduo, cognição, mercado, império, estrutura e interações diretas, que ficou tão impossível arrancá-los de lá quanto ler as centenas de milhares de linhas codificadas de um sistema operacional comercial – para não falar em reescrevê-las. Por isso, temos de garantir que cada entidade tenha sido reformulada, redistribuída, desemaranhada e “dissocializada”

para que a tarefa de reuni-las de novo possa ser bem feita. Quando mudamos para a ANT, parecemos motoristas preguiçosos reconvertidos ao hábito de andar; precisamos reaprender que, para atingir o alto da montanha, teremos de dar um passo de cada vez, pé direito depois de pé esquerdo, sem pular nem correr, pelo caminho todo até o amargo final! Mostrarei, na Conclusão, por que esse ponto é tão importante não apenas em ciência, mas também em política.

Três questões podem agora ser abordadas em nossa discussão. A primeira consiste em detectar o tipo de conexões que possibilitam o transporte de ações a grande distância e compreender por que elas são tão eficazes na formatação do social. A segunda, em perguntar qual é a natureza das ações assim transportadas e atribuir um sentido mais preciso à noção de mediador que venho utilizando. Finalmente, se este argumento sobre conexões e conectores é correto, talvez possamos encarar uma consequência lógica que já deve ter intrigado os leitores: o que existe *entre* as conexões? Até onde vai nossa ignorância a respeito do social? Em outras palavras, quão vasta é a *terra incógnita* que teremos de deixar em branco nos nossos mapas? Após nos queixarmos muito, neste livro, de que o social dos sociólogos tenha sido tão mal embalado – não podemos inspecionar sua composição nem checar seu grau de pureza –, chegou a hora de avaliar de maneira bem mais positiva o trabalho realizado pelas ciências sociais para traduzir o social rastreável.

DOS PADRÕES À COLETA DE ENUNCIADOS

Antes de prosseguir, façamos um pequeno teste para ver se somos capazes de abordar um tópico em que a escala esteja obviamente envolvida, *sem* extrair nenhuma conclusão quanto às respectivas dimensões de todos os agentes ao longo da cadeia. Isso nos permitirá deduzir quão esper-tos nos tornamos em evitar tanto o local quanto o global.

Considere, por exemplo, as fotos que mostram Alice votando na França durante uma eleição geral. Percorra-as da primeira à última e tente descobrir se uma é mais local ou mais global que outra. A primeira, em que Alice estuda o *Le Monde* para decidir qual partido escolherá, não pode ser considerada local porque só Alice aparece consultando o periódico à mesa da copa. O mesmo assunto deste jornal foi lido naquele dia por milhões. Alice é bombardeada por um dilúvio de clichês, argumentos, colunas e opiniões com base nos quais tem de tomar sua decisão. Mas a última imagem, que dá o resultado do pleito, também não pode ser considerada global, a pretexto de que “a França inteira” está resumida na tela da televisão (com a vitória surpreendente da Esquerda). Dentro do apartamento de Alice, o gráfico que aparece na tela só tem alguns centímetros de largura. Assim, uma vez constatado que nenhuma das imagens sucessivas dessa fotomontagem é menor ou maior que qualquer outra, o traço principal de sua *conectividade* se torna patente – embora imperceptível nas fotos individuais!³⁰² Alguma coisa está circulando aqui da primeira à última. Na escura cabine de votação, o parecer de Alice se transforma numa cédula que ela assinou e que os mesários colocam em seguida na urna, de onde sai para figurar anonimamente num gráfico cuja soma será transmitida ao escritório central do Ministério do Interior e acrescentada a outras. Qual a relação entre a “pequena” Alice e a “França como um todo?” *Esse caminho*, traçado por *esse* instrumento, torna fisicamente possível estabelecer, graças à circulação de tecnologias gráficas, um vínculo entre Alice e a França, cuja exata rastreabilidade foi sendo aos poucos elaborada durante dois séculos de violenta história política e reformas eleitorais polêmicas.³⁰³ A lacuna que separa “interação” e “contexto” teria camuflado a maquinaria

302 Esse é o argumento principal sobre manchas de imagem e *fluxos* de imagem em Latour e Weibel, *Iconoclash*. Sobre esse exemplo escolhido pode-se encontrar mais em 1966 em Latour e Hermant, *Paris the Invisible City*.

303 Ver Latour e Weibel, *Making Things Public*; Heurtin, *L'Espace Public*.

complexa responsável por conexões contínuas entre os locais, nenhum dos quais é grande ou pequeno.

Assim que nos concentramos naquilo que circula de local em local, as primeiras entidades a entrar em foco são *formas*.³⁰⁴ Poucas palavras são mais ambíguas, e, contudo, este é exatamente o tipo de tópico que a mudança na teoria social nos permite ver sob nova luz.³⁰⁵ Em geral, entendemos forma no sentido abstrato, e não material. Sem dúvida, caso esqueçamos que num mundo plano nenhum salto é permitido, o formalismo se torna uma descrição adequada de si mesmo: tentamos então dar uma descrição formal do formalismo... e Deus sabe que tentativas assim nunca faltaram! Mas, tão logo percebemos que cada local precisa estabelecer sua conexão com outro por meio de um deslocamento, a noção de forma assume um sentido bastante concreto e prático: forma é simplesmente aquilo que permite a alguma coisa ser transportada de um lugar para outro. Ela se torna então um dos tipos de translações mais importantes.

Tal deslocamento do ideal para o material pode ser estendido à *informação*. Prover uma peça de informação é a ação de colocar algo dentro de uma forma.³⁰⁶ Mas, agora, a palavra assume um sentido muito mundano, muito prático; ela pode ser um pedaço de papel, um documento, um relatório, um relato, um mapa, seja o que for que realize o feito incrível de transportar um local para dentro de outro sem deformação através de

304 Lembremo-nos de que qualquer sítio será tomado como ator-rede se for a fonte daquilo que age a distância em outros – por isso sua forma de estrela – e o ponto final de todas as transações que levam a ele – daí, novamente, sua forma de estrela. Portanto, a palavra “local” não deve ser vista como sinônimo de “lugar”, que abandonamos no capítulo anterior.

305 Introduzi a expressão de recursos de inscrição em Bruno Latour e Steve Woolgar (1986), *Laboratory Life: The Construction of Scientific Facts*.

306 Os francófonos têm a grande vantagem de ouvir ainda, na palavra *forme*, a mesma etimologia de seus amados *fromages*, sendo os queijos, literalmente, leite fermentado vertido numa *forme* ou *fourme*. Para eles, gastronomia e epistemologia andam juntinhas!

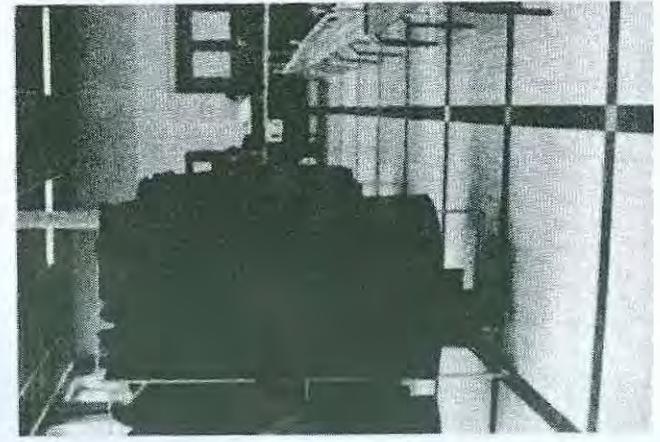
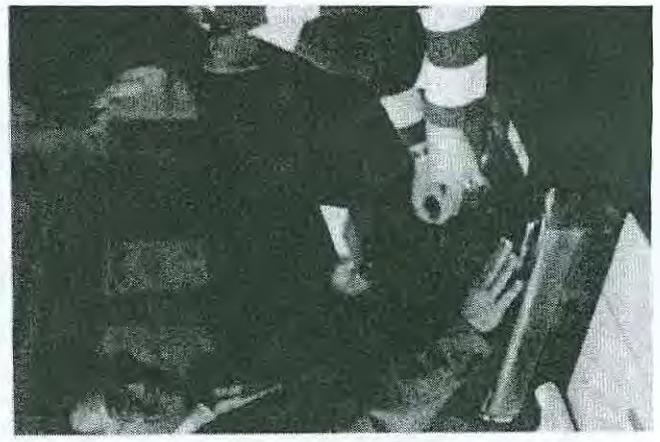
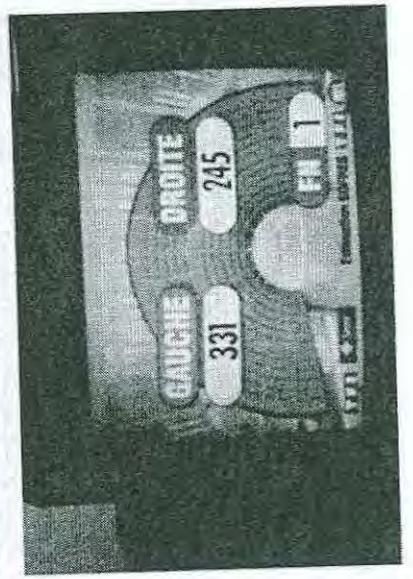
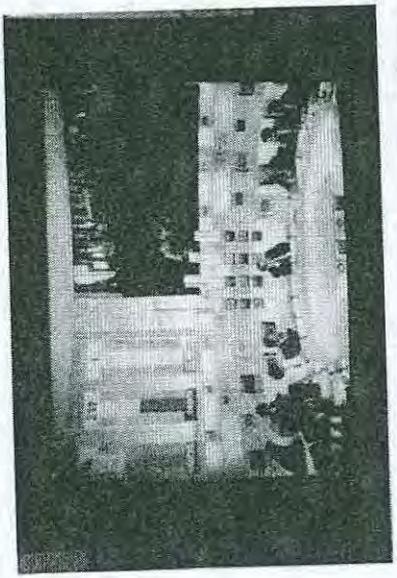
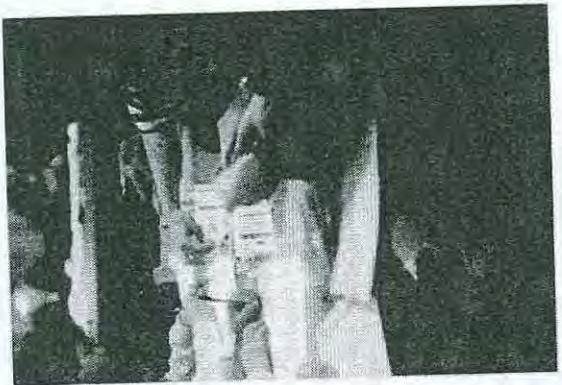
transformações massivas.³⁰⁷ Veja, no caso do voto de Alice, quantas metamorfoses sua opinião sofreu, embora haja sido fielmente registrada – se é que não houve nenhuma fraude pelo caminho. Foi para registrar tais exigências contraditórias do formalismo que propus, há muito, a expressão “móveis imutáveis”.³⁰⁸ Uma vez mais, a atividade científica oferece inúmeros casos notórios de transporte por meio de transformações, desde as humildes e fedorentas tarefas do taxidermista de espécimes animais raros³⁰⁹ até a mais elevada, mas igualmente prática, escrita de equações, através da construção de um aparato estatístico ou a mesma tarefa humilde de grampear e arquivar documentos de todas as nuanças e cores. Não importa o meio, agora é possível uma descrição material do formalismo, enfatizando-se a capacidade de conexão das formas – concebidas como viáveis no plano físico – e disseminando-se ainda a ideia segundo a qual os próprios formalismos poderiam ser formalmente descritos.³¹⁰

307 Há uma rica literatura sobre “forma”, inclusive Jacques Derrida (1998), *Of Grammatology*; François Dagognet (1974), *Écriture et Iconographie*; Elizabeth Eisenstein (1979), *The Printing Press as an Agent of Change*; e Goody, *The Domestication of the Savage Mind*. Para obras recentes sobre formalism, ver Eric Livingston (1985), *The Ethnomethodological Foundations of Mathematical Practice*; McKenzie, *Mechanizing Proof*; Hélène Mialet (2003), *Reading Hawking's Presence: An Interview with a Self-Effacing Man*; Rosental, *La Trame de l'Évidence*; Bryan Rotman (1993), *Ad Infinitum: The Ghost in Turing Machine. Taking God out of Mathematics and Putting the Body Back In*; e Andrew Warwick (2003), *Masters of Theory: Cambridge and the Rise of Mathematical Physics*. Derrida nunca deixou de refletir sobre o estranho tipo de materialidade implícita nos arquivos – ver Derrida (1995), *Archive Fever: A Freudian Impression*.

308 Uma expressão que introduzi em Latour, *Science in Action*, para descrever não deslocamento *sem* transformação, mas deslocamento *por meio de* transformações. Ver também o artigo capital de Thévenot, *Rules and implements: investment in forms*, que associa padronização, economização e formatação.

309 Susan Leigh Star e Jim Griesemer (1989), *Institutional Ecology, 'Translations' and Boundary Objects: Amateurs and Professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology, 1907-1939*.

310 Harry Collins (1990), *Artificial Experts: Social Knowledge and Intelligent Machines*, e MacKenzie, *Mechanizing Proof*, dão bons exemplos da riqueza de uma redescoberta do formalismo, como a feita por Galison, *Image and Logic*.



A primeira consequência notável de se atentar para a rastreabilidade material de móveis imutáveis é podermos definir com mais facilidade o que tem sido tão importante na sociologia do social desde o princípio. Esta será também a ocasião para eu me desculpar pela maneira aparentemente arrogante com que tratei os mais velhos e melhores. Confesso agora que não foi sem escrúpulos que ao longo do livro critiquei tanto a maneira como as ciências sociais abordaram o problema da formatação. Na verdade, a sociologia do social tem sido surpreendentemente bem-sucedida. Suas realizações são mesmo de impressionar e tornaram possível, para todos nós, “possuir” uma sociedade na qual viver.³¹¹ Sei, desde o começo, que embora aquelas sociologias elaborem teorias sociais estranhas porque interrompem a tarefa da reaglutinação social, esse é exatamente o motivo pelo qual se mostram tão boas em *realizá-la*, ou seja, em *formatar* as relações entre local. Sua fraqueza é sua força, ou melhor, sua força ao estabelecer o social é que lhe dificulta a tarefa de reagrupá-lo. Assim, bem pesadas as coisas, os críticos da sociologia do social metem os pés pelas mãos quando se esquecem de levar em conta sua extraordinária eficácia na geração de um tipo de vínculos: os sociais, ou pelo menos a parte do social que foi estabilizada. Não pode haver nada de errado em formar, formatar ou informar o mundo social.³¹²

Desmerecer as ciências sociais por serem formais seria como criticar um dicionário por dispor os verbetes de A a Z ou um farmacêutico por colar rótulos em todos os seus frascos e caixas. A tarefa de estabilizar as cinco fontes de incerteza é tão importante quanto a de mantê-las em aberto.

311 Ver Alain Desrosières (2002), *The Politics of Large Numbers: A History of Statistical Reasoning*; Theodore M. Porter (1995), *Trust in Numbers: The Pursuit of Objectivity in Science and Public Life*; e Norton Wise (1995), *The Values of Precision and Exactitude*.

312 Por isso não há razão para deplorar o primado daquilo que Garfinkel designa, um tanto ironicamente, por FA (“Formal Analysis”) do “movimento social mundial”. “Pensar como um sociólogo implica aderir à crença de que não existe ordem na concretude do cotidiano.” Garfinkel, *Ethnomethodology’s Program*, p. 136.

Embora confundir as duas constitua um equívoco perigoso, seria ridículo não abordar a segunda, sob o pretexto de que a primeira tem de ser abordada da mesma maneira. Ao contrário, uma vez assumida por completo a primeira tarefa, de suscitar controvérsias sobre o mundo social – como fiz na Parte I –, a importância decisiva da segunda, de reforçar fronteiras, categorias e decisões, tem de ser igualmente reconhecida.³¹³ Se é um grande equívoco metodológico restringir de antemão e no lugar do ator o alcance das entidades que devem povoar o mundo social, seria tanto ou mais patético não reconhecer o trabalho incansável que fazem para limitar o repertório dos actantes e manter as controvérsias a distância. Uma vez mais, ainda que se tenha tornado um pouco irritante, o único lema viável é “seguir os próprios atores”. Sim, cumpre segui-los quando *multiplicam* entidades e também quando as *reduzem*.

Devemos agora aprender a respeitar os formalizadores, os classificadores, os categorizadores e os numeradores, assim como aprendemos antes a condená-los por interromperem cedo demais a tarefa de associar e compor. Reconheço que essa nova ginástica corretiva talvez nos deixe doloridos, mas quem disse que a prática da ciência social é indolor? Se os atores estão sempre ocupados, fazendo várias coisas ao mesmo tempo, não convém nos tornarmos tão flexíveis, articulados e habilidosos quanto eles? Se as ciências sociais *in-formam* o social, então essas formas precisam ser seguidas com tanto cuidado quanto as controvérsias. Isso ocorre sobretudo agora que já não corremos o risco de confundir semelhante estudo do formalismo com sua descrição formalista. As formas não “perderam” nada. Não “ignoraram” nenhuma dimensão humana, concreta, vivida. Elas não são nem “frias” nem “empedernidas” – e não deixam de ter uma “face humana”. Acompanhar a feitura, a sintonização, a disseminação e a manutenção dos móveis imutáveis não nos afastará um minuto sequer das estreitas galerias da prática.³¹⁴ Uma oposição já incapaz de nos deter

313 Outra forma do princípio de irredução, como definido em Latour, *Irreductions*.

314 Um bom exemplo está em Bowker e Star, *Sorting Things Out*. Seria “concretude des-

é a que supostamente faria entrarem em choque as sociologias positivista e interpretativa. Suas intuições, depois de cuidadosamente redistribuídas, mostram dois aspectos sucessivos de agrupamentos sociais.³¹⁵

Para acompanhar a estabilização das controvérsias, nada mais útil que trazer ao primeiro plano a noção crucial de *padrões*. Podemos dizer que a sociologia do social circula à maneira dos padrões físicos ou, melhor ainda, que as ciências sociais fazem parte da *metrologia*. Antes dos estudos de ciência, e especialmente da ANT, a padronização e a metrologia eram pequenos campos especializados, acanhados, poeirentos, desprezados. Entenda-se: suas maiores realizações eram obscurecidas pelo abismo entre local e global que, como vimos, não passa de um artefato. Quando o local e o global desaparecem, a suprema importância dos padrões e as imensas vantagens hauridas da metrologia – no sentido mais lato do termo – se tornam óbvias.

Tomemos, por exemplo, o caso da peça de platina de um quilograma preservada no Instituto Internacional de Pesos e Medidas (*Bureau International des Poids et Mesures*), num nicho profundo dentro do Pavilhão Breteuil no parque de Sèvres, arredores de Paris. Trata-se de uma convenção? Sim. De um objeto material? Sim. De uma instituição internacional? Ainda uma vez, sim. Representa a ponta de uma cadeia metrológica, o modelo ideal a que outras cópias inferiores são comparadas em cerimônia solene a cada dois anos? Sim, sim. Não há dúvida: é um híbrido. No entanto, são justamente essas entidades confusas que permitem a todas as redes metrológicas do mundo terem uma espécie de “peso comum”. Uma referência metrológica como o quilograma é local ou global? Local, pois se acha em alguma parte e circula dentro de caixas próprias, usando sinais típicos, em

locada” criticar os que formatam como “abstratos”. É o limite de Lave, *Cognition in Practice*, que por outro lado revela uma bem-vinda atenção à prática.

315 Quando, mais tarde, tratarmos do plasma, reconsideraremos a grande vantagem da posição de Garfinkel e entenderemos por que, muito provavelmente, enveredou pelo caminho errado devido à sua ligação com a fenomenologia.

determinadas ocasiões e de acordo com alguns protocolos.³¹⁶ É global? Claro, uma vez que sem padrões como o watt, o newton, o ohm, o ampère – ou seja, sem o *Système International d’Unités* –, não existiria global de espécie alguma, pois nenhum lugar teria a “mesma” hora, a “mesma” distância, o “mesmo” peso, a “mesma” intensidade de corrente elétrica, os “mesmos” reagentes químicos, os “mesmos” materiais de referência biológicos etc. Não haveria parâmetros, não haveria pontos de partida. Todos os locais seriam para sempre incomensuráveis.

Os padrões e a metrologia resolvem na prática a questão da relatividade, que parece intimidar tanta gente: podemos obter algum tipo de acordo universal?³¹⁷ Sem dúvida! Mas desde que encontrássemos uma maneira de ligar o instrumento local a uma das muitas cadeias metrológicas cuja rede física pudesse ser plenamente descrita e cujo custo pudesse ser meticulosamente determinado. E desde que, também, não houvesse nenhuma suspensão, nenhuma ruptura, nenhuma lacuna e nenhuma incerteza em qualquer ponto da transmissão. Com efeito, a rastreabilidade é o grande negócio da metrologia! Não se aceita a descontinuidade, e é justamente disso que a ANT precisa para traçar a topografia social. A nossa teoria social tomou a metrologia como exemplo destacado daquilo que significa expandir-se *localmente por toda parte*, ultrapassando tanto o local quanto o universal. As condições práticas para a expansão da universalidade estão

316 Existe hoje uma vasta literatura sobre a extensão prática das redes por meio de padrões. Ver Ken Alder (1995), *A Revolution to Measure: The Political Economy of the Metric System in France*; Rexmond Canning Cochrane (1976), *Measures for Progress: A History of National Bureau of Standards*; Alexandre Mallard (1996), *Les instruments dans la coordination de l’action: pratique technique, métrologie, instrument scientifique*; Mélard, *L’Autorité des instruments*; e Joseph O’Connell (1993), *Metrology: The Creation of Universality by the Circulation of Particulars*. A obra mais decisiva foi feita em Simon Schaffer (1988), *Astronomers Mark Time: Discipline and the Personal Equation*, e (1991b), *A Manufactory of OHMS, Victorian Metrology and Its Instrumentation*.

317 Exemplo impressionante do uso da metrologia no debate da corrida armamentista foi dado por Don MacKenzie (1990), *Inventing Accuracy: A Historical Sociology of Nuclear Missile Guidance*. Ver também Galison, *Einstein’s Clocks*.

abertas à pesquisa empírica. Não é por acaso que tenha sido feito tanto trabalho por historiadores da ciência sobre a extensão localizada e material dos universais. Considerando-se quanto os modernizadores investiram na universalidade, a façanha não é pequena.

Tão logo você toma o exemplo da metrologia e da padronização científicas como seu ponto de referência para acompanhar a circulação dos universais, você também pode usar a mesma operação para outras circulações menos rastreáveis, menos materializadas: boa parte da coordenação entre agentes se faz pela disseminação de *semipadrões*. No caso de inúmeros tipos de traços, a metáfora é muito fácil de entender: como ficaria uma atividade econômica qualquer sem princípios contábeis e manuais das melhores práticas? Se, digamos, você passar do formato contábil americano para o da União Europeia, oferecerá aos investidores diferentes recursos para ajudá-los a fazer seus cálculos: as empresas europeias lucrativas incidiriam no vermelho, e as outras no preto.³¹⁸ Decerto, quem considera a economia uma infraestrutura não ligará para essa “pequena diferença” na contabilidade; dirá que ela nada é em comparação com o “impacto real” das forças econômicas em baixa. Mas quem precisa entender o que significa calcular alguma coisa, externalizar alguns elementos e internalizar outros para, literalmente, levá-los *em conta* acompanhará cada detalhe minúsculo dessa “disputa técnica” porque explicar o que vem a ser lucro, exploração ou mais-valia depende inteiramente dessas bagatelas.³¹⁹ Se as

318 Considerem-se os padrões da International Accounting Standards Board (IASB), uma empresa privada com sede em Londres, à qual a União Europeia delegou parte do trabalho. Inúmeros exemplos contundentes do modo como as “microtécnicas” de contabilidade controlam as “macroconsequências” do lucro e das teorias econômicas podem ser encontrados no jornal *Accounting, Organizations and Society*. Ver também Tomo Susuzi (2003), *The epistemology of macroeconomic reality: The Keynesian Revolution from an accounting point of view*.

319 Ver Alexandra Minvielle (no prelo), *De quoi une entreprise est-elle capable?*. Sobre “desdobrar-se” no tempo e no espaço “fazendo” espaço e tempo, ver o número especial de *Organizations* e, especialmente, G. Jones, C. McLean e Paolo Quattrone (2004), ‘Spacing and Timing’: Introduction to the Special Issue of *Organization* on ‘Spacing and Timing’.

economias são produto da *economia*, como afirmou Michel Callon, as humildes ferramentas de trabalho que permitem a coordenação afluem imediatamente para o primeiro plano.

Outras circulações de padrões parecem mais vagas, embora sua rastreabilidade continue boa na medida em que o observador não permita à ingerência da “explicação social” cortar esse fio de Ariadne. Como você ficaria sabendo qual é a sua “categoria social” sem o enorme trabalho das agências de estatística para definir, se não para padronizar, as faixas de renda? Como uma pessoa se identificaria como “de classe média alta”, “de classe média em ascensão” ou “de classe média baixa” se não lesse jornais? Como conheceria seu “perfil psicológico” sem umas tantas pesquisas estatísticas, umas tantas reuniões profissionais, umas tantas consultas com especialistas? De que modo o psiquiatra classificaria um doente mental sem recorrer ao Manual Diagnóstico e Estatístico das Doenças Mentais?³²⁰ De nada vale sustentar que essas categorias são arbitrárias, convencionais e vagas ou, ao contrário, muito compartimentadas e pouco realistas. Elas resolvem, na prática, o problema de disseminar um padrão por toda parte, localmente, graças à circulação de algum documento rastreável – embora a metáfora do documento talvez seja um pouco indistinta. Não é que pessoas poderosas “compartimentem” arrogantemente outras, cuja “inefável interioridade” fica assim ignorada e mutilada; ao contrário, a circulação de semipadrões permite que atos anônimos e isolados se tornem lentamente, camada após camada, *comparáveis* e *comensuráveis* – o que sem dúvida constitui boa parte daquilo que entendemos por ser humano. Essa medida comum depende, é claro, da *qualidade* do que for transferido. Não se trata de combater categorias, mas de indagar: “A categoria estará sujeitando ou *sujeitificando* você?” Como vimos no final do último capítulo, a liberdade consiste na fuga a uma sujeição *perversa*, não na *ausência* de sujeições.

Vista desta maneira, podemos agora reconhecer os bons serviços, embora involuntários, que a sociologia do social pode prestar à nossa pes-

320 Stuart A. Kirk e Herb Kutchins (1992), *The Selling of DSM: The Rhetoric of Science in Psychiatry*.

quisa. Ela tornou rastreável a porção do social que será armazenada e estabilizada, do mesmo modo como muitas empresas de serviços públicos, informação e tecnologia, burocracias e, mais geralmente, a disseminação de formatos e critérios vêm divulgando o custo de gerar universalidade. Por isso as ciências sociais são ao mesmo tempo parte e solução do problema: elas revolvem constantemente o fermento coletivo. Talvez pareçam tênues os padrões que definem para benefício de todos a constituição do *social propriamente dito*: nem por isso deixam de ser sólidos. Teorias sobre o que a sociedade é ou deveria ser desempenharam importante papel ao ajudar atores a definir onde estão, quem são, quais pessoas precisam levar em conta, como lhes é possível justificar-se e a que tipo de forças têm de ceder. Se as ciências da natureza, como a física e a química, transformaram o mundo, as ciências da sociedade não transformaram mais ainda aquilo que significa, para humanos, estarem ligados uns aos outros? Os atores podem baixar teorias do social como baixam arquivos MP3. E, sem dúvida, a própria ideia de que “agimos como membros de uma sociedade”, de que “somos responsáveis”, de que “temos compromissos legais”, de que “gênero é diferente de sexo”, de que “convém nos preocuparmos com a próxima geração”, de que “perdemos capital social” etc. circula por meandros que os historiadores intelectuais conseguem reconstituir alcançando quase a mesma precisão com que seus colegas tratam a hora internacional, o ohm, o metro, a contabilidade de entrada dupla ou a generalização do padrão ISSO-9000. As teorias sociais não se acham por trás de tudo isso, estão o mais das vezes em primeiro plano. Cada uma procura se expandir ou, no dizer de Tarde, “sonha conquistar o mundo como Alexandre”. Mesmo que uma teoria social se tornasse hegemônica, nunca seria mais universal que o metro e, como este, não sobreviveria um minuto a mais que as cadeias metrológicas responsáveis por sua sustentação.³²¹

321 Não é necessária nenhuma façanha heróica de reflexão para aplicar esse princípio à sociologia de Tarde e à própria ANT. Não se exige posição privilegiada para entender isso, nem quadros de referência.

Tão logo aprendemos a traçá-la, podemos usar essa topografia para examinar outros condutos que não são continuamente materializados por aparatos estatais, mas ainda assim geram o mesmo efeito com seus movimentos. Os *enunciados abrangentes* desempenham papel idêntico, caso não lhes atribuamos a mera função de “representar” ou “distorcer” forças sociais existentes. Por exemplo, a expressão medieval “*Vox populi, vox Dei*” não “expressa” apenas uma crença popular amplamente disseminada, fruto da eterna sabedoria do povo. À maneira de Alain Boureau, é possível documentarmos muitas das ocorrências desse ato de fala durante a Idade Média, desenhar a forma em rede de seu emprego e concluir que sempre, ao ser usado, ele modificou, embora ligeiramente, a distribuição de papéis e poderes entre *deus, populus, vox* e *rex*.³²² Aprendemos, com a primeira fonte de incerteza, que mesmo uma pequenina alteração nos modos de aludir a grupos pode modificar as atitudes deles. Isso é ainda mais verdadeiro quando o enunciado encerra uma teoria social diferente, como sucede à frase acima, muito instável, que implica, à semelhança do relevo sutil esculpido na superfície de uma pedra preciosa, toda uma interpretação dos vínculos entre teologia e política.

Enunciados abrangentes não são fatos raros e exóticos. Pense no que acontece quando um norte-americano exclama com orgulho “Este é um país livre!” ou um francês observa “*On est en République quand même!*”. E vale considerar quantas posições se modificam quando o “princípio de precaução” é invocado por burocratas europeus contra a definição ameri-

322 Afora Alain Boureau (1992), *L'usage de Vox Populi, Vox Dei e l'invention de la nation anglaise (VIIIe-XIIIe)*, um exemplo atual é dado pela palavra “environnement” em Florian Charvolin (2003), *L'invention de l'environnement en France. Chroniques anthropologiques d'une institutionnalisation*. Para uma teoria geral dos macro-atores, ver Cooren, *The Organizing Property of Communication*. Num tom diferente, Jean-Pierre Faye (1972), *Langages totalitaires*, apresenta outra maneira de levar a sério o poder de conexão de declarações específicas. Para o uso de ferramentas sociolinguísticas, ver Lorenza Mondada (2000), *Décrire la ville: La construction des savoirs urbains dans l'interaction et dans le texte*.

cana, mais clássica, de risco.³²³ Que sucede ao público, no Ocidente, quando falamos em “Eixo do Mal” ou exigimos um “islamismo esclarecido”? Graças aos enunciados abrangentes, não apenas percebemos novos vínculos como suscitamos teorias novas e altamente elaboradas sobre o que significa abranger.³²⁴ Eles dão forma ao social por todos os meios práticos possíveis. Eis o poder das “justificativas” analisadas por Boltanski e Thévenot: não têm tamanho, mas, por assim dizer, deixam “medidas” em sua esteira, pois tais expressões permitem às pessoas posicionar-se tanto quanto aos objetos em disputa. Toda vez que uma expressão é usada para justificar um ato, ela não só dá forma ao social como fornece uma segunda instrução sobre como os mundos sociais devem ser formatados.³²⁵ Justamente porque a escala não é um traço fixo do social, os enunciados abrangentes desempenham um papel tão importante. Quando apenas representam, concretizam ou objetivam uma coisa (por exemplo, o contexto social por trás deles), sua eficácia se perde. Mas tão logo são retomados como padrões em circulação ao longo de finas cadeias metrológicas, transformam-se claramente em fonte daquilo que entendemos por estar em sociedade. Sem enunciados abrangentes, como coletaríamos o coletivo?

323 Em sua obra sobre a expressão “precautionary principle” nos escritórios europeus, ver Jim Dratwa (2003), *Taking Risks with the Precautionary Principle*.

324 Um belo exemplo da capacidade de conexão dos argumentos está em Michael Baxandall (1985), *Patterns of Intention. On the Historical Explanation of Pictures*. Timothy Mitchell (2002), *Rule of Experts: Egypt, Techno-Politics, Modernity*, apresenta um dos melhores casos da utilidade de se estudar, além do postulado “desenvolvimento”, o poder formatador das tecnologias intelectuais.

325 Boltanski e Thévenot, *On Justification*. A sociologia de Boltanski é meio filosofia kantiana e meio procedimento de coletar e pôr em circulação declarações. Não há dificuldade em reposicionar o segundo e eliminar a primeira.

ENFIM, MEDIADORES

Agora que sabemos como navegar pelo terreno plano e reconhecer a energia formatadora da sociologia do social, podemos dar o próximo passo, tão difícil quanto lógico. A eficácia metrológica das ciências sociais é que lhes dificulta encarar o social como associação. Justamente porque consegue calibrar e demarcar bem as definições *estabilizadas* do social é que considera impraticável o dimensionamento de recém-chegados, sempre prontos a intervir no curso de controvérsias. Quanto melhor se é ao definir o social “mais antigo”, pior se é ao definir o “novo”. A situação se repete ponto por ponto com os campos técnicos da metrologia: eles permitem a todos os outros laboratórios fazerem ciência, mas não constituem a fonte da maioria das descobertas – embora se disponham a utilizar qualquer fato novo para aprimorar a acuidade de seus instrumentos em algumas casas decimais.³²⁶ A metrologia não é a totalidade da ciência, assim como a sociologia do social não o é da sociologia. O social que constitui a sociedade representa apenas uma parte dos grupos formadores do coletivo. Para reagrupar o social, será necessário, afora a circulação e a formatação de laços sociais tradicionalmente concebidos, descobrir outras entidades que circulem.

A descoberta fica mais fácil quando aprendemos a não confundir o social já agrupado com a tarefa de reagrupá-lo e quando não mais substituímos as entidades procuradas por algo construído de material social. Localizando a circulação, produção, formatação e metrologia do social dentro de condutos estreitos, expansíveis e valiosos, abrimos um espaço em que outros tipos de entidade possam começar a circular.

Entretanto, se quisermos aproveitar essa pequena “janela de oportunidade”, teremos de modificar o esquema padrão de nossas pesquisas. Não deveremos dizer: “Frente a um objeto, ignorem seu conteúdo e inves-

326 Ver Cochrane, *Measures for Progress*. Infelizmente, o surpreendente artigo de P. Hunter (1980), *The National System of Scientific Measurement*, pelo que sei, não foi atualizado.

tiguem apenas os aspectos sociais que o cercam”. Digamos antes: “Frente a um objeto, atentem primeiro para as associações de que ele é feito e só depois examinem como ele renovou o repertório de laços sociais”. Em outras palavras, precisamos descobrir por que os sociólogos hesitam tanto em ficar face a face com as entidades não sociais responsáveis pela formação do mundo social, ainda que este maravilhoso encontro seja uma experiência corriqueira. É como se não conseguíssemos encarar os intrigantes fenômenos que continuam proliferando quando imaginamos que a vida coletiva está à beira do colapso. Por que, tratando-se de religião, nossa tendência é restringir a pesquisa às suas “dimensões sociais” e considerar virtude científica *não* estudar a própria religião? Quando às voltas com a ciência, por qual motivo nossa primeira reação é apontar polidamente seu “viés científico” e *não* sua objetividade? Como se explica que, pesquisando sobre arte, nos limitemos ao elemento “social” contido na apreciação de uma obra-prima, deixando de lado as outras muitas fontes que a valorizam? Quando estudamos economia, por qual motivo não vamos direto ao assunto, que é o nosso apego aos bens de consumo, em vez de postular um “fator sociológico” na “base” de cálculos puramente racionais? E assim por diante. Tudo ocorre como se nossa primeira reação fosse acolher somente as associações previamente envolvidas num manto de vínculos sociais; como se nunca pudéssemos aceitar o convívio com as personagens em si, mas apenas com as forças sociais que atuam em seu nome. Num período que não prima pela castidade, tamanha pudicícia é mesmo extraordinária: “Esconda-as, por favor, esconda-as, não posso ver essas associações!” ou “Antes de entrar no palácio das ciências sociais, faça o favor de cobrir o rosto com o lenço das explicações sociais”.

Embora nosso contato mais comum com a sociedade esteja sobrecarregado com novos elementos que, em si mesmos, não são parte do repertório social, por que continuamos apegados à sua magra lista de membros aceitos? Semelhante apego fazia sentido durante o período de modernização. Para demarcar um rompimento claro com o passado, parecia lógico limitar antecipadamente a sociedade a um número reduzido

de *personae gratae*. Isso não significa, porém, que a sociedade deva aceitar para sempre o papel de disciplina *sem* objeto. Respeitar o poder formador da sociologia do social é uma coisa; mas outra coisa é insistir apenas na metrologia e ignorar a descoberta de novos fenômenos. Como poderíamos chamar de empírica uma disciplina que só aproveita os dados passíveis de “explicações sociais”? Não exige muita coragem ou imaginação concluir que, posto de lado o modernismo, essa atitude deixa de ter sentido moral, científico ou político.

Consideremos, por exemplo, o que sucederia se abordássemos o estudo da religião munidos do velho aparato padrão. Almas piedosas têm uma estranha obsessão em falar como se estivessem em contato com espíritos, divindades, vozes, fantasmas etc. Essas entidades todas não teriam, é claro, existência alguma na pauta do observador, já que não pertenceriam ao repertório limitado previamente estabelecido de forças atuantes. Então, o que faríamos com as coisas que os atores teimam em designar como “seres reais”? Teríamos de cercá-las de pontos de interrogação, inserir sua existência entre parênteses e enclacrá-las na cabeça do religioso. Precisaríamos, ao pé da letra, *inventar um crente*.³²⁷ Uma primeira esfera fantasiosa começaria a se formar. Ora, como tais entidades não existem, mas ainda assim são “tidas” como reais, devem necessariamente brotar do espírito ou do cérebro de alguém.

Todavia, divindades, espíritos e vozes levam uma vida meio apertada dentro da esfera individual da pessoa. São por demais precisos, técnicos, inovadores. Movem-se com desenvoltura e, obviamente, esgotam a capacidade individual de invenção, imaginação e automistificação. Além disso, os atores insistem em que são induzidos a fazer coisas por entidades existentes “fora” deles! As pessoas comuns não querem que elas sejam apenas objetos de crença e, assim, essas entidades precisam vir do mundo

327 Que essa crença é uma instituição modernista oriunda da crítica, eis um dos aspectos importantes do estudo do iconoclasmo e de todo o repertório dos gestos críticos. Ver Latour e Weibel, *Iconoclasm*.

exterior. Mas então devemos aceitar sua existência? De modo algum, uma vez que não existem – único fato, talvez, “incontestável” no caso. Qual é a única realidade, exterior ao indivíduo, com poder para sustentar a existência de fenômenos inexistentes? A resposta é, sem dúvida, a sociedade – o social feito de matéria social. Aqui, uma segunda esfera, ainda maior, começa a se formar a partir de nossos próprios estudos: a matéria social não existente encarregada de manter a existência de entidades que não existem, mas povoam as mentes estreitas de membros iludidos. E tudo isso em nome da ciência honesta e da cultura séria! Seja como for, as pessoas comuns continuarão afirmando que são levadas a agir por entidades reais *fora* delas mesmas.

Toda ciência, porém, precisa inventar artifícios temerários para tornar o observador sensível a novos tipos de conexões. Evitar as fontes de ação que induzem pessoas a fazer coisas não carece obviamente de sentido empírico? Por que não tomar a direção apontada por seu indicador quando designam aquilo que as “faz agir”? Um provérbio chinês (falso, sem dúvida) reza: “Quando o sábio aponta a lua, o imbecil olha para o dedo”. Acho impossível aceitar que as ciências sociais sejam tão degradantes a ponto de criar disciplinas completas para imbecilizar os pesquisadores. Por que não dizer que, em matéria de religião, só contam os seres capazes de levar pessoas a agir, como todo crente sempre afirmou?³²⁸ Isso seria mais empírico, talvez até mais científico, mais respeitoso e bem mais econômico do que inventar dois lugares impossíveis, irrealis, onde a mente do religioso e a realidade social estivessem ocultas por trás de ilusões que muitas outras geraram. Além disso, que haverá de tão científico na noção de “crença”?

Se esse esquema padrão for aceito – olhe primeiro para o objeto e só depois para o social padronizado –, ficaremos às voltas com uma armadilha. Não sou iludido a ponto de achar que a ANT possa fugir ao destino de todas as teorias: pensar não é resolver problemas difíceis, mas

328 Claverie, *Les Guerres de la Vierge*.

sim deslocá-los. Para que o encontro com os objetos ocorra, outras entidades em circulação precisam garantir-se alguns direitos de cidadania a fim de ter seu assento ao lado dos membros mais velhos. Mas os sociólogos do social não se gabam de terem destruído todos esses objetos exóticos? Será mesmo necessário trazer de volta deuses ao discutir religião, obras-primas ao analisar arte, fatos objetivos ao estudar ciência? Não será justamente esse o obstáculo que a ciência social se orgulha de ter removido? Invocar a existência de entidades não sociais em circulação não é a atitude mais reacionária, retrógrada e arcaica possível? É aí que a Formiga ganha ou perde. Poderíamos prever uma ciência social *capaz de levar a sério seres que induzem pessoas a agir*? Poderá a sociologia se tornar *empírica* no sentido de respeitar a estranha natureza daquilo que é “dado à existência”, como fazem os zoólogos em seus zoológicos e os botânicos em seus herbários? Conseguiremos traçar conexões de um ser não social a outro, em vez de substituir todas as entidades que povoam o mundo por algum *ersatz* feito “de” material social? Simplificando: terá a ciência social um *objeto real* para estudar?

Antes de responder com um sonoro “não”, consideremos por um momento o que aconteceria à sensibilidade de nossos instrumentos se alterássemos o esquema padrão e examinássemos primeiro os objetos, sem sair à cata de explicações sociais. Em seguida, comparemos isso ao modo como a religião foi descurada no exemplo acima. Tomemos as obras artísticas para exemplo.³²⁹ Afora a religião, nenhum outro domínio foi mais achincalhado pela sociologia crítica do que a sociologia da arte. Esculturas, quadros, pratos da *haute cuisine*, músicas eletrônicas e romances foram explicados à saciedade pelos fatores sociais “ocultos por trás” deles. Graças a uma inversão da alegoria platônica da Caverna, todos os objetos de fruição acabaram substituídos por marionetes que projetavam sombras sociais tomadas como a única “realidade verdadeira”

329 Já mostrei, na Parte I, a consequência para o estudo da ciência.

“subjacente” à apreciação da obra de arte. Em parte alguma a explicação social desempenhou melhor o papel de um rei Midas às avessas, transformando ouro, prata e diamantes em pó. No entanto, como se vê na religião, se ouvirmos as pessoas, elas sustentarão demoradamente como e por qual motivo ficam *atraídas, comovidas e afetadas* pelas obras de arte que as “fazem” sentir coisas. Impossível! Proibido! Ser afetado é mera afetação.³³⁰ Que faremos então se mantivermos o velho esquema? Bem, de novo – como em religião, ciência e política – as pessoas são induzidas a iludir-se pela pressão “científica” da ciência social: transformam-se outra vez em crentes! E de novo, como sempre, algumas delas – enfurecidas pela irreverência bárbara das “explicações sociais” – se apresentam para defender a “santidade interior” da obra de arte contra os bárbaros. Lamentavelmente – a encosta é escarpada, o resultado é inevitável – terminamos hesitando entre “internalismo” e “externalismo”, entre estética e explicação social, durante todo o percurso de volta ao jardim de infância.

Sem dúvida, esse não é um dado empírico porque os seres aos quais estamos ligados por meio das obras de arte nunca lembram o social dos sociólogos, mas também *nunca se parecem* com o “objeto” isolado da estética, com seu “espaço interior” de “inefável beleza”. Se, no antigo paradigma, era necessário um jogo de soma zero – tudo quanto a obra de arte perdia o social ganhava, tudo quanto era perdido pelo social era ganho pela “qualidade intrínseca” da obra de arte –, no novo paradigma estamos diante da situação de ganhar ou ganhar: quanto mais apego, melhor.³³¹ Não será essa a experiência mais comum? Você contempla uma pintura e o amigo ao lado aponta um traço em que não reparara: você então é *levado a ver* alguma coisa. Quem a está vendo? Você, é claro. Mas não reconhece de bom grado que nunca a teria visto *sem* a ajuda do amigo? Assim, quem

330 Sigo aqui Antoine Hennion (1993), *La passion musicale: Une sociologie de la médiation*.

331 Ver Antoine Hennion e Geneviève Teil (2003), *Le goût du vin: Pour une sociologie de l'attention*, e Joseph Leo Koerner (2004), *The Reformation of the Image*.

de fato viu o traço delicado? Você ou o seu amigo? A pergunta é absurda. Haveria alguém suficientemente tolo para *deduzir* da soma total de ação a influência do ato de apontar alguma coisa? Quanto mais influência, melhor. E se você puder ir aos poucos influenciando a qualidade do verniz, os procedimentos do mercado de arte, os enigmas dos programas narrativos, os gostos variáveis dos colecionadores que formam um longo cortejo de mediadores, então a qualidade “intrínseca” da obra não diminuirá – ao contrário, será reforçada.³³² Quanto mais “afluência”, melhor.³³³ Vai contra a intuição tentar distinguir o que vem dos “observadores” do que vem do “objeto”, pois a resposta óbvia é “deixar-se levar”. Objeto e sujeito talvez existam; mas tudo o que interessa acontece a montante e a jusante. Apenas siga a corrente. Siga os atores, ou antes, aquilo que os faz atuar: as entidades em circulação.

Na definição pré-relativista do social, aparecia em primeiro plano o participante humano, e depois, graças a uma súbita descontinuidade, o mundo social mais além. Nada que não fosse constituído de laços sociais podia fazer contato com os humanos. Tal a etiqueta dessa estranha diplomacia. Na nova definição, ocorre justamente o contrário: os membros humanos e o contexto social foram relegados aos bastidores; a luz incide agora sobre todos os mediadores cuja proliferação engendra, entre muitas outras entidades, aquilo que chamaríamos de quase objetos e quase sujeitos. Para retomar e inverter o símile astronômico um tanto infeliz que Kant infelicitou mais ainda, em vez de objetos girando à volta de agregados sociais, como na sociologia pré-copernicana, vários agregados sociais agora emanam dos inúmeros vínculos que ocupam o centro

332 Para o tratamento das obras-primas por historiadores da arte, ver Svetlana Alpers (1988), *Rembrandt's Enterprise: The Studio and the Market*, um excelente modelo de tratamento do resto do social, mesmo para aqueles que, como Francis Haskell (1982), *Patrons and Painters: A Study in the Relations Between Italian Art and Society in the Age of the Baroque*, não aceitam nenhuma teoria social explícita.

333 Neologismo em Yaneva, “L'affluence des objets”.

do universo social. Não importa quão frágil seja a metáfora, é essa mudança de perspectiva que a ANT anda procurando. Coisas, quase objetos e vínculos é que constituem o verdadeiro centro do mundo social – não o agente, a pessoa, o membro ou o participante, e muito menos a sociedade com seus avatares. Esta não é uma maneira melhor de, para usar outra expressão de Kant, tornar a sociologia finalmente capaz de “percorrer o caminho seguro da ciência”?

O leitor se lembrará de que, já nas primeiras páginas deste livro, quando precisei definir da maneira mais clara possível a diferença entre sociologia do social e sociologia de associações, tive de dizer, à maneira de Tarde, que a primeira apenas confundira o *explanans* com o *explanandum*: a sociedade é a consequência, não a causa das associações. Na ocasião, essa diferença marcante talvez não tenha soado muito convincente porque apenas invertia o rumo da eficácia causal. Agora posso oferecer uma definição mais precisa: há várias outras maneiras de visualizar o mundo social como um todo, além do conceito restrito proporcionado pelos laços sociais padronizados.

Eu poderia, é claro, manter o argumento mais simples e sustentar, por exemplo, que a ciência não é explicada por fatores sociais, mas o *conteúdo* científico explica a forma de seu *contexto*; que o poder social não explica a lei, mas a prática legal define o que deve ser *cominado*; que a tecnologia não é “socialmente moldada”, mas as técnicas dotam de extensão e durabilidade os *vínculos* sociais; que as relações sociais não “incorporam” cálculos econômicos, mas os cálculos dos economistas propiciam competência aos atores para se comportarem de maneira econômica etc. Embora qualquer dessas inversões possa ser correta nos termos da ANT, continuarão parciais porque manteve intactas as duas posições, a daquilo que explica e a daquilo que deve ser explicado, apenas substituindo uma pela outra. Nessa primeira formulação não é o social que explica as associações, mas as associações que explicam o social.

Agora, porém, que nos acostumamos a percorrer o novo terreno plano, as duas posições desapareceram ao mesmo tempo, juntamente com a urgência de uma explicação social que apelasse para as reservas de laços

sociais já estabilizados: o social não é um lugar, uma coisa, um domínio ou um tipo de matéria, e sim um movimento provisório de associações novas. Essa mudança de topografia permite que o mesmo argumento ANT seja agora apresentado sob uma luz mais interessante, oferecendo, por assim dizer, pistas de aterrissagem para que outras entidades entrem no coletivo, entidades tão completas, onipresentes, respeitáveis e empíricas quanto o social dos sociólogos, mas não seguidas de perto por eles.

Não é que a lei, por exemplo, seja inexplicável pela influência das forças sociais a que está sujeita; e sequer é verdadeiro dizer que a lei deve, por seu turno, explicar a sociedade, pois não há sociedade a ser explicada. A lei tem mais o que fazer: por exemplo, circular pela paisagem a fim de associar entidades *de maneira legal*. A ciência não pode, é claro, ser explicada por seu contexto social; mas não deve ser usada para explicar os ingredientes das relações sociais. Ela também tem mais o que fazer, como circular por aí ligando entidades *de maneira científica*. Embora fosse inútil explicar a religião como uma personificação fantasiosa da sociedade, dizer o contrário não seria muito melhor porque a religião também não tenta explicar a forma da sociedade. Ela tem coisas mais importantes a fazer, como juntar as mesmas entidades que a ciência e a lei juntam, mas *de maneira religiosa*. Dado que explicar a política pelo poder e a dominação é atitude controversa, também não faria muito sentido simplesmente inverter o argumento, pois a política almeja objetivos mais sérios, como retraçar incansavelmente a forma paradoxal do corpo político *de maneira política*. O mesmo se aplicaria a vários outros tipos de *conectores* ora no centro do palco, pois seus deslocamentos é que traçam as conexões sociais – expressão que, já o sabemos, não significa “conexões feitas de social”, mas novas associações entre elementos não sociais.

Chegamos agora ao ponto crítico: deslocamento, sim... mas *de quê?* Por que falar em “maneiras” de associar legais, religiosas, científicas, técnicas, econômicas e políticas? E como comparar isso com os traços deixados pelas definições meticulosas de laços sociais? É aqui que o símile da revolução copernicana não satisfaz; é aqui que a verdadeira ruptura com

todo tipo de ciências “sociais” vai ocorrer, caso não modifiquemos de vez o significado desse adjetivo – e é aqui que os poucos leitores que consegui conservar até agora abandonarão a teoria para sempre.³³⁴ Para entender o que considero o fim último da ANT, precisamos libertar de suas gaiolas entidades até agora proibidas de pisar o palco e deixá-las perambular novamente pelo mundo.³³⁵ Que nome lhes dar? Entidades, seres, objetos, coisas invisíveis, talvez?³³⁶ Enumerar as diferentes maneiras pelas quais elas agrupam o coletivo exigiria um livro totalmente diferente; mas, por sorte, não preciso assinalar o ponto de forma positiva, apenas apontar o rumo e dizer por que minimizamos nossas chances de ser “objetivos” quando nos apegamos demasiadamente à sociologia do social.

Talvez eu tenha repisado em excesso a metáfora da relatividade, mas o paralelo é gritante: abandonar a explicação social é como abandonar o éter; nada se perde, exceto um artefato que tornou impossível o desenvolvimento de uma ciência, forçando os observadores a inventar entidades com feições contraditórias e fechar os olhos às reais. Para mim, a maior vantagem do estranho movimento que propus é o fato dele permitir aos cientistas sociais captar de maneira empírica aquilo que os membros realmente fazem. Uma vez transformadas as explicações na elaboração e disseminação de padrões, as outras entidades que reúnem o coletivo a seu próprio modo podem finalmente ser enfatizadas. Nenhuma alma piedosa jamais aceitou ser apenas um crente; então, por que agir como se a crença fosse a única maneira de “explicar” a religião? Amador algum jamais hesi-

334 É aqui também que, finalmente, devo me afastar de Tarde, para quem nunca foi necessário diferenciar os tipos de fios com que tecia sua definição do mundo social. Nesse sentido, Tarde se saiu com uma definição substantiva, e não relativista, de sociologia.

335 Talvez esse movimento esteja além do alcance da ciência social e só leve à filosofia. Mas eu aprendi com Mol que “filosofia empírica” pode ser outro meio de prestar serviço social.

336 Fui acusado de positivismo por rejeitar forças ocultas (ver a Segunda Fonte de Incerteza, p. 71), mas espero que tenha ficado claro, agora, que tudo não passou de uma impressão momentânea.

tou entre “subjetividade” e “objetividade”; por que, então, tentar envolver toda a sociologia da arte nesse dilema artificial? Engenheiro algum jamais distinguiu um conjunto de pessoas de um conjunto de peças; por que, então, explicar as coisas como se a sociedade e a tecnologia devessem permanecer separadas? Nenhum cientista de laboratório jamais confrontou um objeto “exterior” independentemente do trabalho para “torná-lo visível”; por que, então, agir como se a alternativa entre “realismo” e “construtivismo” realmente interessasse? Nenhum político se viu jamais às voltas com a mera dominação; por que, então, fingir que a diferença entre procedimentos normais e forças sociais concretas é importante? Se a palavra “empírico” significa “fiel à experiência”, não será esse um pretexto para respeitar o que é dado nos encontros mais comuns com o social?

Os mediadores finalmente nos declinaram seus nomes verdadeiros: “Somos seres lá de fora que convocam e reúnem o coletivo na medida daquilo que vocês até agora chamaram de social, limitando-se a uma versão padronizada de agregado; se quiseram seguir os próprios atores, sigam-nos também”. Quando ouvimos atentamente os mediadores, percebemos que poucos deles estão satisfeitos com o repertório ontológico oferecido pelos coletores antigos, a sociedade e a natureza. Lei, ciência, religião, economia, psiques, moralidades, políticas e organizações precisam ter seus próprios modos de existência, suas próprias circulações. A pluralidade de mundos habitados talvez seja uma hipótese ambiciosa demais, mas a pluralidade de regimes de existência em nosso próprio mundo é um *datum*.³³⁷ Haverá algum motivo para que a sociologia continue ignorando-o?³³⁸

O problema é que as ciências sociais nunca se preocuparam realmente em ser empíricas porque supunham dever, ao mesmo tempo, assu-

337 É o que torna tão interessante a filosofia de Étienne Souriau (1943), *Les Différents Modes d'Existence*. Definir e explorar isso é meu próximo projeto, que chamo de pesquisa de regimes de enunciação.

338 A tentativa magistral de Luhmann – respeitar as diferenças pela noção de esferas autônomas – infelizmente falhou porque ele insistiu em descrever todas as esferas por meio da metalinguagem comum tirada de uma versão simplificada de biologia.

mir a tarefa da modernização. Toda vez que uma pesquisa era iniciada a sério, parava no meio do caminho devido à necessidade de ganhar relevância. Por isso é tão importante manter separadas as três tarefas das ciências sociais: o desdobramento de controvérsias, a estabilização delas e a busca de influência política. Mas, antes de abordar a questão da epistemologia política, tenho de assinalar outro traço intrigante que é o motivo desta introdução. Contrariamente aos outros “grampos” que inseri, este romperá a continuidade das redes, a *terra firma* de pistas e documentos. Irá nos levar de volta ao mar, ao mar de nossa ignorância comum.

PLASMA: AS MASSAS PERDIDAS

É um grande alívio descobrir que não estamos “na” sociedade – não mais do que estamos “na” natureza. O social não é como um vasto horizonte impalpável onde se inserem todos os nossos gestos; a sociedade não é onipresente, onisciente, ubíqua, atenta a cada um de nossos movimentos e pensamentos mais secretos, à semelhança do velho Deus dos catecismos. Quando aceitamos desenhar a paisagem plana recorrendo à lista que apresentei de acessórios, truques, grades e grampos, o social – pelo menos sua parte concatenada, estabilizada e padronizada – passa a circular por finos condutos que só podem se expandir graças a mais instrumentos, esforços e canais. O total, isto é, o sistemático ou estrutural, não é esquecido, mas cuidadosamente situado num dos muitos teatros Omnimax que oferecem panoramas completos da sociedade – e agora sabemos que, quanto mais vigorosa é a impressão, mais fechado o recinto tem de ser. A sociedade não é o todo “onde” todas as coisas estão inseridas, mas aquilo que “atravessa” tudo, calibrando conexões e dando a cada entidade que encontra uma chance de comensurabilidade. Devemos agora “ligar” os canais sociais como ligamos os fios de nosso televisor. A sociedade não cobre o todo, assim como a World Wide Web não é realmente *mundial*.

Já a questão seguinte é tão simples, o passo à frente tão inevitável e

a consequência tão lógica que, estou certo, o leitor já antecipou este último aspecto. Se é verdade, como postula a ANT, que a paisagem social apresenta uma topografia plana “em rede” e que os ingredientes formadores da sociedade viajam por finos condutos, então *o que está* entre as malhas desse circuito? É por isso que, não importam seus muitos defeitos, a metáfora da rede permanece sólida. Ao contrário da substância, superfície, domínio e esferas que preenchem cada centímetro daquilo que ligam e delinham, as redes, circuitos e *worknets* deixam *sem conexão* aquilo que não conectam. Uma rede não é, antes de tudo, feita de espaços vazios? Tão logo uma coisa tão grande e abrangente quanto o “contexto social” passa a percorrer a paisagem à maneira de um metrô ou tubulação de gás, surge a pergunta inevitável: “Que tipo de material *não* é tocado nem acionado por esses circuitos?” Uma vez levantada esta questão, é como se uma inversão vertiginosa de primeiro e segundo planos ocorresse. Depois que todo o mundo social é reposicionado no interior de suas cadeias metrológicas, uma imensa paisagem nova surge à vista. Se o conhecimento do social fica limitado às galerias de minhocas pelas quais estivemos viajando, o que sabemos do que se acha *lá fora*? Não muito.

De certo modo, essa é a consequência de encarar o formalismo materialmente. Se ele não fornece uma descrição completa de si mesmo, isso significa que para completar qualquer ato formal é necessário *acrescentar alguma coisa* vinda de outra parte sem ser, por definição, ela própria formal. É a grande lição de Wittgenstein: o que segue regras não pode ser descrito por regras. Como sempre, é Garfinkel quem oferece a melhor definição do “fora” a que temos de apelar para completar um curso de ação: “A esfera de coisas que escapa à explicação dada pela FA [*Formal Analytic*] é astronômica em tamanho e alcance”.³³⁹ Embora não capte a verdadeira importância da padronização, a metáfora de Garfinkel não é um exagero: a proporção entre o que formatamos e o que ignoramos é de fato astronô-

339 Garfinkel, *Ethnomethodology's Program*, p. 104.

mica. O social normalmente construído não é nada, em comparação com o número de associações necessárias para completar até o menor dos gestos.

Encontramos a mesma perplexidade em diversas escolas de teoria social: *a ação não acrescenta nada*. Essa é a grande virtude, para não dizer o encanto, dos relatos de práticas sociais escritos por Howie Becker. Sem dúvida, suas descrições são sempre incompletas, abertas, hesitantes; ficam sempre no meio do caminho e param sem razão aparente; mas isso não é uma fraqueza de sua parte, e sim o resultado de sua extrema atenção aos caprichos da experiência.³⁴⁰ Para acertar um tom, para coordenar uma banda, são necessários muitos fragmentos ignorados e descoordenados de ação. Esse é também o motivo, segundo uma diferente escola de pensamento, pelo qual Thévenot precisou multiplicar os diferentes regimes de ação para simplesmente começar a cobrir o mais simples dos comportamentos. Tão logo uma descrição não formal de formalismo precise ser dada, todo pensador se torna outro Zenão, multiplicando os passos intermediários *ad infinitum*. É por isso também que Law, ao tentar definir sua perspectiva ANT, insiste: “A metafísica alternativa presume que a exterioridade seja dominante, excessiva, enérgica, um conjunto de potencialidades indeterminadas e um fluxo, em última análise, indeterminável”.³⁴¹

Mas, sem que isso cause surpresa, é Tarde quem nos apresenta as ideias mais radicais sobre o material necessário para que uma atividade se manifeste.³⁴² É a consequência de sua interpretação dos vínculos entre o grande e o pequeno que já usei nos capítulos precedentes. O grande (Estados, organizações, mercados) é uma amplificação, mas também uma *simplificação* do pequeno. Só Tarde poderia inverter o senso comum a esse ponto, declarando: “Assim também há, em geral, mais lógica numa frase que num discurso, num discurso que numa série ou grupo de discursos;

há mais lógica num rito do que numa religião inteira, num artigo de lei do que no código todo, numa teoria científica do que no corpo da ciência; e há mais lógica numa peça executada por um artífice do que na soma total de seu desempenho”.³⁴³ Com esse princípio, não deveríamos concluir que o macro abrange o micro, e sim que o micro é composto de uma proliferação de entidades incomensuráveis – por ele chamadas de “mônadas” – que simplesmente emprestam um de seus aspectos, uma “fachada de si mesmas”, ao todo provisório. O pequeno sustenta o grande. Ou, antes, o grande pode a qualquer instante mergulhar de novo no pequeno do qual emergiu e ao qual retornará. Qualquer que seja a expressão, parece que nenhum entendimento do social pode ser fornecido se não voltarmos a atenção para outra série de fenômenos não formatados. É como se, em algum ponto, tivéssemos de deixar a terra firme e ir para o mar.³⁴⁴

Chamo a esse material *plasma*, ou seja, aquilo que ainda não foi formatado, medido, socializado, inserido em cadeias metrológicas, coberto, vistoriado, mobilizado, subjetificado.³⁴⁵ Qual o seu tamanho? Pegue um mapa de Londres e imagine que o mundo social visitado até agora ocupe apenas o espaço do metrô. O plasma seria o resto de Londres com todos os seus edifícios, habitantes, climas, plantas, gatos, palácios e guardas montados. Sim, Garfinkel tem razão: “É astronomicamente gigantesco em tamanho e alcance”.

Depois de avaliar a extensão desse plasma, poderemos recolocar em seus devidos lugares as duas intuições opostas das sociologias positivista e interpretativa: sim, é preciso voltar a atenção para o exterior, a fim de

343 Tarde, *Social Laws*, p. 76.

344 Sloterdijk, com sua filosofia de explicação dos invólucros de que estamos todos revestidos – embora muito diferente da circulação metafórica da rede –, dá-nos uma vigorosa descrição nova daquilo que sempre falta nos relatos.

345 Ver Emmanuel Didier (2001), *De l'échantillon à la population: Sociologie de la généralisation par sondage aux États-Unis*, para um notável exemplo de plasma antes deste ser transformado em números.

340 Ver Howard Becker (1991), *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*, e Becker, *Art Worlds*.

341 Law, *After Method*, p. 144.

342 Tarde, *Psychologie Économique*, p. 220.

entender um curso de ação; e, sim, há uma flexibilidade indefinida na interpretação das ações. Entretanto, o exterior não é constituído de material social – ao contrário – e a interpretação não é característica de agentes humanos individualizados – ao contrário.

Para interpretar um comportamento, temos de acrescentar alguma coisa, mas isso não significa que precisemos encontrar um quadro de referência social. Sem dúvida, os sociólogos estavam certos ao buscar um “lá fora”, exceto pelo fato deste não lembrar em nada aquilo que esperavam, pois é totalmente destituído de habitantes sociais calibrados. Tinham razão em procurar “algo oculto por trás” – que nem está atrás nem escondido. Está *no meio* e não é feito de material social. Não está escondido, é apenas *desconhecido*. Parece um vasto interior que fornece recursos para o cumprimento de uma ação, assim como o campo fornece recursos para os moradores da cidade e as massas perdidas abastecem o cosmólogo empenhado em avaliar o peso do universo.

Para interpretar um comportamento, temos, sem dúvida, de estar preparados para diferentes versões, o que não significa, porém, a volta às interações locais. Em muitas passagens deste livro critiquei os fenomenologistas, e talvez também os humanistas, por acreditarem que interações diretas, agentes individuais e pessoas determinadas forneciam um *locus* mais realista e dinâmico do que as vãs abstrações da sociedade, como eles dizem. Embora estivessem certos ao insistir nas incertezas, confundiram suas fontes. Não é que humanos determinados, pessoas com intenções e almas individuais sejam os únicos agentes interpretativos num mundo de coisas concretas, em si mesmo destituído de significado. O que se entende por interpretações, flexibilidade e fluidez é simplesmente uma maneira de registrar o vasto exterior a que todo curso de ação tem de recorrer para ser realizado. Isso é verdadeiro tanto para ações humanas quanto para qualquer outra atividade. A hermenêutica não é privilégio dos humanos, mas, por assim dizer, uma propriedade do próprio mundo. O mundo não se parece com um continente sólido de fatos pontilhado por algumas lagoas

de incertezas; é um vasto oceano de incertezas pintalgado de ilhotas de formas calibradas e estabilizadas.

Sabemos tão pouco assim? Menos ainda. Paradoxalmente, essa ignorância “astronômica” explica muita coisa. Por que exércitos temíveis desaparecem em questão de semanas? Por que impérios formidáveis como o soviético desabam em poucos meses? Por que empresas multinacionais vão à falência depois do quarto balancete? Por que essas mesmas empresas, em menos de dois semestres, saem do vermelho com um lucro espetacular? Por que cidadãos pacatos se transformam em massas revolucionárias, ou multidões agressivas de repente começam a festejar como cidadãos livres? Por que um indivíduo preguiçoso parte de súbito para a ação, ao receber uma notícia qualquer? Por que um músico acadêmico cede inesperadamente à tentação dos ritmos agitados? Generais, editores, administradores, observadores e moralistas costumam dizer que essas mudanças repentinas apresentam uma espécie de qualidade líquida impalpável. Pois essa é justamente a etimologia de “plasma”.³⁴⁶ Não quer dizer que a sólida arquitetura da sociedade esteja desabando, que o Grande Leviatã tenha pés de barro, mas que Leviatã e sociedade circulem por canais tão estreitos que, para serem ativados, precisam confiar num número desconhecido de ingredientes oriundos do plasma à sua volta. Até agora enfatizei a continuidade, obtida por meio de conexões rastreáveis que têm de ser examinadas à luz de uma quantidade bem maior de descontinuidades. Ou, em outras palavras, precisamos de uma sociologia cujas intuições contraditórias sejam mantidas: dura e macia ao mesmo tempo. Precisamos levar em conta tanto a formidável inércia das estruturas sociais quanto a incrível fluidez que preserva sua existência: esta é o meio real que permite àquelas circular.

A toda ação que descrevi até agora, você deve acrescentar um imenso repertório de *massas* perdidas. Elas são necessárias para equilibrar os relatos, mas estão *ausentes*. A boa notícia é que a parafernália social não

346 Ver o índice em Cassin, *L'Effet Sophistique*.

ocupa muito espaço; a má é que não conhecemos quase nada sobre esse exterior. No entanto, existe uma reserva, um exército de reserva, um território imenso – embora não seja nem território nem exército – para cada ação formatada, localizada, contínua e computável ser realizada. Já se pode então perceber por que me obstinei tanto em criticar o social dos sociólogos, esse embrulho que não se consegue abrir facilmente para inspeção. Se pedi muito para não se confundir o social como sociedade com o social como associação foi para podermos, no fim, mobilizar essa reserva. Como seria possível uma ação política se não aproveitasse os potenciais de reserva?

As leis do mundo social talvez existam, mas sua posição é diferente da que supunha a tradição. Elas não estão *por trás* da cena, *acima* de nossas cabeças e *antes* da ação – mas *depois* da ação, *embaixo* dos participantes e *em primeiro plano*. Não abarcam, não envolvem, não agregam, não explicam; circulam, formatam, padronizam, coordenam, exigem explicação. Não existe sociedade, ou melhor, sociedade não é o nome do terreno todo. Por isso podemos iniciar tudo novamente e começar a explorar a vasta paisagem onde as ciências sociais até agora só lançaram umas poucas cabeças de ponte. Para a sociologia, a era da exploração deve começar novamente, desde que não nos esqueçamos do lema: “*Nada de preencher lacunas*”. Por que essa disciplina nos impacientaria? A sociologia é uma ciência em botão, o último rebento de uma grande família com muitas irmãs e irmãos mais velhos. Compreende-se que haja tentado, a princípio, imitar-lhes os êxitos assumindo sua definição de ciência e social. Leva tempo descobrir o próprio caminho.

DA SOCIEDADE AO COLETIVO – O SOCIAL PODE SER REAGREGADO?

A alternativa que propus neste livro é tão simples que pode ser resumida numa lista bem curta: a questão do social emerge quando os laços em que estamos enredados começam a se desfazer; o social é depois detectado graças aos surpreendentes movimentos de uma associação a outra; esses movimentos podem ser suspensos ou retomados; quando são prematuramente suspensos, o social normalmente constituído é agrupado com participantes já aceitos, chamados “atores sociais”, que são membros de uma “sociedade”; quando o movimento em direção ao agrupamento é retomado, desenha o social como associações por meio de inúmeras entidades não sociais que, mais tarde, podem se tornar participantes; se conduzido sistematicamente, esse rastreamento às vezes termina numa definição partilhada de um mundo comum, que chamei de um coletivo; entretanto, não havendo procedimentos para torná-lo comum, ele não é agregado; e, por fim, a sociologia é mais bem definida como a disciplina em que os participantes, de maneira explícita, se empenham em reagrupar o coletivo.

Apesar do tom geral adotado aqui, o objetivo a que me propus logo no início deste livro era bastante restrito: é possível uma *ciência do social* novamente, desde que modifiquemos, devido ao que aprendemos da sociologia da ciência, o que denotamos como “social” e o que denotamos como “ciência”? Como adverti o leitor desde o início, não pretendo ser justo e equilibrado, apenas coerente ao extrair as consequências possíveis desse estranho ponto de partida.

Chegamos agora ao fim de nossa jornada. Já podemos concluir que o social, segundo a definição costumeira, é apenas um momento na longa história dos agregados, suspenso entre a busca do corpo político e a investigação do coletivo. O vasto projeto que deu impulso à sociologia do social, desde seu nascimento em meados do século 19 até o final do 20, está hoje enfraquecido. Mas não há motivo para alarme. Ao contrário, isso significa apenas que outro projeto, tão amplo quando o primeiro, deve substituí-lo. Como a sociologia do social é simplesmente uma maneira de chegar ao coletivo, a sociologia de associações assume a missão

de recolher o que a ideia do social deixou em suspenso. Para fazer justiça aos esforços de nossos predecessores e permanecer fiéis à sua tradição, precisamos retomar seu propósito, entender por que imaginavam prematuramente tê-lo concluído e descobrir de que modo ele poderá ser levado adiante com mais chances de sucesso.

Se pareci agir de maneira injusta ou mesmo odiosa em relação às definições mais antigas do social, foi porque recentemente elas parecem ter encontrado maior dificuldade em assumir a tarefa de investigar o mundo comum. Depois que novas associações são embaladas no pacote das forças sociais, não há mais como vistoriar seu conteúdo, verificar seu prazo de validade, decidir se elas realmente têm os veículos e a energia para avançar até aquilo que pretendem explicar. Como acabamos de ver no capítulo anterior, isso não significa negar o poder formatador das ciências sociais. Ao contrário, justamente por serem tão eficazes ao calibrar o mundo social é que não se mostram adequadas para seguir associações constituídas por muitas entidades não sociais. O mesmo repertório que nos equipa tão bem para encontrar nosso caminho na sociedade nos paralisa em tempos de crise. Assim, a tentação é apegar-nos ao repertório já aceito de membros sociais e eliminar do conjunto de dados aqueles que não se enquadram. Para retomar o projeto das ciências sociais, e devolvê-lo à fonte de perplexidade de onde proveio, é necessário nos tornarmos novamente sensíveis aos tipos bizarros de conjuntos. Quando acreditávamos ser modernos, podíamos nos contentar com os conjuntos da sociedade e da natureza. Mas hoje temos de rever nossa constituição e ampliar o repertório de vínculos e associações para além do que as explicações sociais oferecem. Por toda parte, ciência, religião, política, direito, economia, organizações etc. exibem fenômenos que temos de considerar *novamente intrigantes*, se quisermos entender os tipos de entidades com as quais os coletivos podem ser moldados no futuro. Como agora parece que os coletores não são suficientemente abrangentes, voltemos à prancheta.

Embora eu deva esperar alguma objeção da parte dos sociólogos do social à ideia de que a tarefa de traçar conexões tem de ser retomada

e redirecionada para os objetos que eles acharam razoável pôr de lado, a persistência da ANT em seu projeto precisa ser bastante clara. Talvez haja muita discordância metodológica e alguma queixa, mas esses sociólogos não devem considerar inconveniente uma retomada daquilo que eles mesmos encetaram.

A situação muda de figura com a sociologia crítica. Atribuí esse rótulo ao que acontece quando não apenas nos limitamos ao repertório social consagrado, deixando para trás os objetos, como as outras escolas se sentem tentadas a fazer, mas também insistimos em que esses objetos são *constituídos* de laços sociais. Essa tendência é tanto mais preocupante quando as reações indignadas dos próprios atores são vistas não como um sinal do perigo dessa redução, mas como a melhor prova de que não há outro caminho científico a prosseguir. Se os objetos de estudo são feitos de laços sociais, isto é, daquilo que os antigos cientistas sociais encaravam como parte do repertório oficial, e se você bloqueia a única fonte de falsificação, ou seja, as objeções de quem foi “explicado”, então não é nada fácil perceber a compatibilidade com a ANT. Quaisquer que sejam suas pretensões à ciência e à objetividade, a sociologia crítica não pode ser sociologia – na nova acepção que proponho –, pois não dispõe de meios para reformular-se e seguir elementos não sociais. Frente a novas situações e novos objetos, corre o risco de apenas repetir que eles são formados do mesmo repertório exíguo de forças já reconhecidas: poder, dominação, exploração, legitimação, fetichização, reificação. O direito talvez seja socialmente construído, mas diga-se o mesmo da religião, economia, política, esporte, moralidade, arte e tudo o mais feito do mesmo material: só muda o nome do “campo”. O problema da sociologia crítica é que nunca deixa de estar certa.

Todavia devo, nesta conclusão, lutar corpo a corpo com semelhante tipo de crítica social, uma vez que, por trás do suposto problema do que venha a ser boa ciência, existe outro ainda mais ardiloso: o da relevância política. Se o primeiro suscita paixão, o segundo provoca raiva – e a raiva também precisa ser respeitada.

Como sem dúvida já ficou claro pela própria estrutura do livro, declarei que para permanecermos fiéis à experiência do social temos de assumir três deveres diferentes *em sucessão*: desdobramento, estabilização e composição. Primeiro convém desdobrar controvérsias para aferir o número de novos participantes num futuro agregado (Parte I); depois, acompanhar o modo como os próprios atores estabilizam aquelas incertezas, elaborando formatos, padrões e metrologias (Parte II); e, finalmente, descobrir como os grupos assim reunidos podem renovar nosso senso de existência no mesmo coletivo. Até agora procurei apenas adiar o momento em que este último dever tem de ser cumprido. Mas agora é o momento de encarar o problema daquilo que chamei de epistemologia política.

QUE TIPO DE EPISTEMOLOGIA POLÍTICA?

Depois de fazer acertos no modo como censurei boa parte da sociologia do social, ao reposicionar seu formidável poder formatador, devo agora rever minha postura frente à sociologia crítica. O equívoco não foi desejar ter uma atitude crítica, e sim buscá-la na hora errada antes que outras tarefas da sociologia fossem cumpridas. Recrimino a sociologia crítica por confundir sociedade e coletivo. Seu erro não foi parecer política ou misturar política com ciência, mas oferecer uma definição de ambas que só poderia falhar, pois não cuidou de determinar o número de entidades a serem reunidas desde o primeiro instante. Os sociólogos críticos subestimaram a dificuldade de fazer política, insistindo em que o social consiste de apenas alguns poucos tipos de participantes. Não repararam que para a política havia uma chance mínima para o êxito, caso a lista de membros *bona fide* do mundo social fosse drasticamente reduzida previamente.

Várias vezes, neste livro, mostrei por que não se pode multiplicar o número de entidades, seguir sua intrincada metafísica, calcular o alcance de suas controvérsias e tentar, ao mesmo tempo, excluir quase todas como

fantasiosas, arbitrárias, superadas, arcaicas, ideológicas e falazes. Nascida numa época pouco auspiciosa, a sociologia procurou imitar as ciências naturais no auge do cientificismo e acelerar o processo político, a fim de atender aos apelos urgentes por uma solução do problema social. Mas, fundindo pressurosamente ciência e política, nunca conseguiu explicar de que tipo de material não social o social era feito, nem gozou de liberdade para elaborar sua própria concepção de ciência. Os sociólogos não estavam errados nisto; simplesmente imaginaram que já tinham a solução ao alcance da mão usando “o social”, mas sobretudo “sociedade”, para definir o mundo comum. Queriam ter voz nas questões políticas da época, fazer algo a respeito do progresso rápido da modernização ou, ao menos, aplicar as leis de suas ciências à engenharia social.

No entanto, não importa quão respeitáveis essas razões possam parecer, elas não deveriam suspender o esforço de coletar e organizar as associações. Aquilo que não for primeiro aberto, desfragmentado e inspecionado não pode ser reunido novamente. Você não precisa de muita perspicácia ou habilidade política para constatar que, se tiver de combater uma força invisível, insondável, ubíqua e total, acabará inerte e inapelavelmente derrotado. Só quando as forças são constituídas de vínculos menores, cuja resistência se possa testar um a um, você tem chance de modificar um estado de coisas. Sejam diretos: se existe uma sociedade, *então nenhuma política é possível*.³⁴⁷ Assim, contrariamente à primeira impressão, existe um violento conflito entre conquistar relevância política e oferecer explicações sociais. Ou, em última instância, não há garantia de que a sociologia crítica dará automaticamente a você uma postura crítica.

Conforme já declarei várias vezes, o grande erro da sociologia crítica é nunca deixar de explicar. Por isso, corre sempre o risco de tornar-se

347 Estou generalizando o argumento de Bauman, segundo o qual a sociedade foi inventada para substituir a política revolucionária. Ver Bauman, *Postmodernity and Its Discontents*, e a tese de Frédéric Audren sobre história das ciências sociais, *Les juristes et les sociologues*.

empiricamente vazia e politicamente discutível. Deixar em aberto a possibilidade de fracasso é importante porque constitui a única maneira de preservar a qualidade da compreensão científica e o acesso à relevância política. A definição de ciência social que propus aqui com base na sociologia da ciência pode muito bem reivindicar importância empírica porque avança até onde novas associações chegam, em vez de se deter nas fronteiras do antigo social. Deve recuperar significado político, uma vez que aborda novamente a questão de reunir com novos participantes, os quais haviam sido desentocados. Isto, porém, requer uma sintonia entre ciência e política. Não “ver em dobro” foi o que aprendemos com o estudo de ciência e sociedade.³⁴⁸ A ideia não é excogitar uma ciência puramente objetiva do social nem, pelo abandono do sonho de uma ciência desinteressada, ver as ciências sociais envolvidas para sempre nos golpes sujos da política. Significa apenas que deve ser tentada outra distribuição de papéis entre ciência e política. A dificuldade está em decidir o que significa estudar alguma coisa sem alternar entre o sonho do desinteresse e o sonho contrário do compromisso e da relevância.

Aqui, convém notar que a ANT foi acusada de dois pecados simétricos e contraditórios. O primeiro é estender a política a tudo, inclusive ao santuário interior da ciência e da tecnologia. O segundo, mostrar-se tão indiferente às desigualdades e lutas de poder que não oferece nenhuma ferramenta crítica – apenas se mostra conivente com os poderosos.³⁴⁹ Embora uma acusação anule a outra – como estender tanto a política e fazer tão pouco nessa área? –, elas não são mutuamente excludentes. Uma vez que a Esquerda sempre recorreu a alguma ciência para reforçar seu proje-

348 É a expressão usada por Shapin e Schaffer, *Leviathan and the Air Pump*. A epistemologia política descreve a divisão de poderes entre ciência e política, ao passo que a própria epistemologia é uma teoria da ciência separada da política.

349 Ver Alan D. Sokal e Jean Bricmont (1999), *Fashionable Nonsense: Postmodern Intellectuals' Abuse of Science*; Langdon Winner (1993), *Upon Opening the Black Box and Finding It Empty: Social Constructivism and the Philosophy of Technology*; e Mirowski e Nik-Khah, *Markets Made Flesh*.

to de emancipação, politizar a ciência equivale a privar os explorados da única chance de corrigirem o desequilíbrio, invocando a objetividade e a racionalidade.³⁵⁰ Embora as falsas ciências precisem ser denunciadas – não passam de disfarces das ideologias –, as puramente científicas constituem o único tribunal de recurso capaz de julgar todas as disputas. Só as pessoas mais reacionárias se rejubilam com o enfraquecimento da razão. Quando muito, os pobres-diabos ficam com “meras” relações de poder – e nesse jogo os cordeiros serão devorados muito mais rapidamente que os lobos. Além disso, entregando as chaves de uma ciência politizada aos poderosos, a ANT simplesmente se converte em uma “sociologia de engenheiros” ou, pior ainda, em um grupo de consultores que ensinam os libertos da disciplina da razão a serem ainda mais maquiavélicos, mais maquinadores e até mais indiferentes à diferença entre ciência e ideologia. Em nome da extensão das redes, o imperador nu obtém mais roupas “vestíveis”.³⁵¹ A ANT nada mais é que uma forma ampliada de maquiavelismo.

Sempre fiquei intrigado com essas críticas. Parece-me, ao contrário, que aqueles que se intitulam homens e mulheres progressistas não devem apegar-se à teoria social que se mostra menos capaz de acomodar seus diversos programas de emancipação. Se não há maneira de inspecionar e decompor os conteúdos das forças sociais, se estas continuam inexplicáveis e esmagadoras, então resta pouco a fazer. Insistir em que, por trás de todas as questões, alteia-se a presença esmagadora do mesmo sistema, do mesmo império e da mesma totalidade sempre me pareceu uma atitude de masoquismo radical, uma forma perversa de assegurar

350 Na ocasião dos episódios um tanto ridículos das “Guerras de Ciência”, era sobretudo em nome da Esquerda que se lutava contra os estudos sobre ciência e, especialmente, a ANT. Ver Meera Nanda (2003), *Prophets Facing Backward: Postmodern Critiques of Science and Hindu Nationalism in India*, que acusa os estudos sobre ciência de ajudar os fundamentalistas hindus a reprimir a razão.

351 A proximidade da noção de redes com o capitalismo do “artista fluido”, descrito em Boltanski e Chiapello, *The New Spirit of Capitalism*, torna a conexão demasiado tentadora.

a derrota enquanto se degusta o sentimento agridoce da correção política superior. Nietzsche traçou o retrato imortal do “homem ressentido”, entendendo com isso o cristão – mas o sociólogo crítico se encaixaria aí exatamente muito bem.

Não será óbvio, então, que apenas uma trama de fios frágeis, de conexões fabricadas, artificiais, identificáveis, consignáveis e surpreendentes constitui a única maneira de encarar qualquer tipo de luta? Com respeito ao Total, não há nada a fazer, exceto ajoelhar-se diante dele ou, pior ainda, imaginar assumir o lugar do poder absoluto. A meu ver, seria muito mais seguro aceitar que a ação se torna possível unicamente num território aberto, plano e derrubado sob medida num espaço onde formatos, estruturas, globalização e totalidades circulem por finos condutos e onde, para cada uma de suas aplicações, precisem recorrer a reservas de potencialidades ocultas. Se isso não for possível, então não existe política. Nenhuma batalha jamais foi ganha sem que se apelasse para combinações novas e táticas surpreendentes. As ações só “fazem diferença” num mundo *feito de diferenças*. Mas não será isso a topografia do social, que emerge quando empreendemos os três movimentos propostos na Parte II? Ao falar em “plasma”, não deparamos com um exército de reserva cujo tamanho é, segundo Garfinkel, “astronomicamente maior” que o inimigo a combater? Pelo menos, as chances de vencer são muito maiores – e as ocasiões para alimentar o masoquismo, muito mais raras. A proximidade, não a distância crítica, deve ser o nosso objetivo.

Se foi difícil determinar com exatidão onde estava o projeto político da ANT – portanto, onde ela errava e devia ser corrigida –, isso ocorreu porque a definição do que significa, para uma ciência social, ter relevância política também precisa ser modificada.³⁵² Política é assunto sério demais

352 Ver Michel Callon (1999), *Ni intellectuel engagé, ni intellectuel dé engagé: la double stratégie de l'attachement e du détachement*. Para um caso extremo de não participação, ver Michel Callon e Vololona Rabeharisoa (2004), *Gino's lesson on humanity: genetics, mutual entanglements and the sociologist's role*. Boa parte do argumento contra a figura tradicional do “intellectual engagé” francês pode ser encontrada numa co-

para ficar a cargo dos poucos que parecem ter o direito inato de decidir em que ela consiste.

UMA DISCIPLINA ENTRE OUTRAS

Quando afirmei que a sociologia crítica confundiu ciência com política, a última coisa que desejava era reverter à clássica separação entre política e epistemologia. Mas, de qualquer maneira, a afirmação pareceria estranha, vinda de um sociólogo da ciência! Longe de mim pretender que alimentar um projeto político escape às pretensões de uma ciência respeitável – embora meus heróis escolhidos, Tarde e Garfinkel, não sejam conhecidos por seu fervor político. Porém, a oposição entre uma ciência despojada, desinteressada, objetiva, e uma ação engajada, militante, apaixonada, perde sentido quando se considera o formidável poder *aliciante* de toda disciplina científica – não fazendo nenhuma diferença se ela é “natural” ou “social”. No máximo, as disciplinas sociais precisam simplesmente alcançar a força de agregação das naturais. A epistemologia política não é uma maneira de evitar a “poluição” da boa ciência, pelas “considerações políticas sórdidas”, nem de impedir os positivistas de “esconder-se por trás da aparência de objetividade”. Como as pessoas não conhecem os vínculos que as unem – as cinco incertezas passadas em revista na Parte I –, nós certamente precisamos fazer um esforço comum, artificial, sincero e inventivo que recorra a um conjunto específico de disciplinas. Estas, contudo, devem ser encaradas da mesma maneira que a química, a física, a mecânica etc., ou seja, como outras tantas tentativas de agregar, de modo sistemático, novos candidatos para formar o mundo.

O paralelo com as ciências naturais é inevitável nesta altura porque ambos os tipos de conhecimento precisam fugir à ideia de que o coletivo já

movente entrevista com Michel Foucault (1994), *Dits et Écrits: Tome I*, p. 306.

está completo. Conforme mostrei em outra obra, a natureza partilha essa característica com a sociedade.³⁵³ Dentro de uma mesma “realidade exterior”, a noção de natureza funde ao mesmo tempo duas funções diferentes: por um lado, a *multiplicidade* dos seres que compõem o mundo; por outro, a *unidade* dos que foram reunidos num todo inquestionavelmente único. Apelar para o realismo nunca é o bastante, pois significa juntar num pacote abstrações múltiplas com concretudes unificadas. Assim, quando as pessoas duvidam da existência de “natureza” e “realidade exterior”, nunca sabemos se estão contestando a unificação prematura de abstrações sob a hegemonia das questões de fato ou negando a multiplicidade dos seres revelados pelas ciências. A primeira atitude é indispensável, a segunda é francamente idiota.

Para rasgar o pacote e permitir o escrutínio público, propus separar a questão da multiplicidade de seres com os quais vivemos – *quantos somos?* – de outra muito diferente, a de decidir se os agregados reunidos formam um mundo habitável ou não: *podemos viver juntos?* Semelhante aventura deve ficar a cargo das diversas habilidades dos cientistas, políticos, artistas, moralistas, economistas, legisladores etc. Esses especialistas não se distinguem pelas *esferas* onde trabalham, e sim pelas diferentes *habilidades* que aplicam ao *mesmo* domínio, assim como diferentes profissionais – eletricitistas, carpinteiros, pedreiros, arquitetos e encanadores – labutam sucessiva ou paralelamente num único edifício. Enquanto a tradição distinguia o bem comum (preocupação do moralista) do mundo comum (naturalmente dado), propus substituir a “política da natureza” pela *composição progressiva de um mundo comum*. Era, a meu ver, uma maneira de redefinir ciência e política, levando adiante a tarefa da epistemologia política que nos foi imposta pelas incontáveis crises ecológicas.

Podemos ver agora o que aproxima essas duas forças de agregação, natureza e sociedade: são, uma e outra, tentativas prematuras de coletar

353 Resumo aqui a solução proposta em Latour, *Politics of Nature*.

em dois conjuntos opostos um mundo comum.³⁵⁴ Foi o que chamei de *Constituição Moderna*, empregando a metáfora jurídica para descrever as conquistas conjuntas da epistemologia política. Assim, a redefinição de política como composição progressiva do mundo comum tem de ser aplicada tanto aos antigos agregados da sociedade quanto aos antigos agregados da natureza. A dificuldade é que, nesse ponto, há uma ligeira quebra de simetria, motivo pelo qual não convém de modo algum confundir a nova definição de política com a sociologia crítica.

Enquanto objetos recalcitrantes, vindos da antiga esfera natural, continuam à solta independentemente do que os cientistas naturais dizem deles, *sujeitos* recalcitrantes da antiga sociedade podem ser reprimidos com a maior facilidade porque quase nunca se queixam quando são “ignorados” ou, na melhor das hipóteses, só raramente suas queixas são levadas na devida consideração.³⁵⁵ As ciências sociais tendem com muita frequência a oferecer uma imitação mais vívida da rigorosa esfera científica (povoada de fatos e uma estrita rede de causalidades) do que a maioria das ciências naturais! Contudo, em ambos os casos, os elementos que devem ser agregados, isto é, os antigos membros dos velhos conjuntos de natureza e sociedade, aos quais chamei de mediadores, objetos e seres circulantes, não lembram nem fatos concretos nem atores sociais.

Para entender este ponto, temos de recordar que ser uma questão de fato não é um modo “natural” de existência, mas, coisa estranha, um *antropomorfismo*.³⁵⁶ Trastes, cadeiras, gatos, tapetes e buracos negros

354 A política da vida selvagem oferece um exemplo maravilhoso da necessidade de uma abordagem simétrica. Ver Charis Thompson (2002), *When Elephants Stand for Competing Philosophies of Nature: Amboseli National Park, Kenya*.

355 Sobre a recalcitrância comparativa de entidades humanas e não humanas, ver Despret, *Naissance d'une Théorie Éthologique*, e Stengers, *The Invention of Modern Science*.

356 “Inanimismo” é figuração, tanto quanto “animismo”. Para a noção de figuração, ver p. 85. Para uma excelente pesquisa sobre a distribuição dessas várias funções no mundo, ver Descola, *La Nature des Cultures* – especialmente o capítulo sobre o caráter antropomórfico do naturalismo.

nunca se comportam como questões de fato; os homens o fazem às vezes por razões políticas, para resistir às investigações. Portanto, é absurdo se opor a “tratar pessoas como coisas”. Isso, no pior dos casos, apenas colocaria os humanos *lado a lado* com outras questões de interesse da física, biologia, ciência da computação etc. Complexidade acrescentada a complexidade, nada mais. Longe de “degradar-se”, os “humanos coisificados” se *elevariam* ao nível das formigas, macacos, *chips* e partículas! Ser “tratado como coisas”, tal como entendemos isso agora, não é ficar “reduzido” a questões de fato, e sim viver uma vida tão variada quanto a das questões de interesse. O reducionismo não é um pecado de que se deva privar, nem uma virtude que deveria ser praticada firmemente: é uma impossibilidade prática, pois os elementos aos quais algo de “nível superior” fica reduzido revelam-se tão complexos quanto os do “nível inferior”. Se ao menos os humanos fossem tratados pelos sociólogos críticos *tão bem* quando as baleias pela zoologia, os genes pela bioquímica, os babuínos pela primatologia, os solos pela pedologia, os tumores pela cancerologia ou o gás pela termodinâmica! Sua complexa metafísica seria enfim respeitada, sua recalcitrância reconhecida, suas objeções consideradas, sua multiplicidade aceita. Por favor, tratem os humanos como coisas, ofereçam a eles pelo menos o grau de realismo que vocês já estão dispostos a conceder aas modestas questões de interesse, materializem os humanos e, sim, *reifiquem-nos* ao máximo!

O positivismo – em sua forma natural ou social, em sua versão reacionária ou progressista – não erra ao ignorar a “consciência humana” e preferir a “frieza dos dados”. Ele está errado politicamente. Ele reduziu questões de interesse a questões de fato *muito rapidamente e sem o devido processo*, confundindo as duas tarefas do realismo: multiplicidade e unificação. Ele embaçou a distinção entre desdobrar as associações e reuni-las num coletivo. Foi o que perceberam claramente os defensores de uma sociologia hermenêutica, mas sem descobrir como escapar à armadilha, tão bizarras eram suas ideias sobre ciências naturais e mundo material. Juntamente com os reducionistas que amavam odiar, eles não entenderam

bem o que significa para uma ciência – social ou natural –, ter um projeto político; daí a falsa alternativa entre ser um cientista “desinteressado” ou “socialmente relevante”. É por isso que é espantoso ver a sociologia de associações ser acusada frequentemente de “meramente descritiva” e “sem nenhum projeto político” quando, pelo contrário, foi a sociologia do social que sempre alternou febrilmente entre uma ciência desinteressada, jamais atingida por ela, e uma relevância política que ela nunca atingiria.

Duas outras séries de procedimentos deveriam ser trazidas ao primeiro plano: a primeira torna visível a arregimentação de atores, e a segunda transforma a unificação do coletivo num mundo comum, aceitável pelos que serão unificados. Graças à primeira, a ANT parece uma ciência imparcial, em confronto com a insistência da sociologia em impor leis no lugar do ator. E, graças à segunda, lembra muito um compromisso político, ao criticar a produção de uma ciência da sociedade supostamente invisível aos olhos dos informantes e as afirmações dos vanguardistas que alegam saber tudo. Queremos ser mais desinteressados do que era possível ao projeto de engenharia social da sociologia ortodoxa, pois levamos bem mais longe as controvérsias. No entanto, queremos também estar mais comprometidos do que o conseguiria o sonho cientificista de um olhar desinteressado. Algo semelhante ao desinteresse, porém, surge na exposição das quatro fontes de incerteza já passadas em revista, enquanto o compromisso brota da possibilidade, oferecida pela quinta fonte, de ajudar a reunir em parte o coletivo, isto é, fornecer-lhe uma arena, um fórum, um espaço, uma representação por intermédio do modesto recurso de um relato arriscado, que o mais das vezes funciona como frágil intervenção consistente apenas de texto.

Assim, estudar é sempre fazer política no sentido de reunir ou compor aquilo de que é feito o mundo comum. A questão delicada é decidir que tipo de reunião e que tipo de composição é necessário. É aqui que se torna mais gritante o contraste entre a ANT e a sociologia do social. Para nós, as controvérsias quanto aos tipos de substância que formam o mundo social não devem ser resolvidas por cientistas sociais, cabendo a futuros

participantes retomá-las, e o “pacote” dos laços sociais existentes tem de ficar sempre aberto ao escrutínio público. Portanto, as duas tarefas de *levar em conta* e *pôr em ordem* precisam permanecer separadas. O problema, agora, é descobrir quais ciências sociais conseguirão manter esta distinção.

Todas as disciplinas, da geografia à antropologia, da contabilidade à ciência política, da linguística à economia, entram em cena como os muitos meios pelos quais as partes do coletivo são primeiro justapostas e depois transformadas num todo coerente. “Estudar” nunca significa assumir uma postura desinteressada e depois entrar em ação segundo os princípios hauridos dos resultados da pesquisa. Bem ao contrário, cada disciplina ao mesmo tempo *amplia* o alcance de entidades que atuam no mundo e participa ativamente da *transformação* de algumas delas em intermediários fiéis e estáveis. Assim, por exemplo, os economistas não se limitam a descrever uma infraestrutura econômica que esteja por aí desde o começo dos tempos. Eles também revelam a capacidade de cálculo dos atores que ignoravam possuí-la e asseguram-se de que algumas destas novas competências caíram no senso comum através de muitos instrumentos práticos de contas bancárias, direitos de propriedade, notas de registros em caixa e outras entradas. Os sociólogos do social, como vimos, fizeram bem mais do que “descobrir” a natureza de uma sociedade. Sempre se empenharam em multiplicar as conexões entre os atores que ignoravam estar ligados por “forças sociais” e também ensinaram a esses atores diversas maneiras de agrupar-se. Os psicólogos estão simultaneamente povoando a psique com centenas de novas entidades – neurotransmissores, inconsciente, módulos cognitivos, perversões, hábitos – e estabilizando algumas delas como partes rotineiras de nosso senso comum. Os geógrafos conseguem representar as idiosincrasias dos rios, montanhas e cidades, criando um espaço comum habitável por meio de mapas, conceitos, leis, territórios e redes. As mesmas atividades instrumentais são vistas na linguagem dos linguistas, na história dos historiadores, na diversidade cultural dos antropólogos etc. Sem ciência econômica não há economias; sem sociologia não há sociedades; sem psicologia não há psiques; sem geografia não há espaços. O que saberíamos do passado, sem historiadores?

Como a estrutura da linguagem nos seria acessível, sem gramáticos? Assim como a aranha tece uma teia, a *economização* é o que é fabricado por economistas, a *socialização* pela sociologia, a *psicologização* pela psicologia, e a *espacialização* pela geografia.

Isso não significa que tais disciplinas são ficções, inventando seu assunto do ar rarefeito. Isso significa que elas são, no rigor da palavra, *disciplinas*: cada uma optou por um tipo de mediador e favoreceu um tipo de estabilização, povoando assim o mundo com uma grande variedade de habitantes bem-instruídos e totalmente formatados. Seja o que for que uma especialista faça quando escreve um relato, ela já é parte dessa atividade. Não se trata de um *defeito* das ciências sociais, como se elas andassem melhor livrando-se deste laço. Significa simplesmente que elas são como todas as outras ciências, envolvidas no trabalho normal de multiplicar mediações e estabilizar ou disciplinar algumas delas. Nesse sentido, quanto mais desinteressada é a ciência, mais comprometida e politicamente relevante ela é. As atividades contínuas das ciências sociais na formação da formação social, na moldagem do coletivo num todo coerente, formam grande parte do que é “estudar” o social. Cada relato acrescido a essa massa representa também uma decisão quanto ao que o social deveria ser, ou melhor, quanto ao que a metafísica múltipla e a ontologia singular do mundo comum deveriam ser. Atualmente são raras as formações de grupo que não estão equipadas e instrumentalizadas por economistas, geógrafos, antropólogos, historiadores e sociólogos, todos ávidos por saber como se constituem os grupos, quais são seus limites e funções, e de que maneira poderiam ser melhor conservados. Não faria sentido, para uma ciência social, desejar fugir a essa tarefa incessante. Mas faz sentido, e muito, procurar desempenhá-la *bem*.

UMA DEFINIÇÃO DIFERENTE DE POLÍTICA

Mas, afinal, qual é o projeto político da ANT? Uma vez que essa modesta escola não passa de uma maneira complicada de voltar à surpresa de

ver o desenredar social – experiência um tanto empanada pela história recente das ciências sociais –, a única forma de repetir aqui o que entendemos por política será nos reaproximarmos ao máximo da experiência original.

Durante o século XIX, podia-se perceber facilmente que esse sentimento era reavivado pela curiosa eclosão de massas, multidões, indústrias, cidades, impérios, higiene, meios de comunicação e invenções de todos os tipos. Mas, coisa estranha, um panorama assim deveria ter sido ainda mais vívido no século seguinte, repleto de catástrofes e inovações, gente cada vez mais ameaçada e crises ecológicas. Tal não aconteceu por causa das próprias definições de sociedade e vínculos sociais, que procuraram aliciar uns poucos elementos enquanto excluía a maioria dos candidatos. Onde imperou o naturalismo, quase não se pôde analisar a composição do social por prazo nenhum e com seriedade alguma.³⁵⁷ O que a ANT tentou fazer foi tornar-se novamente sensível à enorme dificuldade de reunir coletivos formados por tantos membros novos que a natureza e a sociedade haviam posto de lado.

A sensação de crise que percebo estar no centro das ciências sociais poderia agora ser expressa da seguinte maneira: quando ampliamos o rol de entidades, as novas associações não formam um conjunto viável. E aqui a política entra novamente em cena, caso a definamos como a intuição de que associações não bastam, de que elas precisam também ser *compostas* para *delinear* um mundo comum. Para bem ou para mal, a sociologia, contrariamente à sua irmã antropologia, não se contenta nunca com a pluralidade de metafísicas; necessita igualmente enfrentar a questão ontológica da unidade do mundo comum. Desta vez, porém, não o fará dentro dos panoramas que apresentei, mas lá fora e para sempre. É, pois, absolutamente verdadeiro afirmar que nenhuma sociologia se limita a “descrever” associações, simplesmente gozando o espetáculo da vasta multiplicidade de novos vínculos. Outra tarefa precisa ser executada, a fim de que ela me-

357 Tentei captar essa dificuldade em Latour, *We Have Never Been Modern*. O modernismo nunca conseguiu dar conta sequer de sua própria época.

reça o título de “uma ciência da vida em comum”, para repetir a expressão paradoxal de Laurent Thévenot.³⁵⁸ Se a sociologia é uma ciência, o que ela tem a ver com “viver junto”? Se o problema fosse conviver, por que precisaríamos de ciência? Resposta: por causa do número de novos candidatos e por causa dos estreitos limites dos coletivos imaginados para tornar a convivência possível.

O aluno da London School of Economics que ficou intrigado com a ANT no Interlúdio estava certo ao exigir relevância política, como estão certos todos os membros dos departamentos de ciência política, estudos de ciência, estudos femininos e estudos culturais ansiosos por adquirir uma postura crítica, “fazer diferença” e tornar o mundo mais habitável. Suas formulações podem ser ingênuas, mas mal se imagina que alguém reivindicasse o título de sociólogo olhando-as como se fossem um mero sonho adolescente. Desde que o apelo por envolvimento político não mais se confunde com os outros dois deveres, desde que o processo de recrutamento de novos candidatos à vida coletiva não se interrompa, o desejo ardente de detectar, acolher e abrigar novas entidades é não apenas um sentimento legítimo como, talvez, a única causa científica e política pela qual valha a pena viver.

As palavras “social” e “natureza” costumavam ocultar dois projetos inteiramente distintos para aquelas duas agremiações malformadas: traçar conexões entre entidades improváveis e torná-las duradouras num todo até certo ponto consistente. O equívoco não está em tentar fazer duas coisas ao mesmo tempo – toda ciência é também um projeto político –, mas em sustar a primeira por causa da urgência da segunda. A ANT é apenas uma maneira de dizer que a tarefa de formar um mundo comum não pode ser encetada se a outra não for além dos estreitos limites fixados pelo *fechamento* prematuro da esfera social.

É difícil acreditar que ainda temos de inserir os mesmos tipos de atores, o mesmo número de entidades, os mesmos perfis de seres e os

mesmos modos de existência nos mesmos tipos de coletivos de Comte, Durkheim, Weber ou Parson, especialmente depois que a ciência e a tecnologia multiplicaram grandemente os participantes a serem misturados no caldeirão. Sim, a sociologia é a ciência das massas imigrantes, mas o que você faz quando tem de lidar com elétrons e eleitores, OGMs e ONGs ao mesmo tempo? Para o novo vinho das novas associações, um frasco velho e empoeirado não serve. Por isso defini o coletivo como uma expansão da natureza, e a sociedade e a sociologia de associações como a retomada da sociologia do social.

É isso o que considero ser o projeto político da ANT, o que entendo por busca de relevância política. Uma vez realizada a tarefa de explorar a multiplicidade de mediações, outra pergunta pode ser feita: quais são os *grupos* desses *agrupamentos*?

Aqui, temos de ser cuidadosos para não confundir essa formulação com outra que a lembra muito, mas que nos reconduziria a um projeto bem diferente. Levantar uma questão política às vezes significa revelar, por trás de um estado de coisas, a presença de forças até então ocultas. Mas então você se arrisca a cair na mesma armadilha de oferecer as explicações sociais que critiquei anteriormente e acabar fazendo exatamente o contrário daquilo que aqui eu entendo por política. Você usa o mesmo velho repertório de vínculos sociais antes juntados para “explicar” as novas associações. Embora pareça falar *de* política, você não fala *politicamente*. O que faz é simplesmente dar um passo adiante com o mesmo repertório reduzido de forças já padronizadas. Talvez sinta prazer em dar uma “explicação poderosa”, mas é justamente aí que reside o problema: você participa da expansão do poder, e não da re-composição de seu conteúdo. Embora isso evoque falas políticas, nem de longe aborda o esforço político, pois nada faz para agrupar os candidatos num novo agrupamento que responda às necessidades específicas deles. “Ébrio de poder” não é uma expressão talhada apenas para generais, presidentes, executivos-chefes, cientistas malucos e patrões. Pode ser aplicada também aos sociólogos que confundem ampliação de explicações poderosas com composição de coletivos. Por isso, o lema da

358 Thévenot, “Une science de la vie ensemble dans le monde”.

ANT sempre foi: “Não abuse do poder”, ou seja, abstenha-se ao máximo de explorar a noção de poder, caso o tiro saia pela culatra e atinja suas explicações em vez do alvo pretendido. Não deve haver explicações vigorosas sem vitorias e balanços.³⁵⁹

Portanto, no fim, existe um conflito – ele não precisa ser ocultado – entre praticar sociologia crítica e ser politicamente relevante, entre sociedade e coletivo. Volver aos férreos grillhões da necessidade não basta para esgotar a análise do possível. Se concordarmos com a desintoxicação das explicações poderosas da sociologia crítica, ser politicamente motivado começa a assumir outro sentido, mais específico: procuramos meios de registrar a novidade das associações e descobrir uma maneira de reuni-las numa forma satisfatória.

No fim, coisa estranha, só o frescor dos resultados da ciência social é que pode garantir sua relevância política. Ninguém percebeu melhor isto que John Dewey, com sua definição de “público”. Para ser relevante, a ciência social deve renovar-se – talento impossível, caso se suponha que a sociedade está “por trás” da ação política. Ela deveria também ter a habilidade de ir dos poucos aos muitos e retornar dos muitos aos poucos – um processo muitas vezes simplificado em termos de representação do corpo político.³⁶⁰ Portanto, a prova do interesse político está agora mais fácil de vencer: devemos praticar a sociologia de tal maneira que os elementos formadores do coletivo sejam renovados regularmente. Abra caminho para a composição, para que ela percorra a volta completa e a retome, certificando-se de que o número, os modos de existência e a recalcitrância dos ingredientes agrupados não sejam coibidos cedo demais. Cada leitor pode agora decidir que tipo de teoria social é mais capaz de atingir estes objetivos.

Nosso toque distintivo é simplesmente esclarecer os mecanismos estabilizadores para que a transformação prematura de questões de interesse

359 Para uma abordagem mais completa desses pontos, especialmente a noção crucial de agrupamento, ver Latour e Weibel, *Making Things Public*.

360 Dewey, *The Public and Its Problems*.

em questões de fato seja frustrada. A ANT sustenta que é possível pôr ordem na casa, distinguir as duas tarefas de arregimentação e unificação, e determinar as etapas do devido processo, modificando assim o que significa, para a ciência social, ser mais politicamente relevante e mais científico.³⁶¹ Nesse sentido, temos pela política e a ciência o mesmo interesse sério de nossos predecessores, embora a ANT divirja deles no modo de arregimentar e coletar. Até agora, a sociologia do social não se interessou muito em propor formas explícitas de *distinguir* as duas tarefas. Nós apenas alegamos maior desenvoltura no trato desses dois movimentos opostos e complementares justamente porque a concepção de ciência e sociedade se modificou devido ao advento de uma sociologia da ciência um tanto “cabeçada”.

Pelo menos a meu ver, existe um vínculo entre o fim da modernização e a definição de ANT. Se ainda fôssemos modernos, poderíamos simplesmente ignorar essa busca da alma e essa distinção sutil. Poderíamos persistir no antigo empenho em modernizar, promovendo uma ciência desinteressada e/ou uma política com base científica. A razão é que a sociologia do social sempre esteve fortemente ligada à superioridade do Ocidente – inclusive, é claro, sua vergonha por ser tão poderoso e tão hegemônico. Assim, se você realmente pensa que o futuro mundo comum possa ser melhor composto usando natureza e sociedade como metalinguagem definitiva, então a ANT não serve para nada. Ela só adquirirá interesse se o que era chamado, no passado recente, de “o Ocidente”, decidir como se apresentar ao resto do mundo, que está se tornando rapidamente mais poderoso. Depois de consignar a repentina e inusitada fraqueza do antigo Ocidente, e tentar imaginar como ele conseguirá sobreviver um pouco mais no futuro para manter seu lugar ao sol, temos de estabelecer conexões com os outros, que possivelmente não podem ser mantidos indefinidamente na esfera de natureza/sociedade. Ou então, para empregar outro termo ambíguo, deveríamos apenas nos engajar na cosmopolítica.³⁶²

361 Callon, Lascoumes e Barthe, *Agir dans un Monde Incertain*.

362 No sentido desenvolvido por Isabelle Stengers (1996), *Cosmopolitiques – Tome I: La Guerre des Sciences*, e não no estoico ou kantiano, que implica um cosmo já

Bem sei que não disse o suficiente para embasar alguns desses numerosos pontos. Este livro é apenas uma introdução para ajudar o leitor interessado em extrair as consequências da sociologia da ciência para a teoria social. Não cabe a mim dizer se alguém acabará usando estes artifícios em algum negócio. Mas, pelo menos agora, ninguém pode se queixar de que o projeto da teoria-do ator-rede não foi apresentado sistematicamente. Eu o fiz voluntariamente como um alvo fácil que não precisa de um atirador exímio para atingi-lo.

Cumpri o que prometi no início, ou seja, ser parcial o bastante para extrair todas as consequências de um ponto de partida dos mais implausíveis. No entanto, não consigo evitar totalmente a impressão de que as atitudes radicais que assumi talvez tenham algumas conexões com o senso comum. Numa época em que já mal se sabe o significado de “pertencer”, a tarefa da convivência não deveria ser simplificada em excesso. Muitas outras entidades estão agora batendo à porta de nossos coletivos. É absurdo querer reformular nossas disciplinas para que se tornem novamente sensíveis ao barulho que elas fazem e tentar encontrar um lugar para elas?

unificado. Para um exame desta última tradição, ver Daniele Archibugi (2003), *Debating Cosmopolitics*.

REFERÊNCIAS

- Abbott, E. (1992), *Flatland: A Romance of Many Dimensions (Illustrated by the Author; with an Introduction by Banesh Hoffmann)*, New York, Dover.
- Akrich, M. (1992), “The De-Description of Technical Objects”, em *Shaping Technology-Building Society: Studies in Sociotechnical Change* (Bijker, W. e Law, J. orgs.), Cambridge, Mass., MIT Press, p. 205-224.
- Akrich, M. (1993), “A Gazogene in Costa Rica: An Experiment in Techno-Sociology”, em *Technological Choices: Transformation in Material Cultures since the Neolithic* (P. Lemonnier, org.), London, Routledge.
- Akrich, M. e Bouillier, D. (1991), “Le Mode d’Emploi: Genèse et Usage”, em *Savoir Faire et Pouvoir Transmettre* (Chevallier, D., org.), Paris, Éditions de l’EHESS, p. 112-131.
- Akrich, M. e Latour, B. (1992), “A Summary of a Convenient Vocabulary for the Semiotics of Human and Non-Human Assemblies”, em *Shaping Technology-Building Society: Studies in Sociotechnical Change* (Bijker, W. e Law, J., orgs.), Cambridge, Mass., MIT Press, p. 259-264.
- Alder, K. (1995), “A Revolution to Measure: The Political Economy of the Metric System in France”, em *The Values of Precision* (Wise, N., org.), Princeton, Princeton University Press, p. 39-71.
- Alpers, S. (1988), *Rembrandt’s Enterprise: The Studio and the Market*, Chicago, University of Chicago Press.
- Anderson, W. (1990), *Diderot’s Dream*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.

- Aquino, P. D. (1998), "La Mort Défaite: Rites Funéraires du Candomblé", *L'Homme*, 147, p. 81-104.
- Archibugi, D., org. (2003), *Debating Cosmopolitics (New Left Review Debates)*, Verso Books.
- Audren, F. (no prelo), "Les Juristes et les Sociologies", tese de doutorado, Paris, Paris Sorbonne.
- Auroux, S. (1999), *La Raison, le Langage et les Normes*, Paris, PUF.
- Barnes, B. (1983), "Social Life as Bootstrapped Induction", *Sociology*, 17/4, p. 524-545.
- Barry, A. (2001), *Political Machines: Governing a Technological Society*, London, Athlone Press.
- Bastide, F. (1990), "The Iconography of Scientific Texts: Principle of Analysis", em *Representation in Scientific Practice* (Lynch, M. e Woolgar, S., orgs.), Cambridge, Mass., MIT Press, p. 187-230.
- Bastide, F. (2001), *Una Notte con Saturno: Scritti Semiotici sul Discorso Scientifico* (Roberto Pellerey, trad.), Roma, Meltemi.
- Bastide, F., Callon, M. e Courtial, J. P. (1989), "The Use of Review Articles in the Analysis of a Research Area", *Scientometrics*, 15/5-6, p. 535-562.
- Bastide, F. e Myers, G. (1992), "A Night with Saturne", *Science, Technology and Human Values*, 17/3, p. 259-281.
- Bauman, Z. (1992), *Intimations of Postmodernity*, London, Routledge.
- Bauman, Z. (1997), *Postmodernity and Its Discontents*, London, Polity Press.
- Bauman, Z. (2000), *Liquid Modernity*, Cambridge, Polity Press.
- Baxandall, M. (1985), *Patterns of Intention: On the Historical Explanation of Pictures*, New-Haven, Yale University Press.
- Beck, U. (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, London, Sage.
- Beck, U. e Beck-Gernsheim, E. (1995), *The Normal Chaos of Love*, London, Polity Press.
- Beck, U. Giddens, A. e Lash, S. (1994), *Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*, Stanford, Stanford University Press.

- Becker, H. (1982), *Art Worlds*, Berkeley, University of California Press.
- Becker, H. (1991), *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*, New York, Free Press.
- Benjamin, W. (2002), *The Arcades Project*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Bensaude-Vincent, B. (1986), "Mendeleev's Periodic System of Chemical Elements", *British Journal for the History and Philosophy of Science*, 19, p. 3-17.
- Bentham, J. e Foucault, M. (1977), *Le Panopticon Précédé de l'Oeil du Pouvoir: Entretien avec Michel Foucault*, Paris, Pierre Belfond.
- Berg, M. e Mol, A.-M. (1998), *Differences in Medicine: Unraveling Practices, Techniques and Bodies*, Durham, Duke University Press.
- Biagioli, M., org. (1999), *The Science Studies Reader*, London, Routledge.
- Bijker, W. (1995), *Of Bicycles, Bakelites, and Bulbs: Towards a Theory of Sociotechnical Change*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- Bijker, W. e Law, L., orgs. (1992), *Shaping Technology-Building Society: Studies in Sociotechnical Change*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- Bijker, W., Hughes, T. P. e Pinch, T., orgs. (1987), *The Social Construction of Technological Systems: New Directions in the Sociology and History of Technology*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- Blix, H. (2004), *Disarming Iraq*, New York, Pantheon Books.
- Bloor, D. (1976/1991), *Knowledge and Social Imagery (Second Edition with a New Foreword)*, Chicago, University of Chicago Press.
- Bloor, D. (1999), "Anti-Latour", *Studies in History and Philosophy of Science*, 30/1, p. 81-112.
- Boltanski, L. (1987), *The Making of a Class: Cadres in French Society* (Arthur Goldhammer, trad.), Cambridge, Cambridge University Press.
- Boltanski, L. (1990), *L'Amour et la Justice comme Compétences*, Paris, A.-M. Métailié.
- Boltanski, L. (1999), *Distant Suffering: Morality, Media and Politics* (Graham D. Burchell, trad.), Cambridge, Cambridge University Press.

- Boltanski, L. e Chiapello, E. (1999/2005), *The New Spirit of Capitalism* (Gregory Elliott, trad.), W W Norton & Co. Inc.
- Boltanski, L. e Thévenot, L. (1999), "The Sociology of Critical Capacity", *European Journal of Social Theory*, 2/3, p. 359-377.
- Boltanski, L. e Thévenot, L. (no prelo), *On Justification* (Catherine Porter, trad.), Princeton, Princeton University Press (Boltanski, L. e Thévenot, L., trads. [1991], *De la Justification. Les Économies de la Grandeur*, Paris, Gallimard).
- Boudon, R. (1981), *The Logic of Social Action: An Introduction to Sociological Analysis* (David Silverman, trad.), London, Routledge.
- Bourdieu, P. (1972), *Outline of a Theory of Practice*, Cambridge, Cambridge U. P.
- Bourdieu, P. (1975), "Le Couturier et sa Griffe: Contribution à une Théorie de la Mode", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, no. 1, p. 7-36.
- Bourdieu, P. (1991), "Delegation and Political Fetishism", em *Language and Symbolic Power* (organização e introdução de John B. Thompson; tradução de Gino Raymond e Matthew Admson), Cambridge, Polity Books.
- Bourdieu, P. (2001), *Science de la Science et Réflexivité*, Paris, Raisons d'Agir.
- Bourdieu, P., Chamboredon, J.-C. e Passeron, J.-C. (1968), *Le Métier de Sociologue. Préalables Épistémologiques*, Paris, Mouton.
- Bourdieu, P., Chamboredon, J.-C. e Passeron, J.-C. (1991), *Craft of Sociology: Epistemological Preliminaries*, Walter de Gruyter Inc.
- Boureau, A. (1992), "L'Adage *Vox Populi, Vox Dei* et l'Invention de la Nation Anglaise (VIIIe-XII Siècle)", *Annales ESC*, 4-5, p. 1071-1089.
- Bowker, G. (1994), *Science on the Run: Information Management and Industrial Geographics at Schlumberger, 1920-1940*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- Bowker, G. e Star, S. L. (1999), *Sorting Things Out: Classification and Its Consequences*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- Boyer, R. (2004), "The Rediscovery of Networks – Past and Present – An Economist's Perspective", em *50th Annual Meeting of the Business History Conference*, Le Creusot.
- Bremmer, J. e Roodenburg, H. (1992), *A Cultural History of Gesture: From Antiquity to the Present Day*, Cambridge, Polity Press.

- Brun-Cottan, F. et al. (1991), *The Workplace Project: Designing for Diversity and Change (Videotape)*, Palo Alto, CA, Xerox Palo Alto Research Center.
- Bucchi, M. (2004), *Science in Society: An Introduction to the Social Studies of Science*, London, Routledge.
- Butler, S. (1872), *Erewhon*, Harmondsworth, Middlesex, Penguin Books.
- Byrne, R. e Whiten, A., orgs. (1988), *Machiavellian Intelligence: Social Expertise and the Evolution of Intellects in Monkeys, Apes and Humans*, Oxford, Clarendon Press.
- Calbris, G. (1990), *The Semiotics of French Gesture*, Bloomington, Indiana University Press.
- Callon, M. (1981), "Struggles and Negotiations to Decide What Is Problematic and What Is Not. The Socio-logic Translation", em *Knorr K. R. Krohn & R. Whitley*, p. 197-220.
- Callon, M. (1986), "Some Elements of a Sociology of Translation Domestication of the Scallops and the Fishermen of St Brieux Bay", em *Power, Action and Belief. A New Sociology of Knowledge?* (Law, J., org.), p. 196-229.
- Callon, M., org. (1989), *La Science et Ses Réseaux: Genèse et Circulation des Faits Scientifiques*, Paris, La Découverte.
- Callon, M., org. (1998a), "An Essay on Framing and Overflowing: Economic Externalities Revisited by Sociology", em *The Laws of the Market*, Oxford, Blackwell, p. 245-269.
- Callon M., org. (1998b), *The Laws of the Markets*, Oxford, Blackwell.
- Callon, M. (1999), "Ni Intellectuel Engagé, ni Intellectuel Dégagé: La Double Stratégie de l'Attachement e du Détachement", *Sociologie du Travail*, 1, p. 1-13.
- Callon, M. (2001), "Les Méthodes d'Analyse des Grands Nombres", em *Sociologie du Travail: Quarante Ans Après* (Pouchet, A., org.), Paris, Elsevier, p. 335-354.
- Callon, M., Lascoumes, P. e Barthe, Y. (2001), *Agir dans un Monde Incertain: Essai sur la Démocratie Technique*, Paris, Le Seuil.
- Callon, M. e Latour, B. (1981), "Unscrewing the Big Leviathans: How Do Actors Macrostructure Reality", em *Advances in Social Theory and*

- Methodology: Toward an Integration of Micro and Macro Sociologies (Knorr, K. e Cicourel, A., orgs.), London, Routledge, p. 277-303.
- Callon, M. e Latour, B. (1992), "Don't Throw the Baby out with the Bath School! A Reply to Collins and Yearley", em *Science as Practice and Culture* (Pickering, A., org.), Chicago, University of Chicago Press, p. 343-368.
- Callon, M., Law, J. e Rip, A., orgs. (1986), *Mapping the Dynamics of Science and Technology*, London, Macmillan.
- Callon, M. e Rabeharisoa, V. (1999), *Le Pouvoir des Malades*, Paris, Presses de l'École Nationale des Mines de Paris.
- Callon, M. e Rabeharisoa, V. (2004), "Gino's Lesson on Humanity: Genetics, Mutual Entanglements and the Sociologist's Role", *Economy and Society*, 33/1, p. 1-27.
- Cambrosio, A., Keating, P. e Mogoutov, A. (2004), "Mapping Collaborative Work and Innovation in Biomedicine: A Computer Assisted Analysis of Antibody Reagent Workshops", *Social Studies of Science*, 34/3, p. 325-364.
- Cambrosio, A., Limoges, C. e Pronovost, D. (1990), "Representing Biotechnology: An Ethnography of Quebec Science Policy", *Social Studies of Science*, 20, p. 195-227.
- Candolle, A. de (1873/1987), *Histoire des Sciences et des Savants depuis Deux Siècles d'après l'Opinion des Principales Académies ou Sociétés Scientifiques*, Paris, Fayard, Corpus des Oeuvres de Philosophie.
- Canguilhem, G. (1968/1988), *Ideology and Rationality in the History of the Life Sciences*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- Cassin, B. (1995), *L'Effet Sophistique*, Paris, Gallimard.
- Castells, M. (2000), *The Rise of the Network Society*, Oxford, Blackwell.
- Castoriadis, C. (1998), *The Imaginary Institution of Society* (Kathleen Blamey, trad.), Cambridge, Mass., MIT Press.
- Chalvon-Demersay, S. (1999), *A Thousand Screenplays: The French Imagination in a Time of Crisis* (Teresa Lavender Fagan, trad.), Chicago, University of Chicago Press.
- Chandler, A. D. (1977), *The Visible Hand: The Managerial Revolution in American Business*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.

- Charvolin, F. (2003), *L'Invention de l'Environnement en France. Chroniques Anthropologiques d'une Institutionnalisation*, Paris, La Découverte.
- Claverie, E. (2003), *Les Guerres de la Vierge: Une Anthropologie des Apparitions*, Paris, Gallimard.
- Cochoy, F. (2002), *Une Sociologie du Packaging ou l'Âne de Buridan face au Marché*, Paris, PUF.
- Cochrane, R. C. (1976), *Measures for Progress: A History of the National Bureau of Standards*, New York, Arno Press.
- Collins, H. (1985), *Changing Order: Replication and Induction in Scientific Practice*, London/Los Angeles, Sage.
- Collins, H. (1990), *Artificial Experts: Social Knowledge and Intelligent Machines*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- Collins, H. (2004), *Gravity's Shadow: The Search for Gravitational Waves*, Chicago, University of Chicago Press.
- Collins, H. e Kusch, M. (1998), *The Shape of Actions: What Humans and Machines Can Do*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- Collins, H. e Yearley, S. (1992), "Epistemological Chicken", em *Science as Practice and Culture* (Pickering, A., org.), Chicago, University of Chicago Press, p. 301-326.
- Collins, H. e Pinch, T. (1982), *Frames of Meaning: The Social Construction of Extraordinary Science*, London, Routledge and Kegan Paul.
- Collins, R. (1998), *The Sociology of Philosophies: A Global Theory of Intellectual Change*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Comment, B. (2003), *The Panorama*, London, Reaktion Books.
- Conein, B., Dodier, N. e Thévenot, L., orgs. (1993), *Les Objets dans l'Action: De la Maison au Laboratoire*, Paris, Éditions de l'EHESS.
- Cooren, F. (2001), *The Organizing Property of Communication*, New York, John Benjamins Pub Co.
- Cronon, W. (1991), *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West*, New York, Norton.

- Cussins, C. (1996), "Ontological Choreography: Agency through Objectification in Infertility Clinics", *Social Studies of Science*, 26/26, p. 575-610.
- Czarniawska, B. (1997), *A Narrative Approach to Organization Studies*, London, Sage.
- Czarniawska, B. (2004), "On Time, Space, and Action Nets", *Organization*, 16/6, p. 777-795.
- Dagognet, F. (1974), *Écriture et Iconographie*, Paris, Vrin.
- Daston, L. (1988), "The Factual Sensibility: An Essay Review on Artifact and Experiment", *Isis*, 79, p. 452-470.
- De Waal, F. (1982), *Chimpanzee Politics: Power and Sex among Apes*, New York, Harper and Row.
- Debaise, D. (2003), "Un Empirisme Spéculatif: Construction, Processus et Relation chez Whitehead", tese de doutorado, Bruxelles, Université Libre de Bruxelles.
- Deleuze, G. (1993), *The Fold: Leibnitz and the Baroque* (Tom Conley, trad.), Athlone Press.
- Denis de Rougemont (1983), *Love in the Western World* (Montgomery Belgion, trad.), Princeton, Princeton University Press.
- Denzin, N. K. (1990), "Harold and Agnes: A Feminist Narrative Undoing", *Sociological Theory*, 8/2, p. 198-285.
- Derrida, J. (1998), *Of Grammatology* (Gayatri Chakravorty Spivak, trad.), Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- Derrida, J. (1995), *Archive Fever: A Freudian Impression* (Eric Prenowitz, trad.), Chicago, University of Chicago Press.
- Descola, P. (2005), *La Nature des Cultures*, Paris, Gallimard.
- Descola, P. e Palsson, G., orgs. (1996), *Nature and Society: Anthropological Perspectives*, London, Routledge.
- Despret, V. (1996), *Naissance d'une Théorie Éthologique*, Paris, Les Empêcheurs de Penser en Rond.

- Despret, V. (2002), *Quand le Loup Habitera avec l'Agneau*, Paris, Les Empêcheurs.
- Desrosières, A. (2002), *The Politics of Large Numbers: A History of Statistical Reasoning* (Camille Naish, trad.), Cambridge, Mass., Cambridge University Press.
- Dewey, J. (1927/1954), *The Public and Its Problems*, Athens, Ohio University Press.
- Dewey, J. (1930; reimpressão 1948; obra completa 1982), *Reconstruction in Philosophy*, Carbondale, Southern Illinois University Press.
- Diderot, D. (1964), "D'Alembert's Dream" (Ralph H. Bowen, trad.), in *Rameau's Nephew and Other Works*, Indianapolis, Bobbs-Merrill.
- Didier, E. (2001), "De l'Échantillon à la Population: Sociologie de la Généralisation par Sondage aux États-Unis", tese de doutorado, Paris, École des Mines.
- Dodier, N. (2003), *Leçons Politiques de l'Épidémie de Sida*, Paris, Presses de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Dratwa, J. (2003), "Taking Risks with the Precautionary Principle", tese de doutorado, Paris, École des Mines.
- Duhem, P. (1904), *La Théorie Physique: Son Objet, Sa Structure*, Paris, Vrin.
- Dumont, L. (1982), *Homo Hierarchicus: The Caste System and Its Implications* (Mark Sainsbury e Basia Gulati, trads.), Chicago, University of Chicago Press.
- Dupuy, J. P. (1992), *Introduction aux Sciences Sociales: Logique des Phénomènes Colletifs*, Paris, Éditions Marketing.
- Duranti, A. e Goodwin, C., orgs. (1992), *Rethinking Context: Language as an Interactive Phenomenon (Studies in the Social & Cultural Foundations of Language)*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Durkheim, E. (1915/1947), *The Elementary Forms of the Religious Life* (Joseph Ward Swain, trad.), New York, Free Press.
- Durkheim, E. (1955), *Pragmatisme et Sociologie; Cours Inédit Prononcé à la Sorbonne en 1913-1914 et Restitué par Armand Cuvillier d'après des Notes d'Étudiants*, Paris, Vrin.

- Durkheim, E. (1966), *The Rules of Sociological Method* (Sarah A. Solovay e John H. Mueller, trads., e George E. G. Catlin, org.), New York, Free Press.
- Durkheim, E. (1983), *Pragmatism and Sociology* (tradução de J. C. Whitehouse; organização e introdução de John B. Allcock; prefácio de Armand Cuvillier), Cambridge, Cambridge University Press.
- Einstein, A. (1920), *Relativity, the Special and the General Theory*, London, Methuen and Co.
- Eisenstein, E. (1979), *The Printing Press as an Agent of Change*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Epstein, S. (1996), *Impure Science: Aids, Activism and the Politics of Knowledge*, Berkeley, University of California Press.
- Ewick, P. e Silbey, S. S. (1998), *The Common Place of Law*, Chicago, University of Chicago Press.
- Farley, J. e Geison, G. L. (1974), "Science, Politics and Spontaneous Generation in 19th-Century France: The Pasteur-Pouchet Debate", *Bulletin of the History of Medicine*, 48/2, p. 161-198.
- Faye, J.-P. (1972), *Langages Totalitaires*, Paris, Hermann.
- Feuer, L. S. (1974), *Einstein and the Generations of Science*, New York, Basic Books.
- Fleck, L. (1935/1981), *Genesis and Development of a Scientific Fact*, Chicago, University of Chicago Press.
- Fleck, L., Cohen, R. S. e Schnelle, T. (1986), *Cognition and Fact Materials on Ludwik Fleck Edited by Robert S. Cohen and Thomas Schnelle*, Dordrecht, Reidel.
- Fontanille, J. (1998), *Sémiotique du Discours*, Limoges, Presses de l'Université de Limoges.
- Foucault, M. (1973), *The Birth of the Clinic: An Archeology of Medical Perception*, New York, Random House.
- Foucault, M. (1975), *Discipline and Punish: The Birth of Prison*, New York, Panthéon.
- Foucault, M. (1990), *The History of Sexuality: An Introduction*, New York, Vintage Books.

- Foucault, M. (1994), *Dits et Écrits (1954-1970), Tome I*, Paris, Gallimard.
- Foucault, M. (2003), "Society Must Be Defended": *Lectures at the Collège de France, 1975-1976* (David Mace, trad.), New York, Picador.
- Fox-Keller, E. (2000), *The Century of the Gene*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- Friedberg, E. (1993), *Le Pouvoir et la Règle: Dynamiques de l'Action Organisée*, Paris, Le Seuil.
- Galison, P. (1997), *Image and Logic: A Material Culture of Microphysics*, Chicago, University of Chicago Press.
- Galison, P. (2003), *Einstein's Clocks, Poincaré's Maps*, New York, Norton and Company.
- Gane, N., org. (2004), *The Future of Social Theory*, London, Continuum.
- Garfinkel, H. (1967), *Studies in Ethnomethodology*, New Jersey, Prentice Hall.
- Garfinkel, H. (2002), *Ethnomethodology's Program: Working out Durkheim's Aphorism* (organização e introdução de Anne Warfield Rawls), Oxford, Rowman & Littlefield.
- Garfinkel, H., Lynch, M. e Livingston, E. (1981), "The Work of a Discovering Science Construed with Materials from the Optically Discovered Pulsar", *Philosophy of Social Sciences*, 11, p. 131-158.
- Geison, G. G. (1995), *The Private Science of Louis Pasteur*, Princeton, Princeton University Press.
- Gibson, J. G. (1986), *The Ecological Approach to Visual Perception*, London, Lawrence Erlbaum Associates.
- Giddens, A. (1984), *The Constitution of Society*, Cambridge, Blackwell.
- Ginzburg, C. (1980), *The Cheese and the Worms: The Cosmos of a 16th-Century Miller*, London, Routledge.
- Ginzburg, C. (1999), *History, Rhetoric, and Proof: The Menachem Stern Lectures in History*, Hanover, NH, University Press of New England.
- Goffman, E. (1959), *The Presentation of Self in Everyday Life*, New York, Doubleday and Anchor Books.

- Gomart, E. (1999), "Surprised by Methadone", tese de doutorado, Paris, École des Mines.
- Gomart, E. (2002), "Methadone: Six Effects in Search of a Substance", *Social Studies of Science*, 32/1, p. 93-135.
- Gomart, E. e Hennion, A. (1998), "A Sociology of Attachment: Music Amateurs, Drug Users", em *Actor Network Theory and After* (Hassard, J. e Law, J., orgs.), Oxford, Blackwell, p. 220-247.
- Goodman, N. (1988), *Ways of Worldmaking*, New York, Hackett Publishing Company.
- Goodwin, C. e Goodwin, M. (1996), "Formulating Planes: Seeing as a Situated Activity", em *Cognition and Communication at Work* (Engestrom, Y. e Middleton, D., orgs.), Cambridge, Cambridge University Press.
- Goody, J. (1977), *The Domestication of the Savage Mind*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Gordon, D. (1999), *Ants at Work: How an Insect Society Is Organized*, New York, Free Press.
- Gramaglia, C. (2005), "La Mise en Cause Environnementale comme Principe d'Association. Casuistique des Affaires de Pollution des Eaux: L'Exemple des Actions en Justice Intentées par l'Association Nationale de Protection des Eaux et Rivières", tese de doutorado, Paris, École des Mines.
- Granovetter, M. (1985), "Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness", *AJS*, 91/3, p. 481-510.
- Greimas, A. J. (1988), *Maupassant: The Semiotics of Text. Practical Exercises*, New York, John Benjamins Publishing Co.
- Greimas, A. J. e Courtès, J., orgs. (1982), *Semiotics and Language: An Analytical Dictionary*, Bloomington, Indiana University Press.
- Gross, P. R., Levitt, N. e Lewis, M. W., orgs. (1997), *The Flight from Science and Reason*, New York, New York Academy of Science.
- Hacking, I. (1992), "The Self-Vindication of the Laboratory Sciences", em *Science as Practice and Culture* (Pickering, A., org.), Chicago, University of Chicago Press, p. 29-64.

- Hacking, I. (1999), *The Social Construction of What?*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Handley, S. (2000), *Nylon: The Story of a Fashion Revolution. A Celebration of Design from Art Silk to Nylon and Thinking Fibres*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- Haraway, D. (2000), *How Like a Leaf: An Interview with Thyrsa Goodeve*, London, Routledge.
- Haraway, D. J. (1991), *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*, New York, Chapman and Hall.
- Harman, G. (2002), *Tool-Being: Heidegger and the Metaphysics of Objects*, Open Court.
- Harrison, S., Pile, S. e Thrift, N., orgs. (2004), *Patterned Ground: Entanglements of Nature and Culture*, London, Reaktion Books.
- Haskell, F. (1982), *Patrons and Painters: A Study in the Relations between Italian Art and Society in the Age of the Baroque*, New Haven, Yale University Press.
- Headrick, D. R. (1988), *The Tentacles of Progress: Technology Transfer in the Age of Imperialism, 1850-1940*, Oxford, Oxford University Press.
- Heesen, A. T. (2004), "Things That Talk: News, Paper, Scissors. Clipping in the Sciences and Arts around 1920", em *Things That Talk* (Daston, L., org.), New York, Zone Books, p. 297-327.
- Heidegger, M. (1977), *The Question Concerning Technology and Other Essays*, New York, Harper Torch Books.
- Hennion, A. (1993), *La Passion Musicale: Une Sociologie de la Médiation*, Paris, A.-M. Métailié.
- Hennion, A. (2004), "Pragmatics of Taste", em *The Blackwell Companion to the Sociology of Culture* (Jacobs, M. e M., H., orgs.), Oxford, Blackwell.
- Hennion, A. e Teil, G. (2003), "Le Goût du Vin: Pour une Sociologie de l'Attention", *Terrain*.
- Heurtin, J.-P. (1999), *L'Espace Public Parlementaire: Essais sur les Raisons du Législateur*, Paris, PUF.

- Hirschauer, S. (1991), "The Manufacture of Bodies in Surgery", *Social Studies of Science*, 21/2, p. 279-320.
- Hirschauer, S. (1998), "Performing Sexes and Genders in Medical Practice", em *Differences in Medicine: Unraveling Practices, Techniques and Bodies* (Berg, M. e Mol, A.-M., orgs.), Durham, Duke University Press, p. 13-27.
- Hirschman, A. O. (1977), *The Passions and the Interests*, Princeton, Princeton University Press.
- Houdart, S. (2000), "Et le Scientifique Tint le Monde: Ethnologie d'un Laboratoire Japonais de Génétique du Comportement", tese de doutorado, Nanterre, Université de Paris X, sob a direção de Laurence Caillet.
- Houdé, O. (1997), *Rationalité, Développement et Inhibition: Um Nouveau Cadre d'Analyse*, Paris, PUF.
- Hughes, T. (2004), *Human-Built World: How to Think about Technology and Culture*, Chicago, Chicago University Press.
- Hughes, T. P. (1983), *Networks of Power: Electrification in Western Society, 1880-1930*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- Hughes, T. P. (1986), "The Seamless Web: Technology, Science, Etcetera, Etcetera", *Social Studies of Science*, 16/2, p. 281-292.
- Hunter, P. (1980), "The National System of Scientific Measurement", *Science*, 210, p. 869-874.
- Hutchins, E. (1995), *Cognition in the Wild*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- Ihde, D. e Selinger, E., orgs. (2003), *Chasing Technoscience: Matrix for Materiality*, Bloomington, Indiana University Press.
- Ingold, T. (2000), *Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*, London, Routledge.
- Jacob, C. (1992), *L'Empire des Cartes: Approche Théorique de la Cartographie à travers l'Histoire*, Paris, Albin Michel.
- James, W. (1890), *The Principles of Psychology*, New York, Dover.
- Jeanneret, Y. (1998), *L'Affaire Sokal ou la Querelle des Impostures*, Paris, PUF.
- Jensen, P. (2001), *Entrer en Matière: Les Atomes Expliquent-ils le Monde?*, Paris, Le Seuil.
- Jones, G., McLean, C. e Quattrone, P. (2004), "'Spacing and Timing': Introduction to the Special Issue of Organization on 'Spacing and Timing'", *Organization*, 11/6, p. 723-741.
- Jullien, F. (1995), *The Propensity of Things: Toward a History of Efficacy in China*, Cambridge, Mass., Zone Books.
- Jurdant, B., org. (1998), *Impostures Intellectuelles: Les Malentendus de l'Affaire Sokal*, Paris, La Découverte.
- Kaiser, D. (2005), *Drawing Theories Apart: The Dispersion of Feynman Diagrams in Postwar Physics*, Chicago, University of Chicago Press.
- Kantorowicz, E. (1997), *The King's Two Bodies*, Princeton, Princeton University Press.
- Karsenti, B. (1997), *L'Homme Total: Sociologie, Anthropologie et Philosophie chez Marcel Mauss*, Paris, PUF.
- Karsenti, B. (2002), "L'imitation: Retour sur le Débat entre Durkheim et Tarde", em *La Régularité* (Chauviré, C. e Ogien, A., orgs.), Paris, Éditions de l'EHESS, p. 183-215.
- Karsenti, B. (2003), "Autorité, Pouvoir et Société: La Science Sociale selon Bonald", em *L'Invention de la Science Sociale, XVIIIème et XIXème Siècle* (Guillaumou, J. e Kaufmann, L., orgs.), Paris, Éditions de l'EHESS.
- Keating, P. e Cambrosio, A. (2003), *Biomedical Platforms: Realigning the Normal and the Pathological in Late Twentieth-Century Medicine*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- Keegan, J. (1987), *The Mask of Command*, New York, Viking.
- Kidder, T. (1985), *House*, Boston, Houghton-Mifflin Company.
- Kirk, S. A. e Kutchins, H. (1992), *The Selling of DSM: The Rhetoric of Science in Psychiatry*, New York, Aldine de Gruyter.
- Kitcher, P. (2003), *Science, Truth, and Democracy (Oxford Studies in the Philosophy of Science)*, Oxford, Oxford University Press.
- Knorr-Cetina, K. (1999), *Epistemic Cultures: How the Sciences Make Knowledge*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Knorr-Cetina, K. e Bruegger, U. (2002), "Global Microstructures: The Virtual Societies of Financial Markets", *American Journal of Sociology*, 107/4, p. 905-950.

- Koergte, N., org. (1998), *A House Built on Sand: Exposing Postmodernist Myths about Science*, Oxford, Oxford University Press.
- Koerner, J. L. (1993), *The Moment of Self-Portraiture in German Renaissance Art*, Chicago, University of Chicago Press.
- Koerner, J. L. (2004), *The Reformation of the Image*, London, Reaktion Books.
- Koolhaas, R. e Mau, B. (1995), *Small, Medium, Large, Extra-Large*, Rotterdam, Office for Metropolitan Architecture.
- Kummer, H. (1995), *In Quest of the Sacred Baboon* (Ann Biederman-Thorson, trad.), Princeton, Princeton University Press.
- Kupiec, J.-J. e Sonigo, P. (2000), *Ni Dieu ni Gène*, Paris, Le Seuil-Collection Science Ouverte.
- Lafaye, C. e Thévenot, L. (1993), "Une Justification Écologique? Conflits dans l'Aménagement de la Nature", *Revue Française de Sociologie*, 34/4, p. 495-524.
- Latour, B. (1984), *Les Microbes, Guerre et Paix, suivi de Irréductions*, Paris, A.-M. Métailié La Découverte.
- Latour, B. (1987), *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers through Society*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Latour, B. (1988a), *Irreductions, Part II of The Pasteurization of France*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Latour, B. (1988b), *The Pasteurization of France*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Latour, B. (1988c), "A Relativist Account of Einstein's Relativity", *Social Studies of Science*, 18, p. 3-44.
- Latour, B. (1993), *We Have Never Been Modern*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Latour, B. (1996), *Aramis or the Love of Technology*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Latour, B. (1999a), "Factures/Fractures: From the Concept of Network to the Concept of Attachment", *Res*, 36, p. 20-31.
- Latour, B. (1999b), "For Bloor and Beyond – A Response to David Bloor's 'Anti-Latour'", *Studies in History and Philosophy of Science*, 30/1, p. 113-129.
- Latour, B. (1999c), "On Recalling ANT", em *Actor Network and After* (Law, J. e Hassard, J., orgs.), Oxford, Blackwell, p. 15-25.
- Latour, B. (1999d), *Pandora's Hope: Essays on the Reality of Science Studies*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Latour, B. (2002), "Gabriel Tarde and the End of the Social", em *The Social in Question: New Bearings in the History and the Social Sciences* (Joyce, P., org.), London, Routledge, p. 117-132.
- Latour, B. (2002), *La Fabrique du Droit. Une Ethnographie du Conseil d'État*, Paris, La Découverte.
- Latour, B. (2003a), "The Promises of Constructivism", em *Chasing Technoscience: Matrix for Materiality* (Ihde, D. e Selinger, E., orgs.), Bloomington, Indiana University Press, p. 27-46.
- Latour, B. (2003b), "What if We Were Talking Politics a Little?", *Contemporary Political Theory*, 2/2, p. 143-164.
- Latour, B. (2004a), "How to Talk about the Body? The Normative Dimension of Science Studies", simpósio editado por Madeleine Akrich e Marc Berg, "Bodies on Trial", *Body and Society*, 10/2/3, p. 205-229.
- Latour, B. (2004b), *Politics of Nature: How to Bring the Sciences into Democracy* (Catherine Porter, trad.), Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Latour, B. e Hermant, E. (1998), *Paris, Ville Invisible*, Paris, La Découverte-Les Empêcheurs de Penser en Rond.
- Latour, B. e Hermant, E. (2004), *Paris, the Invisible City* (Liz Libbrecht, trad.), <http://bruno.latour.name>.
- Latour, B. e Lemonnier, P., orgs. (1994), *De la Préhistoire aux Missiles Balistiques – L'Intelligence Sociale des Techniques*, Paris, La Découverte.
- Latour, B. e Weibel, P., orgs. (2002), *Iconoclasm: Beyond the Image. Wars in Science, Religion and Art*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- Latour, B. e Weibel, P., orgs. (2005), *Making Things Public: Atmospheres of Democracy*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- Latour, B. e Woolgar, S. (1979/1986), *Laboratory Life: The Construction of Scientific Facts* (segunda edição com novo posfácio), Princeton, Princeton University Press.

- Lave, J. (1988), *Cognition in Practice: Mind, Mathematics and Culture in Everyday Life*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Law, J. (1986a), "On Power and Its Tactics: A View from the Sociology of Science", *The Sociological Review*, 34/1, p. 1-38.
- Law, J. (1986b), "On the Methods of Long-Distance Control: Vessels, Navigation and the Portuguese Route to India", em *Power, Action and Belief. A New Sociology of Knowledge?* (Law, J., org.), Keele, Sociological Review Monograph, p. 234-263.
- Law, J., org. (1992), *A Sociology of Monsters: Essays on Power, Technology and Domination*, London, Routledge Sociological Review Monograph.
- Law, J. (1993), *Organizing Modernities*, Cambridge, Blackwell.
- Law, J. (2002), *Aircraft Stories: Decentering the Object in Technoscience*, Durham, Duke University Press.
- Law, J. (2004), *After Method: Mess in Social Science Research*, London, Routledge.
- Le Bourhis, J. P. (2004), "La Publicisation des Eaux: Rationalité et Politique das la Gestion de l'Eau en France (1964-2002)", tese de doutorado, Paris, University Paris I Sorbonne.
- Lemonnier, P., org. (1993), *Technological Choices: Transformation in Material Cultures since the Neolithic*, London, Routledge.
- Lépinay, V. (2003), "Les Formules du Marché. Ethno-Économie d'une Innovation Financière: Les Produits à Capital Garanti", tese de doutorado, Paris, École des Mines.
- Leroi-Gourhan, A. (1993), *Gesture and Speech*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- Lewontin, R. (2000), *The Triple Helix: Gene, Organism and Environment*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Leyshon, A. e Thrift, N. (1996), *Money/Space: Geographies of Monetary Transformation (International Library of Sociology)*, London, Routledge.
- Linhardt, D. (2004), "La Force de l'État em Démocratie: La République Fédérale d'Allemagne à l'Épreuve de la Guérilla Urbaine, 1967-1982", tese de doutorado, Paris, École des Mines.
- Lippmann, W. (1922), *Public Opinion*, New York, Simon & Schuster.
- Lippmann, W. (1927/1993), *The Phantom Public*, New Brunswick, Transaction Publishers.
- Livingston, E. (1985), *The Ethnomethodological Foundations of Mathematical Practice*, London, Routledge.
- Livingstone, D. N. (2003), *Putting Science in Its Place: Geographies of Scientific Knowledge*, Chicago, University of Chicago Press.
- Lowe, A. e Schaffer, S. (1999), *NOIse, 1999*. Exibição montada simultaneamente em Kettle's Yard, The Whipple Museum of the History of Science, Cambridge, The Museum of Archaeology and Anthropology, Cambridge, e The Wellcome Institute, Londres. Cambridge, Kettle's Yard.
- Luhmann, N. (1985), *A Sociological Theory of Law*, London, Routledge.
- Lynch, M. (1985), *Art and Artifact in Laboratory Science: A Study of Shop Work and Shop Talk in a Research Laboratory*, London, Routledge.
- Lynch, M. e Bogen, D. (1996), *The Spectacle of History: Speech, Text and Memory at the Iran Contra Hearings*, Durham, Duke University Press.
- MacKenzie, D. (1990), *Inventing Accuracy: A Historical Sociology of Nuclear Missile Guidance*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- MacKenzie, D. (2001), *Mechanizing Proof: Computing, Risk, and Trust (Inside Technology)*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- MacKenzie, D. (no prelo), *An Engine, not a Camera: Finance Theory and the Making of Markets*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- MacKenzie, D. e Wajcman, J. (1999), *The Social Shaping of Technology. Second Edition*, Milton Keynes, Open University Press.
- Madsen, A. (1991), *Chanel: A Woman of Her Own*, New York, Owl Books.
- Mallard, A. (1996), "Les Instruments dans la Coordination de l'Action: Pratique, Technique, Métrologie, Instrument Scientifique", tese de doutorado, Paris, École des Mines.
- Matin, L. (1989), *Opacité de la Peinture: Essais sur la Représentation*, Paris, Usher.

- Marin, L. (1992), *Des Pouvoirs de l'Image: Gloses*, Paris, Le Seuil.
- Marin, L. (2001), *On Representation* (Catherine Porter, trad.), Stanford, CA, Stanford University Press.
- Marres, N. (2005), "No Issue, No Politics", tese de doutorado, Philosophy Department, Amsterdam.
- Maturana, H. R. e Varela, F. J. (1980), *Autopoiesis and Cognition: The Realization of the Living* (Boston Studies in the Philosophy of Science), Dordrecht, Reidel.
- Mauss, M. (1979), "Body Techniques", em *Sociology and Psychology: Essays* (Ben Brewster, trad.), London, Routledge and Kegan Paul.
- McNeill, W. (1976), *Plagues and Peoples*, New York, Anchor Press.
- Mélard, F. (2001), "L'Autorité des Instruments dans la Production du Lien Social: Le Cas de l'Analyse Polarimétrique dans l'Industrie Sucrière Belge", tese de doutorado, Paris, École des Mines.
- Merton, R. K. (1973), *The Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations*, Chicago, University of Chicago Press.
- Mialet, H. (2003), "Reading Hawking's Presence: An Interview with a Self-Effacing Man", *Critical Inquiry*, 29/4, p. 571-598.
- Miall, R. C. e Tchalenko, J. (2001), "A Painter's Eye Movements: A Study of Eye and Hand Movement during Portrait Drawing", *Leonardo*, 34/1, p. 35-40.
- Miller, P. (1994), "The Factory as Laboratory", *Science in Context*, 7/3, p. 469-496.
- Minvielle, A. (no prelo), "De Quoi une Entreprise Est-Elle Capable? Comptabilité Sociale des Entreprises", tese de doutorado, Paris, École des Mines.
- Mirowski, P. (2001), *Machine Dreams: Economics Becomes a Cyborg Science*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Mirowski, P. e Nik-Khah, E. (2004), "Markets Made Flesh: Callon, Performativity, and a Crisis in Science Studies, Augmented with Consideration of the FCC Auctions".
- Mitchell, T. (2002), *Rule of Experts: Egypt, Techno-Politics, Modernity*, Berkeley, University of California Press.

- Mol, A. e Law, J. (1994), "Regions, Networks, and Fluids: Anaemia and Social Topology", *Social Studies of Science*, 24/4, p. 641-672.
- Mol, A. (2003), *The Body Multiple: Ontology in Medical Practice (Science and Cultural Theory)*, Duke University Press.
- Mondada, L. (2000), *Décrire la Ville: La Construction des Savoirs Urbains dans l'Interaction et dans le Texte* (Collection Villes), Paris, Anthropos.
- Monsaingeon, B. (1998), *Le Chant Possédé* (documentário de Bruno Monsaingeon), distribuição Idéale Audience.
- Morrison, P. e Morrison, P. (1982), *The Powers of Ten*, San Francisco, W. H. Freeman and Company.
- Mumford, L. (1967), *The Myth of the Machine: Technics and Human Development*, New York, Harcourt, Brace & World, Inc.
- Mundy, M. e Pottage, A. (2004), *Law, Anthropology and the Constitution of the Social: Making Persons and Things* (Cambridge Studies in Law & Society), Cambridge, Cambridge University Press.
- Muniesa, F. (2004), "Des Marchés comme Algorithmes: Sociologie de la Cotation Électronique à la Bourse de Paris", tese de doutorado sob a orientação de Michel Callon, Paris, École des Mines.
- Nanda, M. (2003), *Prophets Facing Backward: Postmodern Critiques of Science and Hindu Nationalism in India*, New Brunswick, NJ, Rutgers University Press.
- Napoli, P. (2003), *Naissance de la Police Moderne: Pouvoirs, Normes, Société*, Paris, La Découverte.
- Nelson, V. (2002), *The Secret Life of Puppets*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Norman, D. A. (1988), *The Psychology of Everyday Things*, New York, Basic Books/Doubleday.
- Norman, D. A. (1993), *Things That Make Us Smart*, New York, Addison Wesley Publishing Company.
- O'Connell, J. (1993), "Metrology: The Creation of Universality by the Circulation of Particulars", *Social Studies of Science*, 23/1, p. 129-173.

- Oettermann, S. (1997), *The Panorama: History of a Mass Medium* (Deborah Lucas Schneider, trad.), New York, Zone Books.
- Pasteels, J. e Deneubourg, J.-L., orgs. (1987), *From Individual to Collective Behavior in Social Insects*, Bâle Boston, Birkhauser Verlag.
- Pavel, T. (1986), *Fictional Worlds*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Pavel, T. (2003), *La Pensée du Roman*, Paris, Gallimard.
- Perret-Clermont, A.-N. (1979), *La Construction de l'Intelligence dans l'Interaction Sociale*, Berne, Peter Lang.
- Pickering, A. (1995), *The Mangle of Practice: Time, Agency and Science*, Chicago, University of Chicago Press.
- Piete, A. (1999), *La Religion de Près: L'Activité Religieuse en Train de Se Faire*, Paris, Métailié.
- Pietz, W. (1985), "The Problem of the Fetish, I", *Res*, 9, p. 5-17.
- Pietz, W. (1993), "Fetishism and Materialism: The Limits of Theory in Marx", em *Fetishism as Cultural Discourse* (Apter, E. e Pietz, W., orgs.), Ithaca, Cornell University Press, p. 119-151.
- Polanyi, K. (1994), *The Great Transformation*, Boston, Beacon Press.
- Ponge, E. (1972), *The Voice of Things* (organização e tradução de B. Archer), New York, McGraw-Hill Book Co.
- Porter, T. M. (1995), *Thrust in Numbers: The Pursuit of Objectivity in Science and Public Life*, Princeton, Princeton University Press.
- Power, M., org. (1995), *Accounting and Science: Natural Inquiry and Commercial Reason*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Powers, R. (1995), *Galatea 2.2*, New York, Farrar, Strauss and Giroux.
- Powers, R. (1998), *Gain*, New York, Farrar, Strauss and Giroux.
- Quattrone, P. (2004), "Accounting for God: Accounting and Accountability Practices in the Society of Jesus (Italy, 16th-17th Centuries)", *Accounting, Organizations and Society*, 29/7, p. 647-683.
- Riskin, J. (2002), *Science in the Age of Sensibility: The Sentimental Empiricists of the French Enlightenment*, Chicago, University of Chicago Press.
- Robbins, E., org. (1994), *Why Architects Draw*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- Rogers, R. (2005), *Information Politic on the Web*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- Rosental, C. (2003), *La Trame de l'Évidence*, Paris, PUF.
- Rotman, B. (1993), *Ad Infinitum: The Ghost in Turing Machine. Taking God out of Mathematics and Putting the Body Back In*, Stanford, CA, Stanford University Press.
- Ruellan, A. e Dosso, M. (1993), *Regards sur le Sol*, Paris, Foucher.
- Sahlins, M. (2000), *Culture in Practice*, New York, Zone Books.
- Salmon, L. (2004), *La Pensée Politique de Gabriel Tarde*, Paris X: Économie, Organisations, Sociétés: Mémoire de DEA.
- Sartre, J.-P. (1993), *Being and Nothingness* (Hazel E. Barnes, trad.), Washington Square Press.
- Schaffer, S. (1988), "Astronomers Mark Time: Discipline and the Personal Equation", *Science in Context*, 2/1, p. 115-145.
- Schaffer, S. (1991a), "The Eighteenth Brumaire of Bruno Latour", *Studies in History and Philosophy of Science*, 22, p. 174-192.
- Schaffer, S. (1991b), "A Manufactory of OHMS, Victorian Metrology and Its Instrumentation", em *Invisible Connections* (Cozzens, S. e Bud, R., orgs.), Bellingham Washington State, Spie Optical Engineering Press, p. 25-54.
- Schmitt, J. C. (1990), *La Raison des Gestes dans l'Occident Médiéval*, Paris, Gallimard.
- Searle, J. (1995), *The Construction of Social Reality*, New York, Free Press.
- Serres, M. (1974), *La Traduction (Hermès III)*, Paris, Minuit.
- Serres, M. (1995), *Conversations on Science, Culture and Time with Bruno Latour*, Ann Harbor, MI, University of Michigan Press.
- Shakespeare, W. (1988), *The Complete Works. Compact Edition Edited by Stanley Wells and Gary Taylor*, Oxford, Clarendon Press.
- Shapin, S. e Schaffer, S. (1985), *Leviathan and the Air-Pump: Hobbes, Boyle and the Experimental Life*, Princeton, Princeton University Press.
- Sloterdijk, P. (1999), *Sphären. Bd.2 Globen*, Munich, Suhrkamp.

- Sloterdijk, P. (2004), *Sphären, Bd.3 Schaüme*, Munich, Suhrkamp.
- Smith, B. C. (1997), *On the Origins of Objects*, Cambridge, Mass., MIT Press.
- Smith, B. C. (2003), "The Devil in the Digital Details: Digital Abstraction and Concrete Reality", em *Digitality in Art*, Special Symposium Calcografia Nacional (Lowe, A., org.).
- Smith, C. e Wise, N. (1989), *Energy and Empire: A Biographical Study of Lord Kelvin*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Sokal, A. D. e Bricmont, J. (1999), *Fashionable Nonsense: Postmodern Intellectuals' Abuse of Science*, New York, Picador.
- Souriau, E. (1943), *Les Différents Modes d'Existence*, Paris, PUF.
- Sperber, D., Premack, D. e Premack, A. J. (1996), *Causal Cognition: A Multidisciplinary Debate (Symposium of the Fyssen Foundation)*, Oxford, Oxford University Press.
- Star, S. L. e Griesemer, J. (1989), "Institutional Ecology, 'Translations' and Boundary Objects: Amateurs and Professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology, 1907-1939", *Social Studies of Science*, 19, p. 387-420.
- Stengers, I. (1991), *Drogues, le Défi Hollandais*, Paris, Les Empêcheurs.
- Stengers, I. (1996), *Cosmopolitiques – Tome 1: La Guerre des Sciences*, Paris, La Découverte & Les Empêcheurs de Penser en Rond.
- Stengers, I. (1997), *Power and Invention. Situating Science* (Paul Bains, trad.), Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Stengers, I. (2000), *The Invention of Moderns Science* (Daniel W. Smith, trad.), University of Minnesota Press.
- Stengers, I. (2002), *Penser avec Whitehead: Une Libre et Sauvage Création de Concepts*, Paris, Gallimard.
- Stocking, G. W., org. (1983), *Observers Observed: Essays on Ethnographic Fieldwork*, Madison, University of Wisconsin Press.
- Strathern, M. (1999), *Property, Substance and Effect: Anthropological Essays in Persons and Things*, London, Athlone Press.
- Strum, S. (1982), "Agnostic Dominance among Baboons, an Alternative View", *International Journal of Primatology*, 3/2, p. 175-202.
- Strum, S. (1987), *Almost Human: A Journey into the World of Baboons*, New York, Random House.
- Strum, S. e Fedigan, L., orgs. (2000), *Primate Encounters*, Chicago, University of Chicago Press.
- Strum, S. e Latour, B. (1987), "The Meanings of Social: From Baboons to Humans", *Information sur les Sciences Sociales/Social Science Information*, 26, p. 783-802.
- Suchman, L. (1987), *Plans and Situated Actions: The Problem of Human Machine Communication*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Susuki, T. (2003), "The Epistemology of Macroeconomic Reality: The Keynesian Revolution from an Accounting Point of View", *Accounting, Organizations and Society*, 28/5, p. 471-517.
- Tang-Martinez, Z. (2000), "Paradigms and Primates: Bateman's Principles, Passive Females, and Perspectives from Other Taxa", em *Primate Encounters* (Strum, S. e Fedigan, L., orgs.), Chicago, University of Chicago Press, p. 261-274.
- Tarde, G. (1893/1999), *La Logique Sociale*, Paris, Les Empêcheurs de Penser en Rond.
- Tarde, G. (1895/1999), *Monadologie et Sociologie*, Paris, Les Empêcheurs de Penser en Rond.
- Tarde, G. (1899/2000), *Social Laws: Na Outline of Sociology* (Howard C. Warren, trad.), Kitchener, Ont., Batoche Books.
- Tarde, G. (1901/1989), *L'Opinion et la Foule*, Paris, PUF.
- Tarde, G. (1902), *Psychologie Économique*, Paris, Félix Alcan.
- Tarde, G. (1969), *On Communication and Social Influence. Selected Papers. Edited by Terry N. Clark*, Chicago, University of Chicago Press.
- Taylor, J. R. (1993), *Rethinking the Theory of Organizational Communications: How to Read an Organization*, Norwood, NJ, Ablex Publishing.
- Teil, G. (1991), "Candide", un Outil de Sociologie Assisté par Ordinateur pour l'Analyse Quantitative de Gros Corpus de Textes", tese de doutorado, Paris, École des Mines.

- Thévenot, L. (1984), "Rules and Implements: Investment in Forms", *Social Science Information*, 23/1, p. 1-45.
- Thévenot, L. (2002), "Which Road To Follow? The Moral Complexity of an 'Equipped' Humanity", em "Social Studies of Knowledge Practices" (Law, J. e Mol, A., orgs.), Durham, Duke University Press, p. 53-87.
- Thévenot, L. (2004), "Une Science de la Vie Ensemble dans le Monde", *La Revue Semestrielle du MAUSS*, 24, p. 115-126.
- Thompson, C. (2002), "When Elephants Stand for Competing Philosophies of Nature: Amboseli National Park, Kenya", em *Complexities in Science, Technology, and Medicine* (Mol, A.-M. e Law, J.), Duke University Press.
- Tiles, M. e Pippin, R. B., orgs. (1984), *Bachelard: Science and Objectivity*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Tresch, J. (2001), "Mechanical Romanticism: Engineers of the Artificial Paradise", tese de doutorado, Department of History and Philosophy of Science, Cambridge, University of Cambridge.
- Vaughan, D. (1996), *The Challenger Launch Decision: Risky Technology, Culture and Deviance at NASA*, Chicago, University of Chicago Press.
- Vinck, D. (1995), *La Sociologie des Sciences*, Paris, Armand Colin.
- Vygotski, L. S. (1878), *Mind in Society: The Development of Higher Cognitive Processes (Textes Edited by Michael Cole)*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- Warwick, A. (2003), *Masters of Theory: Cambridge and the Rise of Mathematical Physics*, Chicago, University of Chicago Press.
- Waters, L. (2004), *Enemies of Promise: Publishing, Perishing, and the Eclipse of Scholarship*, University of Chicago Press, Prickly Paradigm Press.
- Weber, M. (1947), *The Theory of Social and Economic Organization*, New York, Free Press.
- Whitehead, A. N. (1929/1978), *Process and Reality: An Essay in Cosmology*, New York, Free Press.
- Wilson, E. O. (1975), *Sociobiology, the New Synthesis*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, The Belknap Press.
- Winance, M. (2001), "Thèse et Prothèse. Le Processus d'Habilitation comme Fabrication de la Personne; L'Association Française contre les Myopathies, Face au Handicap", tese de doutorado, Paris, École des Mines.
- Winchester, S. (2003), *The Meaning of Everything: The Story of the Oxford English Dictionary*, Oxford, Oxford University Press.
- Winner, L. (1993), "Upon Opening the Black Box and Finding It Empty: Social Constructivism and the Philosophy of Technology", *Science, Technology and Human Values*, 18/3, p. 362-378.
- Wise, N., org. (1995), *The Values of Precision and Exactitude*, Princeton, Princeton University Press.
- Woolgar, S. (1988), *Science, The Very Idea*, London, Tavistock.
- Woolgar, S. (1991), "The Turn to Technology in Social Studies of Science", *Science, Technology and Human Values*, 16/1, p. 20-50.
- Yaneva, A. (no prelo), "Scaling Up and Down: Extraction Trials in Architectural Design", *Social Studies of Science*.
- Yaneva, A. (2001), "L'Affluence des Objets: Pragmatique Comparée de l'Art Contemporain et de l'Artisanat ~ 2001", tese de doutorado, Paris, École des Mines.
- Yaneva, A. (2003), "When a Bus Meet a Museum: To Follow Artists, Curators and Workers in Art Installation", *Museum and Society*, 1/3, p. 116-131.
- Zourabichvili, F. (2003), *Le Vocabulaire de Deleuze*, Paris, Ellipses.

COLOFÃO

<i>Formato</i>	16 x 23 cm
<i>Tipografia</i>	Minion Pro desenhada por Robert Slimbach
<i>Papel</i>	Alcalino 75 g/m ² (miolo) Cartão Supremo 300 g/m ² (capa)
<i>Impressão miolo</i>	Edufba
<i>Impressão capa e acabamento</i>	Cian Gráfica
<i>Tiragem</i>	1.000 exemplares

“explicações sociais” de outros estados de coisas. Embora essas tentativas tenham sido produtivas (e, provavelmente, necessárias) no passado, o próprio sucesso das ciências sociais sugere que elas, em grande parte, já não são mais assim. Atualmente, já não é possível designar quais são os componentes indispensáveis do domínio social. Latour retoma o significado original de “social” para redefinir a noção, e permitir que isso, mais uma vez, trace conexões. Só então será possível retomar a aspiração tradicional das ciências sociais, mas usando ferramentas mais refinadas. Baseando-se em seu extenso trabalho de examinar as *assemblages* da natureza, Latour considera necessário examinar por completo o conteúdo exato do que é reunido sob a égide da Sociedade. Esta abordagem, uma “sociologia das associações”, tornou-se conhecida como Teoria do Ator-Rede, e este livro é uma introdução essencial tanto para aqueles que procuram entender esta Teoria, ou as ideias de um dos seus proponentes mais influentes.

BRUNO LATOUR é professor na Sciences Po Paris.

“... uma fonte de inspiração para saber como escrever um texto em ciências sociais: vívida, cativante, eloquentemente.”

Organization Studies

ISBN 978-65-232-0664-6

